

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**DESAFIOS DOS VÍNCULOS SOCIAIS NA SOCIEDADE
DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO:
EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

Autora: Sônia Marise Salles Carvalho

Brasília, 2008

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**DESAFIOS DOS VÍNCULOS SOCIAIS NA SOCIEDADE DO
TRABALHO CONTEMPORÂNEO: EXPERIÊNCIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

SONIA MARISE SALLES CARVALHO

**Tese apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de
Brasília/UnB como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Doutora.**

Brasília, dezembro de 2008

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TESE DE DOUTORADO

**DESAFIOS DOS VÍNCULOS SOCIAIS NA SOCIEDADE DO
TRABALHO CONTEMPORÂNEO: EXPERIÊNCIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

Autora: Sônia Marise Salles Carvalho

Orientadora: Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

**Banca: Prof^a. Doutora Christiane Girard Ferreira
Nunes(UnB)
Prof. Doutor Brasilmar Ferreira Nunes (UnB)
Prof^a. Doutora Tânia Cristina Alves de Siqueira
(UnB)
Prof. Doutor Mauricio Farias (Senaes)
Prof. Doutor Valmor Schiochet (Universidade
Regional de Blumenau/SC)
Prof^a. Doutora Berlindes Astrid Küchemann
(UnB)**

AGRADECIMENTOS

Aos Deuses por permitirem me dar conta de minha finitude e provisoriedade.

A orientadora Christiane Girard Ferreira Nunes, pela amiga, pela mulher e pela professora, que se revelou na convivência prazerosa e de muito aprendizado.

Ao Pedro Henrique Isaac Silva, por permitir o compartilhamento de vida e de trabalho solidário.

A Faculdade de Educação, especialmente a professora Inês Maria M Zanforlin Pires de Almeida e o professor Paulo Sérgio de A. Bareicha, pela compreensão do momento delicado da produção intelectual.

Ao grupo de trabalho dos projetos sociais, que me motivou no sentido da escrita e compartilharam comigo responsabilidades.

Às pessoas que participam do Fórum Distrital de Economia Solidária do DF e Entorno, por terem me possibilitado vivenciar a prática e a teoria dos vínculos sociais.

A minha família extensiva, pela segurança psíquica, que equilibra a vida social.

Aos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, que praticam uma
“Outra Economia”.

Ao Fórum Distrital de Economia Solidária do Distrito Federal e
Entorno, cujos debates, motivações e sinergias nos levaram a acreditar
que “Um Outro Mundo é Possível”.

RESUMO

Esta pesquisa social relaciona a crise do mundo do trabalho à crise social que é, fundamentalmente, uma crise dos vínculos sociais. A ausência e a falta de reconhecimento do trabalho ocasionam a vulnerabilidade social, comprometendo a permanência dos elos sociais, porque o trabalho continua sendo a centralidade das relações sociais, assegurando a forma de sociabilidade humana, a identidade pessoal e a coletiva, o reconhecimento pelo outro e a possibilidade de integração social. A luta pelo “direito ao trabalho” e “direito do trabalho” significa a luta por cidadania, manifestada no trabalho associado, ancorada por um projeto político socialista autogestionário. Essa estratégia de gestão do social, empreendida pelos trabalhadores(as) em processo de desfiliação e precarização do trabalho, sintetiza o significado da Economia Solidária (ES), com o aporte de um projeto emancipatório de sociedade, que impulsiona mudanças nas relações sociais, com destaque nas formas de racionalidade estabelecidas pelo princípio antiutilitarista. O sentido da ação social desses sujeitos históricos foi compreendido pela aproximação entre o paradigma da dádiva e os princípios da Economia Solidária (ES), que resgata a leitura do social proposto por esta teoria. A perspectiva da manutenção do vínculo social permite estabelecer a confiança e constituir alianças, que são atributos importantes para se permitir trabalhar juntos e constituir a democracia. Esse pensamento contribui para desvelar as estratégias de fazer imergir a cidadania, religando as instâncias do social por meio da formação de vínculos sociais, que combinam ao mesmo tempo obrigação e liberdade, interesse e altruísmo. A pesquisa empírica ocorreu no Fórum Distrital de ES no DF e Entorno, pela análise das relações sociais realizadas entre os seus participantes, no período de 2003 a 2008, durante o processo de construção e fortalecimento da ES. As experiências da Economia Solidária têm valorizado a manutenção dos vínculos sociais e reconhecido a sua relevância para a gestão das políticas públicas de integração social e de condução da política de desenvolvimento sustentável e solidário do país. Como fenômeno social busca afirmar a solidariedade democrática, como o cerne das relações sociais emancipatórias. Traduz a nova relação entre a economia e a sociedade, cuja reflexão sociológica pode permitir a compreensão das potencialidades, perspectivas e desafios da ES no Brasil, na construção de um outro mundo possível.

Palavras-chaves: Economia; Solidariedade; Trabalho; Dádivas; Democracia; Reciprocidade.

ABSTRACT

This research relates the social crisis in the world of work to social crisis that is, essentially, a crisis of social ties. The absence and the lack of recognition of the work cause the vulnerability social, undermining the permanence of social ties, because the work remains the centrality of social relations, ensuring the form of sociability human, the personal and collective identity, the recognition by the other and the possibility of integration social. The struggle for the "right to work" and "right-work" means the struggle for civil rights, expressed in associated work, anchored by a self manage political project socialist. This strategy of managing the social, undertaken by workers in the process of not membership and the precariousness of work, summarizing the meaning of the Solidarity Economy (ES), with the input of a emancipatory project of society, which drives changes in social relations, with emphasis on ways of rationality established by non-utilitarian principle. The sense of social action such Historical subject was understood by aligning between the paradigm of donation and the principles of Economics Solidarity, which rescues the reading of the social proposed by this theory. The prospect of maintaining the link social allows for confidence and form alliances, which are important attributes to allow work together and build democracy. This thinking helps to reveal the strategies of to immerse the citizenship, linked instances of social through the formation of social ties, which combine the same time obligation and freedom, interest and altruism. The empirical research took place at the Forum District of ES in the Federal District and surroundings, by reviewing social relations held between its participants, the period 2003 to 2008, during construction and strengthening of the ES. The experiences of Solidary Economy have valued the maintenance of social ties and recognized its relevance to management of public policies for social integration and conduct the policy of sustainable development and solidarity of the country. As a social phenomenon say the search democratic solidarity, as the core of relations social emancipation. Reflects the new relationship between the economy and society, which may reflect sociological make it possible to understand the potential, outlook and challenges of ES in Brazil, construction of another possible world.

Key words: Economy; Solidarity; Work. Donations; Democracy; Reciprocity.

RESUMÉ

Cette recherche concerne la crise sociale dans le monde du travail à la crise sociale qui est, essentiellement, une crise du liens social. L'absence et le manque de reconnaissance du travail cause de la vulnérabilité social, sapant la permanence des liens sociaux, parce que le travail reste la centralité de les relations sociales, en veillant à la forme de sociabilité de l'homme, la situation personnelle et l'identité collective. La reconnaissance par les autres et la possibilité d'une intégration sociale. La lutte pour le "droit au travail" et "droit-du-travail", signifier la lutte pour la citoyenneté, exprimé un travail associé, ancrée par un projet politique l'autonomie de la gestion socialiste. Cette stratégie de la gestion de la sociale, entreprise par les employés(ées) dans le processus sans affiliation et la précarité du travail, résumant lês sens de L'Économie Solidaire (ES), avec la participation d'un projet d'émancipation de la société, qui conduit changements dans les relations sociales, l'accent étant mis sur les moyens de rationalité principe établi par non-utilitaire. Le sens de l'action sociale tels sujet historique a été entendu par l'alignement entre le paradigme du dom et les principes de L'Économie Solidaire, qui sauvetages la lecture du social proposé par cette théorie. La perspective du maintenir le lien sociale permet de confiance et de la forme alliances, qui sont des atouts importants pour permettre travailler ensemble et de construire la démocratie. Cet réflexion contribue à révéler les stratégies de d'immerger la citoyenneté, lié cas du sociale par la formation de liens sociaux, qui combiner le même temps, l'obligation et la liberté, de l'intérêt et l'altruisme. Les recherches empiriques ont eu lieu lors du Forum District de ES dans le District fédéral et de ses environs, en passant en revue les relations sociales qui s'est tenue entre ses participants, la période de 2003 à 2008, au cours de construction et le renforcement de l'ES. Les expériences de Économie Solidaire ont évalué le maintien de la liens sociaux et ont reconnu sa pertinence à gestion des politiques publiques pour l'intégration sociale et la conduite de la politique de développement durable et solidarité du pays. En tant que phénomène social dire la recherche solidarité démocratique, en tant que principal des relations l'émancipation sociale. Reflète la nouvelle relation entre lês l'économie et la société, laquelle refléter mai sociologique permettre de comprendre le potentiel, les perspectives et les défis de l'ES au Brésil, de la construction d'un autre monde possible.

Mots-clés: Economie; Solidarité; Travailler; Dom; Démocracie; Réciprocité.

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ADS	Agência do Desenvolvimento Solidário
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAESB	Companhia de Saneamento do Distrito Federal
CÁRITAS	Rede da Igreja Católica de Atuação Social
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UnB
CEA	Centro de estudos e Assessoramento
CGE	Comissão Gestora Estadual
CGE	Comissões Gestoras Estaduais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPAL	Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul
COOPERMINAS	Cooperativa de Carvão Mineral em Criciúma
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRT	Delegacia Regional do Trabalho

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
EAFS	Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária
ECOSOL	Cooperativas de Economia e Crédito Solidário
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EPS	Economia Popular Solidária
ES	Economia Solidária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FDES	Fórum Distrital de Economia Solidária
FEES	Fórum Estaduais de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FSM	Fórum Social Mundial
GDF	Governo do Distrito Federal
GP	Gestores Públicos
GT	Grupo de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO	Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS	Incubadora Social e Solidária
ITCP	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
JUSTA TRAMA	Cooperativas do Setor Têxtil – Cadeia Ecológica do Algodão Solidário
LCD	Lares de Cuidado Diurnos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MCidades	Ministério das Cidades

MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPAS	Ministério da Previdência Social
MST	Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PAFES	Programa de Avaliação das Feiras de Economia Solidária
PCC	Produção, Comercialização e Consumo
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PLANSEQ	Planos Setoriais de Qualificação
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUE	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PPDLES	Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local de Economia Solidária
PRONADES	Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SBCJS	Sistema Brasileiro de Comercio Justo e Solidário
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia

SECAFES	Sistemas Estaduais de Comercialização de produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária
SEDAI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e dos Assuntos Internacionais
SEDEST	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SNCJS	Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário
TS	Tecnologia Social
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNIFORJA	Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01: Participação de Homens e Mulheres nos EES
- Tabela 02: Atividades Desenvolvidas pelos EES
- Tabela 03: Abrangência Comercial
- Tabela 04: Espaços de Comercialização dos EES dos EES
- Tabela 05: Formas dos EES
- Tabela 06: Dificuldades dos EES
- Tabela 07: Remuneração Mensal dos Sócios que Trabalham nos EES
- Tabela 08: Caracterização dos EES
- Tabela 09: Distribuição, Abrangência e Atuação das EAFS
- Tabela 10: Programas de Proteção Social do Governo no Período de 1995 a 2003
- Tabela 11: Transferência de Renda, Assistência Social e Segurança Alimentar no DF.
- Tabela 12: Programas de Transferência de Renda
- Tabela 13: Quantidade de Famílias e Pessoas Atendidas nos Programas do Governo
- Tabela 14: Recursos Executados nos Programas do Governo
- Tabela 15: Quantidade de EES Mapeados por Município do Entorno e DF
- Tabela 16: Quantidade de Empreendimentos por Região
- Tabela 17: Crescimento da ES
- Tabela 18: Forma de Organização os EES, a Maior Parte dos EES
- Tabela 19: Área de Atuação dos EES no DF e Entorno
- Tabela 20: Composição do EES, Segundo o Sexo
- Tabela 21: As Cinco Atividades Econômicas que mais Aparecem nos Empreendimentos
- Tabela 22: Os Cinco Produtos ou Serviços mais Produzidos pelos Empreendimentos

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01: Quadro demonstrativo da Trajetória do Fórum Social Mundial
- Quadro 02: Constituição da Economia Solidária no Brasil
- Quadro 03: Propostas de Mudanças da Estrutura do Fórum na IV Plenária Nacional
- Quadro 04: Proposta de Mudanças dos Segmentos na IV Plenária Nacional
- Quadro 05: Estruturação da Senaes
- Quadro 06: Relação entre as Ações da Senaes e as Plataformas de Luta do FBES
- Quadro 07: Bandeiras de Luta do Movimento Social
- Quadro 08: Articulação da Senaes no Governo
- Quadro 09: Caracterização dos Empreendimentos Solidários no Brasil
- Quadro 10: História do FDES - 2003 a 2008
- Quadro 11: Planejamento do FDES - 2003 a 2008
- Quadro 12: Proposta de Estrutura do FDES
- Quadro 13: Perfil dos Participantes do FDES
- Quadro 14: Perfil dos EES e das EAFs

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Marcos Temporais da Articulação e Institucionalização da Economia Solidária

Figura 02: Gráfico da Composição do FBES

Figura 05: Mapa dos EES por Municípios

Figura 06: Abrangência da Economia Solidária

Figura 07: Mapa de Brasília

Figura 08: Expressões da Bem Me Quero

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPITULO 1: A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	26
1.1 A Economia Solidária como Movimento Social.....	26
1.2 A Economia Solidária como Política Pública.....	55
1.2.1 A Proposta de Política Pública de Economia Solidária.....	55
1.2.2 A SENAES na Política Pública Nacional de Economia Solidária.....	69
CAPITULO 2: A ECONOMIA SOLIDARIA E A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO.....	91
2.1 A Crise da Solidariedade Democrática na Sociedade do Salário.....	91
2.2 A Construção de um Conceito: a busca da Unidade na Diversidade.....	115
CAPITULO 3: A DÁDIVA COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	135
3.1 A Teoria Social sobre os Vínculos Sociais.....	135
3.2 Marcos Conceituais da Dívida para os Estudos Sociológicos da Economia Solidária no Brasil.....	155
CAPITULO 4: O PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE DEMOCRÁTICA NO FÓRUM DISTRITAL DE ECONOMIA SOLIDARIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO.....	184
4.1 A Gestão do Território em Brasília.....	184
4.2 A Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno.....	192
4.3 O Fórum Distrital de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno como um Espaço de Relações Sociais.....	216

CAPITULO 5: ESTUDOS DOS VÍNCULOS SOCIAIS NO FÓRUM DISTRITAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO.....	237
5.1 Motivações, Significações e Expectativas dos Segmentos do FDES na construção da Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno.....	238
5.2. Estratégias e desafios na afirmação da Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno.....	256
CONCLUSÃO.....	284
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	299
ANEXOS.....	304

INTRODUÇÃO

“A Reciprocidade da Dádiva é a
agulha que tece o teto do mundo”

Marcel Mauss

A problematização dessa pesquisa está ancorada por uma leitura do social onde as sociedades capitalistas modernas foram caracterizadas pela égide do mercado assalariado, ocasionando uma extraordinária riqueza material, mediante uma intensa exploração da força do trabalho humana e uma desigual distribuição da riqueza social. Houve um descompasso entre a produção da riqueza gerada pelo trabalho humano e sua lógica de distribuição de forma desigual e não democrática.

Assiste-se ao impulso de um projeto de sociedade baseado em relações sociais utilitaristas, com ordenamento neoliberal, baseado na produtividade e na eficiência, que gerou uma sociedade capitalista caracterizada pela dissociação e supremacia do campo econômico em relação ao social e ao político.

Nesse sentido, destaca-se um mercado propulsor de relações sociais acordadas pelo princípio da liberdade de escolha e de preferências individuais, um Estado responsável por assegurar os direitos sociais restringidos pelo mercado assalariado e uma sociedade civil em busca de sua cidadania, negada pela ausência do trabalho emancipado.

A disjunção desses três elementos marca a inserção prioritária da racionalidade do mercado assalariado – produção, competição, lucro – nas relações sociais cotidianas e insinua um processo de mobilidade e hierarquização social, focado somente na competência individual de cada um, desconsiderando as condições objetivas de vida e o contexto que as geraram.

A sociedade brasileira tem sido marcada por esses atributos, cujas características revelam a presença de um mercado com pouco controle social, de um Estado-providência de caráter redistributivo desigual e de uma sociedade civil com cidadania precarizada. Esses fatos configuram formas de relações entre o indivíduo e a sociedade,

ancoradas por uma relação mercantil assalariada, que se torna a condição principal de integração social nas sociedades capitalistas.

Essa condição comprometeu a tessitura da sociedade, porque o salário se constituiu no elemento de identificação do trabalhador(a) e a sua condição de integração social, mas que, historicamente, com a crise do desemprego estrutural, a sua ausência acarretou a fragilização dos vínculos sociais comunitários e interferiu na dinâmica das relações sociais mais amplas.

Na década de 90, ocorre a desestruturação produtiva, que amplia a zona de vulnerabilidade, com um número crescente de “trabalhadores sem trabalho” (Arendt). A falta de emprego retira dos trabalhadores os atributos pertinentes a sua condição de assalariado - identidade, reconhecimento, poder de compra, auto-estima - cuja consequência tem sido a dificuldade desse grupo excluído em compor o tecido social.

Assim a ausência do direito à proteção social e à cidadania interfere nas condições de manutenção dos vínculos sociais, pelo constrangimento de não ter condições de participar do circuito da troca no mercado de intercâmbio: dar-receber; ou mesmo, da troca do mercado recíproco, dar-receber-retribuir.

Nesse sentido, a abordagem dos vínculos sociais, como tema de estudo, é importante para compreendermos que o processo de desencadeamento da crise social ocorreu na medida em que o mercado assalariado mostrou a sua incapacidade de absorver a força de trabalho, e excluiu do sistema mercantil parcela da sociedade que perdeu a proteção social e os direitos sociais, até então garantidos pela sociedade do salário.

No entanto, o desemprego associado às experiências de organização social dos movimentos sociais, a partir da década de 80, suscitou novas necessidades e possibilidades de organização do trabalho e da produção, valorizando o trabalho associativo e solidário, podendo referendar as condições da emancipação do trabalhador(a).

Essa nova dinâmica na organização do trabalho impulsionou mudanças no sentido da ação dos atores sociais envolvidos nesse processo, e acabou por reafirmar a importância do trabalho como elemento identificador de si e do outro, cuja ressonância foi o aprofundamento do trabalho coletivo, agregador e associativo, como possibilidade estratégica de saída para a crise socioeconômica instaurada.

Esse movimento social, denominado Economia Solidária, responde a essa crise socioeconômica por meio da proposta da prática da autogestão e da possibilidade do

exercício da solidariedade democrática, destacando a emancipação do trabalhador(a) e a sua integração plena na sociedade.

Parece-nos que há diferentes racionalidades e sociabilidades, que emergem das ações dos atores sociais, no fazer e no refletir o movimento da Economia Solidária, que busca manter os vínculos sociais como condição de troca, de reciprocidade, de pertencimento, de inserção, de mobilidade, de interação, de construção, de identidade e, fundamentalmente, de cidadania.

Um dos atores que compõe esse campo tem sido o espaço dos Fóruns de ES no Brasil, onde se traduz as potencialidades e os desafios da construção da ES como projeto social. Nessa pesquisa analisamos o Fórum Distrital de Economia Solidária do DF e Entorno, por fazer parte da construção concreta da Economia Solidária na região Centro-Oeste, com atividades orientadas e orientadoras no Fórum Brasileiro.

O FBES tem como um dos objetivos o fortalecimento da ES como movimento e de criar as bases para a sua institucionalização na política de governo referente às políticas públicas sociais. O estudo dos vínculos sociais na construção de solidariedades entre os participantes desse espaço político pode ser um dos balizadores das reais condições da institucionalização do campo da Economia Solidária.

Mediante esse contexto social, as questões da pesquisa que levaram a essa investigação foram: em uma sociedade que valoriza as relações utilitaristas, como manter os vínculos sociais como suporte essencial da vida em sociedade? Que leituras do social contribuem para compreendermos as possibilidades de outras formas de sociabilidades e racionalidades? Que projeto de sociedade pode favorecer a vida social com pertinência democrática? Na ES, quais as mediações possíveis entre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil? Como essas relações podem engendrar a solidariedade democrática e recompor a coesão social, diminuindo os riscos de fratura social? Quais as aproximações que podemos realizar entre a ES e a teoria dos vínculos sociais? Ao aproximarmos os postulados da Dádiva aos princípios e valores da Economia Solidária, é possível qualificar as políticas de desenvolvimento social no Brasil? Se afirmativo, quais as possibilidades reais de integração social dos setores da sociedade civil, que se encontram excluídos do sistema capitalista?

A Economia Solidária, como movimento social, tem encontrado na organização dos Fóruns um espaço de debate, de conflitos, de ações e de proposições para fomentar a Economia Solidária no Brasil. Quais as significações desse espaço político para a construção de outra economia e sociedade?

Essas questões de pesquisa contribuíram para se destacar as seguintes Hipóteses:

a) a sociedade capitalista caracteriza-se por relações sociais utilitaristas e antiutilitaristas, cujo agir econômico pauta-se por motivações de competição e de cooperação. Há circulação de bens, coisas, pessoas e símbolos, que norteiam as relações sociais pelo valor de troca, valor de uso e valor de vínculo;

b) a crise socioeconômica permitiu desenvolver novas estratégias de sobrevivência pessoal e social, com outros dispositivos de relações de poder, que pode favorecer “uma outra economia e sociedade”, na medida em que desenvolva e fortaleça os princípios da dádiva ao considerar a sociedade como fato social total, mantendo a indissociabilidade entre a liberdade e a obrigação, permitindo a manifestação do interesse desinteressado; e

c) o desafio do fortalecimento da ES, como movimento social, pode encontrar nos Fóruns um espaço público não estatal de reflexividade das condições reais de permanências e rupturas dos vínculos sociais, evidenciando-se como um lugar do aprendizado da dádiva e dos princípios da ES.

A Economia Solidária no Brasil, ao se colocar como uma possibilidade histórica de integração social de determinados grupos sociais à sociedade em geral, pelo reconhecimento das mudanças nas relações de trabalho e de produção, ainda que tensionadas por uma pluralidade de ações que definem as novas formas de interações sociais, nos suscita os seguintes objetivos de pesquisa:

a) compreender os sentidos da Economia Solidária, atribuídos pelos participantes do Fórum Distrital, ao se colocarem como uma possibilidade histórica de construção de outro projeto de sociedade, por meio do reconhecimento das mudanças nas relações de trabalho e de produção de setores da sociedade civil, sob o registro de novas formas de interações sociais, ainda que tensionadas pela lógica da competição/cooperação, da confiança/desconfiança e do interesse/desinteresse;

b) perceber as significações que a Economia Solidária assumiu no Brasil, enquanto movimento social e como possibilidade de política pública de integração e desenvolvimento social, por meio do processo de construção da solidariedade democrática;

c) identificar os desafios e as perspectivas da Economia Solidária tendo como elemento de análise a configuração dos vínculos sociais, a partir das relações sociais

estabelecidas entre os participantes do Fórum Distrital, destacando os fatores que interferem na natureza dos elos sociais, os conflitos e as disputas, as suas formas de superações, motivações e expectativas, na busca da construção de outra economia e sociedade;

d) relacionar a natureza dos vínculos sociais e a gestão dos princípios da Economia Solidária, percebendo as possibilidades de novas aproximações entre as instâncias do econômico, do político e do social, veiculadas no percurso de construção das solidariedades no interior do Fórum Distrital de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno.

O referencial teórico-metodológico utilizado por essa pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica com destaque de autores nacionais e estrangeiros, estudiosos da questão do mundo do trabalho e das questões sociais, com enfoque na compreensão das relações entre a economia e a sociedade, por meio das categorias de análise da Sociologia Econômica e da Sociologia do Trabalho.

Na Sociologia Econômica foram utilizadas as abordagens de Karl Polanyi, em relação às significações do mercado em uma sociedade salarial, e da sua relação com a Sociedade Civil e o Estado.

Na Sociologia do Trabalho refletiu-se sobre as relações de trabalho, com aporte nas concepções de Karl Marx e nos estudos de Robert Castel, pelo reconhecimento do trabalho como categoria de centralidade, identidade e capilaridade nas possibilidades de engendrar crises sociais e de solucioná-las. Privilegiou-se as interações entre o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado, no ordenamento Neoliberal e na Economia Solidária.

A pesquisa resgata a Teoria Crítica da Ação Social nas Ciências Sociais, por meio do Individualismo Metodológico e do Holismo, complementada pela Teoria da Dádiva, aportados nos estudos de Marcel Mauss e do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais – M.A.U.S.S – que apresentam um estudo dos vínculos sociais a partir de três postulados: Fato Social Total, Tríplice Obrigação dar-receber-retribuir e a Teoria Paradoxal da Ação (associação entre a liberdade e a obrigação, interesse e desinteresse).

Também a análise se ancora nas reflexões de autores que fizeram aproximações entre a Economia Solidária e a Dádiva, como Genauto Filho, Christiane Girard e Sabourin.

As reflexões teóricas trazidas pela teoria social proporcionaram as condições intelectuais para se aprofundar a investigação das relações entre a Economia Solidária e a Dádiva, na compreensão de que a qualidade dos vínculos sociais pode permitir a

prática da solidariedade democrática, na medida em que todos possam participar do circuito dar-receber-retribuir em condições de igualdade. Sinaliza a pesquisa que as categorias de análise, trazidas pela teoria crítica sobre os vínculos sociais, podem contribuir para se perceber a potencialidade da Economia Solidária como proposta de mudança no modo de viver, e não apenas nos níveis de vida.

Assim o entendimento de que a sociedade se constitui por circulação de bens, coisas, pessoas e símbolos, e que caracteriza as suas relações sociais pelo valor de troca, valor de uso e valor de vínculo, levou à identificação das condições históricas em que pode ocorrer a tradução entre o indivíduo e a sociedade.

A pesquisa bibliográfica foi complementada pela análise dos registros de documentos sobre a Economia Solidária, produzidos pelos participantes da ES, como pesquisadores, interlocutores e gestores e que se encontram disponibilizados principalmente no site www.fbes.org.br. Como exemplo, o material sobre a Formação de Formadores em ES, a Cartilha do Mapeamento dos Empreendimentos no DF e Entorno, os projetos de Feiras Estadual de Economia Solidária, o Regimento Interno e o Planejamento Estratégico do FDES.

A Pesquisa Empírica foi baseada em uma pesquisa qualitativa, com análise dos depoimentos e discursos produzidos pelos integrantes da ES e do FDES, utilizando a técnica do Discurso Social Coletivo, que propõe reconstituir os discursos-sínteses das concepções sobre os sentidos e as significações da ES.

Foi utilizada a técnica da observação participante e historicamente situada do percurso do Fórum Distrital, no período de 2003 a 2008, enquanto categoria representativa da UnB e enquanto pesquisadora, a partir da análise dos vínculos sociais e de um questionário aplicado aos membros do FDES sobre as relações sociais constituídas interna e externamente.

Assim, para atingir o objetivo principal dessa pesquisa - compreender as implicações das relações entre a Dádiva e a Economia Solidária no Brasil, partiu-se de reflexões da vivência empírica com o mundo do trabalho, pela participação e convívio de seis anos no Fórum, cujas observações e intervenções proporcionaram os elementos de compreensão das condições, das expectativas e dos desafios de se construir, coletivamente, um projeto de sociedade democrática e solidária.

Os estudos foram extraídos das atas de reuniões, dos relatórios de trabalho em comissões, dos documentos produzidos nas participações de encontros de formação e das avaliações realizadas do próprio trabalho no Fórum.

Esse percurso entre a ação-reflexão-ação, pela vivência empírica nos estudos empreendidos no programa de doutoramento e uma volta à prática, no período de dez anos, permitiu um olhar prolongado e atento à construção do campo da Economia Solidária no Brasil.

Esses elementos reflexivos se transformam em dados importantes para se avaliar a dimensão espaço-tempo das transformações no mundo do trabalho, que possam revelar a condição, a natureza e a possibilidade de constituir e manter vínculos sociais que assegurem a solidariedade democrática.

As reflexões dessa pesquisa foram registradas em cinco capítulos: **o primeiro capítulo** destaca o objeto desta pesquisa social, focalizando nas questões do mundo do trabalho, as potencialidades, os desafios e as perspectivas da Economia Solidária no Brasil. Faz uma leitura sócio-histórica desse objeto, enquanto movimento social e política pública de proteção social.

A compreensão da ES começa pelo estudo dos espaços políticos públicos não estatais – os Fóruns de ES – que propõem a construção de um projeto de sociedade emancipatória, em detrimento da globalização neoliberal, que submete a sociedade à lei do valor, ao sistema mercantil e à acumulação de capital.

Novos caminhos estão sendo trilhados nesse embate e têm possibilitado se pensar na emancipação social de setores da sociedade civil, que estão sendo explorados e excluídos pelo sistema capitalista moderno. A manifestação real da busca de uma globalização alternativa encontra-se nos espaços dos Fóruns, sintetizando um projeto de sociedade mais justo, mais democrático e mais solidário.

As alternativas para a crise manifestaram-se nas iniciativas socioeconômicas de setores da sociedade civil, que apostaram na solidariedade democrática como elemento propulsor da cidadania praticada pelo trabalho associado, que pode permitir a autogestão e a cooperação nas relações de trabalho e da produção.

A reflexão da ES como política pública de integração social anuncia mudanças na gestão das políticas sociais, não apenas circunscritas às políticas de emprego, mas qualificando as políticas de trabalho e as diretrizes do desenvolvimento social do país, permitindo uma reavaliação das relações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil.

O segundo capítulo apresenta a problematização da pesquisa, onde se destaca as condições históricas que geraram a crise no mundo do trabalho e que se desdobraram

nas crises sociais, a partir da concepção do trabalho como elemento integrador da sociedade e que assume a condição de garantir a proteção social, pelo contrato assalariado e, uma vez negado pelo desemprego ou pelo emprego precarizado, acarreta profundos desajustes nas relações sociais.

O contexto da crise se revela pela disjunção entre as instâncias do social, do político e do econômico, e encontram-se fragmentados pelo olhar da modernidade capitalista, cujo eco reflete na dimensão subjetiva do sujeito, que está fragilizado, inseguro e desprotegido pela sociedade.

Problematiza-se a relação entre a sociedade e o indivíduo, pelo risco da fratura social, na ausência de dispositivos que permitam a manutenção dos vínculos sociais.

Resgata-se o conceito de Economia Solidária a partir da aproximação entre a economia e a solidariedade, na compreensão de que a politização do social possa garantir a democratização do político. A ES pode permitir uma nova tradução entre o indivíduo e a sociedade e a qualificar os vínculos sociais para engendrar a cidadania.

O terceiro capítulo aprofunda a teoria sobre os vínculos sociais e evidencia a sua importância para os estudos sociológicos. Anuncia a teoria da dívida como um elemento estruturante das relações sociais e a sua interferência para a imersão nos princípios da Economia Solidária.

A questão dos vínculos sociais tem sido considerada como um dos problemas posto pela modernidade, que corresponde a fragilidade dos laços sociais e a compreensão dos riscos e das apostas enunciadas no devir democrático.

O quarto capítulo permite uma análise empírica mais ampla, por meio do percurso da solidariedade democrática realizada pelo Fórum de Economia Solidária do Distrito federal e Entorno, no processo de identificação das relações sociais entre os seus membros e segmentos, no processo de afirmação da Economia Solidária no Brasil, como movimento social e como política pública.

Enfoca-se a pertinência dos vínculos sociais, pela teoria da dívida, nas ações e atividades do Fórum. Destacam-se os desafios e as perspectivas da construção de outra economia e sociedade.

No quinto capítulo aprofunda-se a análise dos dados da pesquisa, pelos discursos sociais coletivos, dirigido aos EES e pelo questionário aplicado aos membros participantes do Fórum Distrital. Os resultados apresentados pelos DSC são analisados e

mostram a natureza dos vínculos sociais e a sua interferência na afirmação da Economia Solidária.

A pesquisa apresenta a possibilidade de se compreender uma nova realidade a partir da aproximação das reflexões entre o aporte teórico - teoria da dádiva - e as experimentações dos Empreendimentos de ES. Revela o percurso da transformação social, política e econômica que a Economia Solidária vem desenvolvendo no Brasil, configurando novas práticas, novos saberes, novas relações sociais, novas alianças e novos desafios para a consolidação da democracia no país.

CAPITULO 1

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

1.1 A Economia Solidária como Movimento Social

A opção por escrever sobre a história da Economia Solidária no Brasil, a partir de sua construção no Fórum Social Mundial – FSM, e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, foi por compreender que esses espaços se tornaram um dos lugares reconhecidos de representação política e reivindicativa de setores da sociedade civil, que foram prejudicados pela política neoliberal e por isso propõem um projeto de sociedade alternativa ao capitalismo.

A possibilidade de escuta das necessidades dos setores da sociedade civil nesse espaço político público não estatal permitiu o seu processo de politização em busca do reconhecimento de seus direitos, tornando-a protagonista do movimento social de Economia Solidária - ES. Certamente, foi nesse espaço político que as reivindicações da classe trabalhadora brasileira encontraram suporte de reflexão e ação.

Santos (2003), afirma que “o espaço do FSM não começa nem termina neste espaço mundial de encontro. Ele é o momento de convergência de movimentos que lutam, se encontram e seguem lutando”. Na verdade, os debates e as estratégias pensados nos encontros do Fórum Mundial têm influenciado nas ações dos países, preocupados em mudar a trajetória histórica de suas populações para outra forma de produção social.

Os Fóruns representam e reconhecem os movimentos sociais e populares, de tradição histórica de longa luta, associados às entidades e organizações, que buscam alternativas para a construção de outra economia e sociedade, alicerçados pela solidariedade e pela cidadania.

No processo de construção, afirmação e composição de agendas propositivas, realizados por movimentos sociais na atualidade, os Fóruns têm representado uma das expressões mais concretas de auto-organização política e social de atores sociais que buscam a emancipação social.

Setores da sociedade civil, onde se reúnem grupos e movimentos sociais, entidades e Organizações Não Governamentais – ONGs, se organizam coletivamente

para dirigir protestos à globalização neoliberal, em relação à imposição da hegemonia do sistema capitalista, como única alternativa de projeto social para pensar alternativas de emancipação social, a partir do reconhecimento de outras práticas econômicas e sociais, realizadas pelos países que encontram a maior parte de suas populações excluídas do mercado assalariado.

A importância da constituição de Fóruns Mundiais, Nacionais, Regionais e Locais, pode ser focada sob três aspectos: são constituídos pela própria sociedade civil, com demandas apropriadas a esse campo de interesse; tornam-se espaços articuladores, abertos e propositivos, com a realização de encontros, debates, troca de experiências, formulação de alternativas e propostas de ações coletivas; e, fundamentalmente, são espaços públicos não estatais, mas com interlocução privilegiada com o Estado nas suas reivindicações.

A força desses novos espaços de engajamento público está na base articuladora proporcionada pelos encontros dos Fóruns entre países e povos, que se reconhecem pela luta contra a hegemonia neoliberal, mas mantém um espaço caracterizado pela unidade na diversidade, multiplicidade de idéias, representatividade intelectual e moral.

Um exemplo expressivo foi o Fórum Social Mundial¹-FSM, cujos encontros, no período de 2001 a 2008, reuniram países como o Brasil, a Índia e países da África, com mais de 100 mil participantes, para pensar estratégias na construção de uma sociedade mais justa. Esses encontros foram avaliados por diversos autores e participantes, que expressaram as suas opiniões e deram contribuições para torná-lo um espaço efetivamente democrático, por meio de propostas conseqüentes e referentes.

As avaliações realizadas dos encontros do FSM, no período de 2001 a 2008, expressas em documentos oficiais, traduziram-se em reflexões importantes sobre a sua trajetória e o seu papel, enquanto espaço aglutinador de forças sociais, ideológicas e culturais, contra o neoliberalismo hegemônico e unilateral no mundo moderno. Deixou de ser um espaço de eventos e tornou-se um processo de planificação de ações coletivas.

Destaca-se os aspectos positivos que têm sido reconhecidos pelos participantes do Fórum e os desafios que necessitam ser enfrentados para se construir sociedades com justiça social.

¹ Segundo Santos (2005) o FSM é um conjunto de Fóruns (mundiais, temáticos, regionais, nacionais municipais e locais), que se organizam de acordo com a Carta de Princípios. Informação no site <http://www.forumsocialmundial.org.br/home.asp>.

As reflexões de Boaventura de Souza Santos, sobre os significados do FSM, permitiram repensá-lo como um fenômeno social e político novo, na medida em que traduz um espaço de socializações entre países que possuem trajetórias semelhantes nas relações com o sistema capitalista, que buscam a legitimidade de suas reivindicações contra os problemas sociais e econômicos, gerados pela imposição desse sistema econômico em suas sociedades.

Para esse autor, o espaço do Fórum traduz: 1) a possibilidade de interações entre os povos em busca de emancipação social por outro registro de relações econômicas e sociais; 2) levanta questões de natureza epistemológica, porque coloca em xeque a validade do conhecimento científico como o único detentor da verdade sobre as coisas do mundo; 3) questiona o conhecimento tecnológico a serviço exclusivo do conhecimento científico; e 4) promove uma justiça cognitiva global na ecologia dos saberes.

O FSM revela um espaço de crítica a um único direcionamento do sentido da história dos povos e a uma única projeção de desenvolvimento possível, marcado pelo parâmetro da modernização imposta pelo avanço técnico-científico, onde todos os países são medidos, ou como atrasados ou como avançados. O FSM busca recuperar a história dos povos segundo as suas diferentes temporalidades, os seus próprios critérios de construção e de valores.

Um aspecto importante colocado no debate do FSM é a lógica da classificação social, caracterizada pelas diferenças, principalmente de raça e sexo, que naturalizam e reforçam os lugares das pessoas na hierarquia social, assegurando uma dada forma de relação entre o capital e o trabalho. O FSM desvela as relações implícitas entre a hierarquia social e a classificação racial e sexual, utilizadas na justificativa das desigualdades geradas pelo sistema capitalista.

Uma idéia importante debatida pelo FSM é a relação entre o global e o local, onde as entidades locais se encontram aprisionadas pelo modo universal de construção do desenvolvimento das nações, desconsiderando as suas alternativas comunitárias na resolução dos problemas sociais e econômicos. O FSM faz reconhecer as práticas locais e as experiências que podem contribuir para alternativas de uma nova forma de sociabilidade.

Um dos fatores de discussão no Fórum é a ecologia das produtividades, que consiste na recuperação e valorização de sistemas alternativos de produção e organização econômica, trazidos pelos movimentos de economia popular, rompendo

com a proposta do sistema capitalista pautado pela produção em larga escala e exportação.

Esse conjunto de percepções, trazidas pelos participantes do FSM, sinaliza uma dimensão utópica real, porque nega um modelo civilizacional que valoriza relações competitivas e afirma que um outro mundo é possível, a partir do intercâmbio recíproco entre os povos. As expectativas voltam-se para a capacidade de articulação do FSM para transformar as idéias de emancipação em agendas políticas dos países participantes.

As diretrizes e as orientações sobre o FSM encontram-se na sua “Carta de Princípios”, que afirma seu significado como um espaço e não uma rede ou uma organização internacionais, cujos contornos políticos estão definidos por contraposição à atual ordem neoliberal mundial e pela afirmação de valores e objetivos expressos nesse documento (anexo 1).

A Carta de Princípios do FSM revela que esse é um espaço plural de engajamento de entidades e movimentos que querem uma globalização solidária, a serviço da justiça social e da soberania entre os povos. Nesse sentido se opõe à “lógica econômico-financeira, à concentração de poder político e militar e ao projeto societário de mercantilização e homogeneização cultural”. (FSM, 2003, mesa 1).

Segundo Salazar (2003), o FSM é “um espaço mundial onde se encontram, pensa e propõe alternativas todos os movimentos sociais, ONGs, sindicatos e centros de pesquisas, que assumem sua Carta de Princípios”.

Na opinião desse autor o FSM deve manter a sua caracterização enquanto espaço plural, mas respeitando a identidade demarcada pela Carta: continuar apartidário, não forçar consensos, não ter unanimidade e nem uniformização. Sua principal função seria manter a diversidade e não ter a obrigação de assumir um programa de ação concreta.

O perfil dos participantes do FSM foi definido pelo levantamento realizado pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em 2003, apresentando as seguintes características: são, em sua maioria, brasileiros, na quase totalidade de mulheres; forte presença de jovens com idade inferior a 25 anos, empregados em instituições, ONGs e funcionalismo público; o setor terciário representa 79,5% das ocupações dos participantes; e a religião católica mostrou-se dominante, representando 61,6%.

O inquérito apresentou o significado da globalização para os participantes na dimensão econômica, apontando a concentração de riquezas e o domínio do capital e, na

dimensão social, maior oportunidade de participação para os pobres, relativa à conexão entre as sociedades. Quanto aos caminhos para o processo de construção de outro mundo, sinalizaram a mobilização da sociedade civil e a democratização dos governos.

A trajetória dos FSM, no período de 2001 a 2008, representa a construção de um espaço de relações democráticas e os desafios para a manutenção de uma democracia interna e demarca a passagem de um espaço de eventos para um processo de aglutinação de forças políticas contra o neoliberalismo, voltado para o conservadorismo.

A proposta do FSM é torná-lo cada vez mais mundializado, com a participação mais equitativa dos países, mesmo porque o Brasil sempre se manteve com o maior índice de participação. Nesse sentido os encontros na Índia e África contribuíram para esse objetivo.

Quadro 01: Quadro Demonstrativo da Trajetória do Fórum Social Mundial

Ano/ Local	Agenda	Participantes	Características	Proposições	Desafios
Porto Alegre: 2001, 2002 e 2003	Neoliberalismo e caminhos alternativos ao processo de globalização capitalista Trabalho como fator de cidadania e garantia de soberania entre os povos	170 mil Brasileiros: 85,9% Não brasileiros: 39,7% Mulheres: 51% Jovens (14-24): 37,7%: Empregados: 81,2% 42%: instituições e ONGs; 36%: funcionários públicos; 4,3%: indústria; 3,3%: agricultura; 12,9%: comércio. Religião católica: 61,6%	Formato continental Grandes conferências - Painéis estruturados por cinco eixos e 1.619 Oficinas e GTs (Grupos de Trabalhos).	Tornar as Conferências um diálogo coletivo Organizar melhor os tempos e espaços das sessões Revitalizar a OIT para as questões do trabalho.	Evitar as disputas entre os países, com apresentação individual e simultaneidade de atividades promovendo concorrência.
2004 Mumbai-Índia		130 mil	Formato continental Atividades menores - pequenos grupos com temas de interesse	Globalização do processo do FSM	Estabelecer clima de confiança entre ocidentais e orientais
2005 Porto Alegre	Crítica ao imperialismo, à guerra, à política econômica neoliberal.	155 mil participantes. Destes, 35 mil integrantes no acampamento da juventude e 6.880 comunicadores.	Totalmente autogestionado. Todas as atividades foram desenvolvidas pelas organizações participantes.	Uso do <i>software livre</i> . Bioconstrução, reciclagem do lixo, Economia Popular Solidária, democratização dos Meios de Comunicação	Testemunho pessoal aprendendo coisas novas e desaprendendo velhos hábitos. Melhoria na metodologia do Fórum,

		Pessoas de 135 países envolvidas em 2.500 atividades. 2.800 voluntários e voluntárias movidos pela consciência e pela solidariedade. Milhões de pessoas se conectaram ao Fórum pelas mais variadas formas de comunicação.	Nos 11 Espaços temáticos, foram afixados murais para receber propostas que resultassem das discussões e assembleias. (215 propostas foram afixadas) Presença ativa do FBES onde fez parte da própria infraestrutura do evento (alimentação, tablados, segurança, confecção das bolsas dos participantes, entre outros).	Social, Reforma Agrária, cuidado com a terra e as águas.	ética nas decisões por consenso, evitar disputa pelo controle do processo do FSM. Respeitar a diversidade, a polifonia de vozes, ter tolerância e igualdade.
2006 – três cidades sede	Sem agenda definida	Três cidades-sede do Fórum: Bamako (Máli), com 10 mil participantes; Caracas (Venezuela), 80 mil, e Karachi (Paquistão), com 30 mil participantes.	Descentralizado uma delegação de mais de 30 representante em Caracas. O FBES inscreveu quatro oficinas, co-organizou cinco conferências junto com redes internacionais e participou da Feira de Economia Solidária.	Participação mais efetiva e equilibrada de outros países	Regionalizar e estimular encontros locais com valor político próprio.
2007 - África: cidade de Nairóbi (Quênia)		70 mil	autogestionário, participativo, democrático Em 2007, o FBES realizou uma oficina de Confluência Internacional em Nairóbi.		
2008	Comunidades locais dos países que participam do FSM.	Organizações, Entidades Coletivas e Redes, de qualquer parte do mundo, planejam sua própria manifestação.	Autogestionário e descentralizado “Dia de Ação Global”	Construção de alianças e parcerias	Melhoria da aproximação entre países participantes do FSM.

Fonte: elaborado pela autora a partir de documentos de avaliação do FSM.

Verifica-se que os espaços de socialização garantidos no FSM têm permitido que os países participantes apresentem as suas experiências com o mundo do trabalho e da vida, de modo que o diálogo possa contribuir para que as expectativas sociais se transformem em agendas de lutas, bem como políticas de governo em relação ao desenvolvimento de seus países.

A metodologia implementada pelo Fórum Social Mundial buscou reforçar estratégias mais democráticas em lidar com a diversidade a partir de: a) conjugação do princípio da não existência de um sujeito político privilegiado na luta pela transformação social, considerando que todas as iniciativas éticas são importantes nas lutas contra o neoliberalismo; b) promoção da autogestão da construção da agenda de debates, substituindo eventos com grandes palestras para uma multiplicidade de temas, visando uma discussão horizontal, plural e democrática; e c) construção coletiva, em pequenos grupos, de atividades que permitam o encontro de muitas organizações e pessoas, tecendo redes, planejando ações e desdobrando em novos encontros.

A agenda do FSM, no período de 2001 a 2008, revela as inquietações dos países participantes e dá suporte aos debates, conferências e oficinas, onde se pensam estratégias e ações para a construção de outro mundo, pautado pela ética, pela solidariedade democrática e pela justiça social.

As proposições mais gerais afirmadas pelos países participantes são: a concertação democrática, o controle do espaço público pela sociedade civil e a cooperação descentralizada. Acredita-se que esses elementos possam assegurar novas perspectivas de melhoria do modo de vida de suas populações.

O que torna a luta comum aos integrantes do FSM é a condição semelhante em que se encontram seus países, que vivem no sistema capitalista, onde a exclusão social e a falta de proteção social são condicionantes da miséria, da violência e do desrespeito à vida humana.

Segundo Santos (2003), o principal objetivo do FSM é promover metodologias que viabilizem pensar utopias realistas e transformá-las em alternativas concretas contra a globalização neoliberal.

No entanto, a avaliação sobre o FSM realizada pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – tem apontado que há dificuldades dos países em desenvolver processos socializadores mais democráticos, de constituir laços entre si e de lidar com as diferenças culturais e sociais. Entendemos que

a diversidade é a grande potencialidade desse espaço político, mas também o seu grande desafio.

Esse fato levou à necessidade de se apontar, como um dos temas de debate do Fórum, a proposição de como construir as alianças. Com quem fazer as alianças? Contra quem? Essas questões suscitaram a proposição de se realizar uma política de desenvolvimento com a integração dos países, não exclusivamente econômica, mas fundamentalmente social, ligada às tradições de lutas enraizadas na história de seus povos.

Acredita-se que a manutenção de relações sociais democráticas entre os países pode permitir trocas de experiências, sobre as estratégias de produção da vida, de forma mais solidária.

Certamente, assegurar a dimensão democrática em um espaço com imenso potencial articulador das diferenças, das utopias, dos interesses individuais e coletivos, dos protestos e das expectativas diferenciadas, somente é possível mediante a construção dos laços de confiança entre os países, para se juntarem na elaboração e implementação de políticas sociais alternativas de desenvolvimento socioeconômico.

Entende-se que o FSM representa um espaço de relações mundiais, mas que assegura contatos micro-sociais, à medida que os participantes vão constituindo laços sociais, promovidos pelos encontros, debates, oficinas, programações culturais, trocas de experiências e intercâmbios. Essas interações sociais podem assegurar sentimentos de pertencimento a uma mesma causa.

O significado do FSM como espaço de interlocução da sociedade civil, em busca do reconhecimento de suas práticas econômicas e sociais, traduzidas pelo conjunto de protestos, reivindicações e expectativas em relação à construção de um outro mundo, assegura a reconhecê-lo como um lugar de interlocução e fortalecimento do movimento da Economia Solidária.

Assim expressa Moraes (2004), sobre as motivações dos países integrantes ao FSM:

“Diante da ameaça de exclusão, os trabalhadores são obrigados a buscar alternativas autônomas, já que as políticas governamentais – aquelas planejadas em Davos – são incapazes de disponibilizar à população, via mercado, emprego e renda em número e qualidade suficientes”.

Segundo esse autor, o FSM valoriza as alternativas de propostas de grupos da sociedade civil, que se encontram excluídos da sociedade capitalista e que para fugir da

miséria, precisam não só acreditar que um outro mundo é possível, mas, efetivamente, construí-lo.

Por isso, tem sido considerado pelos países participantes como a maior experiência coletiva das classes trabalhadoras, por meio de seus movimentos sociais, a busca conjunta e compartilhada de alternativas de outro modo de produzir e de viver.

Uma das questões de fundo debatida no FSM tem sido a relação entre a economia e a sociedade, argumentando que a economia deve servir a sociedade, no entanto, vimos que na sociedade capitalista se produz muito, porém, dissociado das necessidades humanas. Portanto, a crise está no modo de produção e na distribuição da abundância.

Os protestos vão à direção do não reconhecimento de outras práticas econômicas e sociais, que fazem parte das estratégias de vida e de trabalho dos países participantes do FSM, mediante uma política de imposição hegemônica do domínio do sistema capitalista. Essa imposição, segundo esses países, levou à desigualdade, à exclusão social, à violência, à injustiça e à destruição do meio-ambiente.

A partir das proposições geradas pelos países no FSM, e na busca de alternativas ao modo de produção capitalista, o tema da Economia Solidária foi ganhando sustentação e se destacou como elemento propositivo. Aparece na abordagem dos eixos temáticos, voltados para as reflexões e as críticas à hegemonia do programa neoliberal, nos conteúdos das propostas alternativas ao modelo capitalista e nas práticas metodológicas de organização do próprio evento.

Segundo Zeca Moraes, Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do RS, o tema da Economia Solidária foi introduzido no FSM em 2001 por meio de uma oficina realizada em dois dias. Afirma que:

“A grande participação do público é um indicativo de que cada vez mais trabalhadores se lançam a empreendimentos solidários como fonte de sobrevivência e demonstra também o crescente envolvimento de ONGs, universidades, associações, sindicatos e movimentos populares, que apoiam e fortalecem essas iniciativas solidárias”.

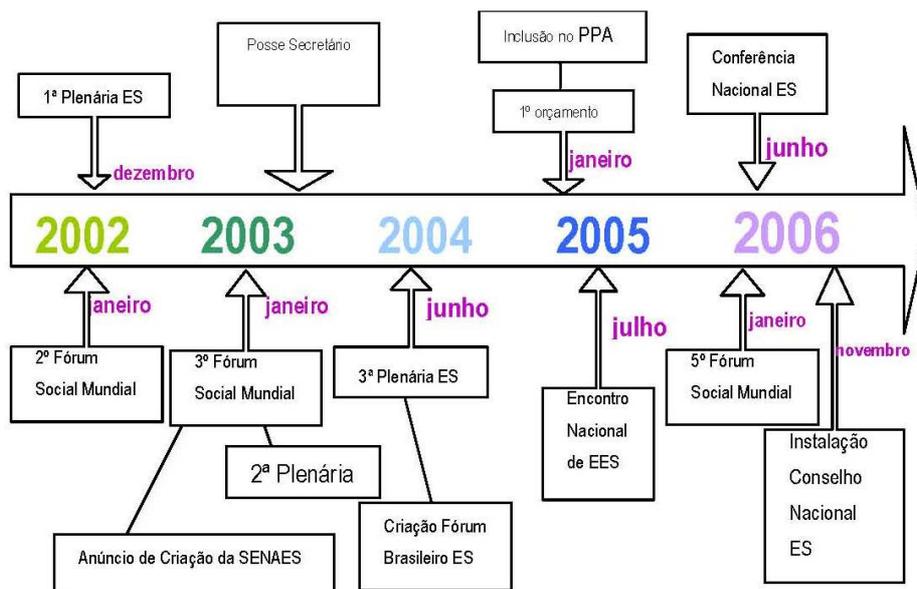
A oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, com 1.500 participantes, cuja temática foi a “auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda”, suscitou a criação

do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro) ², composto por ONGs, associações, universidades e institutos, que já vinham, desde a década de 80, construindo alternativas de organização do trabalho, junto aos grupos populares, para a geração de renda e de inclusão social, pautado por um projeto de solidariedade democrática.

Naquele momento havia a compreensão do GT-Brasileiro de que era necessário fortalecer o movimento social de Economia Solidária, a partir do reconhecimento da identidade dessa outra economia, caracterizar as suas atividades e investir na divulgação de suas novas práticas sociais, em uma articulação de dimensão mais ampla. É a partir deste grupo que se propõe a constituição de um Fórum em dimensão nacional.

A presença de membros do comitê organizativo do FSM, na constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, demarca relações sociais muito próximas e influencia na dinâmica de construção da Economia Solidária no país, conforme demonstrado na figura 01.

Figura 01 – Marcos temporais da articulação e institucionalização da Economia Solidária



Fonte: documentos oficiais do FBES, sistematizado por Gabriela Cunha.

² As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro foram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

No final de 2002, o GT-Brasileiro busca a articulação com o governo, elaborando uma Carta ao Governo Lula intitulada: “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, onde apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), encaminhada ao governo na I Plenária.

Na II Plenária Nacional da Economia Solidária, em 2003, o GT-Brasileiro decide mobilizar as bases estaduais para o debate sobre a constituição de um documento sistematizador sobre a Economia Solidária, a Plataforma de Lutas, a composição e a estrutura do Fórum Brasileiro.

Havia o entendimento de que se necessitava combinar as práticas socioeconômicas dos grupos populares, de âmbito local e regional, com uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento constituído, principalmente, por meio de empreendimentos de Economia Solidária e empresas de autogestão, nas diversas regiões do país (www.fbes.org.br).

Houve um processo mobilizador de 17 Estados brasileiros, com a participação de 900 pessoas de todas as partes do país, que discutiram sobre a identidade da Economia Solidária e aprovaram na III Plenária Nacional, em 2003, os documentos que sistematizaram a configuração do campo da Economia Solidária, apontando princípios, valores, estratégias e objetivos, denominada de “Carta de Princípios” (ver anexo 2).

A “Carta de Princípios” torna-se o documento referencial sobre a Economia Solidária no Brasil porque:

- 1) formaliza a estrutura e o funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que passou a representar o lugar legítimo de debates para a construção da ES no Brasil;
- 2) apresenta a Economia Solidária como projeto emancipatório, que resgata a cultura da cooperação e da partilha, como elementos importantes para a integração social, política, econômica e cultural de todos(as) que estão em interação em um dado território;
- 3) permite contribuir para a visibilidade do campo da Economia Solidária, na medida em que re-ligou entidades e organizações que estiveram envolvidas com a questão social, mas elaboravam as suas ações de forma isolada; e
- 4) define os valores e as estratégias para o campo da ES, a partir do compartilhamento de reflexões e ações junto às entidades e organizações participantes do FSM, que representam os setores da sociedade civil.

Também, na III plenária, se define a estrutura e a composição do Fórum brasileiro, que se torna a instância máxima de representação da Economia Solidária, na sociedade brasileira, apresentada na figura de composição do FBES.

Figura 02: Gráfico da Composição do FBES



Fonte: www.fbes.or.br

Segundo a estrutura do FBES³, ocorrem relações sociais de proximidade entre as instâncias organizativas de modo que assegura a democracia nas decisões e permite laços mais horizontais entre os seus membros. Assim, a representação dos Estados e dos segmentos do Fórum se torna equitativa, garantindo uma comunicação mais eficiente na conjugação das propostas para o campo da Economia Solidária.

A III plenária teve dois desdobramentos importantes para a Economia Solidária:

- 1) inicia-se um processo de interlocução do FBES com a SENAES, para qualificar as relações entre o governo e as organizações sociais;
- 2) desencadeou-se a criação dos Fóruns Estaduais e Regionais, que puderam garantir a regionalização da Economia Solidária no Brasil; e
- 3) aprofundou a integração regional do movimento de Economia Solidária pela articulação com a América Latina.

³ A principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, representada por entidades e redes nacionais de fomento (GT-Brasileiro), 3 representantes por Estado (que tenha Fórum ou Rede Estadual de Economia Solidária), onde 2 são empreendimentos e 1 é assessor ou gestor público. Há uma Coordenação Executiva Nacional, com o objetivo de manter a interlocução com o governo, os movimentos sociais e acompanhar a Secretaria Executiva Nacional. Essa Coordenação é composta por 13 pessoas, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do Norte, 2 do Nordeste, e 1 representante para cada uma das demais regiões), 5 representantes das Entidades e Redes Nacionais de promoção à Economia Solidária, e 1 representante da Rede Nacional de Gestores Públicos. A Secretaria Executiva Nacional constituiu-se em suporte ao FBES, em relação a gestão cotidiana das ações. Ainda existe os Grupos de Trabalho (GT's), que atualmente são os seguintes: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

É importante ressaltar que a construção da trajetória da ES no Brasil esteve associada às políticas de alianças em diferentes níveis, do âmbito local ao nacional, mas garantindo uma representação legítima no processo de ações propositivas, gerenciadas pelo debate democrático e por estratégias de resolver ou administrar os conflitos relativos à cosmovisão do mundo.

A história da Economia Solidária no Brasil será representada graficamente no quadro 02, a partir da agenda do FSM e FBES, onde se constituiu plenárias nacionais de debate e deliberações sobre a organização desse movimento social.

Quadro 02: Constituição da Economia Solidária no Brasil

Período	Acontecimento	Descrição
Anos de 1980 e 1990	Primeiras experiências de Economia Solidária Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias (RS) Políticas públicas regionais de ECOSOL - Cooperativas de Economia e Crédito Solidário.	Geração de renda e trabalho por ONGs, Cáritas (PACs) e MST Elaboração da “Carta de Porto Alegre”, entendendo a ES como alternativa social para a internacionalização do capital. Participação de países como México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha, Argentina e Brasil. Proposição de construção da rede. Programa de Economia Solidária em governos municipais e estaduais. Destaque para atividades no Rio Grande do Sul.
Ano 2000	Articulação Internacional I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias (RJ) Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária-RBSES	Rede Peruana de Economia Solidária, Redes do Quebec/Canadá/França. Participação de movimentos sociais, assessorias da sociedade civil e produtores solidários, para dinamizar a cadeia produtiva de ES.
Ano 2002	Fortalecimento da Rede Intercontinental pela Promoção de Economia Social e Solidária (Canadá).	Promoção de intercâmbio entre países dos hemisférios Norte e Sul para pensar a internacionalização da economia.
2001/2004	Fórum Social Mundial	Porto Alegre e Índia. Intercâmbio de idéias e experiências de ES.
2001	Grupo de trabalho Brasileiro de Economia Solidária.	Articular e mediar os interessados no tema e representar, junto ao Comitê Internacional, as redes internacionais da Economia Solidária . Constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais.
2001	Rede Global de Socioeconomia Solidárias	Rede com 21 países para integrar a produção e a comercialização locais e nacionais.
2002	I Plenária Brasileira de Economia Solidária	Definiu a articulação nacional de trabalhadores na ES e entidades de assessoria.

2003	III Fórum Social Mundial II Plenária Brasileira de Economia Solidária	Instituída a Secretaria Nacional de ES no Ministério e Trabalho e Emprego. Mobilizações pelo país, a nível de Estados, com o objetivo de realizar debates sobre a identidade (Carta de Princípios), a Plataforma de Lutas, o caráter e a composição do Fórum Brasileiro, a ser criado.
2003	III Plenária Brasileira de Economia Solidária Fórum Brasileiro de Economia Solidária Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária	Convocada pelo GT-Brasleiro, precedida por plenárias regionais em 18 Estados. Criação do FBES, que passa a ser o mediador e o mobilizador da ES. Reuniu-se com 800 delegados das 18 plenárias estaduais. Instância máxima de organização da sociedade na Economia Solidária. Composta por assessores, empreendimentos e gestores públicos. Elaboração da Plataforma de Luta e Carta de Princípios. Articulação de gestores governamentais em rede, para fomentar e implementar políticas públicas de ES.
2003/2005 2003 2003 2004 2005 2007	Criação de Fóruns Estaduais Criação do Fórum Distrital de Economia Solidária Criação do Conselho Nacional de Economia Solidária Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária, em Brasília. Mapeamento da Economia Solidária IV Plenária Nacional de Economia Solidária	Implementação de Fóruns nos Estados Criado em 29 de maio de 2003, com 400 pessoas e foram tirados 40 representantes dos três segmentos: Empreendimentos de Economia Solidária-EES, Entidades de Apoio e Fomento-EAF e Gestores Públicos-GP, que começam a elaborar a proposta de ação para o fortalecimento da Economia Solidária no Distrito Federal. Decreto Presidencial, com participação de 56 integrantes, com representantes do governo, a nível federal, estadual e municipal, empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio. O objetivo é a institucionalização e o reconhecimento da Economia Solidária Reuniu 2.500 representantes de todos os Estados brasileiros, onde foram criados Fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais. Em alguns Estados a ampliação do Fórum consiste em estruturar fóruns sub-regionais e municipais. É assegurada a participação majoritária dos empreendimentos. Levantamento de informações e criação de um banco de dados nacional sobre Economia Solidária. Foram envolvidos 230 entidades e 60 técnicos e entrevistadores. Mapeados 15.000 mil empreendimentos econômicos solidários Debate sobre a reestruturação do FBES e reflexões das bandeiras de lutas para o fortalecimento da Economia Solidária

Fonte: elaborado pela autora a partir da documentação do FBES.

Observa-se que a afirmação do campo da ES no Brasil ocorre pela articulação nacional e internacional no interior do FSM, na expectativa de tornar reconhecida as praticas socioeconômicas de grupos populares como alternativas possíveis ao sistema capitalista. Também articulou entidades e organizações de apoio e fomento, que há muito tempo já estavam desenvolvendo atividades em prol da integração social desse setor da sociedade civil.

Pode-se considerar que a construção do Campo da Economia Solidária no Brasil esteve associada a esse conjunto de experiências econômicas e sociais, realizadas pela sociedade civil⁴, nos últimos vinte anos, devido a dois fatores complementares: a) recomposição de forças políticas com os novos movimentos sociais; e b) uma crise de acumulação capitalista, que promoveu um alto índice de desemprego e precarização do trabalho. Esses dois fatores vêm a contribuir para as novas possibilidades históricas de organização da classe trabalhadora, no século XXI.

Esse fato motivou grupos populares, primordialmente atingidos pela crise do trabalho, a buscarem alternativas de enquadramentos coletivos, especialmente compondo alianças com diferentes entidades de apoio e fomento para pensar outra proposta de sociedade, a partir das formas diferenciadas de organizar o trabalho e a produção.

Portanto, houve a contribuição para que diferentes entidades da sociedade civil se organizassem com a finalidade de contribuir para uma nova gestão do trabalho e instituir outras formas de integração social, que permitissem um novo modo de viver. A solidariedade democrática e a justiça social seriam elementos fundamentais para configurar as novas bases do tecido social.

O campo da ES foi se constituindo por uma progressiva aliança entre diferentes segmentos da sociedade civil, estabelecendo relações de confiança, mas que reconheceram as suas dificuldades de filiação e as suas diferenciações nas relações entre os seus membros. Esses segmentos buscaram pressionar por mudanças, nas interações entre as instâncias do econômico, do social e do político, de modo a permitir um

⁴ Entendemos por sociedade civil as instituições, organizações e atores que possuem formas de organização baseadas na cooperação voluntária e na solidariedade. São constituídas por movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações de moradores, grupos de base e de ajuda mútua, associações filantrópicas, sindicatos, entidades estudantis e todas as formas de associativismo que lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação de direitos políticos e mudanças de valores para o bem-comum (Silva&Borba, 2006). ABCRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito; ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário; ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão; Cáritas Brasileira; ECOSOL - Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária; FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômica; IMS – Instituto Marista de Solidariedade; ITCP – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul; RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Rede UNITRABALHO; UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; e UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.

possível diálogo com o Mercado e o Estado, por meio das representações de suas instituições.

De fato, as diferenciações das instituições e suas dificuldades de filiações devem ser reconhecidas se quisermos compreender a natureza e as formas que vieram assumindo a construção de outra economia e sociedade no espaço brasileiro.

A importância de interações entre entidades de apoio a movimentos e grupos sociais, que possuem objetivos comuns, foi afirmada por Baud (2007), ao constatar que:

“A trajetória da Economia Solidária no Brasil está associada à construção das relações entre os segmentos da sociedade civil, que estão em um processo de reconhecimento de suas alianças, a partir de suas diferenças e singularidades, mas que possuem um objetivo comum, que é a construção de um projeto político emancipatório”.

É importante destacar a constituição, a forma de participação, o perfil, as condições de representações locais e nacionais das instituições que fazem parte da construção do campo da ES, enquanto movimento social.

Baud (2007), em um artigo⁵, apresenta a construção do campo Economia Solidária no Brasil, conjugando os atores sociais e as suas relações no engajamento pela busca de uma outra sociedade, qualificando este movimento social como gerador de transformações profundas no modo de produzir e distribuir a riqueza do país.

A expansão e a estruturação do campo da Economia Solidária ocorreram mediante uma diversidade de atores sociais, com propostas de alternativas diferenciadas, mas que se traduzem por uma causa comum, que nortearam as diretrizes da ES, em relação aos seus princípios, valores e estratégias.

A expectativa de construção de outro projeto de sociedade esteve presente nos objetivos desses atores sociais, mesmo que os caminhos para obtê-lo fossem divergentes. O que assegurou o sentimento de pertencimento a uma mesma causa foi a compreensão de que a gestão do social deveria ser realizada pela concertação coletiva, pelo poder compartilhado e pela solidariedade democrática.

⁵ BAUD, Céline. **L'économie Solidaire au Brésil: de L'émergence Du Mouvement à sa Reconnaissance par L'Etat**. Paris: X-Nanterre, septembre, 2007.

A representação gráfica, proposta por Baud (2007), mostra as entidades e organizações que foram responsáveis pela configuração do movimento social de Economia Solidária e que desenharam as suas características, a partir de experiências históricas com o mundo do trabalho e da exclusão social no Brasil. A maioria delas faz parte da coordenação do FBES, atualmente, compondo 16 entidades e redes nacionais, que se articulam nacional e internacionalmente em prol do avanço do movimento da Economia Solidária. (ver fig. 03)

Serão enfocadas algumas experiências dessas organizações e instituições, que fizeram parte do GT brasileiro no FSM, considerando que foram responsáveis pela trajetória do campo da ES no Brasil, por afirmarem ser a Economia Solidária um movimento social e, posteriormente, ser uma política pública social.

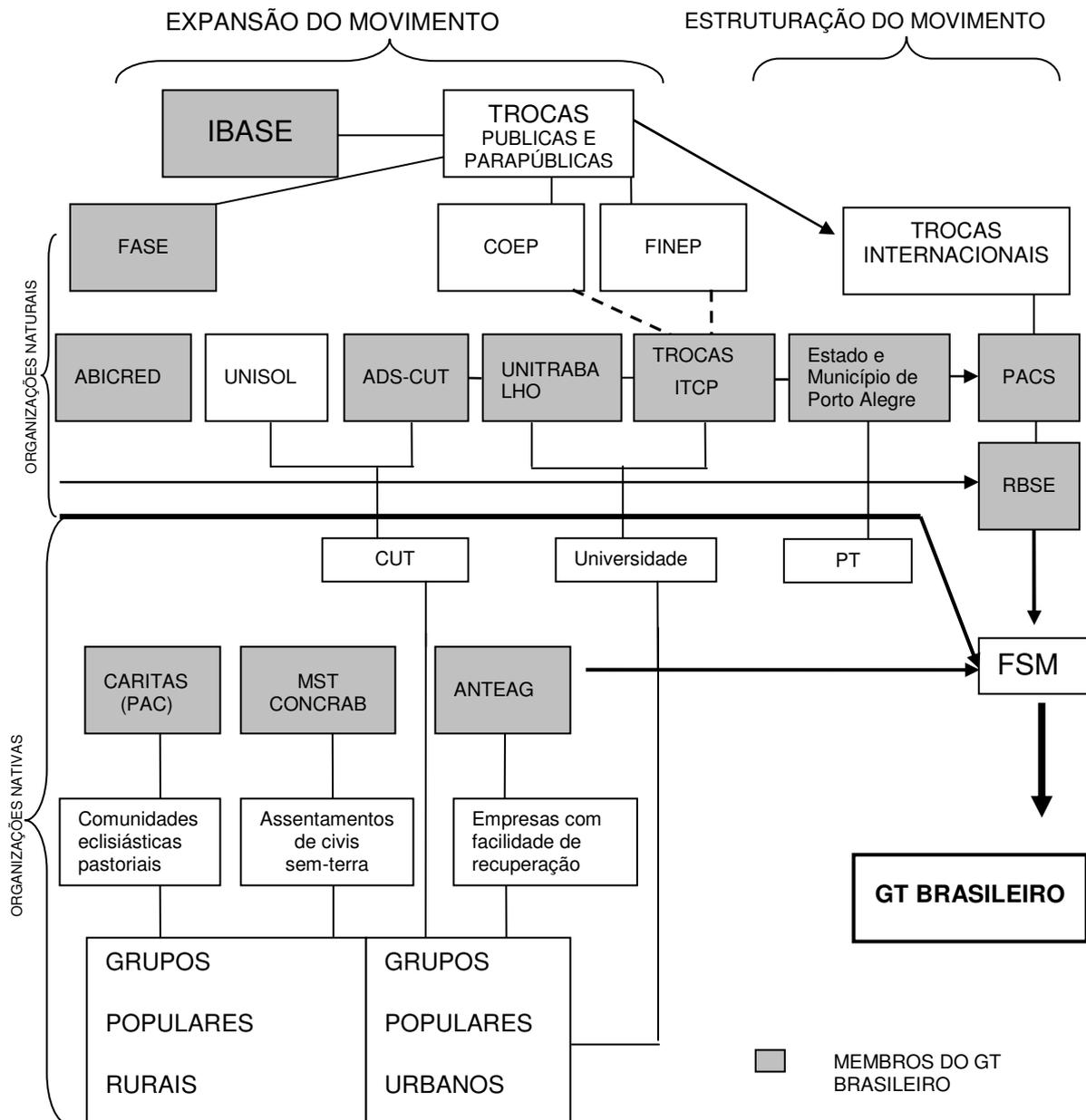
O contexto que marca a liberalização da economia, com a abertura das importações, ocasionou a falência de empresas, principalmente familiares, de propriedade de capital de origem nacional. A consequência desse fato foi a demissão de muitos trabalhadores, agora sem renda, sem trabalho e sem emprego.

Esse fato provocou um movimento de luta pela manutenção dos postos de trabalho, por meio da recuperação dessas empresas pelos próprios trabalhadores. Essa motivação proporcionou a criação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG,⁶ em 1994, para assessorar a transformação de empresas falidas em empresas solidárias, com o objetivo da manutenção dos postos de trabalho, porém, sob outra forma de organizar o trabalho coletivo, de modo que os trabalhadores tornam-se detentores dos meios de produção.

O processo de gestão participativo-democrático foi denominado de autogestão e compreende a capacidade coletiva para resolver os problemas, a conjugação entre o pensar e o fazer, a autonomia e a co-responsabilidade nas decisões, o direito à informação, à partilha do poder no controle da empresa solidária.

⁶ Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG: fez parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e dos Assuntos Internacionais - SEDAI. Organizou 420 empreendimentos em 129 municípios, constituindo 18.519 postos de trabalho. Realizou o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, parceria com prefeituras nos Estados de Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo.

Figura 03: Expansão do Movimento Social de ES



Fonte: Céliné Baud - 2007

A ação da ANTEAG⁷ promoveu a ampliação de apoio público e legal à recuperação de empresas pelos trabalhadores, por meio da nova Lei de Falências, que

⁷ Em 2003, a ANTEAG realizou o Congresso Brasileiro de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e foi reconhecida como representante política dirigida por um Conselho de representantes dos trabalhadores e empreendimentos autogestionários.

Experiências de aprendizagem em autogestão ocorreram em cooperativas como a COOPAL, uma Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul; na COOPERMINAS, Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma, Santa Catarina e no sistema UNIFORJA - Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, englobando

estimula um plano de recuperação associado à organização de cooperativa ou associação, adotando a autogestão como princípio e alternativa legítima na recuperação judicial de empresas.

A importância da ANTEAG no fortalecimento do campo da Economia Solidária, implementando o desenvolvimento de metodologias de autogestão e a recuperação de empresas falidas, com o conhecimento jurídico e tecnológico, vai além nas mudanças dos princípios do cooperativismo, na formação de cooperativas e na proposta da Lei do Cooperativismo, contribuindo para o marco jurídico da Economia Solidária – ES, e pela afirmação da autogestão como alternativa econômica e social.

Os desafios têm sido muitos, como a qualificação das metodologias de gestão com viés participativo, em um ambiente de relações sociais que possui a cultura individualista, racional e utilitária, voltadas para interesses pessoais e ganhos monetários; garantia de sustentabilidade do negócio em si e do projeto social da empresa; prática de autogestão no interior da própria ANTEAG; e continuar como entidade independente de partidos políticos, sindicatos e igrejas, para manter-se como movimento social autônomo.

A importância dessa associação de empresas auto-recuperadas se traduz pelo diálogo estabelecido com o movimento sindical⁸, cuja redução drástica no emprego formal e na ampliação de novas categorias de “trabalhadores sem trabalho” causou impactos na ação sindical, dificultando a base organizativa dos trabalhadores, porque se descentraliza as negociações coletivas, aumentando o poder de negociação direta com a empresa e o trabalho real, passando a ser representado mais pelo trabalho informal, desassalariado e precarizado, diminuindo o poder de representatividade do sindicalismo corporativo.

Nessa perspectiva se delineia outro projeto político sindical, com ações propositivas de aproximação aos princípios da Economia Solidária⁹, que ocorreu

quatro cooperativas e, também, na JUSTA TRAMA, cooperativas do setor têxtil. Essas cooperativas buscaram aplicar os princípios do cooperativismo, desenvolvendo as propostas do trabalho emancipado.

⁸A crise do sindicalismo está assentada nas heranças do modelo corporativo, que não foi capaz de construir uma forte organização nos locais de trabalho ao mesmo tempo que provocou a pulverização da organização, resultando numa baixa capacidade de resistência e luta e numa grande dificuldade em se adequar às transformações no mundo do trabalho e da produção.

⁹No ano de 2000, o 7º Congresso Nacional da CUT – Central Única dos Trabalhadores, analisando as transformações na economia, no mercado de trabalho e a persistência do modelo sindical corporativo, aprovou a construção de uma economia solidária como uma das estratégias para as ações políticas da CUT. As principais tarefas da CUT são: o combate ao falso cooperativismo; incentivar a organização dos desempregados; lutar pela criação de linhas de crédito e políticas públicas; realização de mobilizações

mediante o desenvolvimento de políticas que pudessem superar os condicionantes econômicos, legais e sociais, que dificultam a integração dos trabalhadores à sociedade.

O projeto de Desenvolvimento Solidário da CUT surgiu com a elaboração de uma proposta sobre a política da Central para a Economia Solidária, realizada por um Grupo de Trabalho em parceria com a ICCO da Holanda - Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento, a Fundação Unitrabalho e o DIEESE. Essa proposta foi apresentada em um seminário internacional, em 1999, quando foi criada a Agência do Desenvolvimento Solidário - ADS¹⁰.

A principal ação da ADS foi criar um sistema de financiamento às cooperativas autogestionárias. Realizou parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e com o banco holandês Rabobank, para a criação de uma rede de crédito solidário formado por cooperativas de crédito e um banco cooperativo. Essa ação contribuiu para qualificar uma das bandeiras de luta da ECOSOL no campo das finanças.

No caso das empresas falimentares os sindicatos têm acompanhado e assumido o processo junto a ANTEAG, visando a recuperação dessas empresas, que podem favorecer a manutenção dos postos de trabalho por meio da forma organizativa em cooperativa.

Na visão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC¹¹ as cooperativas representam: 1) alternativa às políticas neoliberais, com a promoção de crescimento econômico com a inclusão de setores que se mostravam inviabilizados; 2) avançada forma de organização do processo produtivo, baseado na autogestão e no espírito de solidariedade; e 3) resposta aos processos de reestruturação produtiva e solução para empresas que enfrentam dificuldades financeiras.

conjuntas em defesa do emprego; implementar um programa de educação em Economia Solidária; e atuar na construção de um novo cooperativismo por meio da ADS.

¹⁰ A Agência de Desenvolvimento Solidário foi criada com o objetivo de gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; de democratizar o crédito, por meio da criação de um Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; de promover a educação permanente dos trabalhadores para a economia solidária; de sistematizar e construir novos conhecimentos empíricos e teóricos no campo da economia solidária; de organizar as redes de economia solidária e viabilizar a inserção dos empreendimentos econômicos solidários no mercado; de formular propostas para a legislação e políticas públicas para a economia solidária; e de difundir os princípios da Economia Solidária na sociedade.

¹¹A região do ABC compreende a principal região industrial de São Paulo e agrupa o Estado de São Paulo, comunidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá; Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O Sindicato dos Metalúrgicos e Químicos do ABC e um grupo de cooperativas de trabalhadores formaram a UNISOL Cooperativas, uma associação com o papel de unir, organizar, incentivar e defender as cooperativas do Estado de São Paulo. Entre os seus planos iniciais estava o de obter linhas de financiamento para viabilizar o crescimento das empresas cooperativas e a promoção de cursos de qualificação e requalificação voltados para o cooperativismo.

Mediante a importância das cooperativas, como estratégias de organização da produção em bases democráticas, as experiências de autogestão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra possuem uma proposta cooperativista qualificada, pois essa forma associativa significa o direito à terra e ao trabalho. O projeto cooperativista é entendido como um projeto político, técnico-educativo e induz à negação do trabalho assalariado.

Afirma Singer (1998), que as ocupações de fábricas pelos trabalhadores são semelhantes às ocupações de terras dos Sem-Terra, ambas são formas diretas e autogestionárias nas ações políticas dos trabalhadores.

Atualmente o MST criou a CONCRAB, uma confederação de cooperativas que representa a articulação das cooperativas agrícolas locais, reunidas a nível estadual, numa dimensão nacional, onde se planeja, se comercializa e se organiza a produção dos trabalhadores sem-terra. A importância dessa confederação é a sua proposta política onde a terra, a tecnologia, o capital, a localização e o mercado são elementos fundamentais para a reforma agrária.

O projeto cooperativista, que propõe o movimento, assegura a mediação com o Mercado e o Estado, na reivindicação pela integração social. Caminha-se da luta pela terra para a luta pela cidadania, com o acesso democrático ao conhecimento e o reconhecimento da utilidade do trabalho.

Importante ressaltar que a luta dos trabalhadores sem-terra se aprofunda pela intensificação do desemprego, que ocasionou o processo falimentar, onde muitos trabalhadores(as) se viram desempregados, sem trabalho e renda, e decidem “tentar a sorte no campo”. Mesmo a atuação da ANTEAG não possibilitou a recuperação de muitos postos de trabalho, o que levou a Cáritas Brasileira a ampliar seu papel e a sua função como entidade de apoio aos grupos populares excluídos do sistema capitalista de produção.

A experiência da Cáritas Brasileira¹² é um exemplo de prática de assistência social para a emancipação econômica, política e espiritual de grupos que estão empobrecidos e desfilados do mercado assalariado. Desenvolve atividades assistenciais, com a distribuição de donativos e alimentos, atividades promocionais com obras sociais de inspiração católica e a solidariedade libertadora, por meio do apoio às iniciativas comunitárias e associativistas.

Para atender as necessidades reais das comunidades, a Cáritas Brasileira criou, na década de 80, os Projetos Alternativos Comunitários - PACs¹³, com a proposta de construir, coletivamente, com as comunidades, as saídas para a exclusão social. Segundo Bertucci (2003), os PACs foram instrumentos para o fortalecimento de estruturas comunitárias, produtivas e organizativas, para a geração de renda.

A experiência trazida pela Cáritas Brasileira com a educação popular, o processo de acompanhamento sistemático aos grupos apoiados e a sua integração aos movimentos populares, especialmente à Economia Popular Solidária, contribuiu para o aperfeiçoamento de metodologias e ações de entidades que se propuseram a construir uma outra economia e sociedade.

No entanto, alguns desafios foram ocorrendo ao longo do trabalho comunitário dessa entidade, apontados pela avaliação realizada na década de 90: vencer o assistencialismo; perceber os “beneficiários” como sujeitos participantes e não como seres carentes; excluir grupos em estágio preliminar de organização, pela dificuldade de apresentar resultados nos prazos estabelecidos pelas entidades financeiras; e critérios inadequados de acesso de determinados grupos sociais aos fundos de crédito geridos pela Cáritas.

¹² A Cáritas Brasileira faz parte de uma rede de Cáritas Internacional, ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, com o objetivo de dar sustentação à ação social da Igreja. É composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Desenvolve suas atividades com fundos gerados pela Campanha da Solidariedade e fundos doados pelas Entidades Confessionais do Primeiro Mundo voltadas para a cooperação internacional.

¹³ Os PACs foram as sementes do que hoje é chamada de Economia Popular Solidária (EPS). Nesses 25 anos, a Cáritas Brasileira tem apoiado grupos (associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas), por meio de projetos social-organizativos ou econômico-produtivos, baseados em formas autogestionárias de trabalho. E os Fundos Solidários tornaram-se uma das principais vertentes do movimento de economia popular solidária no Brasil. Desde 2000, o programa nacional de EPS passou a ter três objetivos: promoção e formação de agentes e lideranças da Cáritas; acesso aos recursos dos Fundos; e articulação em redes e fóruns. As feiras de EPS, além de espaços de comercialização, possibilitam também o intercâmbio de experiências entre os empreendimentos.

O contexto histórico em 2002, com o governo de esquerda, comandado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi promissor às propostas de mudanças sociais em favor da classe trabalhadora. Esse momento contribuiu para que a Cáritas aperfeiçoasse as práticas de apoio aos grupos excluídos e modificasse o seu entendimento político da saída da crise capitalista.

O desafio maior tem sido transformar as alternativas econômicas solidárias em políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. O fortalecimento dessas propostas, junto ao governo brasileiro, está associado aos níveis integrativos das entidades de apoio e fomento, que devem estar qualificadas por relações de solidariedade e de complementaridade.

A Cáritas se coloca como protagonista no processo de articulação de entidades com o governo, com as Universidades e com as ONGs, onde a preocupação tem sido com a gerência de uma articulação que pressuponha o aprimoramento dos elos horizontais entre os parceiros.

“A preocupação da Cáritas é de fortalecer a articulação dessas entidades nos níveis regional, estadual e nacional, para que consigam potencializar as iniciativas de EPS e, assim, somar-se aos demais movimentos sociais populares, para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e solidário”.
(Bertucci, 2003)

A influência da Cáritas Brasileira no campo da Economia Solidária está no reconhecimento do desenvolvimento local comunitário e na construção de redes de complementaridade solidária. Acredita no valor da solidariedade como elemento gerador de mudanças na vida das pessoas. Inicialmente tratava-se de uma proposta de solidariedade caritativa e, posteriormente, compreendeu-se que havia a necessidade de fortalecer a solidariedade democrática para o enfrentamento da exclusão social.

A própria história da Cáritas faz parte da história da Economia Solidária no Brasil, participando diretamente de sua construção e de seu fortalecimento, seja na liderança da constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, seja nos grupos de trabalho, conjugando atividades de intervenção social, seja nas experiências acumuladas de educação popular.

Os objetivos da Cáritas Brasileira hoje têm sido o de contribuir na qualificação do programa de políticas públicas¹⁴, que visa o fortalecimento da sociedade civil para

¹⁴ A Cáritas está presente no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho das Cidades e em inúmeros Conselhos Estaduais e

intervir na democratização do Estado, tornando-a participante na conquista e no controle das políticas públicas e, conseqüentemente, na ampliação da cidadania ativa.

Em síntese, o campo da Economia Solidária no Brasil foi se consolidando pelas experiências de autogestão, orientadas pela ANTEAG; pela proposta do cooperativismo, implementado pelo MST; pelo apoio dos sindicatos às empresas solidárias e na inserção dos projetos alternativos; e pela participação da Cáritas¹⁵.

Estamos assistindo, desde a década de 80, a sociedade civil assumir o seu papel defensivo de resistência às políticas de mercado e do Estado neoliberal, e seu papel ofensivo na construção da democracia participativa, pela concertação entre as esferas constitutivas da vida social.

O momento histórico é apropriado para a sociedade civil elaborar um projeto social e político emancipatório, que possa reforçar os laços sociais, pela construção de um projeto coletivo de desenvolvimento social, onde se aprenda a lidar com as diferenças e a dialogar com o mercado e o Estado, sob novas perspectivas, na expectativa de construir vínculos sociais pautados pela solidariedade, justiça social e o bem-comum.

O conjunto das experiências trazidas por essas entidades e organizações foram aproximadas e sistematizadas no interior da agenda do FSM e do FBES, o que permitiu o fortalecimento do Movimento Social de Economia Solidária e contribuiu para a focalização das diretrizes de uma política pública social que viria, em 2004, fazer parte da estratégia de desenvolvimento do Brasil.

De acordo com o documento produzido pela equipe de sistematização da IV plenária do FBES, ocorrida em 2007, destacou-se que o Fórum Brasileiro é um

Municipais. E, mesmo sem assento no Conselho Nacional da Assistência Social, a atuação deste organismo foi continuada, especialmente no acompanhamento da execução de programas e de processos de entidades próprias e parceiras. Em 2006, ressalta-se, também, a participação nos processos das Conferências de Economia Solidária e de Direitos Humanos. Uma das prioridades da Cáritas em 2006 foi o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Com base na primeira lei de iniciativa popular, a Lei 9840/99, foi possível cassar, em sete anos, “mais de 600 políticos em todo o Brasil que fizeram uso da compra de votos ou da máquina administrativa em suas campanhas eleitorais. A partir do lançamento da cartilha popular, foram realizadas visitas às escolas públicas para sensibilização e mobilização da juventude, visando a valorização do voto cidadão e a colaboração no combate a práticas de corrupção”.

¹⁵ Os projetos desenvolvidos entre os anos 2004 e 2007 direcionaram-se para o controle social, com a participação em conselhos e fóruns de políticas públicas, nos processos orçamentários nacionais e, em alguns, municipais; formação em políticas públicas, realizando cursos teórico-práticos em muitas regiões do país; mobilizações cidadãs, expressas nas lutas ligadas às dívidas externa e interna; e dos tratados de livre comércio. Hoje, atua junto a diversos movimentos sociais: Fórum Social Mundial, Pan-Amazônico e Brasileiro; 4ª Semana Social Brasileira; Assembléia Popular; e Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco, entre outros.

instrumento do movimento de Economia Solidária, um espaço de articulação e um espaço de diálogo entre diversos atores, pela construção da Economia Solidária como base fundamental de um outro desenvolvimento sócio-econômico do país, baseado na solidariedade democrática.

Segundo Singer (2003), a criação do FBES representou o nível de organização da sociedade civil, pois conseguiu sintetizar a luta dos movimentos sociais da década de 90, como a Igreja, os Sindicatos e as Universidades, que possuíam idéias contrárias ao programa neoliberal.

Lebout (2006) confirma a importância do Fórum Brasileiro ao se transformar em uma das organizações representativas da Economia Solidária, regionalmente e setorialmente. Segundo ele, não tem movimento social no Brasil que conheça Economia Solidária e não passe a incluí-la como base.

A IV plenária do FBES, em 2007, vislumbrou a necessidade de algumas mudanças na composição e estrutura do Fórum Brasileiro, com propostas de alterações de forma que pudessem promover uma melhor articulação com os fóruns regionais. As principais reivindicações estão traduzidas no Quadro 3.

Quadro 03: Propostas de Mudanças da Estrutura do Fórum na IV Plenária Nacional

Estrutura	Finalidade	Proposta	Indicadores
Fóruns estaduais	Organização da Economia Solidária na região e interlocução com o Fórum Nacional	Democracia interna Participação efetiva e comprometida de empreendimentos, assessoria e gestores públicos	Reuniões, atas, plenárias, autonomia, escolhas, diversidade quantidade e qualidade da participação baseadas em: ações contínuas, comprometimento com as bandeiras de luta, mobilizações comunitárias, enraizamento local cadastro e fundo de manutenção do fórum, proposição de políticas públicas
Entidades e Redes Nacionais	Contribuição e apoio ao fortalecimento da ES	Avaliação mais sistemática com critérios definidos da natureza e compromisso das entidades nacionais	Ação territorial (capilaridade nos territórios e captação de recursos) Ação internacional (articulações) pesquisas da conjuntura nacional e internacional (reflexões e proposições).
Coordenação Nacional	Principal instância de decisão do fórum brasileiro, com atribuição de deliberar sobre as decisões políticas, administrativas e operacionais do	Redução da periodicidade de reuniões Redução de tamanho	Passar de duas reuniões por ano para apenas uma reunião a cada ano, ou reduzir para dois representantes por estado (um de assessoria e um de empreendimento), e reduzir a quantidade de entidades e redes nacionais (hoje têm 97 representantes).

	fórum. Fazer mediação política e manter o diálogo com o Conselho e órgãos federais, orientar ações da Executiva		
Coordenação Executiva	Mediação política com a Senaes e instâncias do governo, tomar decisões políticas, administrativas e operacionais demandadas pela Coordenação Nacional	Realização de interlocução com o governo/Senaes. Ampliar os canais de comunicação com a Coordenação Nacional	Manutenção dos 13 representantes, mas com liberação para dedicação integral ao fórum brasileiro de pelo menos 5 pessoas, sendo uma de cada região brasileira, com acúmulos nos eixos fundamentais da ES.
Secretaria Executiva	Suporte operacional ao fórum	Manter a subordinação à Coordenação Nacional e à Executiva	Aumentar o número de representantes
Grupos de Trabalho	Avanço nas plataformas de lutas do fórum brasileiro e estadual	Apoiar a Coordenação Nacional para tarefas específicas e provisórias	Continuar existindo, mas com apoio provisório e temporário à Coordenação Nacional

Fonte: elaborado pela autora baseado em documentos oficiais

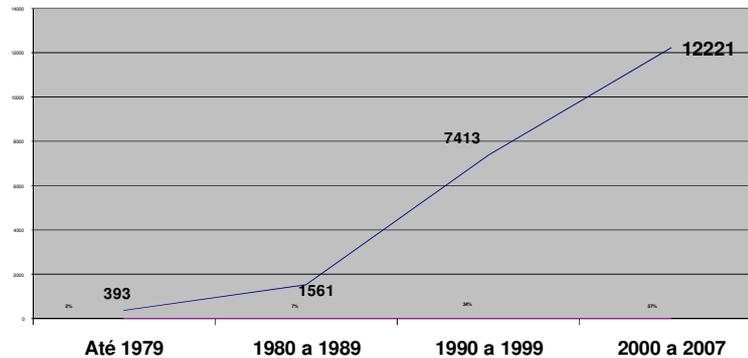
O Fórum Brasileiro é composto pelo Fóruns estaduais, municipais e micro-regionais, configurando hoje 27 Fóruns de Economia Solidária. Esses espaços representam o lugar legítimo de consolidação do movimento de Economia Solidária, por três razões específicas: a) garantem a visibilidade, a capilaridade e a organicidade do movimento; b) são espaços de articulação dos três segmentos-empresendimentos, entidades de assessoria e gestores públicos; e c) constitui um espaço político não estatal, mas articulado ao Estado, para favorecer as políticas públicas de Economia Solidária.

Os Fóruns Estaduais compõem a principal porta de entrada para os empreendimentos, as assessorias e aos gestores públicos do movimento de Economia Solidária, porque aproxima a dimensão local e comunitária das atividades concretas dos atores sociais, colocando-os em reflexão e em ação no desenvolvimento local da base territorial, de forma mais compartilhada.

Assistiu-se a um expressivo crescimento da Economia Solidária no Brasil no período de 2002 a 2007, pelo aumento dos Fóruns Regionais e Micro-regionais, possibilitando maior articulação no território brasileiro.

“Os documentos oficiais do FBES apontam que: “se em 2002 a organicidade da Economia Solidária se manifestava em apenas cinco estados, em 2003 as plenárias estaduais foram realizadas em 17 estados”. A partir de 2006, os Fóruns estaduais estão presentes em todos os 27 estados do Brasil”.

Figura 04: Expansão da Economia Solidária no Brasil



Fonte: SIES, 2005, adaptado por Roberto Marinho

A figura aponta que houve o crescimento do número de empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, com o apoio dos Fóruns, no sentido de que esses espaços tornaram-se aglutinadores de grupos populares em busca de novas formas de organização econômica. Esse fato esteve associado à crise do mundo do trabalho, onde o desemprego motivou a constituição de estratégias coletivas de organização, ampliadas a partir da década de 90.

Pode-se dizer que o movimento de Economia Solidária alcançou o reconhecimento e a legitimidade necessária para possibilitar uma maior inserção nas políticas sociais de governo em 2004, por três razões específicas: 1) um contexto histórico da presença de um governo de esquerda no país, assegurando interesse político no campo social; 2) maior integração do movimento de ES com o governo, por meio da atuação da Senaes; e 3) afirmação do papel político e estratégico do FBES na luta e construção de um projeto de sociedade mais justa e solidária.

A caracterização dos participantes dos Fóruns estaduais estão representados por três segmentos articulados:

a) as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) são estruturas organizativas que desenvolvem ações de apoio direto, junto aos empreendimentos, como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, fomento ao crédito, assistência técnica e jurídica. Geralmente possuem capacitação em diferentes áreas do conhecimento, representam a

porção da sociedade civil institucionalizada, fazem a mediação social entre os EES e a sociedade e algumas são co-responsáveis pelo processo de gestão e sustentabilidades dos empreendimentos;

b) os Gestores Públicos (GP) estão representados pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) – vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, instâncias políticas de Estado como Secretarias, Diretorias ou Departamentos, que estão construindo as políticas públicas de Economia Solidária em governos municipais ou estaduais; e

c) os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações coletivas rurais e urbanas, de natureza permanente, com existência real e atividades econômicas, como produção de bens, serviços, crédito, comercialização e consumo solidário. Representam o núcleo fundamental do Fórum e da constituição da Economia Solidária.

Os debates ocorridos na IV Plenária do FBES, em 2007, motivaram a discussão sobre a natureza dos segmentos do Fórum e sua dinâmica de relações sociais, afirmando sua importância e a necessidade de estabelecer alianças para assegurar que os princípios de outra economia sejam reconhecidos e ampliados na sociedade brasileira.

Quadro 04: Proposta de Mudanças dos Segmentos na IV Plenária Nacional:

Segmentos	Caracterização	Proposta	Indicadores
Empreendimentos de Economia Solidária	São organizações coletivas de trabalhadores(as) do meio urbano e rural, que exercem a gestão coletiva do trabalho com periodicidade, podendo ter registro legal ou não. Realizam atividades econômicas de produção de bens, serviços, crédito, comercialização e consumo solidário. (definição do mapeamento)	Atividade fim do Empreendimento, deve ser coletiva. Organização em redes e cadeias de produção comercialização e consumo solidário. Mantenha articulações mais amplas na comunidade e nos debates de nível nacional e internacional.	Empreendimentos individuais e familiares podem se incorporar ao Fórum, como empreendimentos solidários potenciais, mas não podem ser escolhidos como representações nas instâncias do Fórum. Mudar a representação no fórum via redes de setor econômico ou territorial, cadeias e núcleos.
Entidades de apoio e Assessoria	Organizações que desenvolvem ações nas varias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como	Participação no fórum. Elaboração de fomento de políticas e estímulo a formação de redes.	Participação permanente. Curso de Formação de Formadores em Economia Solidária

	capacitação, assessoria, incubação, pesquisa fomento a crédito, assistência técnica e organizativa (definição do mapeamento).	Metodologia de assessoria a partir do acúmulo dos encontros e oficinas e seminários sobre formação.	Podem ser assessorias em potencial, caso não incorporem os critérios do fórum.
Gestores públicos	Interlocução do setor público com os níveis municipal, estadual e federal, para políticas de ES.	Articulação em redes, com debate amplo sobre políticas públicas para a ES.	Interlocução de fóruns estaduais com gestores de nível municipal.

Fonte: elaborado pela autora baseado em documentos oficiais

O debate sobre os segmentos participantes do Fórum estão centrados sobre a necessidade de assegurar a natureza coletiva do empreendimento, a configuração de redes de gestores públicos e a assessoria de apoio implicadas no movimento social de forma mais sistemática. Busca-se qualificar as alianças estabelecidas entre esses segmentos e a sua intervenção no processo de construção da Economia Solidária no Brasil.

A dinâmica da Economia Solidária pressupõe o diálogo entre os três segmentos que a compõe, onde se aprende a lidar com a diversidade, seja pelos lugares institucionais distintos, experiências acumuladas e organizações diferenciadas. No entanto, busca-se primar por um trabalho autogestionário.

Importante salientar que, ao estudar as relações sociais realizadas por esses segmentos e entre eles, nos permite compreender os desafios e a potencialidade do movimento da Economia Solidária, porque a natureza de suas interações reflete as condições sócio-históricas possíveis de aproximação entre as instâncias políticas, representadas pelo Estado, a instância econômica, representada pelo mercado e a sociedade, representada pelos movimentos sociais e populares, ONGs, entidades e organizações voltadas para uma gestão solidária.

A Economia Solidária como movimento social tem assegurado o compartilhamento dos atores sociais em ações propositivas para a construção de um projeto de sociedade, alinhado com as necessidades da sociedade civil, buscando estabelecer o dialogo com o Estado e com o mercado, no sentido de qualificar a democracia formal.

Contudo, esse movimento da sociedade tem desafiado esses atores sociais a estabelecerem vínculos sociais que possibilitem estabelecer mediações necessárias a uma democracia real e à projeção de um modo de viver valorizado pela solidariedade, cooperação, autogestão e autonomia socioeconômica.

Nesse sentido, a construção de um ponto de partida onde trabalhadores(as) juntos(as) impulsionem as mudanças nas relações sociais no sentido do trabalho, pode significar uma prática social transformadora.

Um projeto democrático precisa fazer parte da vida integral do ser humano, no espaço das relações de trabalho e no espaço do mundo vivido. Sua projeção somente poderá ser potencializada nas relações sociais, desafiando as condições históricas que geram as crises civilizacionais e individuais.

O movimento social no campo da Economia Solidária destaca a crise do trabalho, expressando o modo de relação entre a economia e a sociedade, por meio da crise do sujeito, na forma de constituição das identidades coletivas e individuais e na crise das instituições, que perdem o seu caráter solidário, e pela incapacidade de um Estado-providência.

A relevância do movimento de ES é a sua base de luta por direitos, existente mesmo antes da crise econômica da década de 90, que permitiu constituir uma força política reivindicativa, um reencontro nos espaços dos Fóruns para uma aposta a um contrato social, permeado por uma cooperação inteligente, que mantenha a democracia como um valor e um dever, protagonizado pela sociedade civil, contribuindo para modificar as relações entre a sociedade e o indivíduo.

1.2 A Economia Solidária como Política Pública

1.2.1 A Proposta de Política Pública de Economia Solidária no Brasil

A trajetória do movimento de Economia Solidária no Brasil é caracterizada pela heterogeneidade. Enquanto experiência, como concepção e forma organizativa, marca o sentido e as significações das políticas públicas sociais e de trabalho no Brasil.

As concepções advindas do movimento social orientam as diretrizes de intervenção social e são de fundamental importância para a interpretação das políticas públicas, que levam à indução de ações na criação de emprego, trabalho, renda, reorganização sócio-política e/ou orientação a um certo tipo de desenvolvimento social.

Observa-se que as experiências socioeconômicas de ES vão ganhando visibilidade como iniciativa social e atravessam espaços institucionais, constituindo

objeto da análise e densidade, como fenômeno associado às políticas públicas de Economia Solidária.

Segundo Silva&Araujo (2003, p.1), da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, a Economia Solidária significa:

“Um conjunto de instituições que tem uma longa trajetória histórica, que ganha diferentes formatos e mantém diferentes modalidades de interdependência entre aqueles que delas participam, sejam entidades públicas, da sociedade civil e das comunidades”.

Esses autores apresentam três possibilidades organizativas da Economia Solidária: organização autônoma dos trabalhadores, onde o trabalho é mais amplo que o assalariamento ou o emprego; a organização produtiva não-hierarquizada; e formas de produção que não sejam subsidiárias do modo de produção hegemônico.

Essas três premissas configuram a idéia de solidariedade e se associam a três aspectos combinados: a autonomia, a igualdade e a estrutura contra-hegemônica, relativamente aos valores capitalistas e à gestão burocrática das políticas.

Além dessa concepção autonomista, democrática e participativa, pode-se dizer que a ES desloca a idéia de emprego e a substitui pela idéia de trabalho. Dessa forma, há também um deslocamento da idéia de que os mercados (administrados ou não), seriam insuficientes para indução da inclusão social e, para realizá-la seriam necessárias ações sistemáticas e estruturadas que aproveitassem as dinâmicas locais, assim fossem potencializadas as suas virtualidades.

Esse pensamento mostra que qualquer política pública que pretende intervir sobre uma dada realidade precisa apreendê-la como um fenômeno conectado aos fatos sociais, políticos e culturais ou, mais precisamente, sob redes de interdependências de trocas, alianças, solidariedade, confiança e conflitos.

O contexto que marca o momento histórico da ES assegura uma representação da economia nos moldes de um mercado, com regras próprias e capazes de se auto-regular, cujas instituições tratam com recursos finitos e limitados e com formas culturais de lidar com essas limitações. O mercado de trabalho funciona para manter o padrão acumulativo do capital.

Quanto ao Estado, encontra-se revestido da dimensão pública das políticas, de modo que possui autoridade para executar determinadas demandas, que entram na agenda de governo mediante a um processo de negociação e espaços de luta. Há os

conflitos no reconhecimento de interesses, que possam tornar-se institucionalizados, o que significa ter assegurado o acesso aos recursos e aos bens, produzidos pela sociedade em geral.

Segundo Rúa (2006), a política pública constitui o governo em movimento, sendo sempre uma ação de governo, que investe no poder do Estado o seu próprio poder decisório. Por isso, entendemos a política pública como uma ação de governo, na alocação de recursos e bens, a partir das demandas geradas pela sociedade em geral ou por parte dela.

Anterior a 2004, a atuação do Estado brasileiro foi, prioritariamente, a de assegurar os interesses do grande capital, pelo apoio às grandes empresas e ao mercado financeiro. Esse fato aprofundou a crise econômica e social marcada pelo desemprego em massa e a desestruturação do tecido social. Acirra-se a tensão entre o capital e o trabalho, ainda considerados referenciais na organização da sociedade capitalista.

A partir de 2004, o governo de esquerda no Brasil incluiu na sua agenda as reivindicações do movimento social de Economia Solidária, pautadas por um desenvolvimento sustentável e solidário, que possibilita uma nova relação entre o capital e o trabalho.

Historicamente o papel do Estado no Brasil não é o de assegurar um contrato social que represente os interesses nacionais, com idéias universais, mas é um instrumento de dominação, que depende de uma correlação de forças sociais e políticas que possam assegurar interesses específicos de grupos sociais.

O Estado, como forma de organização do poder político de um grupo social sobre toda a sociedade, é resultado dos conflitos entre dominantes e não dominantes, com a capacidade de intervenção para institucionalizar os interesses através da democracia representativa.

Nas análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA¹⁶, o Estado brasileiro, historicamente, não cumpriu a sua função distributiva e não conduziu a

¹⁶Essa pesquisa surgiu no bojo de um amplo convênio firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), com a intervenção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ela conta ainda com o apoio e a participação de professores e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O propósito maior da pesquisa é conhecer, em maior profundidade, a natureza e as singularidades desse gênero novo de política pública no Brasil, voltada para o tema da Economia Solidária. Para tanto, a pesquisa subdividiu-se em duas etapas. A primeira dedicou-se a uma visão geral sobre tais políticas, com base em um questionário previamente enviado à rede brasileira de gestores públicos de Economia Solidária. A segunda etapa envolveu uma

economia nacional na direção da inclusão social. Até a década de 1970, acreditava-se que o desenvolvimento das forças produtivas e a industrialização iriam organizar a redistribuição de renda de forma equitativa, e haveria a incorporação dos homens ao mundo do assalariamento.

A partir da década de 1980, a relação entre crescimento econômico e o aumento das desigualdades sociais exigiu da sociedade civil estratégias de lutas intensas por um desenvolvimento com inclusão social. A Constituição de 1988 marca esse momento de grande atuação da sociedade, e o Estado se viu pressionado por demandas de cidadania, tendo que desenvolver um complexo sistema de proteção e participação social, que se consolida, mesmo que, muitas vezes, em sentido contraditório da lei.

No entanto, na década de 90, vimos assistindo a retração do Estado-providência, devido à crise do padrão acumulador do capitalismo, que não mais assegura ao Estado os recursos necessários à manutenção de um equilíbrio mínimo entre a exploração do trabalho e o efeito acumulador do capital.

Esse fato, de acordo com Silva (2002, p.3), diminui a capacidade do Estado de gerir a questão social, pois:

(...)“depois de mais de uma década, considerados os avanços, deve-se, também, constatar que as dificuldades foram maiores que a capacidade do Estado em promover tanto desenvolvimento quanto distribuição de renda e inclusão social. Além disso, é notório que o poder público, com baixa capacidade de gestão e condução de políticas, opta constantemente por descentralizar as suas ações, ora desresponsabilizando-se de suas atribuições, ora apoiando-se em instituições da sociedade civil a partir de soluções conjunturais, sem proporcionar parâmetros”

A partir da década de 90, o Estado assume a concepção do programa neoliberal. Passa a ter uma intervenção mínima em relação aos direitos sociais e ao trabalho, e uma intervenção forte para proteger e manter o padrão de acumulação capitalista.

A crise do trabalho, por meio do desemprego e emprego precarizado, desencadeia um maior *déficit* de cidadania, fazendo com que a sociedade civil pressionasse o Estado para que assumisse o compromisso com a redistribuição mais equitativa da riqueza humana, apropriada pelo sistema mercantil.

pesquisa mais qualitativa, organizada sob a forma de estudos de caso, envolvendo uma amostra de oito entes federados que participam dessa rede.

No entanto, o momento histórico mostra que a função do Estado tem sido ainda a de manter a coesão social, mediante uma profunda desigualdade social, e assegurar uma integração subordinada pela inclusão social, por meio do trabalho e do consumo. Pode-se destacar as políticas sociais como o programa bolsa-família, o fome-zero, programas de assistência social que buscam assegurar o mínimo de sobrevivência às famílias consideradas de risco social.

Os programas sociais são considerados necessários, porque fazem transferências de renda mínima, e asseguram uma circulação interna de trocas, potencializando o mercado local. No entanto, não asseguram uma autonomia necessária aos beneficiários, qual seja, a de estabelecer a reciprocidade nos círculos de proximidade das relações sociais.

São ações públicas ainda insuficientes para manter os limites de funcionamento da sociedade, o que justifica a organização de setores da sociedade sob outra lógica do social, afirmadas pelas práticas econômicas de autogestão e solidariedade.

O Estado torna-se então um agente redistribuidor da riqueza humana, mas por meio de políticas compensatórias, através de uma solidariedade voltada para o caráter filantrópico, dado que:

“Na sociedade brasileira o discurso da solidariedade como caridade, freqüente entre agentes externos que auxiliam populações carentes (sobretudo alguns empresários, religiosos, políticos e ativistas de ONGs), corre o risco de ser usado em detrimento da idéia de direitos conquistados através de lutas sociais, cada vez mais percebidos como “privilégios”. Há uma concepção filantrópica de solidariedade, mas aqui enfatizamos uma concepção política, onde a idéia de Economia Solidária possui um caráter histórico” (Cunha, 2002)

O Estado passa a ter uma dívida social para com os cidadãos, que caracteriza o cerne de uma “solidariedade sem reciprocidade”, no dizer de Lavillé (2004), porque o papel do Estado é de facilitar o engajamento voluntário dos cidadãos, para que possam fazer parte de uma inserção democrática na sociedade. No entanto, impõe uma troca redistributiva entre desiguais, o que termina por estabelecer um fosso maior de desigualdade social.

Nesse sentido, a intervenção do Estado, por meio de políticas e programas, tende a ser de subsistência e de sobrevivência de grupos populares setorizados, não conseguindo manter ativos permanentes para permitir uma logística material e simbólica

que possa criar autonomia nesses dois sentidos. Como exemplo, a tentativa de transformar os beneficiários do programa do Bolsa-família em empreendimentos de ES.

A proposta auferida pelo movimento da Economia Solidária não é eliminar o Estado, mas conduzi-lo a uma possibilidade de mudança na sua responsabilidade redistributiva, com ampliação do controle social exercido pela sociedade civil e restabelecer a possibilidade da reciprocidade, na medida em que o acesso aos direitos proporciona as condições de lidar com os deveres cívicos, e mesmo de manter a obrigação com liberdade.

Na concepção da ES o Estado deve ter uma co-responsabilidade no desenvolvimento das políticas sociais e que seja instigador das mudanças auferidas pela sociedade civil organizada. Nesse sentido, assegurar aos trabalhadores sem emprego que tenham os mesmos direitos dos trabalhadores assalariados, ou seja, reconhecendo o trabalho associado como um direito.

A ES traz em seu bojo uma concepção de política, enquanto uma proposta de transformação social, desenvolvida dentro da tradição socialista do século XIX, acolhendo os princípios da autogestão e do trabalho coletivo como elementos constituintes da relação social. Essa perspectiva é defendida por Paul Singer, que desloca à sociedade civil a responsabilidade de gerenciar o Estado, que se torna subsidiário para implementar as demandas dos grupos populares.

Essa definição mostra que não se trata apenas de mudanças operadas no interior da organização do trabalho dos grupos populares, mas uma proposta de mudança cultural e estratégica de constituir outra maneira do trabalhador(a) se relacionar com o seu trabalho e com os outros trabalhadores, mediante uma nova relação entre o Estado e a sociedade.

Nesse sentido, busca-se a construção de outro modo de produção, tendo a solidariedade democrática como o cerne das relações sociais, onde se pode permitir: a) a integração social dos grupos populares à sociedade em geral, por meio do reconhecimento da utilidade social do seu trabalho; b) afirmação da unidade na diversidade dos grupos, com as suas necessidades e motivações; e c) a transformação do desenvolvimento do país em uma lógica voltada para o bem-comum e a garantia da cidadania para todos(as).

As formas organizativas na Economia Solidária têm colocado em xeque a atual inserção do Estado na vida pública, na medida em que, fortalecida pelos novos

movimentos sociais, ocorre maior consciência da classe trabalhadora, exigindo direitos em diferentes níveis, como o direito à saúde, educação, trabalho, dignidade e segurança.

Essa transversalidade de demandas reforçou a necessidade de políticas integradas nos três níveis da instância federativa. Isto significou a necessidade de uma economia de mercado orientada também para a reprodução ampliada da vida.

O campo da ES produziu espaços públicos ampliados não estatais, como os fóruns, redes, associações e cooperativas, que representam um espaço de mediação entre o Estado e a sociedade, cujo diálogo permite conformar algumas demandas de setores da sociedade civil à agenda do governo.

As experiências socioeconômicas no mundo do trabalho mostram a possibilidade histórica de modificar o papel do Estado como o principal gerenciador das políticas públicas, agora com o diálogo aberto a outros espaços públicos não estatais, que representam os interesses comunitários mais amplos e não aqueles focados nos interesses em uma determinada classe social.

O reconhecimento desses espaços públicos ampliados, como porta-vozes das necessidades dos trabalhadores(as) sem emprego, tem contribuído para se destacar as relações intrínsecas entre a exclusão e a desigualdade social, permitindo se pensar políticas de integração associadas à mobilidade social.

Nesse sentido, no campo da Economia Solidária, os espaços associativos solidários significam um dos diferentes espaços representativos do político para além do Estado, como política da vida, retomando o conceito habermasiano como “relacionamento de seres humanos numa *polis*, remetendo a dimensão do aparecer, da deliberação e do estar juntos”.

Essa forma biopolítica do poder, manifestada no campo da ES, consiste na sua difusão e no seu aumento através do aumento do poder do coletivo. Nesse sentido, o partido político se torna um suporte no jogo político-institucional para garantir o acesso aos fundos públicos e às políticas públicas, direcionadas para as necessidades da sociedade civil. Portanto, a relação com o partido político se faz necessária.

Assim, o processo de institucionalização da ES foi reforçado em um governo de esquerda, mesmo que ainda não se constitua uma política pública de Estado, mas há uma sinergia propícia às interações sociais e, conforme Nunes (2006), está se construindo novos vínculos nas relações com a sociedade.

A resposta à crise do mundo do trabalho foi pensada por concepções de políticas públicas, que pudessem intervir para promover uma melhor sinergia entre o Estado e a sociedade.

A primeira, assentada sob o paradigma da relação assalariada clássica, com medidas para ampliar as políticas de emprego, para a geração de renda e trabalho. Propõe-se a qualificação profissional e cursos de capacitação técnica para aumentar as condições de empregabilidade.

Essa concepção foi analisada por Silva (2002, p. 18), que mostra a insuficiência dessa proposta para uma integração social plena à sociedade:

“Dissemina-se através dessa concepção os valores de empreendedorismo acoplados a uma visão de negócio (...), e continua descrevendo as características dessa concepção afirmando que ela é uma (...) política de geração de trabalho e renda numa perspectiva inclusiva, no sentido da acomodação dessa economia informal nos marcos institucionais regulatórios de uma economia de mercado, sem incorporar uma estratégia efetiva de desenvolvimento diferenciado”.

Esse pensamento atribui ao Estado a responsabilidade de obter os recursos estratégicos financeiros, tecnológicos e humanos para gerir as empresas solidárias. A economia solidária seria uma espécie do gênero de iniciativas que o Estado utiliza para alcançar os fins de uma política de bem-estar em comunidades carentes.

Essa versão é denominada de utilitarista e dá ênfase às capacidades de uso de recursos simplificados de produzir para viver; mas tem uma interpretação ambígua com relação aos empreendimentos de base comunitária e local, como revela Silva, (2003, p. 20):

“Possivelmente, essas iniciativas, na perspectiva em foco, têm funções de inclusão social, mas não se constituem em um modo de vida sustentável, dadas suas fragilidades e a heteronomia ante os recursos públicos e o próprio mercado”.

Parece-nos que o utilitarismo mantém uma perspectiva cautelosa com relação a inclusão que não seja pela via do assalariamento e na sua concepção a ES é percebida:

“Na qualidade de um conjunto de iniciativas de extração comunitária, mas colocada a serviço do Estado, é natural que se reivindiquem a seu favor condições de acesso a recursos e estruturas públicas e que tenham como foco

questões relativas à democratização de espaços públicos de decisão a respeito da destinação de recursos públicos estratégicos”. (Araujo, 2002, p.30)

Essa proposta não coaduna com os propósitos da ES, que propõe qualificar as políticas de emprego, mas priorizar as políticas de trabalho e renda. A qualificação profissional seria importante, mas insuficiente em si mesma.

Assim, se aproxima de uma segunda percepção, que está associada a:

“Responder a estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de outra dinâmica econômica, baseada na construção e fortalecimento de cadeias socioprodutivas locais integradas ao tecido de relações sociais político e cultural do lugar”. (Silva, 2003, p.25)

Essa outra interpretação é denominada de solidarista ou comunitarista e afirma a ES como um espaço de mediação entre o Estado, o mercado e a comunidade, não estando a serviço de um ou outro. Essa concepção compreende a ES como um espaço de mediações onde:

“A economia solidária encontrar-se-ia na contingência de ter de lidar com o acesso a direitos sociais e proteção mínima do Estado e dos mercados, mas lidaria com a obrigação de certos deveres de solidariedade por parte da própria comunidade. Portanto, sua função enquanto rede institucional não poderia identificá-la com políticas estatais de cunho compensatório, nem com a inclusão pelo assalariamento ou pelo mercado”. (Araujo, 2002, p.32)

A concepção solidarista anuncia que a sociedade civil ou a comunidade tenha dever a si certas obrigações morais mínimas, a começar pelo dever da solidariedade. Essa idéia é combatida por Rosanvallon, respondendo que os direitos e as obrigações acabam por exercer um reforço dialético entre si, e assegura que:

“A obrigação não é unívoca. Não é limitação que onere exclusivamente uma parte; ela exerce também uma imposição positiva sobre a própria sociedade, convidando-a a levar a sério os direitos. Entre o direito social tradicional e a assistência social paternalista, abre-se assim o caminho de uma implicação recíproca do indivíduo e da sociedade. Abrem-se as portas para um novo direito social, a igual distância do Estado-providência passivo, cujo custo não é mais possível financiar, e da velha sociedade assistencial, a que ninguém quer retornar”. (Rosanvallon,1998, p. 138)

Na verdade, as experiências de ES devem ser compreendidas no entrecruzamento de interfaces entre a autonomia das comunidades, o Estado e o mercado.

Nas palavras de Sousa Santos (1998), a concepção solidarista assenta na idéia de que nenhum dos três princípios que regem o social-mercado, Estado e comunidade podem, isoladamente, garantir a sustentabilidade de interdependências não mercantis.

Para que a ES possa equilibrar essas racionalidades, recomenda-se que:

“Receba conhecimentos das universidades, recursos financeiros e organizacionais do Estado e da sociedade civil e ainda tem de manter um certo grau de autonomia política e econômica em relação a eles, não podendo, por definição — pelo menos na sua vertente *solidarista* — subordinar-se aos poderes de mando típicos da burocracia e, enfim, não deveria ser transformada em ação subsidiária a serviço da burocracia de Estado ou da lógica dos mercados.” (Araujo, 2003, p.35)

As análises dessas concepções políticas de Economia Solidária revelam uma leitura do social que compreende as políticas relacionadas a ES como obrigações devidas pelo Estado ou pela sociedade civil organizada, como objetivo de dinamizar os empreendimentos que garantam renda ou trabalho.

Para se compreender a política pública de trabalho no Brasil, como primeira necessidade do campo da economia, no suporte a uma política de integração plena e de desenvolvimento social, recorre-se à pesquisa realizada pelo IPEA sobre o panorama do trabalho no Brasil, onde apresentou um relatório que infere um conjunto de percepções e mostra aspectos importantes a considerar:

- 1) há um contexto diversificado de iniciativas sócio-econômicas que interferem nas formas de implementação das políticas, assegurando a necessidade da diversidade de propostas;
- 2) está associada ao poder de organização dos movimentos sociais populares;
- 3) afirma novos paradigmas para a sociedade do trabalho com novos marcos regulatórios;
- 4) a política de ES está associada a um concepção de desenvolvimento territorial e a formas diferentes de gerar renda e trabalho, para além das políticas de emprego;
- 5) abrange a concepção insercional-competitiva, com qualificação profissional e organização da economia informal com inserção socioeconômica;

- 6) valoriza a concepção sustentável-solidária, que busca o fortalecimento de elementos sócio-produtivos locais integrados, voltados para a garantia de cidadania; e
- 7) pressupõe uma política de articulações recíprocas, testando as questões de sociabilidade das comunidades, a participação política dos seus membros, bem como as especificidades culturais do grupo.

As reflexões geradas por esse relatório são afirmadas pelo pensamento de Ferreira Nunes (2006), ao mostrar que a política pública de ES é uma política de trabalho. Assim, até a década de 90, havia uma concertação entre o sindicato, os empresários e o Estado, sobre a possibilidade da não-integração dos trabalhadores no mercado formal, mas contemplavam a formação de trabalhadores autônomos com o reforço da ideologia do empreendedorismo individual.

As políticas públicas de ES vieram atestar a insuficiência dessa abordagem, apostando na possibilidade de validar as novas formas de trabalhar e produzir, caracterizada pela perspectiva do trabalho coletivo, autogestionário e solidário.

Para Ferreira Nunes (2006), se aposta na possibilidade da mobilidade e da integração dos grupos populares, a partir da necessidade de se ajustar as relações entre a sociedade civil e o Estado, de forma que os atores sociais dessas políticas possam pensar, junto ao Estado, políticas mais adequadas as suas necessidades, cuja participação se faça sentir desde a sua elaboração, implementação e avaliação.

Nesse sentido o papel do Estado torna-se mais qualificado porque: “antes o Estado se caracterizava por implantar políticas de apoio aos mais desfavorecidos, hoje observamos uma co-responsabilidade no desenvolvimento das iniciativas” (Ferreira Nunes, 2006, p.285).

O relatório produzido pela pesquisa sobre a avaliação de políticas públicas de Economia Solidária no Brasil (traduzidas no relatório), apontou o caráter de construção dessas políticas, caracterizadas pela: a) ausência de um quadro institucional que as oriente; b) diversidade de práticas e concepções sobre o modo de realização dessas práticas; c) cultura política que reflete nas relações entre o Estado e a sociedade; d) necessidade de uma articulação forte com a sociedade civil e com as bases do governo nas suas três instâncias federativas; e e) sua natureza indutiva de promover processos de ação para a organização da sociedade, com afirmação de coletivos concretos.

As reflexões, advindas dos resultados dessa pesquisa no IPEA, levaram a compreender que as relações entre o poder público e os outros atores sociais se devem precisamente à natureza do campo da Economia Solidária, implicando articulações entre

as áreas da saúde, educação, moradia, lazer e crédito. Esse conjunto de necessidades permite aproximar e integrar as políticas de inserção social e a direcionar alternativas às políticas de desenvolvimento do país.

Para que as demandas do movimento social de Economia Solidária se transformem em políticas públicas, requer algumas ações:

- 1) a agenda do Estado deve assumir a agenda do governo, onde passa a priorizar também as necessidades geradas por segmentos da Economia Solidária;
- 2) a ES precisa ser integrada à agenda do Estado como estratégia de desenvolvimento e não somente à geração de renda;
- 3) manutenção de diálogo permanente das organizações populares com agentes internos e externos, em meio a disputas ideológicas e políticas;
- 4) redirecionamento dos recursos públicos para a dinamização das cadeias produtivas locais e investimentos para uma melhor distribuição da riqueza;
- 5) novo sistema de regulação e controle social dos recursos públicos, a partir da sociedade civil; e
- 6) os modelos de intervenção social precisam ser inovados na perspectiva da integração de políticas públicas a nível Federal, Estadual e Municipal, para promover ações permanentes e mais articuladas, onde a ajuda mútua se torne um valor econômico.

Esse conjunto de proposições, geradas pelas reflexões dos dados da pesquisa do IPEA, evidenciou que a configuração das experiências, o suporte institucional, o sistema de alianças e os arranjos sociais, são elementos de ancoragem das políticas de intervenção social para compreendermos a inserção das políticas a nível territorial em suas diferentes dimensões espaciais.

Nesse sentido, há diferentes forças sociais determinadas por instituições com diferentes experiências e que exigem uma forte interação entre elas para que possam formular e monitorar as políticas públicas no campo da ES.

“A atuação da Ecosol depende da posição institucional dentro da estrutura governamental, mas também de alianças, apoios e relações de interdependências entre os agentes envolvidos. O poder, o mando, a decisão sobre políticas públicas não se identificam facilmente. As práticas deslizam, fogem, se escondem, aparecem onde não imaginamos, são como “artesanatos” que funcionam à luz de saberes locais e de microrrelações cuja tessitura é de difícil apreensão.” (Silva, 2003, p.28)

Há necessidade de uma sinergia entre o Estado e a sociedade, por meio de ações governamentais, que transformem as necessidades dos grupos populares em demandas reconhecidas e inseridas nos planos de desenvolvimento das esferas municipais e locais. Pode-se considerar que a ES desempenha a função de elo entre políticas públicas (Estado), comunidades e mercados, por meio de ações e atividades implementadas por prefeituras, como o orçamento participativo, fóruns da cidade e prefeituras de bairros, fatos que significam uma administração inovadora do poder local.

Na busca da sinergia entre o Estado e a sociedade, pode-se verificar algumas estratégias do governo atual, como as parceiras com a iniciativa privada, ONGs e organizações populares (centros populares, igrejas, associações, conselhos setoriais). Contudo, há que se considerar a fragmentação burocrática das áreas administrativas das prefeituras e secretarias, perpassadas por linhas de influência e alianças.

Importante destacar é a participação ativa dos cidadãos na gestão pública com o incentivo e apoio do governo, no sentido da comunidade se organizar e participar da definição de projetos e políticas, e pode ser decisivo para fortalecer os laços de cooperação entre os cidadãos e as instituições públicas. Concomitantemente, há que se desenvolver ações por parte do governo que propicie essa participação.

A idéia de poder local tem sido fundamental para a gestão pública, pelo protagonismo das cidades como espaço privilegiado, onde podem surgir projetos inovadores, a partir de parcerias entre os governos locais, organizações da sociedade civil e empresas privadas.

O discurso da participação popular foi incorporado a muitas administrações para favorecer espaços de debate, negociação e decisão dos assuntos públicos e da mobilização da comunidade urbana. Busca-se primar pelo princípio da proximidade entre a democracia política e a democracia econômica.

No entanto, são inúmeros os desafios que podem comprometer a sinergia entre o Estado e a sociedade, apontados por estudos de Dowbor sobre as cidades, entre os quais pode-se destacar: 1) desafios subjetivos: manifestados pela vontade política e o comprometimento do governo com um desenvolvimento inclusivo; 2) desafios sociais: voltados para a questão da desarticulação entre secretarias, órgãos e programa e da integração das políticas urbanas, com descentralização político-administrativa e dificuldades para conciliar interesses específicos e localizados com interesses coletivos; 3) desafio educacional: pela falta de formação e informação sobre objetivos e metodologia dos programas; 4) desafios políticos: pelo risco de descontinuidade dos

projetos, lentidão do processo decisório e programas com teor mais redistributivos que emancipatórios; 5) desafios econômicos: pela falta de recursos para investimentos e altos custos da participação na gestão dos assuntos públicos; e 6) desafios culturais: com a persistência de elementos clientelistas e assistencialistas nas relações sociais.

Uma gestão democrática que assegura a concepção de poder público como indutor do desenvolvimento deve ter como estratégia:

- a) uma Prefeitura que seja cuidadora da cidade, prestadora de serviços sociais e indutora do desenvolvimento econômico;
- b) o poder municipal deve atuar como gestor da economia da cidade, interferindo na redução dos impactos da economia na vida do cidadão;
- c) comprometimento com a redistribuição social do trabalho e renda, com o objetivo de associar eficiência com justiça social; e
- d) a criação de instâncias de participação e negociação de políticas públicas de desenvolvimento.

Assim, pode-se aferir que as políticas públicas de ES estão ancoradas nas relações entre a Sociedade Civil, o Estado e o Mercado, cujas sinergias estão vinculadas às condições históricas da formação social brasileira e no processo de mobilização da sociedade para democratizar as relações sociais.

O espaço social produzido pela ES está definido por idéias, alianças históricas individuais e coletivas, amizade, desconfiança, normas, regras, experiências, sabedorias e conflito, que são elementos importantes para configurar as diretrizes das políticas públicas sociais, na medida em que se define as condições reais das parcerias, a possível atuação política intersetorial, os acertos e os malogros, e a possibilidade de intervenção na destinação dos recursos públicos.

Nesse sentido, o Estado é um devedor, um parceiro e um interlocutor privilegiado, desde que se analise a sua ação no sentido de contribuir para o dinamismo da sociedade.

O desafio tem sido de transformar as reivindicações desse grupo social em políticas de Estado, e não apenas circunscritas às políticas de governo, mediante a relação entre o controle social e a emancipação social, entre os elos necessários do mercado com o Estado e a sociedade e, fundamentalmente, entre o trabalho e o capital.

Essas resignificações no campo das relações sociais, entre os agentes das políticas sociais, certamente mudam a configuração estabelecida entre a sociedade e o indivíduo.

1.2.2. A SENAES na Política Pública Nacional de Economia Solidária

A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada em 2003, pelo Governo Federal e instalada no Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de contribuir para inserção das políticas públicas de geração de renda, trabalho, emprego e de políticas sociais, que permitam uma integração plena dos indivíduos.

A Senaes possui hoje uma equipe de trinta pessoas distribuídas em dois departamentos, um de Fomento e outro de Estudos e Divulgação. Possui coordenadorias de microcrédito e comercialização, desenvolvimento local, formação e divulgação.

A criação da Senaes foi uma importante ação pública, com o objetivo principal de iniciar um processo de institucionalização da Economia Solidária na esfera federal, cujo programa pode ser assim sintetizado:

Quadro 05: Estruturação da Senaes

Programa	Economia Solidária em Desenvolvimento
Estrutura do programa	Dois departamentos: Estudos e Divulgação e Fomento à Economia Solidária
Objetivos	Fortalecer e divulgar a ES mediante políticas integradas de geração de renda e trabalho, promoção do desenvolvimento justo e inclusão social.
Público-alvo	Trabalhadores(as) autônomos, informais e em risco de desemprego, pequenos produtores familiares rurais e urbanos, redes de ES, empreendimentos, agências de fomento, fóruns, beneficiários de programas sociais.
Ações	Assistência Técnica nas finanças solidárias, promoção do consumo ético, fomento de geração de renda, funcionamento do Conselho, consolidação das políticas públicas de ES.
Investimento	Lei do Orçamento autorizado até dezembro de 2006: R\$ 14.066.667,00
Atividades	Participação em fóruns nacionais, erradicação do trabalho infantil, programa primeiro emprego, projetos de microcrédito assistido, fomento às cooperativas, programa de incubação, apoio à empresa falida e ao FBES, apoio às feiras de ES, mapeamento da ES e formulação de política pública.

Fonte: www.fbes.or.br. Adaptado pela autora.

A Senaes encontra-se atenta às demandas da classe trabalhadora brasileira e contribui para o reconhecimento das novas formas de organizar o trabalho e a produção, traduzidos pelos debates ocorridos no FBES, que se torna o porta-voz das necessidades apontadas pelos fóruns regionais.

As estratégias da Senaes estão ligadas às bandeiras de lutas do FBES, propostas pelo movimento social de ES, abrangendo eixos que podem nortear as diretrizes da política pública de trabalho e integração social no Brasil.

Esse conjunto de reivindicações pode configurar-se em políticas estruturantes para manter a sustentabilidade das iniciativas socioeconômicas e afirmar o trabalho autogestionário como um elemento importante de coesão social.

Depreende que a Senaes faz a interlocução do FBES com as instâncias Federal, Estadual e Municipal e tem sido considerada o elemento de tensão, gestão e mobilização das demandas geradas pela sociedade civil organizada.

Quadro 06: Relação entre as Ações da Senaes e as Plataformas de Luta do FBES

EIXO DE AÇÃO DA SENAES	PRINCIPAIS ATIVIDADES 2004-2007	PLATAFORMA DO FBES
Finanças Solidárias	- Articulação para a construção do Programa Nacional do Microcrédito - Apoio a entidades que atuam como bancos comunitários - Apoio a projetos de fundos rotativos para crédito a EES em estruturação	1 – Finanças Solidárias
Marco Jurídico da Economia Solidária	- Anteprojeto de lei das cooperativas de Trabalho - Anteprojeto de lei do Programa Nacional de Cooperativismo - Debate sobre a Lei Geral do Cooperativismo	2 – Marco Legal
Formação em Economia Solidária	- Formação de Gestores Públicos - Formação de Formadores e Educadores - Plano Setorial de Qualificação (parceria com o MTE) - Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC	3 – Educação 6 - Democratização do Conhecimento e Tecnologia
Comunicação e Divulgação da Economia Solidária	Campanha Nacional da Economia Solidária (realização e distribuição de material impresso e programas diários de rádio e TV)	4 - Comunicação
Estudos e Pesquisas para Conhecimento e Promoção da Economia Solidária	- Mapeamento Nacional - Implantação e atualização do SIES - Implantação dos SIES Estaduais - Realização de Estudos e Pesquisas	4 – Comunicação 6 - Democratização do Conhecimento e Tecnologia
Comercialização e Redes de Produção	- Apoio à realização de Feiras Estaduais e Feira Nacional - Articulação para a promoção do consumo ético e comércio justo	5 – Redes de Produção, Comercialização e Consumo
Institucionalização das Políticas de Economia Solidária e Estímulo à Participação Social	- Conferência Nacional de Economia Solidária - Instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária - Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária - Institucionalização da Economia Solidária nas DRT - Apoio e articulação com Políticas Públicas Regionais e Locais	7 – Organização Social da Economia Solidária
Fomento à Economia Solidária	- Apoio a redes e cadeias produtivas - Apoio a empresas recuperadas em autogestão - Mobilização e formação de agentes comunitários de desenvolvimento solidário para atuar em comunidades e grupos específicos - Apoio a pequenos projetos de geração de trabalho - Apoio para a organização e desenvolvimento de parceria com o Ministério das Cidades.	1 – Finanças Solidárias 3 – Educação 5 – Redes de Produção, Comercialização e Consumo 6 - Democratização do Conhecimento e Tecnologia

Fonte: FBES, adaptado por Gabriela Cunha.

Esse quadro manifesta as prioridades para a política de Economia Solidária, que propõe a consolidação dos empreendimentos, a elaboração de redes e cadeias produtivas solidárias, o acesso à infra-estrutura da produção, ao desenvolvimento tecnológico, ao crédito solidário e à formação técnica profissional e política.

Contudo, não basta ter acesso aos bens materiais do capitalismo, mas mudar a forma de produzir esses bens e fazê-los circular no mercado. Portanto, o objetivo é inserir os princípios da ES no mercado, por meio da criação de um sistema nacional de comércio justo e solidário, flexibilizar a regulamentação do micro-crédito e criar finanças solidárias.

Em relação ao marco jurídico, obter o reconhecimento de suas organizações e atividades, como a mudança na Lei do Cooperativismo, na Lei de Falências das Empresas e um sistema tributário adequado a natureza dos empreendimentos.

No tocante à formação se conjuga os saberes técnicos e políticos, com uma educação para a autogestão, aprimorando a solidariedade, a cooperação e o trabalho coletivo.

Reivindica-se um processo de democratização da comunicação, com redes alternativas de comunicação popular, com linguagem adequada para gerar a compreensão da gênese do movimento social e sua condição sócio-histórica de perspectiva de luta política contra o sistema capitalista e seu programa conservadorista.

Esse conjunto de demandas está sintetizado em quatro grandes eixos – educação/formação, produção/comercialização/consumo, marco legal e finanças solidárias – que afetam a vida produtiva e social da classe trabalhadora brasileira, mostrando as deficiências das políticas sociais para enfrentar esses desafios. São elementos significativos para compreendermos o *déficit* de cidadania na esfera socioeconômica, associados a uma distribuição da riqueza social desigual, ocasionando a necessidade de alterar as formas da produção social existente.

Quadro 07: Bandeiras de Luta do Movimento Social

BANDEIRAS	DESAFIOS	PROPOSTAS
PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO	Integração do processo produtivo em redes e cadeias: valorização do mercado local, da cultura e do consumo ético	- SECAFES Sistemas Estaduais de Comercialização de produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária - SNCJS - Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário
EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO	Estratégia de valorização dos diversos saberes, rompendo com a separação entre o trabalho manual/intelectual, produtivo/improdutivo	Criação dos Centros Nacionais de Formação em Economia Solidária
MARCO LEGAL	Mudar a formalização, a representação e o reconhecimento dos formatos dos empreendimentos de Economia Solidária	- Conselho Nacional de Economia Solidária - Mapeamento de Economia Solidária - Estatuto de Economia Solidária - Revisão da Lei Geral de Cooperativismo e da Lei de Licitação e da Política de Crédito
FINANÇAS SOLIDÁRIAS	Sistema de Finanças Solidárias que possa apoiar as Cadeias Produtivas Solidárias e fortalecer um Estado Democrático	Criação do PRONADES- Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária - Sistema de Finanças Solidárias: Fundos Rotativos Solidários; Redes de Cooperativa de Crédito, Bancos Populares; Micro-crédito

Fonte: FB ES, adaptado pela autora.

A demanda apresentada pelo movimento social de ES faz parte do programa da Senaes¹⁷ junto ao governo, de modo que tem buscado assegurar a sua pertinência nas políticas ministeriais.

Compreende-se que o principal fator de demanda tem sido o eixo da produção, comercialização e consumo (PCC), com proposta de constituição de redes que permitam

¹⁷ A atuação da Senaes, no período de 2004 a 2008, responde às necessidades da ES e direcionou suas ações para o fomento a empreendimentos e redes solidárias, recuperação de empresas falimentares, promoção de comercialização de produtos e serviços, debates sobre o marco jurídico, abertura de canais para financiamentos solidários, expansão do acesso à qualificação profissional e social, divulgação da Economia Solidária, realização de estudos e pesquisas e apoio a projetos de incubação, assistência técnica e acompanhamento aos EES.

compra e venda coletiva, consumo consciente, mercado e feiras permanentes e reconhecimento dos produtos da ES.

Associado a esse fator encontramos o das finanças, que precisa assegurar acesso ao crédito de forma justa e apropriada à agricultura familiar aos pequenos agricultores tradicionais. Busca-se criar o Fundo Nacional de ES com recursos públicos e privados e fortalecer as linhas de financiamento para as comunidades de baixa renda.

Outra vertente de demandas encontra-se na proposta de promover a educação para a cooperação e a solidariedade, por meio de formação em Economia Solidária, preparo social e técnico dos trabalhadores(as), com a participação no Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e no Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE).

A democratização do conhecimento e de tecnologias apropriadas à natureza dos EES tem sido um grande motivador para divulgar as experiências de ES e redefinir políticas na área de formação, assistência técnica e mudanças no processo produtivo. Lebout (2006) reflete sobre as reivindicações dos eixos e bandeiras de lutas da Economia Solidária, afirmando:

- 1) a importância do eixo PCC, onde o tripé produção, comercialização e consumo se apresente não como o econômico explorador, mas o econômico humanizador, com formação técnica, de gestão e estratégica;
- 2) outro eixo é o do marco legal: a bancada da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, é poderosa e a legislação cooperativista não reflete a nossa forma de produzir. A luta pelo marco legal deve ser de criação de um novo marco legal, mantendo a luta e debate no Congresso. É necessário iniciar um novo marco legal, que seria a possibilidade de criação de outro tipo de empresa no Brasil, o EES, que perfaz, hoje, 22.000 empreendimentos (dados do SIES); e
- 3) o terceiro eixo, estruturante para a construção efetiva do PCC, é o de finanças, com novo desenho para financiar projetos de outra ordem, agora ligada ao favorecimento à integração social e econômica dos setores da sociedade civil.

Para esse autor, as finanças, a formação (técnica, de gestão e política) e o marco legal, são elementos que podem assegurar a legalização de uma nova forma de empresa no Brasil, a empresa solidária, denominada de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Essas reflexões de Lebout apontam um conjunto de ações necessárias para fortalecer a ES como política pública de trabalho e de desenvolvimento social do país, baseado em outra lógica de gestão do social.

Por isso, a Senaes adquire uma importância estratégica para o movimento da ES com diferentes significados:

- a) sua representação institucional, enquanto uma entidade do governo, dirigida por um militante do Partido dos Trabalhadores e professor universitário, Paul Singer, que é reconhecidamente referenciado na Economia Solidária e gestor de políticas públicas;
- b) o fato de a Secretaria Nacional de Economia Solidária estar alocada no MTE pode significar o início do reconhecimento por este governo, de outros registros de economia, que não está associada ao assalariamento, mas a outras práticas econômicas, não-monetária e não-mercantil, e à economia informal;
- c) a revitalização do Estado como o principal representante da esfera pública, mas associado aos espaços públicos não estatais, na implementação de políticas públicas de integração social, mesmo que ainda os programas de governo sejam de natureza mais distributiva e menos emancipatória;
- d) afirma o reconhecimento dos interlocutores legítimos à causa dos trabalhadores(as), cujas reivindicações têm ocasionado mudanças nas orientações das políticas públicas; e
- e) tem contribuído para a integração de políticas públicas nos três níveis da federação, aproximando ministérios com o MTE, MDS e o MDA.

A formulação de política pública para o desenvolvimento de práticas de geração de renda transcendeu o impacto social dessa iniciativa, pois trata de um outro sentido do trabalho, desvinculado do emprego assalariado, o que atesta a presença da Senaes no Ministério do Trabalho e Emprego, rompendo com a cidadania regulada pelo emprego formal.

Há o objetivo de conferir um novo estatuto social às práticas socioeconômicas, realizadas no campo da Economia Solidária, referentes à proteção do trabalhador(a), valorizando as outras formas possíveis de integração social.

Esse novo estatuto está ancorado sob três aspectos: a) o reconhecimento das novas experimentações econômicas como meio de evitar a precarização do trabalho e tornar-se uma ação propositiva de mudança na produção social, e não apenas à diminuição estrutural do desemprego; b) assumir e reconhecer a heterogeneidade do trabalho, como ocupação em cooperativas e associações e não apenas empresas; e c) o deslocamento do trabalho protegido, até então garantido pelo contrato social com o mercado assalariado, para novas sociabilidades laborativas.

Para enquadrar as políticas públicas nesse horizonte, de novo reordenamento do trabalho e da produção, exige-se outro restabelecimento da relação Estado, Mercado e

Sociedade Civil, porque as necessidades produtivas tornam-se as necessidades de toda a sociedade, mas sob outra base de produção social, referendada pela solidariedade.

Segundo o programa da Senaes, a atuação do Estado no gerenciamento dos programas sociais de caráter distributivo, como o Fome Zero, o Bolsa Família e o Primeiro Emprego, são uma resposta à desregulação do trabalho e a reestruturação produtiva.

Contudo, não se trata de conferir ao auto-emprego (empreendedorismo ou o cooperativismo), e deixar a “sociedade por conta própria” como alternativa à crise do trabalho e à crise social. A proposta da ES é uma conjugação de esforços do Estado, da sociedade civil e do mercado, para a gestão do social em prol do bem-comum.

Na concepção da política pública de ES, faz-se necessário avançar para medidas estruturais na organização da produção e do trabalho, para isso o primeiro ato é a institucionalização da ES, inserindo as suas prerrogativas como prioridades de agendas governamentais.

Portanto, a principal ação da Senaes tem sido o diálogo permanente com o governo, na perspectiva de que as demandas geradas por esse campo estejam na agenda governamental, por meio da alocação de recursos em diferentes ministérios, voltados para as reais necessidades desses setores da sociedade civil (ver site www.mte.gov.br).

No período de 2004 a 2008 a Senaes buscou articular com diferentes ministérios, envolvidos com políticas de inclusão social e estratégias de desenvolvimento, com o objetivo de contribuir para a integração dessas políticas e qualificá-las para fazer parte da construção do desenvolvimento do Brasil, sob a perspectiva de valorização da vida humana.

Sintetizamos suas ações, junto a esses órgãos do governo:

Quadro 08: Articulação da Senaes no Governo

Órgão	Programa com a Senaes
Ministério das Cidades	Programa de Crédito Solidário para habitação para famílias com até 3 salários mínimos e organizados em associações e cooperativas.
Ministério da Educação	Apoio à ITCP - redes de Incubadoras e Ações na Educação do Campo e profissional.
Ministério do Meio Ambiente	Agro-extratativismo
Ministério de Minas e Energia	Cooperativas no setor de mineração
Ministério de Ciência e Tecnologia	Fomento a incubadoras universitárias - Proninc
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Programa Fome Zero com incentivo a agricultura família e geração de trabalho e renda
Ministério de Desenvolvimento Agrário	Projeto de comércio Ético e Solidário
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Fomento ao cooperativismo e associativismo
Secretaria Nacional Especial para Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial	Ações que favoreçam a igualdade racial, étnica e de gênero

Fonte: FBES, adaptado pela autora.

A Senaes, considerada como mediadora, interlocutora e propulsora das políticas de trabalho e políticas sociais no governo, representando o projeto de sociedade proposto pela Economia Solidária, desenvolveu um conjunto de ações que contribuiu para que parte das reivindicações fosse incorporada nas ações do governo.

Destaca-se, a seguir, as principais ações que foram cruciais para dar visibilidade e reconhecimento da ES no enfrentamento social dos problemas do trabalho na contemporaneidade.

Uma das primeiras ações concretas da Senaes foi a promoção do I Encontro de Empreendimentos Econômicos Solidários, em 2004, em Brasília, onde participaram representações de empreendimentos de todos os Estados brasileiros, com dois resultados importantes: muitas iniciativas econômicas, compartilhando valores em comum, e a percepção das práticas econômicas como algo maior, não circunscritas à sustentabilidade do empreendimento, mas à sustentabilidade do país.

Nesse encontro, percebe-se que parte da população brasileira possui outras dinâmicas de produzir e de viver, para além do contrato assalariado, e desenvolve práticas econômicas pautadas pelo coletivo e pela solidariedade.

O encontro favoreceu uma avaliação dos Fóruns estaduais, em 2005, quando se afirma a necessidade de um processo de regionalização e aproximação desses espaços públicos nas comunidades, com o objetivo de divulgar melhor a Economia Solidária e de conjugar a outras políticas públicas a nível territorial.

Uma das ações importantes para esse fim foi o Programa Nacional de Feiras, em ação conjunta da Senaes com o FBES, para garantir espaços de trocas, comercialização e visibilidade dos produtos gerados pelos empreendimentos de Economia Solidária.

O objetivo geral do programa de Feiras de Economia Solidária foi de divulgar a Economia Solidária com a comercialização dos produtos gerados pelos grupos populares, manter a socialização entre os participantes e afirmar uma base comum de pertencimento à comunidade, inscrita no local, criando círculos de proximidade.

A avaliação do programa de Feiras, denominado Programa de Avaliação das Feiras de Economia Solidária - PAFES, apontou que esse programa contribuiu para o fortalecimento dos Fóruns estaduais, pela sua capacidade de promover espaços de trocas e circulação de coisas, pessoas e bens. Criou a possibilidade de construção de vínculos sociais entre os participantes, com possibilidades de ações comuns, parcerias e construção de redes de comercialização.

Contudo, o programa de feiras não conseguiu ampliar a visibilidade da ES para garantir o seu reconhecimento como política pública, referente às questões de comercialização, tributação, finanças e consumo solidário.

De certa forma, o fenômeno da ES está circunscrito ao campo das experimentações econômicas de um determinado setor da sociedade civil e não havia sido prescrito a dimensão real desse campo, marcado pela diversidade, dispersão territorial e caminhos alternativos diferenciados de organização da produção e do trabalho.

Nesse sentido, ainda em 2005, a Senaes em parceria com o Fórum Brasileiro, realizou o mapeamento dos atores sociais que faziam parte da construção da ES no Brasil. Essa ação teve três objetivos principais: identificar a ES no Brasil; obter maior visibilidade dos EES; e reconhecer as novas formas de organização do trabalho e da produção realizados por grupos populares solidários.

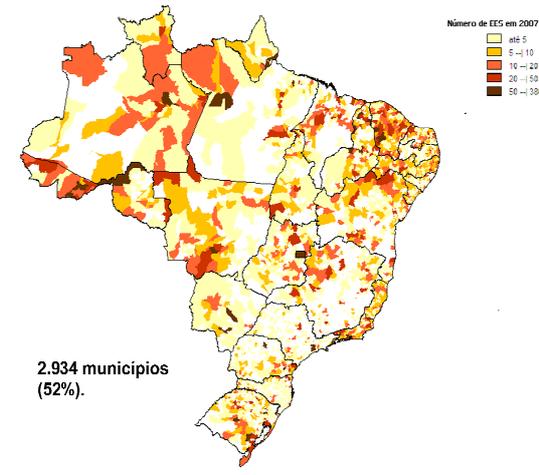
O Atlas da Economia Solidária, divulgado em 2006, foi o resultado desse mapeamento, que registrou 21.857 empreendimentos econômicos solidários, em 52% dos municípios, com a participação de um milhão e setecentas mil pessoas (dados do SIES¹⁸).

A relevância do Atlas da Economia Solidária está no seu conjunto de informações sobre a realidade concreta deste movimento social no Brasil, apresentando informações importantes, na medida em que revela a amplitude das iniciativas econômicas com a nova organização do trabalho e da produção; a extensionalidade das atividades em todo território nacional e a identidade dos atores sociais que participam na construção desse movimento.

Apresentamos, no mapa a seguir, a extensão desse movimento social em todo o Brasil, a partir da presença dos EES nos municípios brasileiros.

¹⁸ Foi criado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, que identificou os atores sociais que contribuíram para a configuração do campo da Economia Solidária no Brasil, destacando os Empreendimentos de Economia Solidária, os Gestores Públicos e as Entidades de Apoio.

Figura 05: Mapa dos EES por Municípios



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil

A região Nordeste apresentou o maior número de empreendimentos devido a tradição do extrativismo e da pesca, em formas coletivas de trabalho familiar, e a região Centro-Oeste o menor número de EES, o que nos parece ser devido a presença de agricultores ligados a grande produção, não afeitos aos princípios da agricultura familiar.

Quanto à abrangência, verificamos que a Economia Solidária no Brasil abarca uma diversidade de entidades e organizações, que vão se organizando em forma de cooperativas, associações, redes, ligas, como mostra a figura 06.

Figura 06: Abrangência da Economia Solidária



Fonte: Atlas da Economia Solidária- 2005

Pode-se observar que os protagonistas da ES são oriundos de tradição histórica de lutas sociais e sindicais, e buscam um novo sentido para o trabalho, contra o processo de desassalariamento. Esses sujeitos coletivos querem criar um novo projeto socioeconômico, que assegure outro desenvolvimento social, pertinente a um novo modo de produção, portador de solidariedade e reciprocidade.

Uma das tradições de trabalho coletivo e familiar encontra-se na dinâmica rural brasileira, por isso o mapeamento indicou que a área rural concentra o maior número de EES (50%) e na área urbana apresenta 33%. Os espaços entre o urbano e o rural estão os outros 17%.

Importante salientar que as dinâmicas de trabalho no campo estão assentadas por práticas de socialização, seja na compra ou venda coletiva, seja na produção familiar, ou mesmo na presença de associações e cooperativas em assentamentos rurais.

Outro aspecto importante a considerar no mapeamento foi a participação de mulheres e homens nos empreendimentos. Os dados mostram que a participação dos homens é superior, mas está condicionado ao porte do EES, como demonstra a Tabela 01.

Tabela 01: Participação de Homens e Mulheres nos EES

Porte do EES (nº de sócios)		2 a 10	11 a 20	21 a 50	Acima de 50
Composição de gênero	H	37%	50%	60%	66%
	M	63%	50%	40%	34%

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005, adaptado pela autora.

A presença das mulheres no mundo do trabalho em uma perspectiva de melhorar a renda familiar, sobretudo de se inserir nas relações sociais com autonomia, pode modificar a configuração de gênero nas relações de trabalho e na apropriação da autoridade de forma equitativa na composição familiar.

O componente da subjetividade está em destaque pela condição de que as mulheres, na cultura brasileira, ainda suportam em si o estigma de integração socioeconômica pela subordinação.

Parece que a presença de maior número de mulheres nos empreendimentos de menor porte está associado à forma de como o sistema capitalista traduz o trabalho produtivo e improdutivo, relegando às mulheres o segundo espaço, depreciadas pela lei

do valor, acarretando-lhes um conjunto de atribuições que deveriam ser assumidas pelo Estado.

Esse fato limita a atuação das mulheres nos empreendimentos de forma integral, porque as atividades domésticas são de sua inteira responsabilidade, tendo que dividir o seu tempo em múltiplos espaços de produção.

Outro aspecto importante que o mapeamento mostrou foi a variedade de produtos e serviços gerados pelos EES, destacando a agropecuária, o extrativismo e a pesca, como atividades de maior alcance e a produção de serviços em menor escala.

Ao levarmos em conta as atividades tradicionais da cultura brasileira, compreendemos porque essas atividades aparecem em destaque, pois são desenvolvidas por grupos sociais que, na sua maioria, têm condições de vida precarizadas e que somente no trabalho coletivo vão criando suas estratégias de sobrevivência.

Contudo, a variedade de inserção de práticas econômicas no universo do mercado configura a relevância do trabalho desses grupos populares na dinâmica da economia brasileira, como se pode visualizar na tabela a seguir.

Tabela 02: Atividades Desenvolvidas pelos EES

PRODUTO POR TIPO DE ATIVIDADE	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS EES
Produção agropecuária, extrativismo e pesca	45%
Produção e serviços de alimentos e bebidas	20%
Produção de artefatos artesanais	15%
Produção têxtil e confecções	10%
Prestação de serviços diversos	5%
Produção industrial diversa	4%
Serviços de coleta e reciclagem de materiais	2,5%
Produção de fitoterápico, limpeza e higiene	2%
Serviços relativos a crédito e finanças	1%
Produção mineral diversa	1%
Produção e serviços diversos	1%

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005, adaptado pela autora.

Na comercialização dos produtos e serviços gerados pelos empreendimentos de economia solidária o suporte de proximidade territorial é o condicionante para a circulação da produção, associado à venda direta e em espaços referenciais próprios.

Evidenciamos nos quadros abaixo os indicadores do mapeamento sobre a circulação das mercadorias no cotidiano da vida comunitária.

Tabela 03: Abrangência Comercial dos EES

Abrangência Comercial dos EES	%
Unitária	53,7
Municipal	26,3
Micro-regional	10,0
Estadual	6,6
Nacional	2,8
Internacional	0,6

Fonte: SIES

Tabela 04: Espaços de Comercialização dos EES

Espaços de Comercialização	%
Lojas ou espaços próprios	19,3
Espaços de venda coletivos	5,3
Feiras livres	23,1
Feiras e exposições eventuais	6,6
Entrega direta a clientes	40,8
Outros	4,9

Fonte: SIES

Observa-se que, na produção em pequena escala, a relação direta entre produtor e consumidor, o local como dimensão das relações sociais, o eixo temporal das trocas e da geração de renda, são elementos caracterizadores da lógica de funcionamento da maior parte dos EES.

Esses aspectos são positivos, na medida em que a circulação social ocorre por meio das mercadorias, mas produz vínculos sociais pelo auto-conhecimento do produto no produtor e pelas condições reais onde se é possível realizar trocas.

Tabela 05: Formas dos EES

Formas de comercialização	%
Venda direta ao consumidor	66,3
Venda a revendedores	26,3
Venda a órgão governamental	2,3
Troca com outros EES	0,5
Venda a outros EES	1,0
Outros	3,6

Fonte: SIES

Tabela 06: Dificuldades dos EES

Não há Capital de Giro	33%
Logística	29%
Nº insuficiente de clientes	24%
Manutenção do fornecimento	18%
Preço do produto (baixo)	15%
Registro para comercialização	14%
Vendas a prazo	14%

Fonte: SIES

Contudo, o principal desafio dos empreendimentos encontra-se no capital de giro para manter o empreendimento funcionando sem prejuízos e que possa obter sobras para o fundo solidário, que permite ao grupo melhorar a sua produção.

A produção tem sido objeto das políticas públicas sociais, por meio dos cursos de formação profissional e técnica, mas a comercialização ainda é um aspecto comprometedor para a vida do empreendimento. Assegura-se que é preciso conjugar a assistência técnica, a educação para a solidariedade, a finança e o consumo solidário, para manter o empreendimento funcionando.

Com base nos dados do mapeamento verifica-se que, mesmo sem o apoio suficiente do Estado, para um bom funcionamento, os empreendimentos têm gerado renda para os seus membros, por meio do trabalho coletivo onde se divide os ganhos e os prejuízos.

Tabela 07: Remuneração Mensal dos Sócios que Trabalham nos EES

FAIXA DE REMUNERAÇÃO	EES	%	MÉDIA (R\$)
Até ½ SM	4.117	38	R\$ 74,52
+ de ½ a 1 SM	2.657	24	R\$ 217,44
+ de 1 a 2 SM	2.812	26	R\$ 398,40
+ de 2 a 5 SM	1.043	10	R\$ 895,89
+ de 5 SM	243	2	R\$ 2.837,00
TOTAL	10.872	100%	R\$ 333,76

Fonte: SIES - 2005, adaptado por Roberto Marinho

A pesquisa apontou que, no ano de 2006, o resultado da atividade econômica dos EES foram 38% com *superávit*, 34% houve equilíbrio das contas, 15% *déficit* e 13% não se obteve resposta.

Assim, a atividade coletiva e cooperativa pode proporcionar maior investimento do tempo solidário das pessoas, maior atenção das políticas públicas locais e confiança

nos resultados positivos do empreendimento. Porém, desafia a construção da autogestão, apostando no solidário coletivo como estratégia de organização do trabalho e produção do empreendimento.

Nesse sentido, o SIES apresentou dados importantes que comprovam a natureza diferenciada desse grupo popular solidário, ao gerenciar a sua produção e o trabalho. Alguns indicadores apontam essas diferenciações: compromisso com os consumidores pela procedência ética do produto e do trabalho; participação assegurada por escolhas coletivas; formas éticas de gerenciamento dos conflitos; cooperação por meio de compras de produtos gerados por outros empreendimentos, exercendo o consumo solidário.

Tabela 08: Caracterização dos EES

Motivos da criação do EES		Cooperação entre os EES	
Alternativa ao desemprego	46%	Norte	40%
Complementação de renda	44%	Nordeste	40%
Melhores ganhos com ação coletiva	36%	Sudeste	25%
Possibilidade de gestão coletiva	27%	Sul	40%
Condição de acesso a crédito	25%	Centro-oeste	45%
		Brasil	40%
Formas de participação dos sócios		Gestão coletiva (periodicidade de reuniões mensais)	
Decisões cotidianas	70%	Norte	45%
Eleição da diretoria	60%	Nordeste	65%
Prestação de contas	60%	Sudeste	40%
Acesso a registro e informações	55%	Sul	30%
Decisão sobre as sobras e fundos	50%	Centro-oeste	35%
Definição do plano de trabalho	45%	Brasil	50%
Contratação e remuneração	20%		
Compromisso e participação social dos EES		Desafios dos EES	
Redes e fóruns	40%	Comercialização	60%
Movimentos sociais	60%	Crédito	50%
Ação social ou comunitária	55%	Apoio e assistência técnica	30%
Consumidores	65%		

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005, adaptado pela autora.

Parece que as motivações na criação dos EES estão associadas ao contexto de crise social, gerada pela desregulamentação do trabalho, suscitando a necessidade de organizar a produção social sob outras formas de gestão do trabalho e da produção. Isso tem assegurado que o desemprego apareça como o maior motivador da criação dos EES, mas não se sustenta, caso não aposte em outra forma de construção das relações sociais.

Fundamentalmente, o mapeamento afirmou um campo que mantém a unidade na diversidade: feitos comuns a trajetórias comuns, lugares e espaços condicionados pela cultura do grupo e a utopia real de que outro mundo é possível. Os empreendimentos apresentaram características importantes que os definem e lhes dão singularidade.

Quadro 09: Caracterização dos Empreendimentos Solidários no Brasil

EMPREENDIMENTO	ECONÔMICO	SOLIDÁRIO
<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativa • Associação • Grupo Informal • Fundo Rotativo • Banco Comunitário • Clube de Trocas • Redes de Cooperação; e • Central 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção • Prestação de Serviços • Comercialização • Crédito e finanças • Solidárias • Consumo • Trocas 	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão • Cooperação • Solidariedade • Justiça • Sustentabilidade • Comunitário

Fonte: SIES - 2005, adaptado por Roberto Marinho

Esse conjunto de características mostra a singularidade desse setor da sociedade civil pelos critérios exclusivos, que marcam a sua forma de organização: a natureza, primordialmente econômica dos empreendimentos, e a temporalidade permanente de sua organização e gestão coletiva das atividades, dirigida por trabalhadores(as).

Essas especificidades garantem uma organicidade que permite definir as iniciativas econômicas como:

“Um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito-organizado sob a forma de autogestão, isto é, com propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços ou controle destes meios, participação democrática dos membros nas decisões sobre a organização ou empreendimento e distribuição equitativa dos resultados”. (Senaes, 2004)

O SIES, criado para configurar a ES a partir de sua prática real, mostrou a importância das entidades de apoio, fomento e assessoria, comprometidas com um projeto social emancipatório e apresenta o perfil delas, que certamente tem influenciado na identidade desse projeto social.

Tabela 09: Distribuição, Abrangência e Atuação das EAFS

Distribuição	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul		
EES	13%	44%	12%	14%	17%		
EAFS	11%	51%	7%	16%	15%		
Formas de Organização	Associação	Fundação Privada	OSCIP	Organização Sindical	Organização sem Registro	Organização Social	Outra
	46%	13%	12%	7%	6%	6%	10%
Vínculos Sociais e Políticos EAFS	Instituições Governamentais	Instituições Religiosas	Ensino e Pesquisa	Movimento Social	Outros tipos de Organização	Sem Vínculo	
	5,3	24	7,8	11,6	7,8	43,5	
Atividades Realizadas	Formação	Articulação Mobilização	Financiamento	Assistência Técnica e Gerencial	Pesquisa e Desenvolvimento	Incubação	Outra
	38%	33%	9%	8%	7%	4%	1%

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005 (adaptado pela autora)

Observa-se que a presença de Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária – EAFS – encontram-se mais localizadas aonde há maior concentração de EES, que é a região Nordeste, com 51% do total de 1.120 EAFS no Brasil, com apoio, assessoria e fomento.

Esse conjunto de informações proporcionadas pela SIES contribuiu para dar visibilidade e reconhecimento às novas práticas econômicas e sociais realizadas por setores da sociedade civil, favoreceu a configuração da Economia Solidária como movimento social, construiu um banco de dados concreto e confiável para pesquisas e

elaboração de projetos sociais, e norteou as diretrizes na elaboração de programas e de políticas públicas sociais.

A grande relevância do mapeamento foi dar visibilidade aos atores sociais que contribuem para a construção de outra economia e o reconhecimento do potencial e dos desafios das iniciativas econômicas populares, cujas necessidades possam transformar-se em programas de governo, nas políticas públicas sociais.

No entanto, ainda seria necessário reconhecer a Economia Solidária na política nacional, para que fizesse parte da estratégia de desenvolvimento socioeconômico do país. Por esse objetivo foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária - I CONAES, com o tema: “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, ocorrida em junho de 2006. Houve a participação efetiva da sociedade por meio de delegações de todo território nacional.

A Conferência foi convocada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES), em parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O evento teve três eixos de debates: 1) afirmação dos fundamentos da Economia Solidária e seu papel na construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; 2) balanço do acúmulo e das políticas públicas implementadas; e 3) as prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária, mecanismos de participação e de controle social.

Os resultados dos debates foram compilados nos “Anais da Conferência”, onde se afirmaram o pensamento sobre o campo da Economia Solidária, trazida pelos participantes da Conferência, que foram delegados escolhidos nas plenárias estaduais, com a efetiva participação na construção do movimento em seus Estados, representando entidades de assessorias, empreendimentos e gestores públicos.

O documento apresenta um aprofundamento do pensamento sobre a Economia Solidária no Brasil, a partir das seguintes proposições:

- 1) a Economia Solidária é herdeira de lutas de emancipação popular, contra a exclusão social, realizada por mulheres, negros, indígenas, camponeses e outros, sendo o caráter comum das lutas a inserção econômica e social;
- 2) as iniciativas econômicas e sociais, em busca de inserção socioeconômica, deram origem à Economia Solidária, que significa uma prática de produção, comercialização, finanças e consumo, privilegiando a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento

comunitário, e que se caracteriza por valores culturais, de forma a inserir no processo o Ser Humano e o reconhecimento de suas necessidades;

3) o trabalho significa a emancipação humana, por democratizar as relações sociais de produção, ser exercido por livre opção, desenvolver as capacidades do indivíduo, gerar conhecimento e permitir o bom uso do produto de seu trabalho. O desenvolvimento é promovido com a participação de todos(as) nos resultados econômicos, na sustentabilidade do ecossistema, na distribuição equitativa da renda, na elaboração de alianças entre os movimentos sociais, no compartilhamento de decisões e programas de intervenção social;

4) o valor central é a soberania nacional, com a participação democrática e interativa, por meio do comércio justo e intercâmbio de tecnologias sociais;

5) a confiança deve ser preservada nas relações sociais, entre os atores que contribuem para construir e fortalecer a Economia Solidária; e

6) os desafios desse movimento social está na afirmação ainda frágil de parcerias a nível Federal, Estadual e Municipal, entre os Ministérios e as Secretarias Municipais e Estaduais, e a necessidade de engajamento dos movimentos sociais na gestão pública e no exercício do controle social das políticas de Economia Solidária.

Os resultados das propostas, advindas da Conferência, contribuíram para dar visibilidade ao campo da Economia Solidária e marcou um novo momento na sua construção, ao se fortalecer como movimento social e avançar para a elaboração de políticas públicas mais coerentes com os princípios e valores propostos por essa economia.

A CONAES manifestou e afirmou a proposta de um projeto social emancipatório para o Brasil, expressão da sociedade civil, do gerenciamento de uma política pública voltada para a integração social e desenvolvimento solidário, no sentido de uma globalização alternativa ao programa neoliberal.

Assim, o processo de institucionalização da Economia Solidária no Brasil iniciou com a criação da Senaes e foi aprofundada com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, cujo significado mais importante foi a possibilidade de democratizar o Estado com políticas públicas alinhadas aos princípios da Economia Solidária e pela confluência de doze Ministérios, pertencentes ao Conselho, e que possibilitam a intersectorialidade das políticas de integração social.

Lebout (2004) faz uma análise do processo de institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária e chama a atenção para três pontos: a) é importante o

modelo de desenvolvimento humano sustentável que dialogue com a integralidade das pessoas; b) a redistribuição da riqueza deve ter como horizonte mudanças profundas na estrutura da sociedade; e c) o mesmo governo que avança tem amarras estruturais – como as amarras dos juros e a dependência das exportações e das crises externas.

O autor chama a atenção para que as bandeiras de lutas apresentadas no FBES sejam norteadoras das demandas por uma política pública no campo da ES, mediante o desafio de uma política de governo ainda veiculado aos interesses do capital.

Segundo Filho (2003), o processo de institucionalização da Economia Solidária parece:

“Evoluir de formas de auto-organização sócio-econômica em direção às formas de auto-organização sócio-política, o que nos leva a pensar tal campo também como um tipo de movimento social de natureza singular. Isto precisamente em função da característica dos atores que o compõe”.

O desafio parece ser o de associar o reconhecimento institucional ao econômico dessas experiências dos grupos populares, de modo que se valorizem nas políticas públicas as novas formas do agir econômico, e as novas formas de fazer política pública para além da dimensão estatal, compondo a esfera não estatal, provenientes de articulações da sociedade civil com os poderes públicos, como exemplo, as Redes e os Fóruns.

Contudo, os avanços e a institucionalização da ES, especialmente através da criação da SENAES e do Conselho Nacional, requer definição cada vez maior do papel político e estratégico do FBES na luta e na construção de um projeto de sociedade.

Parece que, no campo da Economia Solidária, os Fóruns representam a possibilidade histórica de suscitar a institucionalização da Economia Solidária, porque constituem espaços de encontros e confluências de setores da sociedade civil, com a presença do governo, por meio dos gestores públicos, na busca da concertação de políticas públicas que possam assegurar a integração social dos indivíduos que se encontram sem a proteção social.

Assegura Filho (2003), que os fóruns têm duplicidade de relações sociais, porque:

“Ao mesmo tempo em que reivindicam sua autonomia enquanto espaço de atores da sociedade civil, os fóruns abrem-se para uma relação de interdependência em relação aos poderes públicos, bem como vinculam

atores com características e origens distintas, práticas também diferentes, sob alguns ângulos, e que tentam, de algum modo, unificar-se”.

Nesse sentido, os Fóruns se tornam então “interlocutores diretos na concepção, implementação e avaliação das políticas e dentro da própria estrutura de governo e máquina pública, levando ao diálogo e à ação conjunta de Secretarias” (Filho, 2003).

A importância dos Fóruns, como espaços propositivos e reivindicativos de um conjunto de segmentos da sociedade civil, mostra a possibilidade de ampliar a esfera pública e o caráter público das políticas sociais, porque redefine o papel do Estado na economia como regulador e indutor do desenvolvimento social.

A criação, a execução, o controle e a expansão das políticas públicas estão relacionados com o poder de intervenção, na esfera estatal, de setores da sociedade civil que estão em busca de outra forma de viver. Assim, parece que a capilaridade e os desafios dos 27 Fóruns brasileiros, na afirmação da ES, podem se constituir em um indicativo importante para análise das condições históricas de implementação de políticas públicas de integração social e de desenvolvimento solidário.

As iniciativas socioeconômicas dos grupos populares, baseadas na autogestão e na solidariedade, significaram a possibilidade de ampliar as suas reivindicações do campo econômico para o social, permitindo se pensar em uma democracia ampliada, com mudanças no caráter público da política social.

A conjugação de políticas econômicas e sociais tornam essas políticas emancipatórias, porque rompem com as práticas assistencialistas e busca alterar a forma de distribuição da riqueza social, além de garantir o controle da comunidade sobre a distribuição dos recursos públicos.

Essa perspectiva suscita mudanças na política de desenvolvimento do país, na medida em que o controle público da economia seja compartilhado pela sociedade civil, tendo o Estado o papel de garantia dos princípios da comunidade - solidariedade democrática, equidade, poder compartilhado, transparência nas ações - inseridas nas políticas sociais.

As políticas públicas para a economia dos setores populares e solidários concebem o desenvolvimento associado ao processo de transformação das relações sociais e produtivas, onde a cidadania, expressa pela vivência de direitos, e a autogestão, expressa pela democracia plena, são os indicadores da qualidade e melhoria no modo de vida (Silva, 2008).

As experimentações socioeconômicas de setores da sociedade civil têm apontado para uma aproximação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social, por meio da possibilidade de redistribuição social da riqueza de forma equitativa, o direito a ter direitos, o respeito ao pluralismo das culturas e a sustentabilidade do desenvolvimento de caráter solidário.

Esse projeto nacional, proposto por setores da sociedade civil, tem sido desafiado pela conjuntura brasileira no processo de globalização, que prioriza a propriedade privada, as relações mercantis e o setor privado. Há uma estabilidade focada na expectativa do mercado e do investimento e não na expectativa das pessoas (Santos, 2006).

Por essa razão é importante pensar a democracia onde o controle social deveria ser exercido pela conjugação de atores sociais, priorizando os princípios comunitários voltados para o bem-comum, em consonância com o mercado e o Estado, desde que focados na legitimação da cidadania.

Por isso, a confiança precisa ser estabelecida na oportunidade de manter os vínculos sociais, que assegurem o poder compartilhado e a co-responsabilidade nas relações sociais entre os atores que contribuem para a dinâmica social.

CAPITULO 2

A ECONOMIA SOLIDARIA E A CRISE DO MUNDO DO TRABALHO

2.1 A Crise da Solidariedade Democrática na Sociedade do Salário

Muitas investigações têm sido realizadas sobre as crises do capitalismo, as suas causas, os desafios, as perspectivas e os desdobramentos. Alguns assinalam a globalização da economia num sentido único de pensar o crescimento, outros focalizam as modificações geopolíticas à conversão dos países à economia de mercado, ainda há aqueles que associam o capitalismo às questões de desigualdades, mobilidade e integração social.

A crise será abordada como categoria para qualificar a condição social contemporânea, que na concepção de Castoriadis é autoconstituição e na concepção de Bauman é auto-reprodução e renovação da vida social.

É importante observar a crise da sociedade moderna pelo seu sentido objetivo: indicadores quantitativos, referentes às relações entre o capital e o trabalho e as interferências no campo da subjetividade; indicadores qualitativos, referentes a apropriação das normas e valores, e a resposta dos níveis de confiança e desconfiança no projeto de sociedade, propostos pelo momento histórico atual.

As condições observadas entre a tradição e a mudança, que a dinâmica da sociedade moderna aponta, seguem para onde se conjuga a crise econômica, política, social, cultural e epistemológica.

Esse pensamento é destacado por Rosanvallon e Fitoussi (apud Neutzling, 2003, p. 44), que associa a crise na sua dimensão econômica e antropológica e afirmam:

“É, ao mesmo tempo uma crise da civilização e uma crise do indivíduo. Simultaneamente deixam de funcionar as instituições de instauração do laço social e da solidariedade (a crise do Estado-providencia), as formas de relação entre a economia e a sociedade (a crise do trabalho) e os modos de constituição das identidades individuais e coletivas (a crise do sujeito)”.

Essa reflexão permite considerar a sociedade, o indivíduo, a economia, o político e o social como categorias indissocialmente imbricadas e interdependentes.

Compreende-se que há uma diferença entre sociedade e capitalismo, onde a sociedade comporta múltiplos espaços econômicos (economia informal, comunitária, autônoma, industrial), e capilariza sociabilidades alternativas, que mantém a dinâmica social num processo constante de busca de sua coesão social e o capitalismo focaliza um único sentido da sociedade, que se expressa pela lógica econômica ou pela mercantilização das relações sociais.

Os estudos das relações entre os pólos constitutivos da vida social - mercado, Estado e sociedade civil - podem permitir uma melhor compreensão das transformações nas quais as sociedades modernas estão vivendo, porque traduzem as racionalidades que as determinam, os desafios para a manutenção de uma “sociedade de mercado” e os conflitos que enfrentam na busca de um equilíbrio entre o capital e o trabalho.

Portanto, as formas de interações entre o econômico, o social e o político, em uma dada sociedade, pode ser o suporte da natureza das relações e das condições reais para que a democracia venha a se constituir como valor e como procedimento.

Nesse sentido, verifica-se que o mercado busca assumir a condição de guardião do capitalismo, da identidade individual e coletiva dos membros de uma sociedade, da liberdade de escolha e das propriedades privadas.

O Estado se revela pela condição de protetor da força-de-trabalho, fiscalizador do contrato social estabelecido pelo mercado de trabalho e mantenedor da convivência entre o capital e o trabalho, para assegurar um mínimo de coesão social. A sociedade civil toma o acento de guardiã da moralidade e de toda a responsabilidade pelo devir histórico.

Contudo, devemos estar atentos às formas dos princípios que regem esses espaços sociais da vida humana – o princípio do mercado, do Estado e da sociedade – como estão relacionados entre si, porque qualquer absolutização de algum deles pode ocasionar uma atitude contrária ao pressuposto democrático da ação.

Para Lisboa (2003), o que rege o social não pode estar caracterizado por uma estatização ou mercantilização ou comunitarização. O que existe é uma mescla de princípios e racionalidades, que coexistem nas relações sociais cotidianas e que vão se constituindo na organização do social.

Essa perspectiva leva a perceber que as sociedades modernas capitalistas impuseram um processo de autonomização da economia, um recuo do papel do Estado como mediador e propulsor do desenvolvimento e manteve a sociedade civil sob controle, para evitar mobilizações e reivindicações que viessem a contrariar o padrão acumulativo no sistema capitalista.

Nesse sentido, propõe-se destacar o significado dessa crise numa perspectiva relacional, compreendê-la como possibilidade de lidar com os novos e os velhos valores e as formas de vivenciá-la numa outra proposta de sociedade e de economia.

Pode assim, postular que o resgate da cultura, na forma de apropriação dos valores e normas de convivência social, tanto pode reforçar a confiança no mercado ou deslocá-la para uma governança integrada entre as instâncias do social. Compreender em que condições sócio-históricas essas possibilidades acontecem faz parte desta análise do social.

Destaca-se, portanto, uma crise civilizatória, que pode levar a uma ruptura com o atual modelo de racionalidade da ação social e ajudar a identificar as condições sócio-históricas que motivaram diferentes setores da sociedade civil a destacar novas racionalidades no agir econômico e a buscar novas formas de organização da produção e do trabalho.

As experiências no campo da Economia Solidária mostraram que as interações humanas são mediadas por diferentes racionalidades e sociabilidades, permitindo se pensar na possibilidade de estabelecer relações sociais com o mercado e o Estado, sob outro registro do social.

A Economia Solidária no Brasil não destaca a supremacia do mercado, em detrimento do Estado e da Sociedade Civil, mas propõe a sua conjugação, considerando que pode permitir a coesão social por outros atributos, além do salário como, por exemplo, o trabalho associado. São elementos integradores, com possibilidades reais de gerar a proteção social.

A ausência do contrato salarial aprofundou a crise social no século XXI, na ótica de que o salário fosse a única alternativa de proteção social, porque a condição de desemprego significa a desfiliação de tudo que ele representa: *status*, identidade, sobrevivência, liberdade, obrigação, poder e alianças.

Nesse pressuposto, a ES pode estabelecer a condição de retorno a uma integração social, por meio de outras alternativas, afirmando o sentido do trabalho por tudo aquilo que

ele significa e ampliando a sua representação social para a manutenção dos vínculos sociais.

Portanto, parte-se do pensamento de que a ES é um fenômeno social total, na concepção de Marcel Mauss, porque destaca a crise social como um conjunto de fatores interligados em diferentes dimensões da vida humana. Destaca a possibilidade de interconexão entre os princípios que regem a sociedade civil, o mercado e o Estado, como uma das principais condições do devir democrático, na sociedade de predominância capitalista.

Na abordagem da totalidade, a compreensão do novo na relação entre economia e sociedade significa religar o político, o econômico e o social, considerados elementos que dão sentido à existência e à organização da vida coletiva, apreendidos em suas normas, valores, racionalidades e sociabilidades.

A interação desses três pólos está associada às condições objetivas do desenvolvimento socioeconômico do país, o que assegura aferir a existência de muitas motivações que definem o agir econômico, e algumas delas pode manifestar as reais possibilidades de integração social das comunidades à justiça social.

A reflexão é de associar a crise da sociedade salarial à interferência que proporcionou nas relações sociais e de trabalho: a predominância da competição em relação à cooperação, do capital em detrimento do trabalho, do individualismo negativo ao positivo, do intercâmbio em detrimento da reciprocidade e, fundamentalmente, do valor da troca em detrimento do valor do vínculo social. Pergunta-se: que formas têm assumido as relações sociais cotidianas? Qual é a dinâmica social que tem proporcionado os riscos de fratura do tecido social? Como superá-la?

É nesse sentido que se postula a existência de uma crise social, e se aponta os principais fatores que geraram essa situação por meio das mudanças no mundo do trabalho, considerando o fato do contrato assalariado ter sido o elemento integrador da sociedade capitalista, cuja ausência afetou a vida da classe trabalhadora em múltiplas dimensões, que vai do campo objetivo ao subjetivo, em escala micro e macro social. Por isso, as crises econômicas se aproximam das crises sociais no século XXI.

Parte-se da concepção de que, no modo de produção capitalista, os pólos constitutivos do social se tornaram instâncias separadas, constitutivas de relações hierarquizadas, circunscritas a campos específicos e fechados. Parece que a dissociação

entre eles restringiu a capacidade de intervir na resolução dos problemas sociais e econômicos, nos níveis local e global, ampliando a fratura social, comprometendo os vínculos sociais, tema considerado como uma das grandes inquietações do fim do século XX.

As análises das formas de interações entre essas instâncias do social, no sistema capitalista de produção e seu redirecionamento na proposta da Economia Solidária, podem viabilizar o conhecimento melhor das condições concretas da realidade social, onde o agir econômico se manifesta, aparentemente, como uma relação social de cunho utilitário, racional e suficiente para a manutenção da organização social, como quer nos fazer crer as teorias neoliberais.

As teorias neoliberais postulam e legitimam o enriquecimento monetário e contribui na fragmentação do pólo das pessoas e das coisas. Expressam o pólo do interesse e o da equivalência, o cálculo utilitário nas relações de trocas e a responsabilidade individual na construção da trajetória social de cada um.

No entanto, as relações sociais cotidianas mostram que os indivíduos agem por diferentes motivações. Realizam trocas, contraem e desatam laços, constroem vínculos sociais, agem por interesse e desinteresse, possuem obrigações e liberdade, realizam escolhas e desenvolvem responsabilidades.

Nesse misto de comportamentos, os indivíduos realizam as suas interações sociais, pautadas por sentimentos racionais e emocionais. Porém, na proposta do neoliberalismo, temos a ilusão de que o sentido de nossa ação está sempre voltado, primeiramente, para os interesses estritamente econômicos, garantindo a máxima satisfação individual.

As formas de interações assumidas pela sociedade moderna têm sido a preocupação de intelectuais do mundo do trabalho, reconhecendo que os indivíduos fazem a manutenção dos vínculos sociais a partir de variadas motivações, onde o agir econômico não se sustenta apenas sob relações contratuais e nem em um único sentido da ação humana, redutível ao econômico.

Essa afirmação anuncia a necessidade de traduzir a noção de Mercado, Estado e Sociedade Civil em dimensões relacionais, podendo proporcionar a compreensão da realidade, na medida em que se pode perceber a economia não ser um fim em si mesmo, mas um meio a serviço das finalidades sociais, políticas, ambientais e culturais.

As atividades econômicas, no cotidiano, são também organizadas como formas de resolução de problemas concretos, num determinado território, em função do bem público. Por isso, o agir econômico não pode ser circunscrito apenas à troca mercantil e a uma lógica utilitária.

Há um resgate dos estudos da relação entre a economia e a sociedade, realizado pela Sociologia, colocando em dúvida a ação economicista, reduzida a um interesse próprio e baseada em um cálculo de meios e fins.

Estudos realizados pela Sociologia Econômica, por exemplo, resgatam as significações da noção de economia como uma categoria universal, que faz parte da vida das pessoas, onde as crenças, os valores e os saberes lhes dá a sua configuração, mediante a forma de produzir e reproduzir as condições de vida.

Na verdade, essa noção de economia se aproxima do conceito da economia política marxista, que significa o estudo científico da produção, da troca e da distribuição da riqueza material. A economia seria a ciência dos sistemas econômicos, entendidos como sistemas de produção e de intercâmbio de meios para satisfazer necessidades materiais. Essa definição coloca o ser humano como fim do processo de circulação de coisas e pessoas, e o dinheiro como meio para tal intento.

A concepção mencionada de economia afirma a indissociabilidade entre o pólo econômico, o político e o social, colocando em xeque os pressupostos da economia formalista, definida pelo individualismo metodológico, onde “indivíduos racional-instrumentais fazem escolhas individuais e formam os arranjos sociais” (Wanderley, 2003).

A economia formalista define a economia como “todo comportamento visando economizar recursos raros, procedendo sistematicamente a um cálculo de custos e benefícios envolvidos numa decisão pensada como uma questão de escolha racional”, Caillé (2003).

Esse conceito se torna insuficiente para explicar a dinâmica das relações econômicas na sociedade de mercado, pois há sempre uma interferência cultural sobre as estratégias e as dinâmicas de organização das trocas, configurando a própria estrutura social do mercado.

Os estudos sociológicos do mercado apontam os intercâmbios econômicos como padrões de relações interpessoais concretos, de forma que as estratégias são definidas a

partir dos significados coletivos, pautadas por uma racionalização econômica e lutas pelo poder entre as instituições premidas pela competição e colaboração.

Assim, as experiências trazidas pelos empreendimentos econômicos solidários revitalizam essa abordagem sociológica, compreendendo o mercado como um lugar importante para a constituição de rede de relações sociais, envolvendo nas trocas a amizade, as influências, os favores, a legitimidade e a confiança.

Esses elementos interferem nas formas de organizar o trabalho e realizar a produção, porque permite a possibilidade de constituir laços de confiança, ampliando as relações sociais para além da troca mercantil.

Na verdade, essas experiências empíricas mostram a imersão dos fenômenos econômicos em determinadas relações sociais, associadas às forças materiais e simbólicas em interação.

Isto nos convida a perceber o sentido substantivo da palavra economia, relacionando-a à concepção aristotélica de “a noção de ciência da boa gestão da casa (oikós)”, onde essa epistemologia desconstrói o conceito universal de economia apenas circunscrita à troca mercantil.

As reflexões de Karl Polanyi (2003) referendam o caráter socialmente instituído da ordem econômica, compreendida como “um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza, que permite um provisão regular de meios materiais para satisfação de necessidades”.

No sentido polanyiano, a idéia de economia se associa a toda forma de produção e de distribuição de riqueza. Implica na compreensão de que a esfera econômica está socialmente caracterizada por uma combinação de lógicas econômicas diversificadas.

A lógica econômica, na verdade caracteriza-se por diferentes princípios do comportamento econômico, incluindo relações de confiança e de reciprocidade como fatores decisivos para as relações sociais de troca.

Essa evidência aponta o mercado como um lugar onde se realizam as trocas econômicas, embasadas por relações sociais, culturais e políticas, colocando-o como uma estrutura social definida por interações sociais, em contextos específicos e princípios diferenciados de ações.

Na Sociologia, o mercado significa o lugar onde se realizam trocas de “coisas, pessoas e símbolos”. Ocorrem relações de competição e de colaboração, relações

interpessoais concretas, com significados pessoais e coletivos, ações racionais e emocionais, lutas pelo compartilhamento do poder e realização da concertação democrática, em meio à democracia formal.

Esses fatores combinados legitimam o campo das trocas, dentro e fora do mercado, onde as relações socioeconômicas são governadas por normas de comportamento e referendadas por práticas concretas dos atores, que participam das relações mercantis e não mercantis.

Afirma Wanderley (2002), que a capacidade competitiva dos mercados está associada a instituições, regras e normas, que são resultados de ações coletivas e de colaboração entre os atores econômicos.

Assim sendo, as análises sobre o mercado estão associadas à questão política, como campo de luta e de negociação e a questão do poder de coesão de grupos sociais. Essa idéia é conjugada pela Sociologia Econômica, compreendendo que as interações sociais possibilitam e definem os processos econômicos de produção, distribuição e consumos de bens e serviços.

Os estudos sociológicos da economia¹⁹ partiram da releitura da obra de Karl Polanyi, em três aspectos: 1) faz a crítica da separação entre o social e o econômico; 2) mostra que a história da economia de mercado foi marcada por intensas lutas sociais contra a idéia do “homo economicus”; e 3) compreende o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil como categorias do social e em interação permanente.

Na obra “A Grande Transformação”, Polanyi faz uma análise da desintegração da civilização do século XIX, apresentando como causa fundamental o conflito entre o mercado e as exigências de uma vida social organizada. Mostra que, nessa época, os pensadores supunham que o homem era movido apenas por interesses materiais, com uma racionalidade econômica capaz de gerenciar suas ações, num *optimum* de satisfação plena.

Nessa perspectiva, os mercados seriam instituições naturais onde se promoveria a sua auto-regulação pelo controle único dos preços. Igualava a economia às relações contratuais e estas à liberdade. A vida se limitava aos produtores na venda e aos

¹⁹ Os estudos das relações entre sociedade e economia percorreram toda a sociologia clássica e foi (re)significado na Sociologia contemporânea. A obra de Marx se refere às relações sociais de produção; Weber aproxima a racionalização da vida com o capitalismo; Durkheim valoriza a divisão social do trabalho com laços de solidariedade que garanta a coesão social.

consumidores na compra. Afirma Polanyi que a sociedade, a partir do século XIX, estava pois limitada pela economia monetária.

As permutas sempre existiram, mas o controle exterior a elas foi imposto pela economia de mercado, com a intervenção de governos para assegurar o controle dos preços na lógica do lucro. A ação do mercado auto-regulável, promovendo o intervencionismo para assegurá-lo, causou sua própria destruição, no dizer de Polanyi.

O pensamento de Polanyi nos leva a um duplo movimento da organização da sociedade: de um lado o liberalismo econômico, com o discurso da liberdade econômica irrestrita, num sistema de mercado auto-regulável, em constante criação do bem-estar material; e de outro, a proteção social para preservar o homem e a natureza. Esses dois princípios vão nortear e desafiar a história social dos séculos posteriores.

No entanto, prevalece uma “economia de mercado” que se transforma no breve século XX, em uma “sociedade de mercado”, onde tudo é dirigido pelo preço de mercado. Porém, afirma Polanyi (2003, p.17), que o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas, por que:

“A economia do homem com regra está submersa em suas relações sociais e ele não age de forma a salvaguardar seu interesse individual, na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais e seu patrimônio social”.

Na verdade, o controle do sistema econômico pelo mercado significa a sua separação em um *status* diferenciado e privilegiado, exigindo a sua separação da esfera política e social. Essa separação implicou no reconhecimento de que o princípio do ganho e do lucro é a força que organiza a sociedade e que as outras instâncias estão circunscritas aos seus interesses.

A consequência dessa assimetria foi a perversa disjunção das instâncias do social (com a perda da condição da proteção social), dada anteriormente pela sociedade e agora perpassada para a responsabilidade do Estado que, com o tempo, vai perdendo a sua condição histórica de garantia do *status* da vida humana.

Esse momento afirma que o social se torna uma categoria separada com a despolitização da questão econômica, iniciada no século XIX e aprofundada no século XX, onde o espaço público estatal passa a ser referendado como o guardião dos direitos sociais,

ampliando a sinergia do Estado com o mercado, pela sua intervenção como apoio e correção das desigualdades causadas pela lógica mercantil.

O liberalismo, no século XIX, foi o princípio organizador dessa sociedade, que propunha um mercado de trabalho competitivo e o livre comércio internacional. O que aconteceu foi a necessidade de regulamentação das trocas e da intervenção sobre os mercados, associado à invenção das máquinas, que aumentou a exploração do trabalho humano.

O princípio do liberalismo sujeitou o trabalho às leis do mercado e o separou de outras atividades da vida cotidiana. A liberdade de contrato aprofunda tal perspectiva, porque assegura a regulação do preço da força-de-trabalho e restringe o campo de lutas da classe trabalhadora em uma dimensão meramente econômica.

A abordagem de Polanyi (1980, p. 25) esclarece que:

“A busca de proteção social, ainda nos séculos XIX e XX, estão ligadas ao *status* profissional, a segurança, a estabilidade do ambiente e a manutenção da forma de vida. Os interesses econômicos são apenas parte das motivações que afetam as classes sociais diretamente atingidas pelo liberalismo econômico”.

As reflexões sobre as transformações do mundo econômico mostram que a busca natural de proteção social esteve associada às ameaças que o homem e a natureza tiveram ao transformarem em mercadorias a força-de-trabalho e a terra, com sujeição aos princípios do mercado capitalista. O dinheiro deixa de ser um meio de pagamento, com caráter essencialmente econômico, e se torna um meio de troca útil, com um fim em si mesmo. Assegura que:

“A sociedade consistia em permutadores individuais que possuíam um conjunto de mercadorias-bens, terra e trabalho e seus compostos. O dinheiro era simplesmente uma das mercadorias, permutado com mais frequência que outras e, portanto, adquirida com a finalidade de uso de troca”.

Quando a economia de mercado separa da esfera econômica os elementos da produção - terra, trabalho e dinheiro - explica Polanyi, houve a necessidade do intervencionismo, pois o mercado auto-regulável não assegurou o equilíbrio de trocas e

provocou tensões que se transformaram em forças de ruptura. Os sintomas foram o declínio da produção, do emprego, dos rendimentos e da queda das exportações.

O papel do Estado-providência, na sua função de auxiliar o mercado, no controle do crescimento econômico, de regular o consumo e das condições de empregabilidade, também entra em crise, porque se encontra privado de seus recursos.

O advento do desemprego em massa causou limitações ao trabalhador na sua condição de produtor, consumidor e cidadão. O esforço redistributivo do Estado não reequilibra mais as relações sociais em proveito dos mais explorados pelo sistema capitalista de produção.

A sujeição aos princípios do mercado capitalista significa limitar a ação dos indivíduos às motivações econômicas e aos interesses monetários, mas a história econômica tem revelado que o agir do homem não é somente econômico, mas motivado por questões sociais e psicológicas. As coisas que circulam ganham atributos e representações na hierarquia social do grupo de convivência comunitária e societária.

Os fatos históricos comprovam que as motivações emocionais foram sempre mais efetivas e impulsionaram as lutas sociais das classes trabalhadoras em busca de segurança, em suas variadas dimensões, temporais e espaciais.

Polanyi (1980) finaliza as suas reflexões afirmando que a crítica à sociedade de mercado é pelo fato dela ter sido instituída pelo auto-interesse de um determinado grupo social e que o fim da economia de mercado não significa o fim do mercado, devido as formas diversificadas que nele se encontram e que determinam as múltiplas relações socioeconômicas.

A abordagem social da economia, presente no pensamento de Polanyi, associada às concepções da sociologia econômica e do trabalho, contribuíram para os alicerces dos princípios da Economia Solidária, dando suporte teórico e empírico à compreensão das significações das experiências socioeconômicas dos grupos pertencentes à sociedade civil.

A principal característica dessas experiências tem sido a forma de organizar seu trabalho e produção, numa outra racionalidade do agir econômico, primando pela não-separação das instâncias do social e afirmando a natureza plural da economia.

Essas experiências concretas demonstram a economia como um lugar determinante, enraizada à vida social, caracterizada pela autoprodução e por relações sociais de natureza coletiva, voltada para as necessidades reais do consumo local.

Nesse sentido, os princípios da Economia Solidária, na proposta de outra economia, equivalem a negar: 1) a sobredeterminação da esfera econômica sobre a sociedade em geral; 2) a representação do mercado apenas como um articulador entre oferta e demanda; e 3) a identificação de uma organização com prioridade exclusiva pelo interesse material individual.

A proposta de que “um outro mundo é possível” está vinculada à ampliação da noção de economia, destacando valores que aprimoram o sentimento de pertencimento a um grupo social com necessidades próprias, que produz, consome e trabalha de acordo com a sua cultura, podendo desenvolver a auto-organização coletiva, as trocas voluntárias entre os cidadãos livres e as reivindicações comuns, motivados pelo *déficit* de cidadania que os unem.

Essa compreensão da noção de economia permite associá-la à dimensão política, na medida em que a aproximamos do conceito de solidariedade democrática, que advém da necessidade da ajuda mútua e de reivindicações comuns e coletivas, contra as desigualdades de acesso à distribuição da riqueza.

O Estado se torna o elemento responsável pela dinâmica sócio-política da sociedade, porque os poderes públicos tornam-se uma das expressões da reciprocidade, pela obrigação que lhes é conferido na redistribuição da riqueza social de forma mais equitativa e na instauração de direitos, previamente reconhecidos.

Essa perspectiva de análise da economia, encontrada nas práticas e reflexões do campo da Economia Solidária, contribuiu para reconhecer e revitalizar as diferentes motivações do agir econômico dos grupos populares, alicerçados na chamada economia plural.

Autores como F. Perroux (1960), Polanyi (1983) e M. Mauss (1989), afirmaram que a economia é apreendida pelo princípio do mercado, da redistribuição e da reciprocidade.

O princípio do mercado está assentado sob uma base contratual, pelo cálculo do interesse, onde a relação de troca é equivalente, com o objetivo de liquidar qualquer dívida.

O princípio que rege a redistribuição supõe uma autoridade central que distribui a produção, definindo as regras da repartição. Na sociedade moderna há uma autoridade pública investida do poder de impor as obrigações e de conceder os direitos sociais.

A reciprocidade requer uma relação de prestações para possibilitar laços sociais entre os envolvidos na relação de troca. O princípio que rege a troca pode ser o interesse, o reconhecimento e o poder.

Karl Polanyi amplia o conceito de economia, mostrando que os interesses na economia de mercado são da ordem econômica e social e não se podem restringir os interesses de grupos a fatores apenas monetários, porque as relações de mercado são regidas também por interesses sociais.

Segundo Silva (2006), as pessoas não são guiadas pelo auto-interesse sempre, mas existem motivações que as levam a cooperar ou a competir, a fazer alianças ou não. A definição diferenciada do econômico, incluindo a dimensão social nas relações de trocas, contribuiu para entender melhor os objetivos da economia solidária na proposta do reconhecimento da existência de uma economia plural, onde se misturam a esfera monetária, mercantil e não mercantil.

Essa economia é caracterizada pelas trocas monetárias e não-monetárias, introduzindo relações sociais onde o valor de troca, de uso e de vínculos, podem ser igualmente considerados na relação social.

Com efeito, as contribuições teóricas de Polanyi sobre o século XIX permitiram aferir que, nos séculos XX e XXI, houve e tem havido esforço em manter a transformação da “economia de mercado” em uma “sociedade de mercado”²⁰, onde ainda se mantém o pensamento dominante da supremacia da economia mercantil monetária e da ilusão de um sistema produtivo criador de riquezas, que parece poder assegurar a integração social.

O fato de a sociedade moderna ter circunscrito o campo da economia à economia mercantil significou: 1) determinação da economia monetária sobre a sociedade, causando enorme desordem no modo de vida das populações; 2) retraimento do papel do Estado em seu papel de proteção social, enfraquecendo as bases organizativas da sociedade civil; e 3) afirmação de uma sociedade neoliberal, onde o mercado capitalista tem ascendência sobre o Estado e a sociedade civil organizada.

Essas relações entre as instâncias do social, de forma assimétrica de poder, aprofundaram a crise contemporânea, que se manifestou pelo processo intenso de

²⁰ Como exemplo da transformação em uma “sociedade de mercado”, veja a força do Banco Mundial pela sua influência sobre a educação, mais que a UNESCO; na saúde, mais que a OMS; na condição operária, mais que o BID; na agricultura, mais que a FAO; e sobre o ambiente, mais que o PNUE (Mothé, Daniel & et alli, 1996).

mercantilização da vida e retraimento do Estado como poder público, colocando a sociedade civil em grandes riscos de desestruturação social.

No entanto, favoreceu mudanças para alterar a forma de organização do trabalho e da produção, em amplo setor da sociedade civil, que se tornou o alicerce para gerir o social sob novas perspectivas, conjugando solidariedade e economia.

A compreensão desse processo histórico foi também estudada por Robert Castel, quando analisa as metamorfoses da questão social, tendo como centro de discussão as relações salariais. Suas idéias permitem compreender porque as sociedades modernas vivem uma crise do econômico, que se traduz a uma crise do social e do político.

Sua tese foi mostrar a centralidade do trabalho como suporte de inscrição na estrutura social e a sua significação para além da possibilidade de gerar renda. O trabalho continua sendo a referência econômica, psicológica, cultural e simbólica na organização das sociedades mercantis capitalistas.

O processo de assalariamento, na sociedade moderna, garantiu uma utilidade social geral, reconhecimento e remuneração do trabalho e a regulação dos conflitos, sendo considerado o alicerce da democracia ocidental, na medida em que passou a assegurar a cidadania econômica e social, por meio das proteções que pôde engendrar.

Essa afirmação foi comprovada pelos estudos no processo de desfiliação do trabalho, mostrando que, historicamente, as sociedades capitalistas modernas constituíram sua zona de integração social por meio das relações salariais, onde o trabalho somente foi reconhecido pelo contrato formal com o mercado assalariado. A sociedade do salário parecia garantir no imaginário a coesão e a proteção social aos indivíduos.

A proteção social foi uma articulação entre o mercado e o Estado, importante no dinamismo da sociedade salarial. A economia mercantil necessita de princípio regulador e utilizou o Estado para corrigir os efeitos sobre o caos social que tem proporcionado às comunidades.

Assim, o Estado, no período de prosperidade do “Estado-providência”, tornou-se um componente redistribuidor dos direitos coletivos e individuais, uma segurança sobre os riscos sociais e uma assistência para os mais desfavorecidos. (Mothé, Daniel & et alli, 1996).

Concretamente, a degradação social provocada pela mercantilização de todos os aspectos da vida foi, de certa forma, contornada pela esfera estatal, quando assumiu o caráter de distribuição das atribuições cívicas.

Porém, o Estado-providência também entra em crise, quando a economia monetária não consegue mais repor os recursos necessários a sua função no sistema capitalista, o que ocasiona um deterioramento das condições de vida de parte da sociedade brasileira, associado a um sentimento de insegurança social.

Nessa perspectiva, o trabalho permanece como uma mercadoria, regulado pelo preço de mercado, constituindo um *status* menor em relação à terra, aos bens materiais e ao dinheiro. Torna-se uma mercadoria permanente, que gera valor a todas as outras, mas em constante processo de desvalorização, mediante as necessidades de uma classe social que tem no lucro e no poder de compra os seus maiores valores sociais.

Para os sociólogos do trabalho a centralidade do trabalho é determinante na vida social, porque a atividade laboral representa a principal fonte de renda da população, a sua inscrição no reconhecimento por um grupo social e o cerne de sua identidade pessoal e coletiva, dada às condições de pertencimento ao meio comunitário em que vivem os atores sociais.

A ausência do “direito ao trabalho” e a ausência do “direito do trabalho” provocaram a crise dos vínculos sociais, na medida em que, sem reconhecimento e identidade, os atores sociais se encontram em situação de vulnerabilidade e sem proteção social, que somente são garantidos mediante a inserção nos ditames do contrato assalariado.

Quando se afirma ser o trabalho o centro na vida das pessoas, parte-se do princípio marxiano de que é por meio do trabalho que o homem torna-se um ser social. Assim, o trabalho é compreendido como momento decisivo na relação do homem com a natureza, pois ele modifica a sua própria natureza ao atuar sobre a natureza externa quando executa o ato de produção e de reprodução.

Nas palavras de Marx (1889):

“O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana...”

Na concepção marxiana, o trabalho significa uma atividade laboral ativa, autodeterminada e dotada de sentido, onde se constitui uma fonte de experiência que ocupa parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea.

O trabalho é um meio de satisfação das necessidades básicas, é fonte de identificação e de auto-estima, e de desenvolvimento das potencialidades humanas. Podemos considerar o trabalho e a profissão como atributos de identidade social.

No capitalismo o trabalho é fonte de humanização e de alienação, pois o trabalhador, na condição de mercadoria, produz riqueza na razão inversa de sua miséria, como se observa:

“O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria e isto na proporção em que produz mercadorias em geral”. (Marx, 1989b, p. 148).

O produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas aparece como algo estranho onde “o trabalhador coloca a sua vida no objeto, mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (Marx, 1989b, p. 150). Assim a relação social entre os homens aparece como uma relação entre coisas, ocasionando o controle do capital sobre o trabalho.

Ao longo de todo o desenvolvimento do processo de trabalho no capitalismo, o trabalhador perde o controle sobre o processo produtivo e sobre o seu próprio trabalho, onde o avanço tecnológico, por meio da ciência e da técnica, não conseguiu resolver o problema da apropriação desigual da produção da riqueza humana.

Nos anos 70 e 80, dado a globalização do mercado, ocorre um cenário de competição entre as empresas, pela mercadoria de menor preço e variabilidade, maior qualidade dos produtos e serviços, redução dos custos de produção e modificações de ordem organizacional, que repercutiram negativamente nas relações e condições de trabalho.

Essa reestruturação produtiva levou a uma profunda precarização e controle do trabalho, devido à mão-de-obra excedente, com maior número de desempregados, exigência de um trabalhador qualificado e multiprofissional, com sobretrabalho e

enfraquecimento do poder sindical, que não conseguiu se impor sobre os regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (Harvey, 1993, p. 143).

As relações antagônicas entre o capital e o trabalho se afirmam no século XX e no século XXI, e os sindicatos não têm conseguido acabar ou mesmo diminuir a precarização do trabalho. Esse pensamento foi também afirmado por Antunes (1997), que mostra um sindicato configurado por um sindicalismo de negociação, mais aproximado dos interesses do capital e do mercado do que de um ideário socialista.

O modelo atual de organização da produção no capitalismo causou a flexibilização do trabalho e o caracterizou pela dissociação entre o pensar e o fazer, pela fragmentação e sobrecarga das atividades laborais.

Esse momento histórico parece revelar uma nova reorganização do capitalismo, engendrado pelo mercado, que não consegue responder às demandas dos movimentos sociais. Essa condição real expressa a necessidade da recuperação do trabalho emancipado, isto é de resgatar a alma humana do capital, conforme sugere Arruda (2003).

As transformações no mundo do trabalho, pelo movimento da reestruturação produtiva e tecnológica, aprofundaram o descompasso entre a produção social da riqueza e a sua redistribuição, cujo maior impacto tem sido o aumento da desigualdade social, com um número crescente de excluídos, desfiliaados e desassalariados do sistema capitalista.

Vimos assistindo, mais intensamente no início do novo milênio, o aprofundamento entre o aumento da riqueza e a miserabilidade social, em escala mundial e nacional,²¹ levando os trabalhadores(as) à busca de proteção social por meio de outras formas de trabalhar e sustentar as suas famílias.

Nesse sentido, volta-se às reflexões de Castel (2003), em relação à representação do trabalho como estatuto do lugar dos atores na sociedade e, quando negado, priva a proteção e o reconhecimento, retirando o suporte da construção dos vínculos e reforçando a construção da individualidade negativa. Há uma relação intrínseca entre trabalho e salário, de modo que o vetor da crise social pode ser dimensionado pela mediação entre eles.

²¹ O PNUD constatou que, em 2002, os 20% mais ricos ganhavam 150 vezes mais que os 20% mais pobres e, segundo a OIT, o número de trabalhadores que vivem com um dólar por dia ou menos atingiu 550 milhões em 2003, sendo 130 milhões representados por jovens entre 15 a 24 anos de idade. Cattani (2004) mostra também que, no século XXI, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente aos que possuem 50% dos habitantes do planeta. Poucos bilionários possuem bens e poderes superiores a dezenas de nações.

Os estudos de Robert Castel contribuíram para um melhor entendimento das transformações ocorridas no mundo do trabalho, pelo viés da sociologia histórica, relacionando o trabalho ao salário, no sentido de identificar a natureza dos vínculos sociais mediadas pelas relações salariais e sociais. Suas reflexões colocam o trabalho como o vetor da crise social, mas também, como a possibilidade de integração social.

Para Castel (2003), a questão social se refere a “uma sociedade que experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”.

Nesse sentido, compreendemos que o processo de desfiliação dos trabalhadores e a precarização do emprego no Brasil levou a construção de zonas de vulnerabilidade, com riscos à manutenção dos vínculos sociais. Contudo, impulsionou também as mudanças nas relações sociais, desdobrando-se em novas formas de sociabilidade.

O conjunto das iniciativas coletivas, de organização do trabalho e da produção, realizadas por setores da sociedade civil, destaca os indivíduos que sofreram um processo de exclusão social e um percurso de rupturas progressivas dos vínculos sociais no trabalho e na vida social.

Essas experiências coletivas significaram a busca pelo trabalho emancipado, que compreende o respeito pela aptidão do trabalhador(a) a sua realização pessoal, vinculado ao reconhecimento de seus pares e utilidade para quem o recebeu: democratização dos ganhos de produtividade, acesso ao conhecimento, reafirmação da identidade pessoal e coletiva, e valorização da vida.

A construção do campo da Economia Solidária está enraizada nas experiências desses atores sociais que, na ausência de proteção social, apostaram no trabalho coletivo e solidário como mediador da integração social.

Postula-se que o acirramento do conflito entre o capital e o trabalho ainda é o elemento explicativo para o drama social no início deste século, porque a despolitização do trabalho, mediante ao processo de reestruturação produtiva, nos faz crer que a capacidade de associação dos trabalhadores(as) não pode ser realizada fora da esfera produtiva e que contém elementos suficientes para intervir e modificar essas relações sociais sob outra lógica.

Diante dessas reflexões, destaca-se que:

1) durante a metade do século XX havia uma relação intrínseca entre o mercado assalariado e o Estado, onde este exercia o controle sobre a força-de-trabalho, mantendo o equilíbrio entre as zona de coesão social e a zona de vulnerabilidade;

2) a integração social era garantida, nas sociedades capitalistas modernas, pelas relações salariais, onde foram constituídos o cerne da integração social, compondo a natureza dos vínculos sociais;

3) o processo de desfiliação aumentou a zona de vulnerabilidade, evidenciando que a crise capitalista é efetivamente uma crise do trabalho;

4) as condições históricas de organização da sociedade e a direção do desenvolvimento econômico do país estão associadas às relações entre as instâncias do social, do político e do econômico; e

5) uma das alternativas para a crise do mundo do trabalho parece ser uma possível rearticulação entre o mercado, o Estado e a sociedade civil.

Esses postulados aproximam a crise do mundo do trabalho à crise social e apontam as contradições que o sistema capitalista apresenta, ao lidar com diferentes racionalidades e a impor uma única perspectiva de interação social, negada pela própria história das relações sociais, para manter a sociedade sob o controle do social.

A leitura do social em Castel (2003) leva à conexão entre a situação econômica, o nível de proteção social e os modos de ação do Estado Social na sociedade capitalista. A contribuição de suas análises sobre a sociedade do salário permitiu considerar que as relações entre o econômico, o político e o social podem gerar uma análise importante sobre o modo de garantir a solidariedade democrática.

Na realidade, vive-se hoje uma crise de integração pelo trabalho e a Economia Solidária pode significar a perspectiva de ligar a questão do trabalho à da coesão social e afirmar os vínculos sociais, relevantes para a manutenção da vida social.

Segundo Castel (2002) estamos diante de sociedades que hoje organizaram as suas economias desvinculadas da dimensão social, onde somente as relações utilitárias são valorizadas na troca, colocando em risco a manutenção dos vínculos sociais. O resultado tem sido a geração de condições insuficientes para a integração social.

Faz-se necessário o reconhecimento de que as relações humanas são assentadas sob relações utilitárias, cuja racionalidade é o interesse instrumental e por relações não utilitárias tendo, agora, a racionalidade como reconhecimento e aliança.

A coexistência do interesse e do desinteresse, da obrigação e da liberdade, constitui as motivações no agir econômico, mas é importante manter a condição do vínculo como elemento de valor principal nas relações sociais.

O século XXI inicia-se, no Brasil, como um vigoroso tempo de sínteses em relação às contradições geradas pelo sistema capitalista, na base de sua produção social. O trabalho permanece como gerador da riqueza humana, mediador da transformação do dinheiro em capital, o cerne da riqueza material e, no entanto, sofre uma intensa depreciação, mesmo que se necessite dele para manter a lei do valor. Torna-se, ao mesmo tempo, fonte de libertação e de alienação.

O fetiche da mercadoria se impõe mais uma vez, retirando os homens do processo produtivo e cedendo lugar à ciência e à técnica, que aparecem como responsáveis pela criação de dinheiro pelo dinheiro e geradoras de capital.

Há ilusão de que esses elementos possuem atributos próprios de produzir dinheiro, desvinculado da exploração da força-de-trabalho, como se fosse possível produzir riqueza sem o trabalho humano. Esse paradoxo é reforçado pelo processo de reestruturação produtiva, que promove o sobretrabalho, ao mesmo tempo a falta dele, gerando a precarização da vida em suas diferentes dimensões.

A crise do sistema capitalista na modernidade se manifesta quando esse sistema de produção “não consegue mais manter a regulação do mercado de preços e o controle político e econômico da força-de-trabalho, para garantir a rentabilidade de valor na produção” (Barbosa, 2007).

Esse fato se aprofundou na virada do século XX para o XXI, quando ocorreu a propulsão do crescimento em escala mundial do desemprego, apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico e das importantes inovações ocorridas na base técnica dos processos produtivos.

As novas transformações no mundo do trabalho estiveram associadas aos processos de trabalho com a finalidade de intensificar a acumulação do capital, projetados por modelos de racionalização capitalista, por protótipos de produção Tayloristas e Fordistas²²,

²² O Taylorismo se caracterizou pela racionalização científica do trabalho, apresentando como princípios: a) dissociação dos processos de produção pela especificação das atividades dos trabalhadores(as); b) separação do trabalho de concepção e execução; c) utilização do conhecimento de concepção para controlar cada fase da produção e o seu modo de execução; e d) a gerência passa a controlar os modos e tempos da produção, rendimentos da força-de-trabalho, estabelecendo uma estrutura hierárquica entre a gerência e os

que começaram a dar sinais de esgotamento nos anos 70. Nesse período, o papel do Estado era de intervir no mercado para assegurar o padrão da produção e a garantir a reprodução da força-de-trabalho para tal intento.

O processo de globalização, a crise do Estado, a queda dos ganhos de produção, a flexibilização do capital e a concorrência internacional, promoveram a passagem do modelo Fordista para o modelo Toyotista, porque havia a necessidade de adaptações às novas exigências do padrão acumulativo do capital.

Nesse momento histórico ocorre a implementação do programa neoliberal, com medidas importantes para manter o processo acumulativo do capital, que se tornou a referência das diretrizes econômicas dos países de capitalismo avançado.

As principais características dessas diretrizes foram: redução do papel do Estado nas políticas sociais; fortalecimento da liberdade do mercado; privatização de instituições; extinção do capital produtivo; desregulação das relações de trabalho; flexibilização dos direitos sociais; e enfraquecimento dos movimentos sociais.

Um das medidas mais comprometedoras dessa política foi a resignificação do papel do Estado, pois não mais se responsabiliza pelos bens e serviços sociais públicos, mas intensifica a sua atuação no financiamento do capital. Assim expressa Ianomoto:

“O governo considera que o Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar promotor e regulador desse desenvolvimento, transferindo para o setor privado as atividades que possam ser controladas pelo mercado” (apud, Neutzling, 2003, p.120).

Esse processo foi agravado pela globalização do capitalismo e a desterritorialização do capital, ocasionando a sua centralização e a internacionalização da mais-valia, da força-de-trabalho e do controle do capital.

A “classe-que-vive-do-trabalho”, no dizer de Antunes (1995, p.15), sofreu os impactos desse processo e, a partir da década de 90, vimos assistindo uma outra reorganização do processo produtivo, focada na qualidade total, com maior responsabilidade do trabalhador e menor autonomia de trabalho. A reestruturação

trabalhadores. O Fordismo implantou a linha de montagem acoplada à esteira rolante, obtendo a produção de mercadorias padronizadas em massa, implementando um processo contínuo de produção, agregando a produtividade ao consumo, mantendo a separação entre execução e concepção (Goerck, 2006).

produtiva se impôs mediante aos novos processos tecnológicos, desempregando um número significativo de trabalhadores(as).

A falta de trabalho, circunscrita ao emprego, aproximou a crise econômica à crise social, porque a perda do trabalho significa a perda da identidade, pois a ancoragem da identidade está no trabalho e sua falta impacta o projeto de vida das pessoas em suas relações sociais e em sua dimensão pessoal.

O trabalho simboliza a perspectiva de mobilidade social, capacidade de compra das mercadorias e da garantia da sobrevivência e que, uma vez negado, retira dos indivíduos as condições de reprodução da própria vida pessoal e societal. Estabelece-se a desconexão das unidades de pertencimento do sujeito.

As evidências empíricas projetadas pela trajetória de vida de grupos populares permitiram reconhecer o drama social vivido pelas famílias sem renda, ou com renda insuficiente para reprodução da própria vida, o que os levou à fragilização dos vínculos sociais nas relações comunitárias, familiares ou nos círculos de proximidade.

A falta de proteção à vida societária fragiliza os laços sociais e fundamentalmente os laços comunitários, podendo levar à insegurança psíquica, na medida em que o trabalho, sendo uma referência econômica, psicológica, cultural e simbólica, a sua ausência compromete a dignidade social do indivíduo.

A dignidade está ligada a participação dos indivíduos na produção da sociedade e na utilidade social de seu trabalho, reconhecida pela coletividade. Quando isso não acontece há a desestabilização do indivíduo, devido à impossibilidade de reprodução social da própria existência.

Mediante a crise do mundo do trabalho, as políticas sociais criadas para permitir a integração social não conseguiram resolver o impasse entre a exclusão e a pobreza, e buscaram alternativas de sobrevivência pela “sociedade por conta própria” no trabalho informal.

Essa perspectiva de ação esteve imbuída por uma política pública para a geração de renda e de trabalho, focada na qualificação e no “pequeno negócio”. A cultura vigente era de que o auto-emprego permitiria a mobilidade social (Barbosa, 2007).

O pensamento dominante era de que os trabalhadores(as) deviam se qualificar para novos postos de trabalho e a solução seria, então, a profissionalização da força-de-trabalho,

como se o sistema capitalista fosse capaz de gerar empregabilidade plena e de proporcionar a proteção social.

No entanto, vimos que a readequação da força-de-trabalho a um mercado assalariado mais competitivo exigia dos desempregados condições mínimas de inserção às políticas públicas de emprego (níveis maiores de escolarização, tipologia de aparência física e novos saberes técnicos). Adquirir essas condições estavam, *a priori*, negadas, dadas as situações sociais precárias que se encontravam, pela falta de dinheiro para financiar as despesas mínimas como, por exemplo, o deslocamento para a realização de estudos e cursos técnicos.

A ausência do “direito ao trabalho” e “direito do trabalho” aprofundou as crises sociais, que não se resolveram pela idéia da ampliação da capacidade competitiva dos indivíduos e acabou por comprometer os laços sociais comunitários. Havia uma associação entre a perda da capacidade de compra de bens materiais com a retirada dos direitos trabalhistas e a ausência dos direitos sociais das pessoas desempregadas, comprometendo a auto-estima e os círculos de proximidade.

Nesse contexto, acirra a subordinação do Estado e da sociedade civil ao mercado, desencadeando a despolitização e a naturalização da questão econômica e a autonomização do social, aprofundando a desocupação, a não qualidade do emprego e a desproteção social, inferindo a uma cultura do auto-emprego, numa perspectiva voluntarista do trabalho.

As políticas públicas sociais, com aporte nessa ideologia, pautadas pela racionalidade instrumental e pela credibilidade no mercado assalariado empregador, se mostraram insuficientes ou mesmo equivocadas, como afirma Ferreira Nunes (2003). Anteriormente ocorriam mais políticas de combate a pobreza do que, propriamente, à integração ao mundo do trabalho. Não se reconhecia a fragmentação e a heterogeneidade do trabalho em variadas atividades informalizadas e sua potencialidade para conferir novo estatuto social às práticas econômicas.

Ao tratar da questão social vinculada ao estudo das atividades laborativas de grupos sociais, excluídos do mercado assalariado, foi oportuno para se observar o campo de mudanças operadas no modo de conceber a vida e de estabelecer a convivência social, num contexto histórico marcado pela crise dos limites da extração do sobretrabalho, provocando a diluição dos níveis de coesão social da coletividade.

Nesse sentido, recorre-se a Laville (2004), na sua proposição de que a economia representa as interdependências entre os seres humanos e os meios naturais necessários à sobrevivência, onde a Economia Solidária é um espaço de possibilidades de trocas, vínculos e laços sociais, que pode permitir a mudança do sentido da organização coletiva, ressignificando a relação entre a sociedade e o indivíduo

A partir da crise evidencia-se a relação entre a precariedade econômica e a instabilidade social, materializada pelo percurso que vai da dissociação, passa pela desqualificação até a invalidação social, (Castel, 2003). Historicamente vimos assistindo esse percurso no Brasil.

Em síntese, pode associar às novas experiências no mundo do trabalho, no Brasil, a importantes significações, dentre outras:

- 1) uma taxa expressiva de distribuição desigual de renda, aprofundando a desigualdade social no país;
- 2) afirmação do conflito entre produção e redistribuição da riqueza social, negando a cidadania;
- 3) reveladora do índice de eficácia ou não das políticas sociais em relação à questão da inserção social;
- 4) avaliadora do padrão de solidariedade que orientam as relações sociais;
- 5) indicadora do grau de institucionalidade da justiça social; e
- 6) aponta o grau de potencialidade de transformação social.

Esse conjunto de indicativos, se integrados, nos proporciona um quadro avaliativo importante para se estabelecer em que condições socioeconômicas pode ocorrer a consolidação do campo da Economia Solidária no país.

As mudanças advindas com a experiência no campo da Economia Solidária revelam a situação concreta da crise na contemporaneidade, alocada no mundo do trabalho, mas que se prolongou para todas as dimensões da vida social, revelando os riscos da possibilidade de fratura social, pela impossibilidade de manutenção dos vínculos sociais.

Os estudos relacionais sobre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil, levou a reconhecer que a Economia Solidária constitui uma reflexividade da crise no mundo do trabalho, pelas suas intersecções com as questões sociais e pelo fato de apontar a dimensão profunda da crise ao afetar o modo de viver.

O contexto socioeconômico revela a necessidade da revitalização das relações entre os três pólos da vida. A Economia Solidária pode ser o elemento ativador dessa revitalização, por meio da afirmação de novos vínculos sociais, onde as relações de trabalho e as relações sociais sejam mediadas pela subordinação dos interesses materiais à constituição de reciprocidades e de alianças, fundamentais para o construto do social.

Nesse sentido, debruça-se sobre a compreensão do estatuto que a ES possa ter adquirido no processo de rupturas da vida social, onde o tecido social está comprometido, seja pela generalização do assalariamento, pela desarticulação das dimensões da vida cotidiana ou pelas políticas sociais com propostas de integrações subordinadas ao capitalismo.

As trajetórias de vida e de trabalho dos setores da sociedade civil, no campo da ES, proporcionaram reflexões importantes acerca do reconhecimento da multiplicidade do sentido da ação social. Esse reconhecimento é um dos atributos importantes para o estabelecimento da solidariedade na dinâmica social.

2.2 A Construção de um Conceito: a Busca da Unidade na Diversidade

A Economia Solidária no Brasil é percebida em duas dimensões: a do real, que comporta um campo de experimentações, protagonizadas por empreendimentos, gestores públicos e entidades de assessoria e apoio, e na estruturação de outro modo de organizar a produção, o trabalho e a vida. Essa dimensão é permeada de diversidades, interesses e conflitos, que delineiam as alianças, os vínculos sociais, as formas de sociabilidades e, fundamentalmente, as estratégias de afirmação de outra economia e sociedade.

A outra dimensão é a do projeto político de sociedade, alicerçada por uma proposta socialista, que encerra uma utopia real, permeada por expectativas de que “um outro mundo é possível”.

A relação entre essas duas dimensões significa, na concepção de Sartre, o intervalo entre o que somos e o que desejamos ser. Assim a ES representa as potencialidades de uma realidade concreta em transformação, em busca de afirmar os direitos democráticos dos indivíduos, que vivem socialmente em um determinado território.

O espaço entre as experimentações sociais e o projeto político tem sido um campo de negociações, de reconhecimentos e de desconstrução. A ES busca preencher esse intervalo, desafiando a construção de sujeitos coletivos emancipados. Nesse sentido, esse fenômeno social será abordado como uma perspectiva concreta de transcender a ordem existente e formar cidadãos, com direitos a ter direitos.

A Economia Solidária será apresentada como uma alternativa de promover mudanças no mundo do trabalho e no mundo vivido, que possa interferir nas dinâmicas da lei do valor no sistema capitalista, produzindo o valor do vínculo social como elemento possível de reconstrução das relações sociais sob o registro da solidariedade democrática.

Acredita-se que as necessidades geradas pela sociedade civil, devido ao equilíbrio da vida social, foram os resultados das mudanças ocasionadas no século XX e XXI, por causa da crise do trabalho e das experiências de luta coletiva. A resposta dos movimentos sociais foi uma nova forma de organizar a produção e de realizar uma nova forma de trabalhar juntos, ou seja, de fazer política.

Há diferentes terminologias com pontos comuns e diversos para caracterizar esse novo movimento social, de acordo com o país, estatutos teóricos e epistemológicos, percepções de análise e contexto local.

O contexto europeu - França, Itália e Espanha - traduz esse movimento como economia social, focalizando as associações e fundações ligadas aos serviços de bem-estar e posteriormente de ES, a partir dos anos 90, quando as atividades envolvem um projeto de desenvolvimento local e privilegiam o patrimônio coletivo.

Laville (2003) se posiciona frente a essas distinções apresentando a possibilidade de complementação entre elas, por meio de uma economia social e solidária, com cerne na solidariedade democrática.

No contexto latino-americano essa nova forma de fazer economia esteve associada ao denominado grupo popular e aos desdobramentos da crise econômica e exclusão social, que aprofundou o desemprego, o emprego precarizado e o trabalho informal, que gerou uma desconfiança no modelo de sociedade proposto pelo capitalismo.

Segundo Arroyo&Schuch (2006), a idéia de popular está associada a setores de trabalhadores(as) que são produtores de riqueza social, mas encontram-se excluídos(as) de um modo de vida em torno do capitalismo.

Portanto, os principais protagonistas desse grupo popular são os desempregados, desassalariados, empregados precariamente ou exercendo atividades informais. São indicativos numéricos e qualitativos de uma sociedade que não vai bem, porque não consegue promover uma distribuição equitativa da riqueza social.

O primeiro aspecto a considerar são os sujeitos dessa história social que, mediante a naturalização da economia e da despolitização da vida social, buscaram a sobrevivência pelo trabalho associativo e solidário. Houve um processo de construção de solidariedade, que não ocorreu sem conflitos e fragilizações.

Na prática, buscam a proteção social, há muito inexistente em suas vidas cotidianas, organizando-se coletivamente em forma de Redes, Fóruns, Associações e Cooperativas. Acreditam poder garantir a integração social e o reconhecimento do seu trabalho, elementos considerados condicionantes à existência da democracia.

O modelo está alicerçado por princípios e valores comuns, concernentes à proposta de desenvolver a autogestão como instrumento à emancipação, com a possibilidade de afirmar a solidariedade democrática no cerne das suas relações sociais.

As experiências desses grupos sociais, com novas práticas de trabalho e produção, possibilitaram a percepção da influência da tradição da economia popular na constituição de grande parte dessas práticas.

O conceito mais apropriado, referente ao significado da economia popular, sobre os estudos da Economia Solidária foi expresso por Filho (2003), onde a economia popular é:

“Um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços, efetuadas coletivamente (sob diferentes modalidades do trabalho associado), pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Esses grupos se estruturam de modo informal e encontram nas relações de reciprocidade, tecidas no cotidiano de suas formas de vida (ou seja, nos próprios laços comunitários), os fundamentos para tais práticas”.

Essa concepção destaca o sentido da ação com o princípio coletivo, que representa o prolongamento das solidariedades tecidas pelos grupos primários, manifestadas pela amizade, tolerância e respeito. Como exemplo o mutirão que, sendo uma forma de auto-organização popular comunitária, na resolução de problemas concretos, permite a geração de trabalho e garante a sobrevivência das pessoas na comunidade.

Autores latino-americanos afirmam que a economia popular não é somente para satisfazer as necessidades básicas, mas consolidar alternativas que não estejam voltadas para a acumulação de capital. Um dos defensores dessa idéia foi Luiz Razeto, no Chile, que propôs formas associativas denominadas “organizações econômico-populares”, com o vislumbre da solidariedade e orientadas para as necessidades integrais do indivíduo. Conceitua como economia de solidariedade o setor da economia popular que apresenta o “fator C”: cooperação, comunidade, coletividade e colaboração.

A possibilidade de uma economia de solidariedade foi contestada por José Luis Coraggio, ao afirmar que a economia popular tem um papel mais distributivo da riqueza e por isso não corresponderia a uma economia de solidariedade. Propõe a mudança da economia popular para uma economia do trabalho, onde interaja com a economia capitalista e torne-a mais humanizada.

O autor assegura que o desenvolvimento de uma economia popular deve ocorrer pela reciprocidade, no apoio às iniciativas locais, mas atenta às mudanças estruturais. Descarta a possibilidade de uma economia popular pelo viés da regulação estatal ou melhoria da competitividade de mercado.

Contudo, para o autor “não é possível substituir totalmente o mercado capitalista” e define a “economia do trabalho” como:

“O conjunto de empreendimentos que está em deixar de ser um adendo a mais (do capitalismo), desenvolvendo-se, então como um pólo integrado e integrador da economia nacional, com sua própria lógica, mas aberto, com interesses coletivos que podem diferenciar-se dos interesses dos grupos de empresas concentradas, ainda que estabelecendo relações de mútuo benefício com esse setor (Coraggio, 1996, p.204).

Segundo Quijano (1998), pode-se aferir que o vetor popular da Economia Solidária está associado a um *ethos* comunitário, advindo da nossa cultura híbrida e mestiça, associada ao momento histórico do capitalismo.

Esse autor assegura que a economia popular existe no interior de uma combinação entre a racionalidade capitalista e a reciprocidade. Não se constitui como uma alternativa ao capitalismo, mas pode ser um setor importante para a sobrevivência de grupos populares.

Expressa que há uma possível relação entre política e cultura, cuja matriz cultural ibero-afro-ameríndia está mais apropriada a uma racionalidade plural, recíproca e solidária. O que, certamente, poderia explicar porque a América Latina possui um território propício a relacionar economia e solidariedade.

A importância da economia popular para a vida social na América Latina, também tem sido destacada nos estudos do sociólogo Orlando Nuñez Soto, ao tratá-la como um novo “modo de vida”, com outras formas de produção e propriedade, alavancadas pela sociedade civil.

Em suas análises no “Manifesto Associativo e Autogestionário”, escrito em 1998, favorece o debate sobre a emancipação social por meio do poder político à sociedade civil, associado ao projeto de socialização da economia, baseado na economia popular.

Nuñez (1997) denomina de “economia popular, associativa e autogestionária” as atividades econômicas que buscam enfrentar o capitalismo, que têm a orientação dos trabalhadores e projetam a emancipação dos setores populares.

Contudo, ainda em 1996, no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, ocorreu a mesa-redonda “Formas de combate e de resistência à pobreza”, que reúne um conjunto de reflexões que foram sistematizadas por Luiz Inácio Germany Gaiger, assim expressas:

“A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os empreendimentos solidários que reúnem, de forma inovadora, características do tipo empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária” (Gaiger, 1996, p.11).

Na concepção de Gaiger ocorre um “círculo virtuoso”, que é gerado pela solidariedade, baseado na propriedade coletiva, na cooperação, na democracia e na autogestão e pelo empreendedorismo, que busca a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade da atividade econômica. Os trabalhadores buscam produzir e oferecer os produtos de seu empreendimento, reforçam os laços de solidariedade, ao mesmo tempo em que fortificam a continuidade do projeto do grupo, qual seja: viver do seu trabalho autogestionário.

Essa reflexão foi retomada em 2000, na cidade de Salvador, no encontro sobre a Economia dos Setores Populares, onde o pensamento de Lara, Costa e Kraychete (2000), sobre as potencialidades da economia popular, manifestam que esse setor contribui para

que o mercado volte a ser um lugar de troca de bens e serviços, produzidos pelo trabalho e para a reprodução da vida.

O resultado desse encontro foi mostrar a gênese de outra forma de produção e sociabilidade (Kraychete; Coraggio; Gaiger; Singer e Arruda), que pode permitir a transformação do capitalismo atual e uma dinâmica inovadora, capaz de engendrar mudanças na organização social da produção.

Paul Singer (2000), nesse encontro, afirma a existência de modos de produção diferentes no Brasil e considera que, na economia brasileira, o capitalismo não é hegemônico. Aposta no poder transformador de outra economia, com princípios socialistas, não autoritários e democráticos, baseados na autogestão e na solidariedade, falando em socialismo autogestionário.

Para Singer a Economia Solidária é definida como uma organização de produtores, consumidores e poupadores, que se distinguem por estimular a solidariedade pela prática da autogestão e praticar a solidariedade por meio da ajuda aos mais desfavorecidos.

A pesquisa coordenada por Boaventura de Souza Santos²³, a partir de 2000, apreende a capacidade política de grupos populares, em alguns países, ao reconstituir a sua organização econômica e social, com princípios de solidariedade e cidadania. Sua obra é importante, porque aponta para a necessidade de incorporar os ideais de emancipação e de autogestão, no campo da política social, a partir do movimento coletivo desses grupos sociais.

Segundo Demo (2002), as obras de Boaventura apontam as estratégias dos marginalizados em reinventar a democracia com suas próprias energias, pela resistência ao processo de globalização e sinaliza para a necessidade de reconquistar os ideais de emancipação, autogestão e auto-sustentação.

Esse pensamento é afirmado por Arroyo&Schuch (2006), quando aponta a economia popular como um segmento de base do conjunto da economia, que atende às demandas imediatas, possui giro local, é distributiva, devasta menos o meio-ambiente e é responsável por 60% dos postos de trabalho.

²³ Boaventura compila, em cinco volumes de pesquisa e análise, a reinvenção da emancipação social, resgatando a trajetória da emancipação dos marginalizados pelo sistema capitalista globalizante hegemônico. Nos cinco volumes destaca: a democracia participativa; os sistemas alternativos de produção; o multiculturalismo emancipatório, justiça e cidadania culturais; a biodiversidade e conhecimentos rivais; e o novo internacionalismo operário.

Esse conjunto de reflexões dos autores citados aponta para a economia popular como sendo uma das antíteses do sistema capitalista, capaz de alterá-lo, na medida em que se qualifique como uma revolução socialista de baixo para cima, com perspectiva democrática e ênfase na sociedade civil.

O conjunto dessas proposições sobre a economia popular, como fundamento de outra economia e sociedade na América Latina, em geral e no Brasil, em particular, destacam análises fundamentais extraídas das experiências dos grupos populares: a centralidade do trabalho como fator de socialização e de identidade, a inserção de nova forma de organizar a economia; a presença de diferentes racionalidades e sociabilidades nas relações sociais cotidianas e a solidariedade democrática como fator necessário à integração social e à cidadania.

Esses fatores conjugados deram forma e conteúdo às experimentações socioeconômicas dos grupos populares, que conjuga economia e solidariedade e que recebeu inúmeras denominações, mas que, de modo geral, ficou conhecida como “Economia Solidária”.

O conjunto de expressões sobre a ES no Brasil possui três considerações importantes: a) resposta dos setores populares à crise no mundo do trabalho; b) além do caráter emergencial e imediato, também um potencial de transformação política e social; e c) resposta ao colapso do socialismo real, dentro da tradição das experiências comunistas e anarquistas de autogestão.

Segundo Cunha (2004), outros autores são mais cautelosos em admitir a Economia Solidária como alternativa ao capitalismo, porque ainda há muita contradição interna, na medida em que práticas e valores são baseados em solidariedade e democracia, e coexistem com outros baseados em individualismo e desigualdade. Por outro lado, a maioria reconhece que a Economia Solidária é uma das saídas dos setores populares para a crise do trabalho.

A Economia Solidária tem sido destacada da chamada economia informal porque o que caracteriza os EES é a sua base coletiva e solidária de organizar a produção e o trabalho, o que não é necessariamente atributos da informalidade na economia, que realizam trabalhos, em sua maioria, de forma individualizada.

Também, o terceiro setor, definido como setor privado, mas com fins públicos, afirma-se como não-governamental e não-lucrativo (Fernandes,1994), não encontra eco na

abordagem da ES, pois esta não se reconhece formada por empresas onde a dimensão econômica tem o mesmo valor da dimensão social.

No entanto, para Laville (2003, p. 64), o critério de diferenciação entre o Terceiro Setor e a Economia Solidária seria a “existência de regras estatutárias que garantem o princípio geral de não-dominação do capital”.

Na concepção de Filho (2006), a Economia Solidária é um fenômeno social complexo, porque está associada a diferentes formas de organização, estruturação das experiências e de institucionalização, origens e contextos territoriais diferenciados e atuação em setores e atividades diversificados. O mapeamento realizado pelo SIES confirma a multiplicidade de atividades e formas de organização do campo da ES no Brasil.

A unidade desse fenômeno social, mediante esse quadro diversificado, encontra-se na gestão do social, focado na solidariedade, cooperação, autonomia e viabilidade econômica. Esses princípios e valores fazem parte do movimento e das políticas públicas de ES, ao fazer o enfrentamento ao desemprego e ao responder às crises sociais, por meio da mobilização popular, engajamento político e reprodução ampliada, com impactos no plano sócio-territorial.

As experiências concretas de organização do trabalho e da produção dos grupos populares e as reflexões realizadas por esses autores sobre as potencialidades dessas iniciativas econômicas nos permitiram uma compreensão mais profunda da Economia Solidária no Brasil²⁴ e considerá-la:

a) um conjunto de práticas socioeconômicas, realizadas por atores sociais provenientes da sociedade civil, com concepções e atitudes que reafirmam os princípios e os valores da emancipação humana;

b) um movimento social com proposta de contribuir para o desenvolvimento, que permita a integração social das populações, por encontrarem-se alijadas do processo de participação da produção social gerado no país;

c) novas formas de organizar a produção, ao democratizar as relações sociais com responsabilidade coletiva, poder compartilhado e autogestão, nas atividades de produção,

²⁴ As experiências no Brasil são diversificadas nas áreas urbana e rural, destacando-se os coletivos informais, associações e cooperativas, organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários, redes de empreendimentos, de consumidores e produtores, clubes e mercado de trocas solidárias e empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão.

distribuição, consumo e crédito, afirmando valores culturais como a cooperação, a igualdade, a segurança e a valorização da vida.

d) nova significação do trabalho pela proposta de reaproximar o econômico, o social e o político sob outro registro do social.

Esse conjunto de considerações mostra que a ES não representa uma economia de micro-escala, efêmera e limitada às estratégias de sobrevivência, afirma Gaiger (2008). Sua essencialidade está na organização de grupos populares em busca de segurança, liberdade e dignidade. O seu potencial idealizador suscita mudanças de várias ordens.

Uma das mudanças diz respeito à ampliação do conceito de economia, considerando-a como um conjunto de atividades voltadas para o sustento da vida e do ser humano. São demandas objetivas e subjetivas, individuais e coletivas, relacionadas com a cultura de um grupo social, por isso perpassada por fatores políticos, sociais, culturais e institucionais.

Na Economia Solidária a economia se revela pela produção, comercialização, distribuição e consumo pautados pelo favorecimento do ser humano e não do capitalismo. A produção de bens e de relações sociais está voltada para o bem-comum, valorizando a diversidade e mantendo a organicidade entre os momentos do processo econômico.

A ES resgata a economia atrelada à ética, como ciência do governo e não ciência da riqueza. Esse pensamento esteve nas obras de Émile Durkheim, quando afirma que o progresso industrial e a moral não eram necessariamente coincidentes, assim a moral deveria ser um elemento regulador da economia política.

Nessa perspectiva, a ES considera a economia como a administração dos recursos coletivos para o bem-comum, o que contribui para se estabelecer as condições sócio-políticas necessárias para que os membros de uma dada comunidade façam parte da circulação das coisas e das pessoas, com o compartilhamento do poder e dos direitos.

A apropriação desse conceito dá novo sentido ao trabalho pelo propósito de se organizar pela autogestão, possibilitando a oportunidade dos trabalhadores(as) de viverem as práticas e os valores de cidadania no engajamento à comunidade. Esse processo permite evitar a alienação do trabalho, na concepção de Karl Marx, porque o produtor se reconhece no seu produto, sem estranhamento.

Essa possibilidade de compartilhar os desafios e as oportunidades geradas pelo trabalho associado na comunidade contribui para que se coloque em xeque a vida

administrada somente pelo princípio do mercado, e destaca a necessidade de se estabelecer um processo regulatório do mercado pela sociedade civil e pelo Estado, em comunhão aos princípios voltados para o coletivo dos trabalhadores(as).

A necessidade do controle social do mercado está associada à condição real da democracia, que compreende a relação entre o controle e a emancipação social, ou seja, a liberdade ancorada pela obrigação. O projeto de vida proposta pelo capitalismo nega esse princípio relacional, estabelecendo a liberdade sem reciprocidade e, portanto, sem solidariedade.

Esse fato compromete a integração plena dos sujeitos à vida societária, porque não há como estabelecer vínculos sociais sem o processo de confiança e cooperação, sem compromisso e responsabilidade pelo outro.

A integração dos sujeitos a uma vida justa está atrelada a uma sociedade que já reconhece o direito à cidadania e que cria suas estratégias coletivas de pactuar sua proposta de manutenção da coesão social. No mundo capitalista há uma integração subordinada dos indivíduos no sentido de assegurar a acumulação do capital.

De acordo com Ferreira Nunes (2006), a Economia Solidária deve ser pensada em termos de integração em diferentes níveis, e esse processo somente poderá ser realizado mediante um pacto democrático da integração, ou seja, a idéia de justiça social precisa constituir-se como valor legitimado pelas instituições, para permitir a mobilidade social. Nessa problemática de integração, se expressa:

“Uma integração em que o sujeito sabe que está inserido num lugar de subordinação, mas que pensa junto com o Estado, os interlocutores e os parceiros, políticas que permitirão uma mobilidade e uma inserção plena”.

Nas análises dessa autora, a sociedade é feita de “desiguais sociais” e o “ethos democrático” torna-se um aspecto importante na Economia Solidária, cujas políticas públicas são qualificadas para ajustar uma integração plena com mobilidade social. A organização da sociedade civil, junto ao Estado, deve pensar as políticas sociais, que são efetivamente necessárias para a garantia da democracia como um valor aos direitos humanos.

Esse pensamento nos remete a relevar o estatuto dos vínculos sociais na consagração da democracia, de modo que a solidariedade seja considerada um princípio fundamental para a integração social a uma sociedade mais cooperativa.

Para Laville (2006), o *déficit* de democracia motiva a auto-organização coletiva de grupos, que não se sentem reconhecidos em suas necessidades primeiras e que desenvolvem perspectivas de mudanças no agir econômico, priorizando a solidariedade como estratégia social e política da própria sobrevivência.

Podemos destacar que a ES alia a tradição popular de gerenciamento da vida à solidariedade, que tem sido um dos pilares importantes na forma de organização dos trabalhadores(as), pois encontramos nas comunidades a presença da reciprocidade, da ajuda mútua, do emprestar e oferecer serviços, ocasionando a possibilidade de distribuir equitativamente o esforço coletivo e o controle do social.

Nesse sentido, a solidariedade realiza-se pela reciprocidade, princípio pelo qual a produção é dada aos outros num espírito de solidariedade, que significa dizer, no marco de uma relação entre pessoas que têm consciência de uma comunidade de interesses, levando a uma obrigação moral de não faltar para com os outros (Cunha, 2002).

O conceito de solidariedade remete a responsabilidade mútua, reciprocidade de interesses e obrigações. Para Demo (2002, p. 9):

“O apelo à solidariedade refere-se à reflexão impulsionada por movimentos dotados visivelmente de postura crítica, alarmados com a história da humanidade, sobretudo a ocidental, marcada por dinâmicas marginalizantes e destrutivas, impressionantes [...] igualmente o apelo à compaixão, que resulta da categoria fundamental do saber cuidar”.

Nos escritos sociológicos encontram-se outras definições para a solidariedade, que pode ser auferida como a possibilidade de construção de espaços de relações de classe entre iguais. Conforme Leroux, a solidariedade é compreendida como o elo da ação coletiva que organiza e legitima a classe trabalhadora.

Para Juliani&Thesing (2006, p. 63), o sentido da solidariedade é a consciência de classe diante dos problemas comuns e a organização coletiva para construir soluções.

Colocam que:

“Quando nos referimos ao sentido da solidariedade estamos nos referindo à necessidade de construirmos uma “cultura solidaria” entre as pessoas, não com base no simples altruísmo ou “espírito de ajuda ao próximo”, mas com significado de resistência conjunta diante de adversidades comuns e de criação de instrumentos coletivos para intervenção na realidade e superação dos problemas de maneira organizada”.

Na verdade, a idéia de solidariedade remete à idéia de que os problemas individuais passam pela solução dos problemas coletivos, por isso a ES propõe um investimento para além de um ponto de vista individual, com uma proposta coletivista de ação, alicerçada na autogestão e na solidariedade democrática.

França Filho e Laville (2004, p. 43), retomando as idéias de Leroux, destacam que “a solidariedade não pode ser concebida a partir do indivíduo ou da sociedade, pois ela é indissociável de uma relação, o que autoriza a pensar igualmente na diferença”.

Destacamos uma concepção de solidariedade que tem sido a tendência da sociedade moderna, que a entende como caridade e filantropia para com o outro, criando mecanismos de integração social. Segundo os estudos de Cunha (2002, p. 68):

“Ter atitudes solidárias com aqueles que estão no nosso entorno ou mesmo com quem está em outro continente parece ser o valor que desponta na sociedade. Desta forma, ao mesmo tempo em que o capitalismo aprofunda as desigualdades, a sociedade se apropria de um princípio que é oposto aos princípios do livre mercado capitalista”.

Essa concepção aparece como trabalho voluntário e visa amenizar os problemas gerados pelo capitalismo, convocando os indivíduos a doarem o seu tempo solidário para atividades que deveriam estar sendo realizadas pelo Estado por meio de políticas sociais, mas na retração deste os indivíduos são incentivados a agir.

A proposta de solidariedade para a ES está consoante com idéia de Lisboa (2003), ao agregá-la ao sentimento de responsabilidade para com a comunidade, a percepção de pertencimento a várias comunidades e colocar-se como membro da humanidade.

É importante ressaltar que na ES o conceito de solidariedade, o qual nos referimos, não está circunscrito à caridade ou filantropia, que se baseia na desigualdade de condições, mas na solidariedade democrática, onde cidadãos livres exercem a reciprocidade.

O pensamento de Laville (2003) contribui pra esclarecer esse significado da ES:

“Ao contrário do que pode levar a crer o encampamento da palavra solidariedade pelos promotores de certas ações caritativas, a economia solidária não é um sintoma da desregulação que quer substituir a ação pública pela caridade, nos levando a mais de um século atrás. Ela emana de ações coletivas que visam instaurar regulações internacionais e locais, completando as regulações nacionais ou suprimindo suas lacunas”.

“(…) A economia solidária busca uma democratização da economia, articulando as dimensões de reciprocidade e redistribuição da solidariedade para reforçar a capacidade de resistência da sociedade à atomização social, acentuada pela monetarização e mercantilização da vida cotidiana”.

Os princípios da Economia Solidária que traduzem a concepção de solidariedade estão associados à autogestão, à democracia, à participação, ao igualitarismo, à cooperação, elementos que qualificam as relações sociais e de trabalho.

Para democratizar a economia é necessário o “engajamento cidadão” na convivência cotidiana. Portanto, trata-se de solidariedade democrática no campo da Economia Solidária, quando as experiências socioeconômicas dos setores da sociedade civil, junto ao Estado, estimulam a solidariedade da vida econômica e política, pelo exercício da cidadania crítica e ativa.

A cidadania ativa pode ser exercida nas práticas associativas autogestionárias, consideradas uma das principais expressões da Economia Solidária, onde se constituem como espaços importantes para restaurar a sociabilidade com laços de confiança.

A proposta da Economia Solidária é de estabelecer a solidariedade democrática, que pressupõe relações de igualdade nas interações dos grupos sociais envolvidos na ajuda mútua e no reconhecimento dos direitos civis. No entanto, os direitos civis devem existir *a priori*, porque há um horizonte de igualdade que precisa ser fixado para proporcionar espaços recíprocos, devido à distância entre o ideal de democracia e a realidade concreta.

É importante registrar que a dinâmica das relações sociais, no princípio da reciprocidade, em comunidades, pode viabilizar a constituição da solidariedade democrática, na medida em que permite engajamentos das pessoas na resolução dos problemas cotidianos de sobrevivência e de melhoria da vida, e desenvolve o sentimento de pertencimento à comunidade.

Na verdade, a constituição da solidariedade democrática possibilita um *continuum* entre o indivíduo e sociedade, uma transformação pessoal e social, mediadas por grupos sociais construtores de comunidades.

Parece-nos que a Economia Solidária pode democratizar o social, na medida em que engendram práticas de cidadania em resposta a despolitização da economia, pode restaurar um Estado solidário a partir de uma sociedade solidária, ou mesmo, o contrário.

O desafio da solidariedade é conviver na diversidade e reconhecer o outro como tal, ou seja, aceitar o outro como ele é e não eliminá-lo. Essa idéia foi pensada por Lisboa (2003), quando nos caloca que:

“A ética da solidariedade é a ética do amor, incluindo no extremo o difícil amor aos inimigos. Esta é a ética que carecemos desenvolver se quisermos sobreviver”.

Percebe-se que a solidariedade é um valor universal, um vir-a-ser, compromisso consigo próprio, com a comunidade e com o universo. A ES resgata esses princípios como estratégia democrática.

Pode-se considerar a solidariedade democrática como um elemento fundante da integração plena do sujeito, no dizer de Ferreira Nunes (2003), porque possibilita uma organicidade entre as instâncias do social.

Esse fato se faz necessário porque é preciso recuperar a dignidade dos trabalhadores(as), por meio do reconhecimento da utilidade social do trabalho e de um desenvolvimento socioeconômico solidário, o que suscita a se pensar sobre a proposta de que “um outro mundo é possível”.

Contudo, vivemos a ambigüidade do real e somos passagem, conforme argumenta Montaigne, por isso convêm discernirmos que a sociedade humana dialoga com a incompletude dos seres humanos, com cosmovisões diferentes, com princípios de competição e cooperação, igualdade e desigualdades, obrigação e liberdade.

Afirma Lisboa (2003) que:

“As comunidades podem ser opressivas, mas, se construídas dialogicamente, também podem ser abertas e democráticas, possibilitando expandir a personalidade de cada um”.

As formas de ações comunitárias coletivas revelam um sentimento de pertencimento, que podem proporcionar às interações sociais os elementos de engajamento cívico suficientes para permitir múltiplas motivações, não circunscritas apenas a uma racionalidade instrumental, mas na busca da integridade pessoal e coletiva e na manutenção dos vínculos sociais.

A crise da modernidade também é uma crise das relações sociais, pelo fato de conceber apenas a uma racionalidade o vetor de toda sociabilidade humana, a vida circunscrita ao ganho material, ao lucro, à troca vantajosa para apenas um dos dois no ato da circulação.

No entanto, o “homo economicus” coexiste com o “homo solidarius”, e a mistura dessas racionalidades faz com que a “confiança no outro” precisa se estabelecer e para que isso aconteça é necessário somente o processo de convivência em cooperação.

Essa constatação nos remete a pensar que a emergência da Economia Solidária está associada à crise e à transição civilizatória, pois apreende o mundo nas suas “racionalidades alternativas”, como lembra Quijano. Possibilita, então, superar o pensamento único, que atribui à única causa o resultado da vida em sociedade. A questão é não considerar um único sentido da ação social caracterizada pela lógica do cálculo e do lucro, mas reconhecer que há outros motivos que levam os indivíduos a se relacionarem entre si.

Com efeito, a Economia Solidária, ao se tornar um campo de experimentações sociais, convive com as ambigüidades da realidade e sua importância está no fato de reconhecer isso e de se apresentar como uma escolha, uma proposta de sociedade, entre tantas outras.

A ES representa a possibilidade de escolha por um projeto político que define os caminhos para uma sociedade justa e democrática, por meio da solidariedade na economia e resgate das tradições socialistas, com prática cooperativista e autogestionária.

A proposta de aproximar a ES ao projeto socialista tem sido focalizada por Paul Singer, quando acredita que uma potencial revolução social socialista está em curso, desde o sufrágio universal, passando pela seguridade social e culminando com as cooperativas solidárias.

Esse pensamento já havia sido manifestado por Karl Max, que via nas cooperativas uma primeira ruptura com a forma capitalista porque, internamente, já haviam superado a contradição do capital e do trabalho. Para Marx e Singer o socialismo significa “uma sociedade de produtores livres associados”.

Paul Singer afirma essa concepção e assegura que as formas associativistas e cooperativistas contribuem para organizar a ES nos princípios da autogestão e a engendrar a implantação do socialismo que garanta as liberdades e escolhas dos trabalhadores(as).

O sentido da associação, no projeto socialista, significa um lugar dos acordos, dos debates, dos conflitos, do contrato e da co-operação. Por isso é um espaço onde a democracia pode ocorrer como um valor e uma prática social, para possibilitar construir uma nova ordem econômica.

Para Laville (2003), as experiências associativas na Economia Solidária significam práticas de ajuda mútua e autogestão, que priorizam a constituição de um patrimônio coletivo. Para ele:

“A Economia Solidária busca uma democratização da economia, articulando as dimensões de reciprocidade e redistribuição da solidariedade para reforçar a capacidade de resistência da sociedade à atomização social, acentuada pela monetarização e mercantilização da vida cotidiana.”

Reconhecemos que essa forma de praticar a economia com solidariedade redimensiona seu significado e seu sentido, quando intervém na forma da organização da vida, mesmo que sua ação pública está circunscrita aos círculos de proximidade comunitários. Pode contribuir para a auto-regulação da dinâmica econômica no território local e constituir-se no cerne de mudanças nas relações de trabalho e de produção em macro-escala.

A Economia Solidária, como proposta socialista, insere a autogestão como meio de controle dos meios de produção realizada pelos trabalhadores(as). Significa mudar os fundamentos da organização, inserindo o poder compartilhado, relações de cooperação, de

reconhecer e conviver com as diferentes racionalidades e sociabilidades existentes no espaço associativo.

Esse pensamento relaciona a Economia Solidária a um campo de análise de autores, que participam do movimento anti-utilitarista nas Ciências Sociais, e partilham da idéia da construção de um socialismo “de baixo para cima”, onde seria possível organizar o trabalho de forma cooperativa e de base comunitária. Um novo *ethos* denominado “economia da dádiva” seria relevante para um projeto socialista, onde o que importa é a relação entre as pessoas e, posteriormente, a circulação de riquezas. Essa relação entre as pessoas e as coisas estaria permeada de obrigação e liberdade, interesse e desinteresse.

A economia da dádiva compreende uma triologia de obrigações, onde o circuito dar-receber-retribuir encontra-se nas relações sociais cotidianas e fundamenta os desafios de constituição de vínculos sociais.

No contexto de uma economia de mercado, o princípio associativo solidário pode ser uma estratégia segura de se constituir o cerne das regulações sociais no território, aonde possa ocorrer a reciprocidade como elemento essencial à cidadania.

Nesse sentido, para Chaniel (2004), a Economia Solidária é um projeto multiforme de realizar a democracia na esfera econômica, desenvolvendo práticas e trocas fundamentadas na reciprocidade.

Em síntese, nas análises de Cunha (2002) há entre os pesquisadores da ES diferentes perspectivas sobre o lugar que a ES pode vir a ocupar na sociedade. Singer e Machado (2000) vêem na autogestão a possibilidade de implantação do projeto socialista.

Para Gaiger (2001), a ES possui diferentes possibilidades: constituir um campo específico de ação com racionalidade própria, separada do capitalismo ou coexistir como o modelo capitalista, porém, garantindo a sua autonomia. Nessa segunda alternativa Gaiger assegura ser a mais viável, dado que a ES mantém uma relação com o mercado capitalista, comprando, comercializando, buscando crédito, educação e saúde.

Na perspectiva de Mance (1999), a ES é um campo econômico alternativo ao capitalismo e projeta a possível substituição do capitalismo pelas redes de colaboração solidárias.

Na visão de Mance (1999, p. 74), a caracterização das redes compreende:

a) cadeias produtivas entre os EES, troca mútua de conhecimentos, comércio de produtos entre os trabalhadores e para a sociedade em geral;

- b) grupos de consumo e de produção conectados e fluxos de produtos, informações e valores;
- c) formada por três tipos de células (grupos) - consumo, produção e distribuição;
- d) todos os envolvidos são considerados *prossumidores*, mescla de consumidores e produtores dos bens que circulam na rede;
- e) esta organização da produção e comércio promove a criação de uma economia alternativa, não capitalista, pois não é orientada para o lucro nem exploração;
- f) por meio de redes o econômico e o cultural não são subalternos ao político, se configuraria uma revolução antagônica ao capitalismo;
- g) a efetivação da rede não será uma ruptura imediata do sistema capitalista, nem uma mera reforma, mas a expansão de uma rede econômica, política e cultural anticapitalista, que cresceria absorvendo progressivamente as forças produtivas geradas também sob o capitalismo, constituindo-se, política e culturalmente, em um novo “bloco histórico”; e
- h) a estratégia das redes possibilita que a solidariedade e a autogestão se expandam além das portas dos empreendimentos e gere uma solidariedade sistêmica e horizontal, colocando as forças produtivas que “nela operam a serviço da liberdade de todos os seres humanos e não do acúmulo de riquezas de um grupo cada vez menor de pessoas”.

Nessa concepção, a configuração das redes pode sustentar o valor do vínculo como o principal objeto de troca social, mediante ao desafio da criação dos laços sociais pela confrontação com as rivalidades, onde a cooperação, a competição, o individualismo, o altruísmo e o interesse, são elementos que coexistem no agir cotidiano das pessoas e que constituem a dinâmica social comunitária. O que importa é que há uma aposta na solidariedade como mecanismo de democracia.

A essa versão, podemos aferir que a ES estimula a composição de redes sociais e de comercialização, na expectativa de que haja nova interação entre os três componentes da vida social - o mercado, o Estado e a sociedade civil - onde cada um tem a sua lógica, motivações, normas e valores. A convivência com esses diferentes tipos de racionalidades é o desafio da ES.

Para Laville (1999), a Economia Solidária busca evitar o fosso entre o econômico, o político e o social, considerados dimensões fundamentais para a sociedade; distingue a ES da lógica do mercado assalariado, pois se organiza a partir de fatores humanos, favorecendo o laço social, pela forma comunitária de propriedade e de manifestação da

reciprocidade e se distingue da lógica do Estado, pelo favorecimento do poder compartilhado e não centrado sob propriedade institucional

Nessa perspectiva, a ES aposta na sociedade civil, ao representar a comunidade como meio de construção do social, sem torná-la uma panacéia, mas colocando-a em seu devido lugar no diálogo com o Estado e com o Mercado, em prol do bem-comum.

Essa possibilidade de reaproximação entre o político, o econômico e o social, com novas interações, pode contribuir para a recomposição entre a política e a economia para democratizar o social. A utopia real da ES reside nessa proposição.

Esse pensamento sobre a proposta da organicidade entre os pólos do social, proporcionando o reencaixe da economia no social, produz um conjunto de reflexões importantes para as alternativas no modo de viver em sociedade:

- 1) desconstrói a idéia de que somente a economia de mercado é criadora de riquezas e de emprego, possibilitando assim considerar a realidade plural que move os interesses da ação econômica;
- 2) permite reconhecer que a integração social pode ser realizada por diferentes formas de produção e gestão;
- 3) produz a idéia de que o mercado precisa ser controlado socialmente pelo engajamento do cidadão na vida civil e pública, o que somente poderá ocorrer se consolidar a solidariedade como elemento fundamental da democracia; e
- 4) considera o espaço público como o lugar da constituição de regras para a convivência coletiva e espaços de engajamento público para reivindicações da sociedade civil acerca dos direitos sociais.

Desse ponto de vista, a Economia Solidária parece poder responder aos desafios societários da modernidade quanto às mudanças estruturais ocorridas em todas as esferas da vida humana, legítima novas políticas emergentes e propõe uma sociedade com desenvolvimento pleno e solidário.

O desenvolvimento proposto requer a sobrevivência da humanidade e da natureza para além da atual geração, com a perspectiva de ser “socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito” (Thesing&Juliani, 2006).

Para Frantz (2003), o desenvolvimento é um fenômeno social que pressupõe “um movimento em direção melhor”, assim a ES se propõe a uma alternativa para o melhor modo de vida, pensando a sustentabilidade como uma questão ética, que possibilita a

escolha de como fazer a gestão do social e da natureza, tendo a confiança como parâmetro de segurança e sociabilidade.

A Economia Solidária representa a confiança do vínculo social como uma possibilidade de compreender e agir sobre um modelo de sociedade permeada de interesses, desinteresses, controle, liberdade, paixões e melancolias. Está desafiada a promover seus princípios e valores na formação social brasileira como manifestação, experimentação e utopia de estabelecer as condições reais e concretas do devir democrático.

Esse fenômeno social pode ser uma alternativa concreta para enfrentar a sociedade capitalista, pode ser um instrumento de combate à exclusão social, pode ser outra proposta de desenvolvimento ou até mesmo um programa de governo. O que vai definir a sua potencialidade e sustentação, para intervir e promover a mudança social está no seu poder de mobilização e engajamento da sociedade civil, na aliança com o Estado e com o Mercado.

Em síntese, os estudos sobre a Economia Solidária no Brasil apresentam-na como um movimento social, com potencialidades utópicas de transformação social, como alternativa ao sistema capitalista e a uma requalificação do projeto socialista, bem como uma possível variante de política pública de integração social e de desenvolvimento solidário.

Abordamos a Economia Solidária como um projeto mais amplo de construção de uma sociedade emancipatória, no sentido de assegurar a solidariedade democrática como parte da transição e da efetivação do que somos e do que efetivamente desejamos ser.

CAPITULO 3

A DÁDIVA COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 A Teoria Social sobre os Vínculos Sociais

A sociedade moderna está permeada pela lógica do sistema capitalista, baseada na produtividade, no lucro e na racionalidade técnica e pela lógica dos indivíduos, com necessidades baseadas na afetividade, nos elos de confiança e na busca do reconhecimento.

A supremacia do princípio do capitalismo com a imposição do contrato assalariado ampliou a crise do trabalho para a crise em toda a sociedade, manifestada pela desestruturação do mercado e pela insegurança social e econômica, interferindo nas formas de convivência social e nas relações entre o indivíduo e a sociedade.

Os estudiosos da modernidade apontaram diversos fatores que ocasionaram a fragmentação do tecido social, levando a sociedade a uma crise dos vínculos sociais, dentre os quais se pode destacar: a visão de uma sociedade comandada por uma ação do Estado ou pelo movimento natural do mercado, sem estabelecer conexões entre eles; relações sociais valorizadas por uma lógica mercantil; e o reforço à idéia do agir econômico voltado para a máxima satisfação dos interesses individuais, em detrimento do coletivo.

Esse pensamento contraria a realidade porque, no cerne das relações sociais, pode-se encontrar uma mistura de sentimentos como a amizade, a inimizade, a confiança, a desconfiança, as trocas espontâneas e/ou obrigações cívicas, que determinam a dinâmica da circulação de bens e pessoas na sociedade.

Nesse sentido, a afirmação de uma visão economicista e reducionista do sentido da ação social parece ter contribuído para a fratura do social, refletindo um sentimento de desconfiança no projeto de sociedade capitalista, referendado pela ciência moderna.

A explicação do contexto, em que foram geradas as crises sociais no Brasil, proporcionou a necessidade de novas abordagens teóricas em relação à compreensão

das condições sociais nas quais a sociedade apresenta os riscos de sua fratura social, e a mudança no sentido do trabalho como perspectiva de responder a essa situação.

As transformações acirradas no século XXI, na gestão, processo e divisão social do trabalho, mediante a crise orgânica do capital, possibilitou questionar em que condições sócio-históricas é possível desenvolver alternativas de realizar outra economia e sociedade, fazendo com que se repensasse sobre as teorias sociais, que explicam a natureza dessas crises e as formas para solucioná-las.

Parece que as teorias sociais explicativas da ordem social não conseguem responder na totalidade aos novos desafios da sociedade moderna, com intenso processo de individualização, que espera estabelecer seus vínculos sociais pautados pela máxima individualidade em detrimento do coletivo social.

Assim, a incapacidade do modelo econômico capitalista de garantir a permanência do valor do vínculo social, que não se sustenta somente por motivações econômicas, marca o aprofundamento das crises nas relações sociais, externalizadas: 1) pelo desrespeito às questões de gênero, de idade e de etnia; 2) nas diferentes dimensões da violência na vida cotidiana; 3) nas desigualdades de inserção social no mercado assalariado; 4) na dificuldade de relacionar o processo de integração social ao da mobilidade social; 5) na perda da saúde, pelo sofrimento gerado no trabalho e pela falta de assistência social; e 6) na ausência da cidadania, acarretando intensa exclusão social.

Esse contexto social afirma a importância dos estudos sobre as articulações entre o indivíduo, a sociedade civil, o mercado, o Estado e a cultura. A natureza dessas interações sociais são determinadas pela perspectiva dos vínculos sociais, mediados por diferentes sociabilidades e racionalidades, com implicações políticas, que levam ao estabelecimento ou não da aliança.

A cultura do grupo, o modo de organização da produção e do trabalho, e o sentido da ação no coletivo, são fatores intervenientes dos estudos sociológicos sobre os vínculos sociais e interferem na dinâmica da sociedade.

A questão que se coloca diz respeito a pensar alternativas para a crise social no século XXI, no âmbito da economia e do trabalho, amparada por uma teoria social, que permita compreender o cerne dos problemas sociais e apontar saídas pela via da emancipação humana. Ainda que a lei do valor seja o vetor das relações sociais no âmbito do capital, é necessária a afirmação do valor do vínculo para a manutenção da vida social.

Destaca-se que a circulação dos bens e das pessoas, num sistema mercantil, pode ser um aspecto fundamental para a gênese do problema social, pois ao apostar na força do economicismo como um único móbil da ação humana e reforçar que apenas o interesse individual é suficiente para estabelecer os vínculos sociais, contraria o que tem se mostrado na vida cotidiana, cujas práticas estão circunstanciadas pela busca da segurança, do reconhecimento e da proteção social.

Nesse sentido, o entendimento dos problemas socioeconômicos relevou a importância dos vínculos sociais como um elemento que pode qualificar as relações sociais, no restabelecimento das condições éticas de convivência social, de modo que motivou a imersão em novos estudos sociológicos sobre esse fenômeno social.

Para Caillé (2002), a leitura do social no século XX esteve circunscrita ao consenso da comunidade científica de que as realidades sócio-históricas e seus modelos explicativos nas ciências sociais, orientava-se por dois paradigmas da ação social: o individualismo metodológico e o holismo.

Entende-se por paradigma, segundo as idéias de Kuhn (2002), o questionamento da realidade social, num dado momento temporal e espacial, de forma geral e de modo compartilhado, em responder às situações sociais significativas.

Um dos paradigmas que fez parte do conjunto de explicações da ordem social foi o utilitarista, que anuncia a ação social motivada pelo cálculo e que, na relação de troca, deve ocorrer a máxima satisfação dos indivíduos, atingindo seu interesse material (lucro), e imaterial (poder, *status* e honra).

Esse paradigma pressupõe que as relações sociais são resultados de cálculos efetuados pelos indivíduos na interação social, se aproxima da concepção do *homo economicus* e postula que os indivíduos existem empiricamente e possuem valor normativo. Os homens agem mediante uma razão instrumental e há uma reificação do indivíduo em relação à sociedade.

No individualismo metodológico²⁵, segundo Godbout (1999), as ciências sociais possuem uma visão utilitarista das relações sociais, onde se busca a maximização dos interesses materiais dos agentes racionais, envolvidos no jogo social. O que circula na sociedade é orientado pelas noções de preferência, interesse, utilidade e racionalidade.

²⁵ Esse conceito pode ser mencionado como a teoria da ação racional, a teoria da racionalidade limitada, o neo-institucionalismo, o utilitarismo, a teoria dos direitos de propriedade. Traduzido em termos ainda mais simples e rudimentares, o que todas essas linhas de pensamento têm em comum é o fato de se inspirarem em algum tipo de visão simples, simplista ou, ao contrário, sofisticada da figura do *homo economicus*. (Santos, 2003)

A principal consequência política dessa idéia é a responsabilidade do indivíduo sobre a sua própria sorte, na busca de melhoria de vida, não favorecendo que as condições objetivas e históricas delimitem o campo de ação pelas quais lhe permite dar um sentido a sua ação.

Essa ideologia possui predileção pelo liberalismo econômico, porque o mercado simboliza o lugar de liberdade máxima de escolhas do indivíduo, complementada pelo papel do Estado, que seria o de desenvolver ações que contribuíssem para a lógica mercantil, onde há a maximização do lucro, em detrimento do valor do trabalho.

A sociedade capitalista moderna tem se organizado a partir das noções de interesse, utilidade e racionalidade, promovendo o paradigma do individualismo metodológico como o melhor modelo explicativo da proposta neoliberal.

Esse pensamento propõe que os indivíduos sejam compelidos a agir motivados por preferências individuais, em função de resultados esperados, sem se pronunciar em relação aos meios. Esse princípio da ação leva a cada um procurar otimizar o seu interesse individual, cujo somatório dos interesses de todos os membros da sociedade produz o bem-estar coletivo.

Nessa perspectiva, as preferências estão desvinculadas dos valores coletivos, que une os meios aos fins da ação, desobrigando os indivíduos de qualquer sistema de obrigações e responsabilidades com as gerações futuras.

O outro paradigma, denominado holismo, assegura que, nas interações sociais, os indivíduos agem por códigos sociais internalizados que, socializados e internalizados ao longo da vida, incorporam os valores sociais. A totalidade se torna uma categoria importante, pois compreende que o todo é maior que o somatório das partes, ela é superior aos indivíduos. A teoria funcionalista, o estruturalismo, o culturalismo e o marxismo, adotam seus princípios.

Os dois paradigmas²⁶, reconhecidos pelas Ciências Sociais, analisam os vínculos sociais ou, partindo da totalidade social ou do indivíduo, explicam a ação social por um viés unilateral, e não a partir das inter-relações que ligam os indivíduos e os transformam em atores propriamente sociais (Caillé, 2002).

²⁶ Consideramos a idéia de paradigma como um modelo de explicação reconhecido pela comunidade científica, que configura o questionamento legítimo mediante um corpo teórico suficiente na sua explicação.

Os dois paradigmas - holismo e individualismo - pensam a sociedade por uma concepção binária, na medida em que ou a sociedade ou o indivíduo são destacados na interação social.

Godbout (1999) diz que as ciências sociais hoje interpretam o jogo social como produtos das estratégias de agentes racionais, que procuram maximizar a satisfação de seus interesses materiais, no entanto, assegura que, na prática, as relações sociais são transpassadas por sentimentos de amizade, reconhecimento e camaradagem.

Caillé (2002) afirma que Mauss chega a sugerir que não há uma teoria da ação nos dois paradigmas porque, no holismo, o laço social “está sempre dado de saída e preexiste ontologicamente à ação dos sujeitos sociais”, onde os sujeitos individuais e coletivos apenas aplicam uma lei que já existe antes deles, estão limitados a expressar a cultura e as funções sociais que lhe são determinadas. Também, no paradigma do individualismo metodológico, é impossível convencer os egoístas racionais, isolados e “mutuamente indiferentes”, a levar adiante a teoria de que seria vantajoso para eles cooperar, ou seja, confiar uns nos outros e estabelecer uma relação de aliança.

Nas leituras de Marcel Mauss, os dois paradigmas reconhecidos se mostram impossíveis de pensar “a gênese do laço social e a aliança”, e por isso é necessário refletir sobre um paradigma cuja natureza não pode ser redutora a um dos pólos da ação, não há uma entrada determinada.

De acordo com Mauss (2002, p. 58):

“O sujeito da ação apresentado pelo holismo é incapaz de dar. Controlado demais pelo exterior para atingir a liberdade e o sentido, pode, na melhor das hipóteses, apenas cumprir corretamente o rito, a regra ou a função, submetendo-se ao seu destino. Está controlado demais, obrigado demais para agir. Inversamente, o indivíduo do individualismo metodológico é ao mesmo tempo livre demais e fechado demais em si mesmo para ser capaz de sair, agir e realmente se relacionar com as outras mônadas”.

Nesse sentido parece que o vínculo social torna-se impraticável nos dois paradigmas, porque no holismo os indivíduos estão presos aos costumes e regras, não havendo escolha senão a de aceitar e cumprir as determinações. No individualismo a ação é egoísta, pois não se espera do outro nenhum sentimento de generosidade que não seja calculadamente retribuída, na mesma equivalência.

Na teoria social, no século XXI, o melhor modelo explicativo dos vínculos sociais é o paradigma do dom ou da dádiva, que é definido sociologicamente como “toda prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstituir o vínculo social” (Caillé, 2002, p.142).

O paradigma da dádiva propõe que a relação social não esteja centrada no indivíduo ou na sociedade, mas na (inter)ação dos homens concretos e por isso apresenta uma teoria pluridimensional e paradoxal da ação, mostrando que os vínculos sociais estão configurados pela tríplice obrigação de dar-receber-retribuir.

A possibilidade de criar, recriar e regenerar o vínculo social foi o que se denominou de dádiva. Essa categoria propõe que a circulação de bens, pessoas e mercadorias estejam a serviço da manutenção do vínculo social, necessárias à existência da sociedade.

Essa teoria afirma que, no sistema de relações sociais, os indivíduos estão constantemente rompendo e reatando os laços sociais, onde o circuito “dar-receber-retribuir” possibilita a manutenção da relação, destacando o valor do vínculo como mais importante que o valor do uso e da troca.

Nesse paradigma toda ação social deve ocorrer a partir dessa tríplice obrigação e de associar ao mesmo tempo obrigação e liberdade, interesse e desinteresse. As quatro dimensões estão imbricadas umas nas outras e encontram-se na existência social dos homens em funções alternadas entre a pulsão de guerra e paz ou afeto e desafeto.

As análises de Marcel Mauss mostram que a oposição entre obrigação e liberdade, interesse e desinteresse, só adquire sentido quando traduzida na oposição entre guerra e paz e entre rivalidade e aliança.

Há um caráter paradoxal da ação social onde esses quatro componentes-obrigação, liberdade, o interesse instrumental e o desinteresse - somente poderão funcionar conectados uns aos outros, ou seja, existe um circuito que ligam as pessoas e que mantém a aliança entre elas.

Explica Caillé (2002) que “a dádiva é o que permite constituir as alianças as entre pessoas concretas, unindo-as numa mesma cadeia de obrigações, desafios e benefícios, mas não é senão uma aposta sempre única que liga as pessoas, ligando simultaneamente e de uma maneira sempre nova, o interesse, o prazer, a obrigação e a doação”.

Segundo Martins (2002), não resta a menor dúvida de que a tensão entre essas quatro dimensões da existência social encontra-se simbolizada em todas as culturas e em todas as religiões do mundo.

A relevância da teoria da dádiva foi mostrar que a manutenção dos vínculos sociais acontece numa situação de incerteza e que, uma vez fragilizados pelo predomínio dos princípios utilitaristas, aparentemente tece a vida em sociedade, e aqueles não sustentam a tessitura do laço social.

A grande relevância dessa teoria foi ter destacado que o interesse que está no cerne da ação social é de natureza material e instrumental, mas também há o interesse pelo poder, glória e prestígio. A leitura do social a partir da dádiva permite observar o imbricamento desses interesses, na ordem do material e do simbólico.

O sistema social compreendido a partir do paradigma da dádiva estava alicerçado no pensamento antiutilitarista, que faz parte da teoria sociológica contra o neoliberalismo, expresso por meio do “Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais - MAUSS²⁷”, que critica a hegemonia imposta pelo modelo do “homo economicus”, onde toda ação social está circunscrita às relações mercantis, a partir do interesse, otimização e utilidade da circulação das coisas.

Os intelectuais da revista “MAUSS”²⁸ propiciaram reflexões sobre o paradigma da dádiva, afirmando que as sociedades são estruturadas por relações utilitárias, mas também por relações de reciprocidade, onde o social surge sob condições de doação, solidariedade e confiança, tem regras próprias e, uma vez reconhecido, permite reconstruir os vínculos sociais.

Os autores da revista MAUSS inspiraram as suas idéias a partir das reflexões de Marcel Mauss, em sua obra “O Ensaio sobre a Dádiva”, escrita em 1924²⁹, na qual

²⁷ Desde os anos 80 grupos de intelectuais críticos do utilitarismo fazem parte do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais, cujas idéias são divulgadas pela *La Revue du MAUSS*, publicada pela Editora La Découverte, em Paris. As idéias reunidas nesta Revista, sob a direção de Alain Caillé, contribuem para desenvolver uma teoria pluridimensional da ação.

²⁸ A revista MAUSS constitui uma rede de pesquisadores que reúne intelectuais antiutilitaristas, cuja afinidade teórica é compor fundamentos filosóficos da teoria econômica contra a lógica de mercado, negando a supremacia do *homo oeconomicus*. Os intelectuais fazem parte da renovação das Ciências Sociais na França, cujas idéias começam a ser divulgadas no Brasil por meio de autores como Paulo Henrique Martins, Christiane Girard, Genauto Filho, Sabourin e outros.

²⁹ A obra de Marcel Mauss, autor do *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, de 1924 (MAUSS, 2003), que Georges Gurvitch, na apresentação que fez da primeira edição de *Sociologie et Anthropologie*, define como uma das obras-primas da sociologia francesa. No caso da larga obra de Mauss – autor com formação em filosofia, filologia, história, etnologia, sociologia e antropologia – é possível relacionar diversas possibilidades de releitura do mesmo. Guardando esta perspectiva, Marcel Fournier, importante biógrafo de Mauss, organizou recentemente, na revista *Sociologie et Sociétés*, uma

assegura que os princípios do mercado assalariado não são os dispositivos fundamentais da organização da vida social, pois a circulação de bens e pessoas também existe em função da construção e manutenção dos vínculos sociais.

No primeiro quarto do século XX, Marcel Mauss sistematiza a sua teoria sobre a dádiva, em um contexto de inquietações e crises no campo político, com os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Bolchevique, onde compreendeu o equívoco do projeto revolucionário russo ao tentar implantar o socialismo pela eliminação do mercado. O pensamento crítico da época não interpretava o mercado como essencial às trocas nas sociedades modernas, associava-o a um *status* negativo.

Segundo Graeber (2006) havia a necessidade de rever o pensamento crítico sobre o “lugar do mercado na modernidade, deixando de lado o viés maniqueísta das esquerdas (associação do mercado com o mal), para reinterpretá-lo como um mecanismo essencial às trocas nas sociedades complexas”.

Caillé e Graeber (2002), nos estudos de Mauss, destacam a preocupação deste intelectual socialista francês com os rumos da revolução russa, pela incapacidade deste movimento de eliminar a economia de mercado e essas reflexões implicaram, no campo social, numa reorientação dos estudos da escola sociológica francesa, num contexto de modernização urbana e de lutas por direitos de cidadania.

A redação do “Ensaio sobre a Dádiva”, por Mauss, é uma reflexão sobre as turbulências do período e suas implicações sobre os problemas sociais relacionados às desigualdades sociais, ao aumento da pobreza e à falta de cidadania. Havia necessidade de novas teorias que permitissem compreender as significações da desordem e a nova lógica do social, onde “as categorias do pensamento não são senão a própria forma do ser social prático e vice-versa” (Caillé, 2002)³⁰.

coletânea intitulada “Présences de Marcel Mauss” (FOURNIER, 2004), na qual relaciona autores que receberam influências diversificadas de Mauss, como Pierre Bourdieu, Jean-Pierre Vernant e Maurice Agulhon.

³⁰ Para Caillé Mauss desempenhou um papel importante na constituição da etnologia científica francesa e uma profunda influência em discípulos tão diversos e importantes quanto Claude Lévi-Strauss, Roger Caillois, Georges Bataille e Louis Dumont. Quando a filosofia francesa, com Sartre e Merleau-Ponty, ainda buscava inspiração nas ciências sociais, suas duas principais fontes de inspiração eram Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss. Até 1970 não havia nenhum candidato à licenciatura em Filosofia que não tivesse lido pelo menos o “Ensaio sobre a dádiva” e, provavelmente, também, os textos que o acompanham e emolduram na coletânea de artigos intitulada *Sociologia e Antropologia* (Mauss, 1966), prefaciada com o brilho e a importância histórica que se sabe por Lévi-Strauss.

Esta obra teve a influência da produção sociológica de Durkheim, relativa a sua posição política contra o utilitarismo, o individualismo mercantilista e a hegemonia do mercado sobre a ordem social, associada à compreensão do fato social na sua dimensão histórica e funcional, e sua redefinição nas crenças e valores.

No segundo prefácio da *Divisão do Trabalho Social*, Durkheim mostra que há necessidade de regulamentar a atividade econômica, pois o “estado de anomia jurídica e moral em que se encontra atualmente a vida econômica, nos dá um cenário de desordens de todos os tipos, o que exige regulamentação e uma força moral que se faça respeitar”.

Mauss afirma a tese de Durkheim na relação entre a autoridade da regra e a liberdade do indivíduo, pois há uma obrigação social que se coloca acima da liberdade individual. Porém, no entendimento de Mauss, as regras podem ser negadas ou desrespeitadas em nome da liberdade, mantendo sempre uma relação de incerteza no campo das relações, onde a paz e a guerra são coadjuvantes.

Durkheim (1874) concebia a sociedade como uma totalidade ligada por símbolos, basicamente “um conjunto de idéias, de crenças, de sentimentos de todos os tipos, que se realizam através dos indivíduos”.

Esse pensamento foi ampliado por Marcel Mauss, na medida em que compreende também a sociedade como um fato social total, no interior do conjunto de prestações e contraprestações, que definem a vida social em geral, cuja atividade econômica e mercantil é um aspecto particular desse conjunto, limitando-se pelo caráter dos rituais e das obrigações coletivas.

Segundo Caillé (2003), a sociologia francesa só se realiza plenamente com Mauss a partir do momento em que este consegue reformular as questões propostas por Durkheim, no campo de natureza do simbólico, e de sua ligação com a obrigação de dar, porque pressupõe que a lei do simbolismo é constitutiva do fato social e não uma imposição exterior.

Assim, para Marcel Mauss, os fatos sociais se tornam totais, porque são considerados como símbolos e não como coisas, são co-extensivos ao registro a dádiva, não são obrigatórios pela coerção exterior, mas pela co-tradução entre indivíduos e sociedade.

A idéia de totalidade em Marcel Mauss significa olhar a sociedade na sua dimensão econômica, social, cultural, política e religiosa, sem haver uma hierarquia entre elas e, também, compreender que os bens produzidos pelos membros de uma

comunidade têm natureza material e simbólica. Afirma que entre o social e o individual não há mais ruptura, mas gradação e tradução recíproca.

No pensamento de Mauss os homens produzem a sua individualidade e a sua comunidade, estabelecendo relações que são determinadas pelas obrigações que contraem ao se aliarem, submetidos à lei dos símbolos que fazem circular. A materialização dos símbolos está nas palavras, nas saudações, nos presentes trocados e recebidos.

A sistematização da teoria maussiana leva à ruptura do esquema teórico de Durkheim, que via na obrigação a condição essencial para a moral social, enquanto que, para Mauss o dom é uma obrigação em última instância, mas na prática havia a possibilidade de uma ambivalência da ação social entre a obrigação e a liberdade, entre o material e o simbólico, e que constituíam o fato social como total.

Karsenty (2001) reforça que o fato social total emana da descrição de uma realidade constituída de experiências comuns, que se manifesta na vida do grupo enquanto grupo e a dádiva permite revelar o comportamento dos homens e de entender as razões não-econômicas das trocas sociais.

Entende-se que as revisões realizadas por Mauss na teoria de Durkheim levam à valorização da idéia de totalidade e à compreensão das significações subjetivas das trocas, destacando-se o simbolismo, fato importante para as ciências sociais.

Na teoria maussiana o símbolo significa a possibilidade da aliança, o reconhecimento da dívida atestado pela dádiva e, fundamentalmente, a questão política sobre a qual perguntamos: com quem se faz aliança e contra quem? A quem se deve dar e de quem se pode receber?

Essa perspectiva considera como símbolo o próprio signo da aliança, que deve perdurar, apesar de qualquer separação ou afastamento, e assegura que a tripla obrigação de dar, receber e retribuir, bens e palavras, faz parte da condição da sociabilidade humana, mais do que a simples dimensão da troca.

Mauss supera a teoria de Durkheim por três fatores: 1) compreende a natureza simbólica da relação social, afirmando a co-extensividade entre a dádiva e o símbolo; 2) dissolve as antinomias entre coisas e pessoas, o sagrado e o profano, indivíduo e sociedade, estrutura e ator; e 3) dilui a oposição durkheimiana radical entre a dimensão do sociológico e do psicológico.

Segundo Caillé (2002), o humanismo da obra de Durkheim teve influência sobre Mauss que, para “conceber a tese do fato social total que se funda, ao mesmo tempo,

nas crenças coletivas e nas experiências concretas dos atores sociais”, precisou completar o desenho da filosofia moral libertária, inicialmente proposta por Durkheim.

Pensamos que a idéia de “fato social total” em Marcel Mauss significa: 1) definir a sociedade, articulando o micro e o macro, o indivíduo e a sociedade, o sagrado e o profano, como dimensões orgânicas traduzidas umas pelas outras; 2) articular os planos do conhecimento formado pelo objetivo/subjetivo; profano/sagrado; 3) introduzir o simbolismo com o fundamento último das trocas entre pessoas morais; e 4) enfatizar o caráter relacional e paradoxal da ação social.

Trata-se de explicar a realidade a partir de um plano microssociológico, onde ocorrem as trocas diretas entre os indivíduos na vida cotidiana, bem como no plano macrosociológico, por meio das estruturas regulamentadas e sistemas formais.

A importância do fato social total é compreender a aliança como expressão coletiva e compartilhada, onde os gestos, rituais, trocas e mortes, que envolve todos os membros do grupo, sejam acionados pelos recursos afetivos, cognitivos, materiais e espirituais, existentes na comunidade (Caillé, 2002).

Enfim, pode perceber também que a sociedade é paradoxal, na medida em que tudo o que se troca tem duplo sentido, porque:

“As palavras são pronunciadas com gestos expressivos, os presentes são dados com boas ou más intenções, as ordens são proferidas com sentimentos de orgulho ou de baixo-estima, as mercadorias são vendidas com imagens de sedução ou de repulsão” (Caillé, 2003).

Na verdade, a importância da teoria da dádiva em Marcel Mauss se revela quando se faz entender que os bens que circulam na sociedade possuem um duplo sentido, e que possuem uma significação simbólica para a vida social. A prática social é permeada por valores utilitários medidos pelo cálculo e preferências, mas também por fatos cotidianos como os gestos, as falas, os rituais e os bens materiais.

Godbout (2000) afirma a teoria maussiana, acerca da natureza simbólica dos bens circulantes, e coloca que o ato de doação de algo a alguém não é apenas a coisa que é dada, mas também a intenção. Assim, na organização da prática social há sempre dois bens em circulação: um material, a coisa dada; e um simbólico, a intenção oferecida.

A importância da teoria da dádiva é o fato de se reconhecer as diferentes lógicas da ação social. Desvela a naturalização das trocas mercantis, caracterizadas pelas regras

de equivalência, pois há o desejo mais amplo de compartilhar a vida coletivamente, por meio de outras motivações nas relações sociais.

As teorias sobre o sistema da dádiva a reconhece como o fundamento de uma ciência moral antiutilitarista, crítica ao pensamento mercantilista como hegemônico e revalorização do indivíduo no sistema de obrigações coletivas. A perspectiva do antiutilitarismo positivo deve ser caracterizada pela confiança, e o único meio de obtê-la é apostando, apesar da incerteza, por que ao dar para o outro o faço a partir da gratuidade e da incondicionalidade da retribuição. Quem recebe tem a liberdade e a obrigação de retribuir, onde os sujeitos da ação social estão inscritos numa situação de não equivalência de trocas.

O que motiva a manutenção das relações sociais e a perduração dos vínculos sociais é a confiança incondicional e desinteressada, numa situação em que “confiar totalmente ou desconfiar totalmente” está permanentemente presente nas relações, mas correndo o risco de recair a qualquer momento. E é essa ambigüidade que mantém a possibilidade dos vínculos, circunscritos a um campo da condicionalidade incondicional.

Caillé (2002) imprime a idéia de “incondicionalidade condicional” para esclarecer sobre os princípios da dádiva a partir dos quatro pólos da ação: social-obrigação, liberdade, interesse e desinteresse, que estão combinados em sua natureza ambivalente. Toda ação social caracterizada pela “condicionalidade condicional” é permeada pelo interesse material por trás da generosidade, numa troca estabelecida pela equivalência.

Na “incondicionalidade incondicional”, a coerção e a violência se impõem também presente nas relações utilitaristas, pois somente a “incondicionalidade condicional” preside a aliança, com a subordinação dos interesses instrumentais à amizade e ao fortalecimento do vínculo social.

Os comentadores de Mauss argumentam que a relação interesse/desinteresse é importante para qualificar a dádiva, por que a retribuição pode ocorrer ou não, é livre e obrigatória, mas não imposta pela exterioridade, como propõe Durkheim no estudo da relação indivíduo/sociedade.

A ação inicial ocorre pela aposta na incerteza e constitui um ato desinteressado, o importante é o risco. A dádiva somente poderá ocorrer em um clima de espontaneidade e de iniciativa pessoal. É necessário dar e retribuir, mas como, quando e quanto não se define antes.

A expressão “empreendedor da dádiva”, utilizada por Martins (2002), significa que o desinteresse não pode ser colocado em dúvida, mas que não tem nada de caridoso, porque faz parte da dádiva agonística, equivale a dizer “manter a paz por meio da guerra”, por que o interesse aparece no final do processo e não no início da relação social. A generosidade, sem retorno certo, simboliza a condição da amizade, na rivalidade agonística, que é em si mesma a condição para se manter a aliança.

Caillé (2003) expressa que, para Mauss a dádiva é o operador privilegiado da sociabilidade, mas o é efetivamente e, ao mesmo tempo, paradoxalmente obrigada e livre, interessada e desinteressada. Constitui um pacto entre as pessoas e aos modos como se encontram determinados pela cultura.

Na teoria maussiana o interesse é fundamental na prática social e é motivado pelo interesse materialista e não materialista, mas deve haver a subordinação dos interesses utilitários aos interesses do campo simbólico, associados ao altruísmo ou à dignidade.

Os estudos de Caillé (2003) reforçam que a dádiva permite explicar à sociedade moderna, de cunho individualista, onde os motivos das prestações e contraprestações humanas são de caráter obrigatório, dados pela tradição. Mas são, também, de caráter livre, manifestados pelo desejo dos indivíduos em busca de poder, prestígio, honra e reconhecimento de seu grupo social.

Segundo Godbout (2001) dar é retribuir, é dar-se e as trocas devem ocorrer em relações assimétricas antiequivalentes e antiacumulativas, para que o vínculo social perdure e, para isso, os atores têm que estar sob a condição da dívida, enquanto permanecer o interesse pelo vínculo. A questão é a finalidade sob a qual a ação social acontece, e quais os princípios norteadores do sentido dessa ação em direção ao outro.

Entende-se que a dádiva é uma teoria que contribui para repensar as instituições sociais baseada nos fundamentos morais da sociedade e que se apóia num conjunto variado de motivações da ação social, sejam utilitárias e não-utilitárias. Contribui para ampliar o entendimento da ação social porque inspira questões éticas de convivência social.

No Brasil, a influência do pensamento maussiano ocorreu por meio de intelectuais³¹, que não aceitam o predomínio da esfera econômica sobre a política e a

³¹ Em 1998 foram publicados na Revista Brasileira de Ciências Sociais, de número 38, dois textos importantes sobre o paradigma do dom: o texto de Gabriel Cohn, “As diferenças finais: de Simmel a

social, que recusam a centralidade da troca mercantil na vida social e reconhecem relações de reciprocidade como o cerne dos vínculos sociais.

As reflexões desses intelectuais mostram preocupações com as formas de integração social dos grupos populares³² com a perspectiva de mobilidade social, em um país com imensas desigualdades na distribuição da riqueza social.

No entanto, a difusão da dádiva na teoria social brasileira encontra dificuldades de inserção, cuja tradução de seus estudos necessita de maior visibilidade acadêmica, embora iniciativas tenham sido feitas por meio da realização de mesas redondas e de conferências, desenvolvidas nas grandes associações científicas como: ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais); na SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia); e na ABA (Associação Brasileira de Antropologia).

Segundo Martins (2002), as resistências do pensamento crítico à teoria da dádiva no Brasil encontram-se configuradas por três fatores: a representação religiosa da dádiva; as reações dos defensores do utilitarismo econômico contra uma teoria eminentemente antiutilitarista; e a reação dos simpatizantes da antropologia estrutural contra a releitura da obra de Mauss, a partir de um enfoque sociológico e político.

Parece que o fenômeno sócio-antropológico da dádiva no Brasil é substituído pelo senso comum e constitui um elemento inibidor à interpretação científica desse fato social total. A dádiva está associada à idéia espiritualista do ser humano, significando caridade, virtude e doação, fazendo parte da religiosidade popular, com a influência do catolicismo tradicional.

Os estudos sobre a dádiva, na obra intitulada “A Dádiva entre os Modernos”, publicada em 2002 e organizada por Paulo Henrique Martins, apresentam uma discussão sobre os fundamentos e as regras do social, oportunizando a difusão das reflexões em torno do antiutilitarismo nas ciências sociais, que fazem parte da revista MAUSS.

Luhman”, no qual o autor propõe revisitar Simmel a partir de sua proximidade de autores como Mauss e Luhman, e o artigo de Lygia Sigaud (1999), intitulado “As vicissitudes do Ensaio sobre o dom de 1999”, que realiza uma revisão da leitura empreendida por Lévi-Strauss sobre o dom.

³² Martins (2003) descreve a difusão da teoria da Dádiva no Brasil: o lançamento do livro *O Espírito da Dádiva* de Jacques Godbout em colaboração com Alain Caillé, em 1998, pela editora FGV, que atualiza o valor do dom para explicar fenômenos sociais modernos, como a solidariedade social e a doação de órgãos; a visita de Godbout ao Brasil como conferencista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); a publicação na Revista Brasileira de Ciências Sociais de autores que se mostram simpático à revisão do debate, o artigo de Alain Caillé: “Nem holismo nem Individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma do Dom”, e o de Jacques Godbout: “Introdução à Dádiva”

As questões que norteiam as reflexões dessa obra estão ligadas ao lugar da dádiva no interior da teoria social, a importância do estruturalismo antropológico como filtro mediador, a relevância de outras disciplinas nas releituras sobre a dádiva, envolvendo a Sociologia, a Economia, a Filosofia e a Política, e os desdobramentos para a renovação do pensamento teórico nas Ciências Sociais.

Martins (2002) aprofunda os estudos sobre a dádiva, apresentando as diferenças de concepção da dádiva na abordagem estruturalista e não estruturalista, apresentando um diálogo com essas correntes teóricas.

O estruturalismo francês em Lévi-Strauss mostra que a ciência “não tinha lugar para as categorias nativas de alma ou de espírito da coisa dada”, afirmando que não existem três obrigações distintas - dar, receber e retribuir - mas apenas a de trocar.

Os estudiosos de Lévi-Strauss traduzem que esse autor dimensionou a dádiva à relação de troca mais rígida e desvalorizou o vivido e a experiência da intersubjetividade, na configuração das regras objetivas.

Martins (2002) mostra que o esquema teórico rígido do estruturalismo desvalorizou a liberdade do indivíduo e dos grupos sociais e a importância do senso comum nos esquemas diversificados de organização do pacto cultural e social.

Salienta que o pai do estruturalismo desenvolveu a sua teoria a partir das organizações primeiras, e não explicou as sociedades modernas. Assim suas observações sobre os grupos sociais tradicionais confirmaram a teoria de Mauss em relação à obrigatoriedade das trocas, sob a forma de presentes e do interesse em manter a aliança para evitar a guerra.

Há o reconhecimento de que a influência maussiana em Lévi-Strauss foi pela utilização do conceito de trocas simbólicas e da concepção de aliança, que utilizou para explicar o parentesco a partir do pacto social, compreendendo a família como fenômeno social, organizada por códigos num sistema de comunicação social.

Os estudiosos da dádiva apontam a aproximação de Lévi-Strauss à teoria de Marcel Mauss, e esta da valorização da experiência individual, submetida às obrigações coletivas e na apreensão do fato social total, que permitiu observar no comportamento dos indivíduos na dimensão psicológica, sociológica e histórica.

A força teórica do estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss influenciou os estudos sobre o dom no Brasil, que focalizou as sociedades tradicionais e não ampliou a investigação na compreensão das sociedades modernas, em relação ao processo do

individualismo contemporâneo, que tem caracterizado a sociedade capitalista alicerçada no projeto neoliberal.

A análise da antropologia estrutural, circunscrita à dimensão da troca, cuja reciprocidade ocorre pela dimensão do intercâmbio recíproco e simétrico (Sabourin, 2004), não consegue ampliar as fronteiras de análise da teoria maussiana para a compreensão da ação social e da crítica à teoria social.

O pensamento crítico nas Ciências Sociais encontrou dificuldades para ampliar as reflexões sobre a dádiva fora dos cânones do estruturalismo, com a influência de Lévi-Strauss, sobre a relevância da relação de troca em detrimento da obrigação de dar-receber-retribuir.

Contudo, apesar da relação mais próxima com a antropologia estrutural, o sistema teórico da dádiva interessa à Sociologia e às Ciências Sociais como um todo, para a construção de uma crítica teórica e moral mais ampla, pela possibilidade de apostar no vínculo social como fundamento da vida social.

Nesse sentido, a ampliação da abordagem do dom contribui para revelá-lo com o novo movimento teórico, onde a dádiva aparece como um “sistema aberto de reciprocidade”, com desdobramentos nas Ciências Sociais.³³

Nos fins dos anos 70, houve a crise do paradigma estruturalista nas Ciências Sociais e a expansão de um intercâmbio intelectual entre a escola francesa e a escola anglo-saxônica. No caso do movimento MAUSS, este intercâmbio manifestou-se na proposta de articular a dádiva com a tradição pragmática norte-americana e com as escolas interacionistas (Caillé, 2002; Chaniel, 2001).

Esse momento histórico coloca em debate a questão da democracia e da linguagem na vida cotidiana e, por isso, contribui para o resgate da teoria de Mauss, por que permite concatenar a liberdade e a obrigação, saindo do jugo da obrigação moral coletiva, destacando a possibilidade da liberdade individual e recuperando a importância dos vínculos na mediação das relações sociais.

³³ Autores como Mead, Cooley e Goffman são referências na origem e desenvolvimento dos estudos interacionistas. O novo movimento teórico tem desdobramentos no campo científico: na virada lingüística ocorrida entre os anos 70 e 80 (DOSSE, 1997). A leitura do novo movimento teórico afirma-se com relação ao estruturalismo e com relação a uma série de outras correntes de pensamento, como a teoria crítica da escola de Frankfurt, a filosofia política crítica do totalitarismo de Hanna Arendt, Claude Lefort e Cornelius Castoriadis, a filosofia analítica inglesa de Wittgenstein, que tem uma ponte na França mediante Ricoeur, e as escolas interacionistas norte-americanas de Blumer, Goffman e Garfinkel. (Martins, 2002).

O desdobramento desse fato foi o de reconhecer a dádiva como um sistema social existente nas sociedades tradicionais e modernas, podendo ser um elemento importante para repensar a economia e a democracia real numa perspectiva antiutilitarista.

Nas reflexões de Marcel Mauss vamos encontrar a abordagem não-estruturalista da dádiva³⁴ ao afirmar que, nas sociedades modernas, sujeito e objeto encontram-se inter-relacionados e são agentes responsáveis pela vida social, no seu processo de mudança e no cuidado com a manutenção do social coletivo.

Autores pós-estruturalistas defendem o reconhecimento da liberdade na definição das obrigações morais, na construção de alianças e de novos sistemas de reciprocidade. Esse momento histórico resgata o retorno do sujeito, não como um indivíduo meramente narcisista, mas como um indivíduo com liberdade de aceitar ou não os atos de doar, de receber e de retribuir. Essa possibilidade coloca em evidência a dádiva como operadora do vínculo social.

Em síntese, a concepção não-estruturalista da dádiva pressupõe a valorização do movimento antiutilitarista, dada a importância à liberdade e à criatividade do sujeito social; reforça a crítica ao utilitarismo, por meio do interesse exclusivamente econômico nas relações com o mercado e pelo respeito incondicional à norma; reconhece a presença de motivos variados da ação humana e apresenta a dádiva como uma alternativa aos dois paradigmas tipicamente modernos: o do mercado, associado ao individualismo metodológico e o do Estado, associado ao holismo.

Segundo A. Caillé (2003, p.35), os estudos do dom na antropologia estrutural como um sistema de troca rígido, apropriado às sociedades tradicionais, dificultaram o entendimento da dádiva como fato político e interativo. Para esse autor:

“É necessário, assim, romper o véu que isolava o dom dentro das ciências sociais (e da filosofia moral, acrescentamos), o qual induzia os pesquisadores a ver o dom como um fenômeno de interesse meramente antropológico e estrutural, com pouca relevância para outras disciplinas, sobretudo para aquelas relacionadas com o interacionismo”.

³⁴ As expressões utilizadas no texto “Fato social e formação do caráter”, apresentação por Mauss, no Seminário Internacional de Ciências Etnológicas e Antropológicas, que ocorreu na cidade de Copenhague, em 1938, destaca estudos não estruturalistas sobre a dádiva onde a questão do individualismo moderno.

Nesse sentido, o interacionismo de Mauss significa a interação entre as pessoas e das pessoas com os objetos, mediante as coerções sociais próprias à cultura do grupo e a forma de organização da sociedade. Portanto, a base interacionista maussiana se aproxima mais da concepção da sociologia histórica comparativa weberiana e com o marxismo, e menos com a psicologia social, base do interacionismo norte-americano.

Assim a abordagem interacionista do dom significa: 1) uma abordagem aberta a uma compreensão ampliada da sociedade, pelo valor da circulação das coisas e pessoas, entre os indivíduos e os grupos; 2) a sociedade explica-se como “fato social total”, relacionando as dimensões micro e macrosocial; 3) o valor da dádiva não é ligado nem ao uso, nem à troca, mas ao vínculo; e 4) o reconhecimento da experiência do vivido e da liberdade na organização do mundo.

Para Caillé (2002), essa abordagem assegura que a compreensão do sistema da dádiva não pode ser feita nem a partir do estudo do indivíduo e nem do grupo, considerados isoladamente, porém, nas inter-relações entre o plano macro e microssocial, que se manifestam nas práticas sociais.

No entendimento de Martins (2002), a concepção estruturalista do dom, na perspectiva da abordagem antropológica, torna a dádiva de caráter ritual, que regula a alternância dos gestos, há a obrigação de reciprocidade e ocorre ambigüidade na manutenção dos vínculos sociais.

A concepção não-estruturalista do dom leva a substituição da dádiva ritualística e obrigatória pela dádiva-doação, privilegiando a dimensão da liberdade, caracterizada pela espontaneidade, onde a dádiva circula em prol dos outros.

Karsenty (1999) reconhece que o debate pós-estruturalista do dom tem importância estratégica no pensamento crítico para se pensar a emancipação de uma ciência moral e humanista, pois traduz que o símbolo e o dom são fenômenos que se complementam no processo concreto de formulação de alianças geradoras do social.

A leitura da dádiva na perspectiva pós-estruturalista, como significação da aliança, abre espaço para a sua compreensão dentro da tradição teórica compreensiva e fenomenológica.

A abordagem da fenomenologia caracteriza a realidade objetiva como uma projeção do pensamento, condicionado pela experiência vivida do indivíduo, pela relação de dependência entre o sujeito e o objeto, e na relevância do contexto para a organização do conhecimento e da produção de idéias sobre a realidade.

O artigo escrito por Maurice Merleau-Ponty, intitulado “De Mauss à Claude Lévi-Strauss” (1960), mostra a aproximação das obras de Mauss e Lévi-Strauss com os princípios da fenomenologia, na explicação das relações sociais de forma compartilhada e no repensar os lugares do sujeito e do objeto, porque “o eu e o outro são seres igualmente atravessados pelo mesmo mundo”, onde a intersecção das experiências de uns sobre os outros favorece a intersubjetividade.

Nessa abordagem existe a preocupação de se resgatar a dimensão sistêmica da vida social, mas sem perder de vista o vivido. Busca-se o sentido das coisas por meio da experiência cultural, psicológica, emocional, política e social. Daí o autor mencionar uma dupla experiência dos seres humanos, a antropológica estrutural e a sociológica e vivencial. Assim expressa Merleau-Ponty (1964, p. 23):

“Este sentido é determinado e singularizado pela minha expressividade, pelo modo como me faço presente no mundo no interior de um contexto intersubjetivo particular, único caminho para se evitar “a ilusão de ver o que não se vê” de desconhecer o impacto sobre os discursos objetivados inclusive o científico de uma experiência comunitária, associativa, local, nacional ou transnacional, que marca de modo particular a percepção do sujeito no mundo”.

Merleau-Ponty aponta a importância da teoria de Mauss para as ciências sociais, quando leva a entender que o indivíduo e a sociedade fazem parte de uma totalidade, formando um conjunto articulado. O fato social constitui uma rede de símbolos presentes na comunicação entre os indivíduos e o objeto e o sujeito, e mantém entre si um elo de ligação intrínseco.

Esse pensamento encontra-se nos escritos da revista Mauss e é representado por Jacques Dewitte, que estuda a obra do biólogo A. Portmann sobre a interpretação antiutilitarista do Ser, cujas necessidades orgânicas são subordinadas pelo desejo de aparecer e de glória. Esse pensamento é complementado por Jean-Luc Boileau ao mostrar que esse desejo de aparecer gera competição e caracteriza a dádiva agonística.

Na obra “O Espírito do Dom”, de Jacques T. Godbout, há em todos o desejo de dar em si mesmo e cita como exemplo a relação entre os casais modernos que “vão bem”, cada um se sente mais endividado do que o outro. Também, na dádiva entre irmãos, podem ocorrer relações espontâneas, sem qualquer cálculo.

Podemos encontrar nas relações sociais a dádiva que sela alianças, caracterizada como harmônica e a dádiva agonística de Jean-Luc Boileau. Assim, ocorrem duas grandes modalidades da dádiva: a dádiva-agonística e a dádiva-partilha.

Os estudos de Mauss destacaram as prestações agonísticas como uma forma particular de prestações totais, por isso o autor não apresentou a dádiva como um paradigma em si mesmo. Porém, as suas idéias permitiram “articulações com as trocas de dádivas e contradádivas não agonísticas”, ou seja, o sistema das prestações totais que Godelier (1995) caracteriza corretamente pelo fato de “a dádiva criar dívidas que não se anulam, que não se apagam, que não se extinguem”.

Nas análises de Godbout (1999), o sistema de prestações totais na relação social é a única garantia de sua estabilidade, e os parceiros se sentem permanentemente endividados uns para com os outros. Cada um tem o sentimento de endividamento mútuo positivo.

Nesse sentido devemos confiar ou desconfiar totalmente, tal como notou Marcel Mauss, pois nessa situação ocorre a dádiva-partilha, porque cada um pensa que recebe do outro mais do que dá, o que somente pode ser mantido pela confiança um no outro.

Esse pensamento nos mostra que, mesmo na dádiva-partilha cada um quer ser reconhecido pelo outro e ninguém se envolve incondicionalmente à incondicionalidade sem o interesse desinteressado, há sempre, de saída a ambigüidade, como revela Godbout (1999, p. 176):

“Sempre há, de saída e necessariamente, *agôn* e desafio, mesmo numa simples partilha. Para que a incondicionalidade seja real, é preciso, portanto, que seja condicional. A qualquer momento pode-se retornar ao registro da guerra, de que constitui o exato oposto”.

O paradigma da tripla obrigação nos remete à questão de fundo, teórica e empírica sobre a dádiva, pensado nas situações de cerimonial e rivalidade agonística, mas também nas diferentes formas de partilha, e não devemos confundi-la com o processo de redistribuição que Polanyi destacava como pólo distribuidor de riquezas, que nas sociedades modernas podemos associar ao papel do Estado. Há que se distinguir entre a redistribuição e a dádiva-partilha, por que esta pressupõe que as relações de troca acontecem num plano horizontal de paridade entre os parceiros e não sob relações sociais de caráter vertical.

Em síntese, a contribuição de Marcel Mauss para a teoria crítica moderna está associada a sua teoria crítica e sistemática do utilitarismo econômico, a partir dos horizontes abertos pelo pós-estruturalismo: saber como a liberdade do indivíduo moderno subverte os sistemas de obrigação estabelecidos para criar novos sistemas de reciprocidades ambivalentes e abertos.

Para os sociólogos contemporâneos, a leitura de Marcel Mauss contribui para: a) valorização das idéias associacionistas, elemento importante para estabelecer vínculos sociais; b) resgata a experiência como importante para o fato social; e c) faz reconhecer os fundamentos não-econômicos do vínculo social.

A teoria da dádiva favorece uma nova leitura do social ao mostrar o dinamismo que os vínculos sociais produzem nas relações sociais modernas.

3.2 Marcos Conceituais da Dádiva para os Estudos Sociológicos da Economia Solidária no Brasil

No século XXI, a teoria da dádiva tem sido considerada uma teoria social importante na análise crítica da contemporaneidade, por que representa as bases de uma ciência moral, por estar ligada a um projeto maior de crítica à filosofia utilitarista e à proposta neoliberal. Apresenta-se antiutilitarista por que nega a realidade fragmentada e sobredeterminada pela dimensão econômica, impedindo de se destacar às múltiplas formas de interações e motivações no agir econômico.

O movimento social de Economia Solidária traduziu as inquietações concernentes às sociedades contemporâneas e, decorrentes desse fato social, interferiu no modo de organização da vida econômica, na medida em que os vínculos sociais foram sendo fortalecidos nas relações sociais de um grupo social que experimenta novas formas de produzir e trabalhar.

A proposta de luta desse movimento social foi pelo reconhecimento de suas múltiplas formas de organizar a produção e o trabalho, além do direito de exercê-lo, voltado para a valorização dos princípios antiutilitaristas na organização do modo de viver.

Os princípios antiutilitaristas, expressos na revista MAUSS, agrupam um conjunto de reflexões que contribuem para delinear o campo da ES e compreendermos a diversidade de experiências nele englobadas, de modo que possamos

dimensionar as aspirações, os desejos, as intenções, os compromissos, as obrigações e a liberdade, que configuram essas iniciativas socioeconômicas da ES.

A principal reflexão trazida por esses intelectuais foi de terem considerado a dádiva um projeto humanizante³⁵, ao destacar o valor do vínculo mais importante que o valor da troca, reforçando assim a percepção de Godbout, quando assevera que: “damos não para ser retribuído, mas para que o outro tenha condições de dar”.

Esse postulado da dádiva rege as relações sociais cotidianas e é reforçado no campo da Economia Solidária, onde as normas, os valores e os interesses fazem parte da intencionalidade da ação humana de se produzir para dar e não somente para acumular.

Contudo, a Economia Solidária busca destacar o vínculo social nas relações sociais, em uma sociedade em vias de individualização, ampliando a figura do homem na sua dimensão de “homo donator”.

A figura do “homo economicus” e do “homo donator” compõe os sentidos da circulação, da identificação e da classificação as coisas em movimento, no universo das relações sociais. Imprime as condições de identidade em relação ao outro e o restabelecimento da relação social.

A dádiva representa a perspectiva da síntese social, distante de uma troca simétrica, onde se visa a troca pela coisa em si mesma, mas pressupõe a relação como troca-para-o-vínculo.

A Economia Solidária aposta que a ação social está fundamentada nas motivações dos sujeitos sociais e busca valorizar e potencializar as iniciativas econômicas criadas por esses sujeitos, que acenam para relações utilitárias, mas também extra-utilitárias, no sentido de permitir a conjugação de interesses que se manifestam no processo de circulação de bens e pessoas.

As experiências coletivas trazidas pelos grupos populares têm afirmado a hipótese polanyiana de que há uma mistura de motivações no fundamento dos diferentes sistemas econômicos, onde a motivação utilitária se mistura a sentimentos de generosidade.

³⁵Segundo Martins esse projeto humanizante encontra eco nos autores como Simmel, Merleau-Ponty, Goffman, Habermas, Castoriadis, Lefort, Taylor entre outros. A teoria do dom possui implicações teóricas, morais e políticas mais amplas que aquelas da antropologia estrutural, há outros interlocutores importantes a assinalar, como Mary Douglas, no pensamento antropológico anglo-saxão, Claude Lefort e Alain Caillé na filosofia política francesa, Maurice Godelier na antropologia comparada ou Jacques Godbout na sociologia.

Godbout (2002) afirma que a importância do paradigma da dádiva foi demonstrar que as motivações humanas não se limitam apenas aos interesses egoístas, mas também aos sentimentos altruístas, com a liberdade de desfazer as alianças, no entanto, com a obrigação de mantê-las para evitar a ruptura do laço social.

Historicamente, temos presenciado várias naturezas de trocas, como a dádiva caritativa, agonística, clientelista, que nem sempre se fundam em experiências democráticas, mas hierárquicas e verticalizadas, distantes dos valores de liberdade individual ou da igualdade, porém, mais próximas da perspectiva da justiça social.

Possivelmente, a dádiva-partilha contribui para pensarmos uma relação mais próxima com a democracia, por que permite uma troca horizontal entre indivíduos com poder simétrico, que pode acontecer no espaço da comunidade.

Nesse sentido, como observa Martins (2002), a dádiva enquanto um acordo social pautado na reciprocidade institui, algumas vezes, práticas clientelísticas (dádiva patrimonialista), que tem nas relações personalizadas o seu fundamento.

Nos estudos da Economia Solidária presencia-se a tensão permanente dessa condição híbrida da dádiva, no sentido de que se lida com as duas vertentes do homem: uma dimensão egoísta, consumidora obsessiva e acumuladora de coisas materiais; e outra vertente moralista, que assegura homens desinteressados e generosos.

Para Godbout (2002, p. 157) deve-se, primeiramente, dar sem garantia de receber de volta uma contraprestação equivalente, a obrigação não se opõe à liberdade, mas ao contrário, a determina. Afirma que o paradoxo da dádiva está em perder para ganhar, pois:

“Não seria necessário sacrificar, primeiramente o interesse individual (de primeiramente dar, por obrigação), para, posteriormente, reencontrá-lo (apenas como possibilidade), no interesse coletivo do grupo ao qual pertencemos”?

Esse pensamento reforça a dimensão paradoxal da dádiva, porque a solidariedade e a cooperação só se instituem por um primeiro dom, sem garantia de retorno, que fundamenta a liberdade. Aqui há o dom recíproco, onde o individual e o coletivo se solidarizam, o interesse se confunde com o desinteresse e a obrigação determina a liberdade.

A percepção da ambigüidade do princípio do agir econômico revela a necessidade da sociedade de recriar as estratégias para manter a sua coesão social. Na

sociedade capitalista as estratégias de manutenção de vínculos sociais não têm sido promissoras, por que mantém uma visão dicotômica da ação, ora partindo do mercado, alicerçada no paradigma do individualismo metodológico, cujos princípios estão associados ao interesse, às preferências e à liberdade de escolha, ora partindo do Estado, que representa o paradigma holista, onde as normas e os valores determinam o sentido da ação social, condicionado aos ditames da produção mercantil, que se torna o sentido fim da ação social.

No entanto, a teoria maussiana afirma que a sociedade é irreduzível ao mercado e ao Estado e não se trata de abolir os dois, mas de assegurar o lugar que cada um deve ocupar na organização da vida coletiva, numa perspectiva relacional e em escala.

Assim, a ES ao valorizar o trabalho associado, coloca no centro das relações sociais o coletivo social, convivendo com o imbricamento entre o interesse e a obrigação, a liberdade ou a reciprocidade, onde suscita uma nova religação entre o Mercado, o Estado e a Sociedade.

Percebe-se que o princípio da economia de mercado é o interesse e a liberdade, e o princípio da economia pública é a obrigação e a igualdade. No registro da dívida busca-se a reinserção do mercado e do Estado numa ordem social e política que assegure romper com a figura simplificadora do “*homo economicus*”.

A compreensão da participação de um conjunto amplo da sociedade civil, na construção de um projeto de sociedade alternativa, revela uma multiplicidade de motivações, onde se misturam a busca por *status*, reconhecimento, sobrevivência, pertencimento, obrigação e liberdade. Porém, há um sentido de cooperação que revela o interesse por uma sociedade melhor, com mais solidariedade, mais direitos, mais cidadania.

A economia da dívida torna-se a ancoragem teórico-metodológica para o reconhecimento dos sentidos da ação social e seus desdobramentos, na compreensão do espaço de luta e negociação, onde os projetos de sociedade se instalam e são sustentados por grupos sociais que buscam significações e reconhecimento de seus interesses.

A crise da modernidade revela esse espaço de luta e negociação entre os princípios da sociedade capitalista, assegurada pela racionalidade utilitária e a sociedade socialista autogestionária, comprometida com os princípios antiutilitaristas. O que importa é como se estabelece a relação meio-fins, sendo o trabalho e o capital, o homem e o dinheiro, os elementos dessa relação.

Esse processo somente pode ser compreendido pela concepção do homem total, no dizer de Marcel Mauss, que pressupõe a perspectiva relacional e complexa das dimensões do ser humano na prática de suas interações sociais. Assim, a organização da vida societária está motivada por uma economia fundada no intercâmbio e na reciprocidade. Reconhecer isso significa lidar com o princípio da totalidade. Não reconhecer isso significa o risco de uma fratura do tecido social.

Marcel Mauss lembra que somente a modernidade postula a valorização extremada do mercado, do cálculo utilitário e do enriquecimento monetário:

“Nós não temos apenas uma mentalidade de mercadores (...) são nossas sociedades do Ocidente que, mais recentemente, têm feito do homem um animal econômico. Mas nem todos nós somos ainda seres desse tipo; (...) felizmente, nós estamos afastados desse constante e glacial cálculo utilitário” (Mauss, 1989, p. 260).

Os pressupostos do social envolvem a burocracia estatal, a racionalidade mercantil, as condições de solidariedade, a confiança, a doação, a gratuidade e o misturar tudo isso tem sido a proposta da teoria maussiana. Porém, a modernidade mercantil consiste numa disjunção desses elementos.

“Assim, de uma extremidade a outra da evolução humana, não existem duas sabedorias. Que adotemos, então, como princípio de nossa vida, o que sempre foi um princípio e sempre o será: sair de si, dar livremente e obrigatoriamente; dessa forma, não corremos o risco de errar”. (Mauss, 1989, p. 265)

Na teoria da dádiva, a dimensão interpretativa da ação social realiza-se a partir das relações sociais cotidianas, empreendidas pelos sujeitos sociais, e não a partir do Estado e do mercado como os únicos espaços essenciais à organização da vida social. Portanto, essa teoria contribui para localizarmos o lugar da sociedade civil e de sua relação com o mercado e o Estado.

A Economia Solidária resgata o papel da sociedade civil por meio da valorização da utilidade social do trabalho, dos grupos populares e de mecanismos de reconhecimento de suas práticas de produção, e aponta outras formas possíveis de interações com o Mercado e com o Estado.

Na verdade, as iniciativas econômicas e as experiências concretas de organização do trabalho, realizadas pelos grupos populares, têm apontado o lugar da sociedade civil como indutora de ações na aliança com o mercado e com o Estado. Também, tem afirmado que o social tem regras próprias e não está condicionado por um pólo redutor, mas pelas interações entre tudo o que circula: homens, mulheres, coisas, sentimentos e interesses.

A partir do paradigma da dádiva busca-se compreender como as novas práticas de organização da produção e do trabalho, realizadas nas experiências concretas dos grupos populares, reafirmam que a motivação primeira do indivíduo é a doação e não o interesse próprio e egoísta.

As experiências dos EES têm apontado para motivações econômicas, voltadas à sobrevivência, mas que, para garanti-la, se aposta no trabalho coletivo, autogestionário e solidário, que leva à manutenção do vínculo social.

As teorias de Godbout (2002), na sua análise contra o utilitarismo econômico dominante, mostram que as decisões dos indivíduos são tomadas mediante sentimentos de preferências, necessidades, valores, mesclando a racionalidade instrumental e a busca por *status* ou reconhecimento social.

Interessa perceber qual a significação do que circula na Economia Solidária e o que levou um conjunto de trabalhadores(as) a se organizarem coletivamente para a realização do trabalho associado.

No modo de produção capitalista, o processo de interiorização das normas traduz que as relações utilitárias são o vetor principal da sociabilidade humana. O movimento social de Economia Solidária contraria esse postulado, apontando para a necessidade de se destacar outras necessidades dos grupos coletivos para viver socialmente.

As iniciativas socioeconômicas dos grupos populares no Brasil sinalizam que o agir econômico está mesclado por diferentes racionalidades e sociabilidades, no entanto, há possibilidade de valorizar os princípios antiutilitaristas, quando se busca desenvolver a autogestão, que pressupõe escolhas co-responsáveis, controle coletivo da produção e distribuição equitativa dos recursos produzidos coletivamente.

A principal motivação das relações sociais que regem o campo da ES é de natureza não equivalente, pois as trocas sociais ocorrem com o objetivo de manter o vínculo social, onde a produção torna-se meio e a retribuição não é o fim.

Os sentimentos que animam esses empreendimentos, na construção de caminhos alternativos ao modelo mercantil, revelam que a generosidade deve prevalecer sobre os

sentimentos de desconfiança e inimizade, porque o objetivo maior é a perduração do vínculo social e o fortalecimento da aliança para assegurar a cidadania.

As diferentes manifestações interativas na ES apropriam-se de sentimentos próprios aos espaços de relações primárias e secundárias, misturando sentimentos de amizade, confiança, desconfiança e estranhamento. Contudo, a proposta é “tornar o desconhecido o menos estranho possível”.

Na obra “O Espírito da Dádiva” de Godbout (2002), a sociabilidade primária se caracteriza por constituir-se em um espaço onde se considera que as relações entre as pessoas são mais importantes do que os papéis funcionais que elas desempenham, existindo sentimentos de aliança, amizade e camaradagem. São próprios ao espaço da família e dos amigos.

Na sociabilidade secundária, caracterizada pela impessoalidade, os atores sociais são mais importantes que a sua personalidade, fazendo parte o espaço do mercado, do Estado, da Ciência e da Lei.

Os estudiosos da dádiva demonstram que ela funciona nos dois registros, mas tem maior visibilidade no plano primário. Godbout (2002, p. 163), afirma que:

“O dom parece funcionar mais visivelmente nas socialidades primárias, mas continua a aparecer como recurso fundamental para permitir, no plano das socialidades secundárias, que os parceiros dos campos mercantil ou burocrático se disponham a incorporar livremente as regras do jogo, como se confiar nas regras sem duvidar de sua validade fosse algo eminentemente natural”.

A ES resgata essa percepção sociológica da teoria da dádiva, quando estuda a construção das relações sociais a partir das redes locais, como a família, a vizinhança e as associações. Para a ES, a unidade familiar e as relações de proximidade local são os espaços privilegiados para visualizarmos as práticas dessas sociabilidades.

Segundo Martins (2002), as formas que tomam as interações sociais nesses espaços microssociais refletem as condições reais de negociações e alianças entre os membros da comunidade, a qual faz parte atores sociais como: instituições governamentais, em nível de município e Estado, ONGs, Igrejas e associações de bairro.

Esse pensamento nos remete às trocas diretas comunitárias como uma experiência valorizada de cidadania, com a possibilidade de ser democraticamente

ampliada, plural e participativa. Essa reflexão é retomada por Martins (2002, p. 56), ao esclarecer que:

“É no plano da ação direta onde se constrói primeiramente a sociedade, onde são edificadas as bases intersticiais das organizações formais e informais. Ali, nascem as redes sócio-humanas – sistemas de trocas diretas entre familiares, vizinhos e amigos – as quais existem de maneira subjacente a outras redes, como as sócio-técnicas - que aparecem como exigência de gestão das organizações formais - ou as sócio-institucionais - que aparecem como exigência de governança entre Estado e Sociedade Civil, envolvendo agências governamentais e não-governamentais”.

Assim a comunidade toma o seu assento nas relações sociais como um lugar importante na condução do processo democrático, quando os membros dos coletivos sociais buscam reforçar sentimentos altruístas e de tolerância, para garantir a solidariedade democrática como condição de cidadania.

As reflexões propostas por Paulo Henrique Martins, no livro “A Polifonia do Dom”, são importantes para destacarmos a relevância da vida associativa para se pensar a comunidade como individuação e como modalidade de crítica ao Estado e ao Mercado, em favor da democracia.

Para esse autor, a dinâmica da vida local pode proporcionar a revitalização da associação entre as pessoas e as condições concretas onde os vínculos sociais ocorrem. De modo que, pensar a moral do indivíduo compatível com a sobrevivência do coletivo democrático, a idéia de “bem comum” pode favorecer as identidades coletivas contra os direitos à liberdade individual.

O associacionismo, como alternativa para a crise aos grandes paradigmas da modernidade, suscita a vinculação à teoria da dádiva, por estabelecer uma crítica às instituições centrais da modernidade - o Estado e o Mercado - e as suas interações com a vida associativa. A crítica antiutilitarista, na tradição de Mauss, visa a denunciar os limites das motivações humanas apenas ao interesse e ao egoísmo, e de privilegiar a economia de mercado como instância produtora do bem-estar social.

Para Mauss, há necessidade de reconhecer o espaço de ajudas mútuas que envolve uma sociedade, encorajando a dedicação ao coletivo e ao lugar de cada um nos espaços de dádivas, de forma que, reter os “laços invisíveis da confiança” supõe

apostar na sociedade civil e em suas redes associativas, onde essa moral e essa política da dádiva já esteja ocorrendo.

De fato, afirma U. Beck (1998, p. 64), que o investimento na sociedade civil é a condição da democratização da própria democracia e que a discussão pública consiste:

“Na arte de implicar estranhos num debate permanente sobre as decisões coletivas que os concernem mais intimamente, ela só pode surtir efeitos, para além das palavras, através da valorização e do reconhecimento simbólico e material das atividades e das práticas públicas, que garantem uma responsabilidade democrática das questões de interesse coletivo. Essas atividades – quer digam respeito às questões ambientais, às ligadas à miséria, à exclusão, aos direitos das minorias ou, de modo geral, a tudo que faça parte da economia solidária – expressam, ao mesmo tempo, uma forma de “compaixão ativa”, de simpatia social e uma renovação das práticas democráticas”.

Para U. Beck é necessário uma aliança entre o cidadão e o Estado em proveito da sociedade civil, e até mesmo contra o trabalho e o capital, se o trabalho não for mais o instrumento exclusivo de integração social, cidadania e bem-estar. Nesse sentido, o trabalho assalariado e as atividades voluntárias devem interligar-se e inserir a integração social e o bem-estar em ambas as partes, a fim de privilegiar as formas de engajamento associativo contra o capital, na medida em que deve contribuir para o bem-estar geral, ou seja, para o financiamento das práticas voluntárias.

Para esse autor, a justiça social e a revitalização da vida democrática estão relacionadas com as associações, que supõe uma lealdade e uma solidariedade por parte dos cidadãos. Para que a dádiva ocorra, é preciso apostar na confiança e na cooperação, com a esperança de que os outros venham a engajar-se na forma associativa, o que supõe a existência da confiança recíproca, sem a qual não faria sentido participar do jogo das solidariedades sociais.

Na verdade, U. Beck afirma que não é possível ser solidário sozinho. O Estado, ao favorecer o engajamento mútuo, contribui com a sociedade civil e essa dádiva primeira do Estado permite, simbólica e materialmente, tornar esse objetivo possível. A sociedade civil não é auto-suficiente.

A proposta da Economia Solidária é o advento de um socialismo associativo e autogestionário, que somente pode surgir, afirma Martins, por um conjunto de móveis

complexos, os que impelem para a dádiva e para o investimento livre em redes de obrigações e não apenas por interesse individual isolado ou por obrigação estatal.

Esse pensamento foi afirmado por Godbout (2002), quando mostra que: “o cerne de toda sociabilidade humana encontra-se na obrigação paradoxal da generosidade, única possibilidade da solidariedade democrática acontecer na sociedade”.

A idéia que associa dádiva à associação baseia-se fundamentalmente na perspectiva de que “entrar em associação é, antes de tudo, disponibilizar seu tempo e sua pessoa” (Caillé, 2002, p. 191), e de que a ampliação do número de associações assegura o caráter democrático do tecido social.

Um importante fundamento da Economia Solidária é a construção do social a partir da sociedade civil, cujo agir coletivo enfatiza o valor da solidariedade. Assim é importante estabelecermos a relação entre o fato associativo e a dádiva, porque a perspectiva de demandas por reconhecimento, por participação e por inclusão social, encontra no espaço associativo as possibilidades de realização de vínculos que possam se perpetuar.

As práticas associativas podem assegurar a formação de uma nova territorialidade, chamada de espaços públicos de proximidade (Laville, 1994, p.75), onde o movimento associativo tende a organizar a sua estratégia de ação, mediante os interesses da comunidade, a partir dos problemas concretos e priorizados conjuntamente, ocasionando alianças entre grupos dentro de uma mesma idéia de concertação social e de pertencimento.

O tecido formado pelas organizações sociais é identificado com um caráter de resistência ao modelo neoliberal, enquanto um contra-poder e um veículo para a reinvenção da emancipação social. Essa tese é defendida, entre outros autores, por Boaventura de Souza Santos, ao que observa:

“(…) esta forma de globalização, apesar de hegemônica, não é a única e, de fato, tem sido crescentemente confrontada por uma globalização alternativa, contra-hegemônica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico, que julgam possível e o qual sentem ter direito” (Santos, 2002, p.14).

Nesse sentido, o território passa a ser alvo de uma série de experiências de desenvolvimento local e de diversas formas de organização, que sejam capazes de desenvolver uma ética da responsabilidade partilhada e que a cooperação, a flexibilidade e a solidariedade, sejam o seu marco operador.

Entre os diversos autores citados há um pensamento comum de que as formas associativas de convivência, quando fortalecidas, são identificadas enquanto possibilidade de ampliação dos campos de cooperação, sendo capazes de estabelecer novas dinâmicas comunitárias, formando uma cidadania ativa, estabelecendo um novo contrato social entre o mercado, o Estado e as necessidades da sociedade civil.

Os espaços associativos representam a possibilidade de disponibilizar o tempo individual na construção de uma proposta coletiva, identificando-a como espaço de reciprocidade, onde a liberdade e a obrigação norteiam as relações sociais. No campo da ES, as associações e as cooperativas têm sido identificadas como expressões importantes da forma organizativa dos EES.

Esses espaços organizativos podem se constituir em alternativas de resistência à hegemonia do capitalismo, num processo de politização de seus membros, a partir de uma participação democrática e inclusiva, que possibilite a realização do trabalho solidário e coletivo, que leve ao engajamento as questões mais amplas da sociedade, como o problema do desenvolvimento social e a integração plena dos cidadãos.

Portanto, esses espaços coletivos constituem-se em fonte de auto-ajuda e complementaridade solidária, capazes de estimular a formação de um mercado solidário e de resolver os problemas de injustiça social. Transformam a ajuda-mútua em um recurso econômico relevante para a cidadania.

As características que definem as associações e as cooperativas se aproximam dos princípios da ES, quando atuam servindo a coletividade, mais do que gerar lucro, destacam um processo decisório democrático e priorizam as pessoas e o trabalho em detrimento do capital, na justa repartição do excedente e da renda.

Com efeito, essas formas associativas, pela natureza democrática na condução das atividades, podem formar um novo tecido social, capaz de resistir aos impactos de uma sociedade excludente. Configuram um ideal societário voltado ao bem comum e por isso são respaldados nas concepções sobre a Economia Solidária e o paradigma da dádiva.

O destaque é o reconhecimento do direito de participação ativa e de intervenção nos destinos da comunidade, conjugado com a ampliação da necessidade para além da

esfera produtiva, levando em conta valores como abundância, ética, afetividade e eficácia.

A perspectiva que aproxima tais concepções às práticas associativas destaca uma nova concepção de solidariedade, que se desloca de uma solidariedade institucional, burocrática e assistencialista, incorporada no Estado-providência, para uma solidariedade ativa, mediante atuação das associações dentro de uma dinâmica local.

A participação mais ativa dos cidadãos nos destinos de sua comunidade depreende de um componente de solidariedade, que não está associado a um sistema público de redistribuição, mas a uma revisão das relações entre as questões políticas e econômicas, com ênfase à restauração de laços sociais.

A crise do mundo do trabalho revitaliza a concepção de solidariedade, dado a crise do Estado-providência, afastando-a de uma ação caritativa. Contudo, a solidariedade sempre esteve presente em toda formação social, pois a doação é uma forma de solidariedade. Porém, como observa Caillé (2002, p. 204):

“(...) o primeiro passo da solidariedade é aquele pelo qual os homens se reconhecem membros da mesma sociedade, da mesma *politie* e, neste sentido, têm a obrigação de olharem uns pelos outros”.

O pensamento de Caillé nos remete a pensar uma nova reformulação do pacto social e político, decorrente da crise do mundo salarial, que estenda o direito de cidadania a todos e não mais àqueles trabalhadores estáveis e em tempo de trabalho integral. Propõe a redistribuição ativa dos empregos, expansão de atividades associativas e estabelecimento de uma rede de confiança entre todos e para com todos.

A confiança tem sido um dos elementos importantes para se compreender a dinâmica social, permeada por sentidos e significações diversos e que mantém a coesão social como um dado inerente à vida em sociedade, sob o peso da desconfiança e da corrupção os sistemas formais se degradam.

Segundo os estudiosos da dádiva, a confiança somente pode ser obtida no plano das relações interpessoais, onde há sempre um risco de que o donatário vai receber a ação e que vai retribuí-la. Não há como calcular o risco, se aposta na incerteza da retribuição. Por isso, prima-se pelo interesse de que os parceiros se conheçam e tenham antecedentes de lealdade e honestidade.

Expressa Martins (2006, p. 8), que:

“A confiança entre atores sociais e agentes institucionais no interior de organizações como aquelas burocrático-legais ou, então, sobre aquelas mercantis, ou sobre as práticas do mundo do trabalho, observamos que esta confiança não pode ser obtida, nem pelas cláusulas contratuais livres entre parceiros, nem pela obrigação legal. Ao contrário, a confiança exige um certo risco, o acreditar que aquele outro com quem me relaciono não vai me trair - embora nada assegure que o mesmo não me traia”.

Os estudiosos da dádiva asseguram que o valor-confiança não pode nascer de contratos jurídicos e formais, mas apenas da confiabilidade da relação interpessoal e se constitui em um dos primeiros bens simbólicos a circular a favor da validação da relação social. Nada consegue funcionar se não houver a confiança.

A falta de confiança inviabiliza qualquer relação social com objetivo de manter o vínculo social, caso uns desconfiem dos outros. O mercado de trabalho também não pode funcionar sem um mínimo de confiança no outro, uma aposta indiscutível no dom.

Faz-se necessário um pacto social para manter a coesão da sociedade, como pressuposto da necessidade de sobrevivência, que liga os homens a um destino comum, que os faz recriar regras sociais de dádiva, solidariedade, punição e controle. Nessa análise Morin (2000, p. 85 e 93), adverte:

“O mundo não apenas está em crise, mas em agonia - onde forças de vida e de morte se encontram (...). A consciência de sermos solidários com a vida e a morte une, a partir de agora, os humanos uns aos outros”. Permeia, dentre as preocupações aí incluídas, que as saídas para as grandes “agonias” contemporâneas - a sustentabilidade ambiental e a exclusão social - precisam ser geradas pelo conjunto da humanidade e não mais simplesmente serem pensadas como soluções isoladas”.

A concepção de solidariedade em Morin está na noção de reciprocidade, entendida como uma troca indissociável das relações humanas e fonte de sociabilidade, que se traduz no sentimento, não apenas de pertencimento à humanidade, mas de dívida em relação às sociedades passadas e compromisso em relação às gerações futuras.

Na proposta da Economia Solidária, a sustentabilidade de um empreendimento ou o desenvolvimento social do país está relacionado ao princípio da dívida, onde a responsabilidade para com o outro extrapola o tempo e o espaço e mantém

interdependências mútuas. Há uma rede de obrigações livremente consentidas, mantendo a dívida como normal na relação de dádiva.

Portanto, as políticas públicas sociais pertinentes ao campo da ES estão vinculadas ao princípio da dívida e da obrigação livre, tendo a sociedade civil como suporte da rede de circulação de símbolos.

Segundo Laville (2000), as novas formas de organização do trabalho na ES são experiências sociais onde as pessoas se associam, conjugando o cálculo utilitário, a redistribuição e a dádiva.

As experiências da Economia Solidária no Brasil têm mostrado a hibridação entre a lógica economicista-mercantil e a lógica da reciprocidade (interesse e desinteresse). Os vínculos produzidos na organização do trabalho dos empreendimentos de Economia Solidária nos parece afirmar a crença na solidariedade e na aposta da constituição dos laços sociais no fundamento extra-utilitário.

Os estudos de França Filho (2000), sobre o fenômeno da Economia Solidária, aproximam a teoria da dádiva a uma nova forma de solidariedade, cujas experiências econômicas dos grupos populares desenvolvem os princípios da sociabilidade primária e secundária, com iniciativas coletivas em busca de laços de proximidade para a garantia da proteção social e a confiança como a principal exigência.

Esses autores destacam para a Economia Solidária a constituição de reciprocidade como o elemento mais importante. De acordo com Castel (2006, p. 04):

“A reciprocidade é o princípio pelo qual a produção é dada a outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas tendo consciência de uma comunidade de interesses que leva a uma obrigação moral de apoiar os outros”.

Pode-se considerar que a construção da solidariedade democrática, no campo da ES, tem sido realizada por meio de normas de reciprocidade, que levam os sujeitos sociais a fazerem dádivas, pelo interesse de constituir alianças, manter vínculos sociais ou mesmo evitar a guerra.

A concepção de dádiva em Mauss está em uma reciprocidade direta, prestações materiais ou simbólicas, devolvidas entre dois indivíduos ou dois grupos e pela reciprocidade indireta, quando os bens simbólicos recebidos não são devolvidos a quem os deu, mas a outro grupo que terá que devolvê-los e, por sua vez, a um outro grupo. O

modelo dessa reciprocidade indireta é também aquele da circulação dos bens entre as gerações. “É aquilo que seu pai fez para você, que você pode devolver ao seu filho”, (Mauss, 1931, p. 19).

Mauss percebeu no princípio da reciprocidade uma moral universal, escrevendo na conclusão do Ensaio sobre a Dádiva:

“Convém que o cidadão não seja nem demasiado bom e subjetivo demais, nem demasiado insensível e realista demais. É preciso que ele tenha um senso agudo de si mesmo, dos outros e da realidade social (e haverá, nesses fatos de moral uma outra realidade?). Ele deve agir levando em conta a si, os subgrupos e a sociedade. Essa moral é eterna, é comum às sociedades mais evoluídas, às do futuro próximo, e às sociedades menos educadas que possamos imaginar! Tocamos a pedra fundamental. Nem mesmo falamos mais em termos de direito, falamos de homens e de grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são os sentimentos de homens de carne, osso e espírito, que agem o tempo todo e agiram em toda parte” (1824, p. 86).

Quer dizer que, para Mauss, o objetivo moral e político é assegurar condições dignas de vida para todos os seres humanos, garantir a liberdade com responsabilidade e assegurar a individualização como uma garantia de pertencimento aos coletivos sociais.

A questão da dádiva foi retomada por Karl Polanyi (1886-1964), em “A grande transformação”, que considerou a reciprocidade como um dos princípios de regulação das atividades de produção e distribuição de bens e serviços, ao lado da economia doméstica (de subsistência), da redistribuição e da troca mercantil.

Polanyi (1957) identificou as três formas de integração econômica e social, que coexistem em todas as sociedades: a reciprocidade, que ele define como os “movimentos entre pontos de correlação dos grupos sociais simétricos”; a redistribuição, “movimentos de apropriação em direção de um centro e logo desse para o exterior”; e o intercâmbio, “movimentos de ida e volta de bens, tais como aqueles existindo num sistema mercantil”.

Esse autor definiu a reciprocidade, do ponto de vista econômico, como um modo de integração social e de relação econômica interpessoal, diferente da troca e da redistribuição. Permitiu entender as relações econômicas encaixadas nos sistemas sociais, onde expressa:

“O que distingue a reciprocidade e a redistribuição do intercâmbio depende de códigos morais. Polanyi (1957) fala de uma economia inserida num sistema de valores que se impõe a oferta e a demanda. Os valores humanos, atrás desses códigos éticos, são dados e inseridos (*embedded*) nas estruturas e nas representações sociais: a religião e a cultura”, (Sabourin, 2002).

Na sociedade moderna, a circulação de bens, pessoas e símbolos, está baseada em diferentes formas de realizar a economia, na qual destacamos o intercâmbio, que pressupõe uma relação de interesse, orientado pela regra da concorrência e acumulação privada, em nome da liberdade, da geração de valores de troca. A reciprocidade implica na preocupação pelo outro, para produzir valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua.

Esse pensamento é conjugado com Godbout (2004, 230-232), ao aproximar a dádiva à reciprocidade:

“Podemos definir a reciprocidade de maneira simples: quando alguém recebe algo na forma de uma dádiva, ele tem tendência a dar por sua vez. A dádiva do outro carrega com ela uma impulsão a dar por parte de quem recebe. Não se trata em nada de um constrangimento, ao contrário, por exemplo, do contrato, no qual as obrigações de cada um estão sendo definidas da maneira a mais detalhada possível e regidas pela lei. Não, trata-se de uma incitação, de um convite”.

Mauss (1824) viu no princípio da reciprocidade o imperativo do fato social, pela obrigação livre de devolver. Afirma que, nas prestações totais, tudo é simbólico e tudo é recíproco.

Essa percepção da teoria da reciprocidade encontra eco nas análises de Temple (2004), que a define como o redobramento da ação ou da prestação que permite reconhecer o outro, onde existe uma obrigação de devolver a ajuda ou de participar dos trabalhos comuns, segundo a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

Para Temple (1983, p.3), a reciprocidade não é uma contra-dádiva simétrica, mas “uma obrigação para cada um reproduzir a dádiva como forma de organização da redistribuição econômica”. Distingue o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: “a operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos”.

De fato, para esse autor, o que diferencia o princípio de intercâmbio ao da reciprocidade é que o retorno da ajuda mútua não é obrigatório, em termos contratuais, mas é esperado em termos de sociabilidade.

Para Temple (2003, p. 3), inspirado em Mauss, Polanyi e Lévi-Strauss, a manutenção do laço social nas sociedades tradicionais e modernas, considerados seus diferentes contextos, está baseada no princípio da reciprocidade.

“As comunidades de reciprocidade e as sociedades de redistribuição estão fundadas sobre estruturas de reciprocidade geradoras de valores éticos. [...] O intercâmbio se opõe diretamente a esta dinâmica de criação de um ser superior, comunitário, porque é a expressão do interesse individual, do interesse privado. [...] [o] “terceiro incluído” nas comunidades de reciprocidade é o mesmo que a comunidade. Recebe obviamente o nome de humanidade”.

Em Temple (1995, 1997), e em Mauss (1924), encontramos a mesma pergunta: será que se pode dar, gratuitamente, sem motivo, apenas por princípio, quer dizer, sem reciprocidade? A resposta em Caillé (1994, 2001), é que a dádiva não é desinteressada, mas motivada primeiro pelo interesse pelo outro, pelo reconhecimento do outro, como por si mesmo, como base da participação de um grupo social ou, por extensão, da humanidade.

Para Temple (2004), a reciprocidade dá sentido à dádiva, por constituir um ato sem contrapartida obrigatória. Há distinção entre a dádiva em si e a reciprocidade:

“(...) enquanto você lembra as condições que dão sentido à dádiva, quer dizer, quando você está certo que o outro sabe o que dar quer dizer (porque ele mesmo participa de uma relação de reciprocidade dos dons), você tem a possibilidade de dar livremente. A dádiva pode então ser tanto mais pura que ela se insere numa estrutura de reciprocidade mais rigorosa. Para dissipar a ilusão de uma antinomia entre reciprocidade e dádiva pura, deve-se considerar a dádiva como uma palavra, quer dizer como a expressão de um sentimento nascido da reciprocidade” (Temple, 2004, p. 3).

Nesse sentido, as iniciativas socioeconômicas na ES possuem como fundamento a reciprocidade, que aparecem nas relações sociais pertinentes ao movimento social pelas alianças entre os segmentos do FBES e na relação econômica, quando há o reconhecimento do produtor no seu produto, o compartilhamento dos valores do

produto na cadeia produtiva, a confiança entre o produtor e o consumidor, responsabilidades com a natureza e com as relações estabelecidas no processo de produção e de trabalho.

Uma das contribuições de Temple nos estudos da dádiva foi a sistematização da reciprocidade, dividindo-a em estruturas elementares: 1) estruturas de reciprocidade binária, correspondendo às relações de aliança e amizade (matrimônio, compadrio e redes interpessoais), que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. Pode ser simétrica (face a face, cara a cara), que produz a amizade, ou assimétrica, que produz o prestígio do doador (dádiva agonística); 2) estrutura de reciprocidade ternária, que pode ser unilateral (dádiva inter-gerações - relação entre pais e filhos), que produz a responsabilidade bilateral (compartilhamento de recursos comuns, justiça e confiança); 3) estrutura da reciprocidade centralizada, onde as prestações e as decisões são distribuídas por um centro de redistribuição (o Chefe, o Poder Religioso, o Patriarca, o Rei, o Estado). A confiança torna-se obediência e obrigação ao centro.

Segundo Temple (2004), Mauss conseguiu desenvolver uma teoria da reciprocidade ao reunir a dádiva, a obrigação de devolver, o prestígio e a presença do terceiro. Para ele, o ciclo das dádivas leva a obrigação de devolver. No entanto, essa obrigação supõe ou uma estrutura fundamental de simetria entre as dádivas ou então recorre a um terceiro.

As relações entre os sistemas de integração econômica são percebidos de forma diferentes entre Temple (2003), Godbout (1999), Lavillé e França Filho (2004).

Para Temple (2003), existe a coexistência entre os sistemas de reciprocidade e o intercâmbio, mas são contraditórios. Para Godbout (1999, p.24) ocorre a complementaridade entre os dois sistemas, “onde o mercado e o Estado não estão conseguindo mais se organizar, permanece a rede de relações interpessoais alicerçada pela dádiva”. Em Lavillé e Filho (2004), há uma coabitação entre a redistribuição, a reciprocidade e o intercâmbio, cuja hibridação forma espaços de uma economia plural.

A economia plural é composta pela economia mercantil, orientada pelo princípio do intercâmbio e do mercado auto-regulado, pela troca impessoal e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, onde o valor do bem se mede pelo seu preço.

A economia não-mercantil é fundada na redistribuição e caracteriza-se pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, onde aparece a figura

de uma instância superior, o Estado, que se apropria dos recursos e os distribuiu de acordo com a composição das forças políticas.

A economia não-monetária é fundada no princípio da reciprocidade, cuja troca é orientada pela lógica da dádiva, que compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Os bens circulam de modo horizontal e o objetivo principal não é a satisfação utilitária das necessidades, mas manter os laços sociais.

Essas três formas de economia traduzem a diversidade de produzir e distribuir a riqueza humana, cuja manifestação prática tem se concretizado nas iniciativas socioeconômicas da Economia Solidária.

A combinação dessas diferentes lógicas econômicas singulariza as práticas da Economia Solidária como fundamento de outra economia, porque destaca um novo modo de instituir o ato econômico. Projeta, a nível micro e meso-social, novas práticas de organizar a produção e proporciona tensões entre os modos de gestão dessas lógicas. Contudo, o desafio tem sido de superar a lógica mercantil e de valorizar o princípio da reciprocidade na circulação dos bens e das pessoas.

A economia plural, manifestada nas trocas e circulação de bens e serviços, no campo da Economia Solidária, compreende a relação entre o Mercado e o Estado, como elementos que fazem parte da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, escrita por Marcel Mauss (1924), cuja função do Estado seria o de tributar e redistribuir equitativamente a riqueza geral. Quanto ao mercado, assegurar às mercadorias o seu atributo de troca, os seus valores na dádiva.

Mauss (1924) buscou reinterpretar a economia do mercado a partir de uma abordagem sócio-antropológica e interacionista mais ampla, pela qual o mercado é visto como um mecanismo de regulação, entre outros. Tal opção teórica levou-o a rediscutir as noções de contrato, trabalho e utilidade, que revelaram uma complexa teoria das motivações humanas.

A teoria maussiana desconstrói o mito de uma economia natural, a partir da presença de um “homo economicus” agindo motivado por seus interesses individuais e egoístas. Vários autores concordam (Karsenty, 1994; Godbout, 1998; Caillé, 2000; Martins, 2005).

Para Caillé, os individualistas almejam abandonar ao livre jogo do mercado e a organização da maior parte da existência social, o que politicamente mostra a dicotomia de interesses entre a economia e a sociedade.

Essa questão está nas proposições de Godbout (1999), quando afirma que a sociedade, sob a lógica capitalista, está empenhada na produção de excedentes, que é uma coisa em busca de sua utilidade, que será dada pelo sistema mercantil. Portanto, é algo inútil, na medida em que não está associada ao emprego utilitário em prol das pessoas e de suas necessidades de melhoria de vida, mas está a serviço dos interesses do mercado em garantir o consumo e o lucro.

Nesse sentido, é importante a concepção maussiana da dádiva e sua relação com um novo modo de socialização política, onde o indivíduo com liberdade encontra a sua dimensão comunitária com o lugar de gerenciar as relações econômicas e sociais, sob o registro de novas racionalidades.

Essa idéia, de tornar a comunidade um espaço político de atuação, foi observada por Caillé (2002), quando traduz que o paradigma da dádiva é também o paradigma do político, porque a dádiva é capaz de instituir a fronteira entre amigos e inimigos e de estabelecer ou não o pacto associativo por meio do vínculo social.

Podemos considerar, então, que:

“Invertendo a caracterização do fetichismo da mercadoria feita por Marx, poderíamos dizer que as relações entre as pessoas (na dádiva) não mais aparecem como uma relação entre coisas, mas que as relações entre coisas agora aparecem como uma relação entre pessoas”, (Vandenbergh, 2004, p. 110).

A circulação entre coisas e pessoas no paradigma da dádiva leva a um engajamento efetivo nas redes associativas da sociedade civil, podendo ocasionar o sentimento de pertencimento à comunidade política. O ideal republicano de autogoverno reencontraria, assim, os seus direitos, porém, numa perspectiva definitivamente pluralista (Chanial, 2004).

Assim, ao reconhecer que a dádiva constitui um requisito essencial para a formação da associação e que a ampliação das formas associativas de convivência constitui um espaço político importante à democracia, Caillé (2002, p. 202) assegura que:

“(…) existe um vínculo privilegiado entre associação e democracia; que, à semelhança da dádiva e do político, são uma só e mesma coisa, embora em uma escala diferente. Tal perspectiva nos incita a concluir que a dádiva, quando propulsora da formação de organizações, adquire um caráter essencialmente democrático”.

A expressão “não existe sociedade solidária sem um Estado solidário”, cunhada por Wautier (2000, p. 110) sintetiza o pensamento da aproximação entre associação e democracia, na medida em que a sociedade civil exige dos militantes associativos que se engajem voluntariamente na criação de um tipo de Estado, valorizando e sustentando os seus ativismos.

Contudo, o Estado brasileiro possui uma tradição histórica que leva a ser extremamente valorizado o seu papel de organizador da nação, relacionado com a responsabilidade direta pelos modelos desenvolvimentistas e de modernização do país. Essa mistificação vem junto à atuação do mercado, que impediu reflexões mais apropriadas em relação às mudanças da sociedade civil nas duas últimas décadas.

Afirma Chaniel (2004, p. 30), que:

“Um novo paradigma da associação não pode resultar de um progresso racional, econômico e técnico qualquer, mas de solidariedades e alianças concretas efetivadas pelos indivíduos através de suas vivências coletivas nas redes de pertencimento, nas quais são reconhecidos como cidadãos e, sobretudo, como seres humanos”.

Essa dimensão comunitária pressuporia uma nova relação entre a economia e a política, que remete o esforço dos homens e mulheres a uma nova proposta de como conviver e compartilhar a riqueza juntos. A necessidade de uma nova criação coletiva projeta uma sociedade sob uma nova cultura política. O engajamento e a responsabilidade são os valores dessa nova inserção social.

Outra relação entre direitos e obrigações é apontada nos estudos de Rosanvallon (1995, p. 178), que admite que a superação do “Estado-passivo-providência” (sociedade de indenização), para o “Estado-ativo-providência” (sociedade de inserção), somente poderá ocorrer sob um “imperativo moral”, que vai além do “direito de subsistência”, permitindo que o indivíduo seja concebido “como cidadão ativo”.

A cidadania ativa pressupõe a inserção dos indivíduos à comunidade por um conjunto de obrigações livremente consentidas, articulando participação social com segurança econômica.

Morin (2002) reforça essa perspectiva de cidadania na concepção de um desenvolvimento da antropoética, a partir da regeneração democrática, afirmando a necessidade de uma reforma do pensamento que estimule um circuito de regenerações,

que vai do civismo à solidariedade. Aproxima da idéia de retomada do homem total em Marcel Mauss (1924), pelo pensamento complexo, onde haja a plena apropriação da inteligência na compreensão dos problemas contemporâneos e de estratégias de enfrentamento real deles.

Outro aspecto importante nos estudos da reciprocidade tem sido a sua relação com o campo da educação, especialmente na educação de jovens e adultos, por causa da singularidade dos grupos que fazem parte da construção da ES no Brasil, caracterizados pela condição de trabalhadores(as) em busca de sua cidadania.

Destaca-se a reciprocidade entre sujeitos, voltados para os estudos de Simmel (1897) e Piaget (1978), quando mostram que a interação social favorece a aprendizagem por meio da colaboração, cooperação e na busca conjunta do conhecimento.

Esses fatores estão relacionados à busca da autonomia, associando o pensamento lógico operatório à capacidade de estabelecer relações cooperativas.

“Ser autônomo significa estar apto a cooperativamente construir o sistema de regras morais e operatórias necessárias à manutenção de relações permeadas pelo respeito mútuo. Ele caracteriza a "Autonomia" como a capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais com o pressuposto do respeito recíproco" (apud Kesselring, 1993, p. 173-181).

Para Piaget (1978), a autonomia se desenvolve com a autoconsciência, porque a autonomia intelectual e moral coexistem, e se sustentam no respeito mútuo. A sua teoria mostra que, tanto a falta de consciência do eu ou a consciência centrada na autoridade do outro impossibilitam a cooperação, por que o indivíduo se submete às regras e as pratica em função do outro.

A cooperação somente acontece quando o indivíduo se depara com condições de identificar o outro como ele mesmo, e não com si próprio (Piaget, 1978).

“De fato, nossos estudos têm mostrado que as normas racionais e, em particular, essa norma tão importante que é a reciprocidade, não podem se desenvolver senão na e pela cooperação. A razão tem necessidade dacooperação na medida em que ser racional consiste em “se” situar para submeter o individual ao universal. O respeito mútuo aparece, portanto, como condição necessária da autonomia, sobre o seu duplo aspecto intelectual e moral”.

No mundo do trabalho assalariado há um apelo aos trabalhadore(as) que sejam autônomos(as), ou seja, aumentem a sua carga de responsabilidade e autonomização, o que ocasiona lógicas individualistas e de competição. Essa atitude está longe da proposta de autonomia em Piaget, que se remete a uma autonomia com interdependência na ajuda mútua.

A proposta de formação na ES se aproxima a teoria de Piaget, quando se propõe que a autonomização para a autoformação seja construída com o outro e pelo outro, num processo de interdependência e de alteridade, na pedagogia autogestionária, que assinala “quando ensino, aprendo”.

As relações de educação e as dinâmicas de aprendizagem (Sabourin, 2007), podem ser compreendidas pela teoria da reciprocidade, que recupera a função instrumental e simbólica da educação, assim como os valores éticos, sociais e culturais.

Nesse sentido, a ES resgata as redes de intercâmbio mútuo de saberes, que conduzem a construir e a fortalecer a dimensão coletiva da aprendizagem, no interior dos grupos, das comunidades e das redes, considerados como tantos lugares de sociabilidade.

Nessa perspectiva, o vínculo social que se estabelece leva os membros da organização a refletirem sobre a natureza dos laços sociais e a reconhecer a autonomia individual dos sujeitos no grupo social, como também implica levar em conta o coletivo, cuja autonomia precisa estar apoiada nas obrigações mútuas e na predisposição de manter o circuito da dádiva.

O importante na relação educativa é a implicação do outro e o reconhecimento dessa partilha em atitudes de diálogo, escuta e respeito. Essa atitude leva à confiança, que faz circular o ciclo da reciprocidade.

A reprodução do ciclo da reciprocidade está dimensionada pelo reconhecimento de papéis, posições e *status* de cada um, onde se define relações sociais que podem ser assimétricas ou não, desde que permitam trocas recíprocas, com alternância e reversibilidade.

Os dispositivos da cooperação visam a interesses coletivos e individuais de longo prazo, onde a tríplice obrigação supõe primeiro uma iniciativa individual, onde se aposta como o primeiro a dar para que se possa incluir o outro e iniciar uma aliança, antes de esperar receber.

A reciprocidade tem um efeito de regulação dos laços sociais, de desenvolver um processo de autonomia individual na coesão social e pode contribuir para um

equilíbrio social, permitindo a cada um fazer a experiência do papel e da situação do outro, e de medir as vantagens da cooperação.

Chanial (2004) desenvolveu um estudo relacionando dívida, proteção social e renda da cidadania. Suas reflexões são importantes para percebermos como a dívida moderna acontecesse em nossa sociedade, sendo o Estado e a sua relação com a comunidade os protagonistas.

A hipótese geral, que orienta as idéias desse autor, é que a proteção social expressa o questionamento permanente das sociedades a respeito do enigma de sua coesão social, ou seja, revela a capacidade e a incapacidade de interligar seus membros a um espaço comum. Nenhuma sociedade se funda pelo contrato mercantil, no cálculo utilitário, mas sob os fundamentos do vínculo social. Por isso a seguridade social constitui um prolongamento do espírito da dívida que, ao se universalizar, reconhece que há um princípio político e moral de igualdade.

Nesse pensamento, coloca-se Chanial (2004, p. 28):

“Encontramos o princípio de justiça incondicional, ligada a sensibilidade reforçada para uma cidadania comum, estimulada por um sentimento social esclarecido dos cidadãos com suas motivações extra-utilitárias, incluindo, também, secundariamente, seus interesses. Entretanto, se antes de se engajar, antes de dar, o indivíduo faz previamente suas contas, quando se pensa em reformar a previdência social, questionando-se a quem ela beneficia, estigmatizando aquele que recebe sem contribuir”.

No Brasil, dados de pesquisas do DIEESE e IPEA, atestam que a nossa contribuição fiscal e tributária se faz em uma razão inversa entre a renda e a classe social, ou seja, os maiores tributos são pagos por grupos sociais de menor renda. Daí a necessidade de relacionar cidadania a uma reforma tributária e fiscal que democratize melhor a distribuição da riqueza social. Parece que constituímos uma dívida negativa, quando somente oportunizamos ao outro receber, mas não criamos as condições reais e objetivas para que possa também dar e retribuir, mantendo assim o circuito das obrigações, no dizer de Marcel Mauss.

No contexto da globalização neoliberal, se privilegia a relação de equivalência entre dar e receber, onde somente teria direito à assistência ou ao benefício público a quem contribuir. No entanto, o ciclo da dívida pressupõe uma questão moral, um jogo

de obrigações e de sacrifícios recíprocos. A liberdade e a dignidade prevalecem sobre a repartição social.

Essa idéia aproxima o ciclo da dádiva: dar, receber, retribuir ao ciclo da vida, quando se estabelecesse a qualidade do vínculo social à finalidade da vida.

“O ciclo do dom permite compreender que a qualidade da relação entre o ser humano e a natureza em geral depende de uma questão moral: a capacidade de correr o risco de se relacionar com outros, com vistas à produção do mundo pelo trabalho, pela política, pela honra ou dignidade, mas, sobretudo, pelo interesse coletivo de se fazer alianças com vistas a tornar perene o movimento fluido das instituições sociais e culturais” (Baechler, 2002, p. 63).

Entretanto, o ciclo da dádiva pode favorecer o entendimento, a amizade, a aliança e, do mesmo modo, a inimizade, a desonra e a guerra, quando interrompido.

O acesso à cidadania pressupõe, pois, a aposta em uma renda incondicional, cujo reconhecimento traduz um pacto democrático, que não se baseia primeiramente na figura do contrato, utilidade e equivalência: dar-receber, mas em valores de dignidade e legitimidade, que torna o indivíduo um cidadão, com responsabilidades e obrigações cívicas.

Afirmar uma renda incondicional ao cidadão significa prover as condições reais para que indivíduo autônomo possa, no retorno, agir como cidadão. Esse tem sido o desafio dos programas de transferência de renda do Estado. Programas que investem nos grupos sociais em *déficit* de cidadania, para que possam entrar no circuito da dádiva, no mérito da reciprocidade.

Esse pressuposto da renda incondicional foi interpretado por Caillé (2002) como uma “dádiva de cidadania” e não um “direito de cidadania”, porque na dádiva o valor das pessoas é afirmado num espaço de reconhecimento mútuo, que coloca o beneficiário em uma posição de contribuinte em potencial. Espera-se dele o civismo de retribuir em algum momento, em algum tempo. Estabelece-se uma dívida cívica.

A obrigação social encontra no paradigma do contrato, o constrangimento em que ninguém tem nada sem dar algo em troca e no paradigma da dádiva, o desafio da liberdade, da incondicionalidade e da confiança.

Para Chanial (2004), isso significa apenas que, aqueles que sabem podem receber incondicionalmente (porque o valor das pessoas não se discute, porque a

cidadania é dada e não paga), são capazes, também, de dar sem impor condições e de participar, porque não são obrigados a desenvolver atividades sociais positivas. Essa alternativa sugere investir nessa força produtiva que constitui a solidariedade, quer dizer, no fundamento extra-utilitário do laço social e político, garantindo a autonomia e a capacidade de autodeterminação de cada pessoa frente ao Mercado e ao Estado. Ele relembra que, nessa solidariedade, nem o dinheiro nem o poder podem comprar ou se obter pela força.

Os fundamentos da Economia Solidária, expostos na sua “Carta de Princípios”, propõem que se criem estratégias de consolidação dos laços sociais, onde o Estado seja um agente redistribuidor da riqueza social e mediador das práticas democráticas na aliança entre o gestor da política e a sociedade civil, com um contrato social democrático.

Nesse sentido, as políticas públicas de gestão do social deveriam ter como premissa o postulado da reciprocidade, na medida em que ações de governo possam estruturar as condições de circulação dos bens e das pessoas na comunidade, pela tríplice obrigação - dar, receber, retribuir.

Essas ações estão representadas em algumas experiências de municípios e, posteriormente na dimensão estadual, a partir dos anos 2000, com as eleições de governos democráticos populares locais, com a presença de práticas coletivas como o orçamento participativo, o banco do povo, troca de moedas sociais e apoio às cooperativas, associações e desenvolvimento de redes sociais e de comercialização.

A noção de rede está ligada à possibilidade de se fazer alianças, compondo uma cadeia de (inter)dependências e relações de confiança, onde as atividades (sócio-produtivas), ou a oferta de serviços são constituídas em função de demandas reais, expressas pelos moradores em seu local.

Portanto, a criação das redes estimula, no território, um circuito integrado de relações socioeconômicas, envolvendo produtores e prestadores de serviço em articulação com consumidores e usuários de serviços, numa lógica de rede de Economia Solidária.

Há o estímulo da livre associação entre produtores e consumidores, prestadores de serviços e usuários, o que chamamos de prossumidores. Segundo Temple (2004, p. 18):

“Nesta economia de prossumidores, a regulação ocorre através de debates públicos concretos no espaço associativo, num exercício de democracia local

em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços (ou seja, a criação das atividades sócio-econômicas), em função das demandas efetivas identificadas precedentemente por eles próprios”.

Essa possibilidade de construção conjunta da oferta e da demanda num território estimula uma articulação entre as dimensões socioeconômica e sócio-política. Isto porque são moradores de um determinado lugar comum, debatendo sua forma de produção e circulação do seu produto, movimentando o espaço público com diferentes maneiras de realização do trabalho.

Para Elias (1994, p. 34), a sociedade é uma rede em movimento, marcada pela dinâmica de relações sociais, onde pessoas livres circulam com interdependências, num tecer ininterrupto de ligações. “Assim, efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar”.

Pode-se relacionar a rede social com a teoria da dádiva, onde se pressupõe a confiança como o elemento que permite a circulação e as trocas de bens, serviços, pessoas e símbolos. Podemos aproximar a noção de rede ao círculo e ao circuito das dádivas.

Para Alain Caillé (2004), a rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. A aliança generalizada que constitui as redes só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança.

A análise de redes sociais em Godbout (2000) mostra que há dois tipos diferenciados. A rede mercantil com a obrigação do contrato e valorização do econômico e a rede social, que vincula a uma obrigação coletiva e moral.

A composição de redes permite uma visão integrada da vida comunitária e local e uma nova prática política de gerenciamento do território, a partir do envolvimento direto da sociedade civil na organização da vida em comum.

Para Martins (2006), o desafio é observarmos se as possibilidades das redes sociais, existentes nas municipalidades e comunidades, são suficientes para o surgimento de práticas associativas mais horizontais e abertas a novas modalidades de solidariedade e de cooperação, práticas essas que legitimam o surgimento de uma esfera cívica e pública politicamente consistentes.

A dinâmica das redes tem sido estudada por Euclides André Mance, que afirma a sua necessidade mediante o comprometimento das liberdades públicas e pessoais,

fragilizadas no modelo capitalista neoliberal e, por isso, buscam mediações e composições de alianças por outras formas de contrato social.

Esse autor advoga que a integração em redes solidárias favorece um movimento social mais orgânico e potencialmente transformador, cuja estratégia de colaboração pode permitir uma inter-relação entre produção e consumo, de modo que a prática de consumo seja ética e solidária, associada a um equilíbrio ecológico.

Essa perspectiva de redes, como atores coletivos em um novo contrato social, depreende a oportunidade de se exercer a democracia pelo controle político da sociedade sobre o Estado, e o controle da sociedade sobre a economia.

A ES tem considerado a formação de redes como uma tecnologia social, cuja metodologia de intervenção está apropriada à geração de trabalho e renda em um contexto territorial de grande vulnerabilidade, relativo ao desenvolvimento sustentável e de inclusão social.

Assim, têm surgido várias organizações em redes, nas quais destacamos a Rede global de Socioeconomia Solidária, promovendo o compartilhamento do poder e dos excedentes produtivos, a realização de comércio justo e trocas solidárias. Ainda, Redes de comercialização, como os sistemas locais de emprego e comércio (LETS), sistemas de micro-crédito e crédito recíproco, bem como grupos de compras solidárias e vendas coletivas; redes de cadeias produtivas, Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), Rede Unitrabalho, Rede de Gestores de Políticas Públicas e outras.

Essa estratégia de redes no campo da ES traduz a possibilidade de acordos coletivos, distribuição equitativa da riqueza humana, promoção de fluxos de informação, fortalecimento das cadeias produtivas, divulgação das experiências e expansão da proposta de sociedade e de economia do movimento social de ES.

As redes revelam a importância da teoria da dívida, na medida em que podem destacar a ação voluntária e a ação política na organização em rede, ancorada pela confiança e pela atuação em espaços associativos.

A aproximação entre a teoria da dívida e a Economia Solidária pode ser manifestada nas formas associativas, que caracterizam os EES, por meio das estratégias de organização do coletivo, na valorização da aliança, na redefinição da instância pública, na ampliação da noção de mercado e o protagonismo da sociedade civil na realização de relações democráticas.

Contudo, a manifestação do circuito dar-receber-retribuir faz do campo da ES um lugar onde se possa renovar práticas democráticas e ampliar as possibilidades reais de cidadania. A convivência com os paradoxos e o reconhecimento da reciprocidade como valor simbólico e operacional das relações sociais nos convida ao engajamento nesse paradigma, como uma teoria crítica da modernidade.

CAPITULO 4

O PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE DEMOCRÁTICA NO FÓRUM DISTRITAL DE ECONOMIA SOLIDARIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

4.1 A Gestão do Território em Brasília

A gestão do território está vinculada à noção de governabilidade e governança, que sustenta a idéia de construção de espaços de negociação e capacidade de tomada de decisões, com a habilidade em criar coalizões e adesões para desenvolver práticas cooperativas e sustentar as políticas de interesse do grupo.

Esse pensamento está presente na compreensão de Becker (1988, p. 183), quando afirma que:

“[O território de um país é um patrimônio fixo da sociedade nacional; sua apropriação social, em termos de conhecimento e de posse, constitui fonte de poder para os grupos sociais e para o Estado nacional (...). O modo pelo qual o espaço é apropriado e os territórios definidos e seu conhecimento são, portanto, ao mesmo tempo, expressão do processo de gestão”.

A gestão do território e o planejamento urbano são complementares no processo de organização da cidade e implica a noção de identificação dos grupos populacionais, com a idéia de pertencimento do lugar, associado à organização sócio-espacial no tocante aos investimentos, acúmulos e distribuição do capital.

Podemos aferir que a gestão do território compreende ações de poder do Estado sobre o território, entre o espaço da demanda e a capacidade de atendimento a elas.

Vários autores, Machado (1995), Corrêa (1996) e Cony (1997), entendem a gestão territorial como “práticas sociais no espaço”, considerando a identificação dos problemas críticos e capacidade de mobilização de recursos para implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, parece que as demandas e estratégias de trabalho e organização da produção dos grupos populares, que fazem parte do campo da ES no DF e Entorno,

propiciam a efetiva base para uma nova gestão do território, onde se reconheça as novas formas de gerenciar a vida e a comunidade.

As dinâmicas locais das comunidades asseveram a importância da contigüidade e da integração no campo de circulação das pessoas, dos bens e das informações a nível local, compreendendo o município e a base territorial distrital.

Questões culturais e normativas dão o sentido às praticas de gestão da produção da vida societária. Assim, compreender o espaço político, econômico e social de Brasília pode oferecer dados relevantes para situar o campo da ES e suas reais perspectivas na região.

Em 1998, um conjunto de pesquisas da Sociologia Urbana³⁶ aponta para a compreensão do espaço urbano, no âmbito político e sociológico, por meio da reflexão das experiências vividas por grupos de habitantes da cidade, onde a homogeneização e a individualização estão presentes nas interações locais.

Os estudos da cidade de Brasília mostram um lugar de paradoxos, porque possui a imagem de um lugar de alto nível de vida (Paviani, p. 60), pouca violência e trânsito civilizado (Nunes, 2006, p. 23), mas também transporte coletivo deficiente, desemprego e precarização do trabalho (Nunes, p. 23; Paviani, p.6 0).

Nunes (1997), nos seus “Fragmentos para um Discurso Sociológico sobre Brasília”, mostra a pressa de se consolidar Brasília como capital, pela falta de uma política territorial local ordenada, crescimento demográfico motivado pelo Estado, desordenado e sem planejamento³⁷.

A mudança de cidade-capital para um aglomerado urbano é apresentado por Steinberger (1999) em três períodos: o primeiro período se refere a 1956 a 1973, com o objetivo de ocupar o território, com ações imediatistas e sem planejamento. No ano de 1960 já existia o Plano Piloto e nove pequenas cidades, criadas pelo Estado, configurando o modelo polinucleado³⁸.

O segundo período foi de 1974 a 1987, marcado pelo ordenamento da conquista, com ações para o entorno de Brasília, com a ocupação precária de loteamentos sem

³⁶ Pesquisas compiladas na revista “Sociedade e Estado”, volume XIII, intitulado “Urbano: novos olhares sociológicos”, organizado pelo professor Brasilmar Ferreira Nunes, do Departamento de Sociologia da UnB.

³⁷ Os censos de 1980 e 1981 assinalam o crescimento demográfico de cinquenta para 120 e 300 mil habitantes, em um ano.

³⁸ O pólo nucleado foi formado por cidades internas ao quadrilátero do DF - Taguatinga, Cruzeiro, Brazlândia e Candangolândia. Gama e Sobradinho foram criadas por decisão do Estado. E externas ao quadrilátero do DF - Planaltina, Luziânia, como resultado da pressão dos trabalhadores imigrantes.

infra-estrutura. O foco foi adensar as famílias que estavam em favelas e invasões em uma restrita oferta habitacional, favorecendo a segregação e mantendo uma função territorial meramente terciária.

O terceiro período equivale ao período de consolidação do aglomerado urbano, com a oferta de lotes dentro dos limites do DF, que gerou a criação das cidades de São Sebastião, Riacho Fundo, Recanto as Emas e Santa Maria. Todas com precarização de infra-estrutura em geral.

Podemos destacar que Brasília nasceu dentro das políticas urbano-institucionais, que definiram o seu planejamento, considerando a terra como elemento seletivo e não distributivo, limitando a autonomia política do Estado de gerir a propriedade pública da terra, ficando a mercê de interesses de grupos e ainda reforça a segregação espacial.

Brasília apresenta-se como cidade intencionalmente planejada, concebida como uma cidade de porte médio, para abrigar uma população que atingiria 500 mil habitantes no ano 2000, circundada por um cinturão verde. A cidade, porém, evoluiu através da formação de núcleos e assentamentos heterogêneos, surgidos em diferentes momentos, com formatos distintos e apresentando grande diversidade social, cultural, econômica e de condições de vida.

Segundo Paviani (1999), desde o início o incentivo à migração foi uma estratégia adotada pelo poder público, no intuito de gerar a força de trabalho necessária à construção da cidade, o que contribuiu fortemente para a segregação espacial da pobreza e para o surgimento dos conflitos em torno da ocupação do solo, que se estendem até os dias atuais.

Assim, o processo histórico específico de urbanização da região do DF e Entorno esteve condicionado às concepções territoriais de planejamento, apresentando contradições que foram traduzidas por Steinberger (1999), em três dimensões:

- 1) pólo de desenvolvimento regional versus monofunção político-administrativa, considerando que Brasília foi projetada para expandir a fronteira econômica e política, ocupando a região central do país e gerando a unificação nacional, como centro de decisão política;
- 2) idéias socializantes versus segregação sócio-espacial, onde o lugar de moradia dos funcionários públicos estariam nos ideais do socialismo, manifestados por um Estado que defenderia a democratização e a justiça social, porém, o espaço para os candangos, construtores da cidade, foram alocados nas chamadas cidades satélites, distantes da sede projetada para ser a capital; e

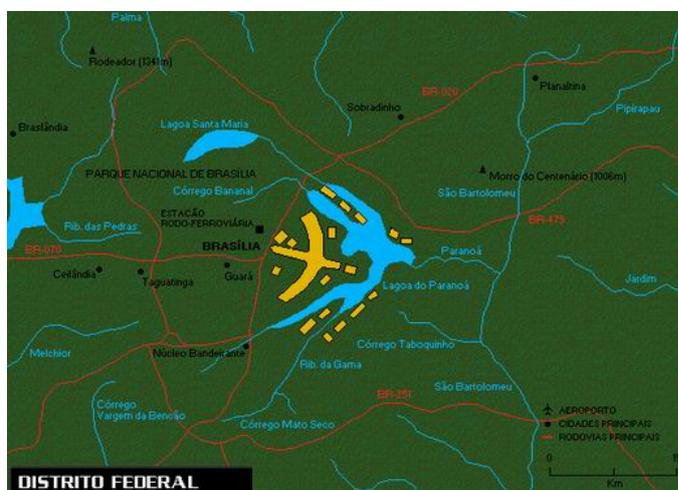
3) planejamento versus desordenamento espacial, porque somente se planejou a sede e não o território do quadrilátero do DF.

Essas três dimensões apontadas foram responsáveis por configurar a economia de Brasília, focada pela expansão do setor terciário, fronteira urbana para atender às demandas sociais e entroncamento rodoviário para a fronteira agrícola.

Hoje, passados mais de 40 anos, a região do DF e Entorno tem quase três milhões de habitantes e uma densidade superior a 345 hab/km², sendo 98% de sua população concentrada em áreas urbanas³⁹.

Afere-se que o Distrito Federal constitui uma unidade atípica na federação. Não é um estado e nem possui municípios. Consiste em um território autônomo, dividido em regiões administrativas. Exceto Brasília, capital federal e sede do governo do Distrito Federal, as demais regiões administrativas são conhecidas como cidades-satélites. Mantêm certa autonomia administrativa, mas suas atividades econômicas e sociais dependem de Brasília.

Figura 07: Mapa de Brasília



Fonte: [http:// www.portalbrasil.net](http://www.portalbrasil.net)

³⁹ Os dados sócio-econômicos do Distrito Federal – dados PDAD – 2004, mostram que o DF possui 2.051.146 habitantes dos quais: 198.906 moram na cidade de Brasília; 54.247 são analfabetos; 80.989 têm um ano ou menos de estudo; 38.370 têm no máximo o 1º grau completo; 59,5% dos domicílios pesquisados apresentam renda familiar de um a cinco salários mínimos; 51,9% são mulheres e 48,1% homens; 179.146 estavam desempregados na época da pesquisa; 853.659 estavam empregados, sendo que destes apenas 375.497 com carteira assinada; 1.504.511 trabalhadores(as) não contribuem para algum tipo de previdência.

De acordo com os estudos do professor Brasilmar Ferreira Nunes há um permanente embate entre o poder público e população interessada por um lugar para viver, por isso a desapropriação de terras no DF ainda não terminou, tornando a terra um elemento do jogo político local.

Assiste-se a uma grande precariedade de infra-estrutura e a um diagnóstico ambiental preocupante, causando transtornos de natureza urbana e de saúde pública, reduzindo a qualidade de vida das populações que moram no entorno de Brasília.

De acordo com estudos de Romero (1999, p. 86):

“No eixo de maior urbanização, o Oeste, onde estão situadas as cidades de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas, podem ser observados intensos processos erosivos e de desmatamento das nascentes. No eixo de urbanização sudoeste, localizado na depressão do Paranoá- subbacia do Riacho Fundo, onde se situam as cidades de Candangolândia, Núcleo Bandeirantes, Riacho Fundo, Metropolitana e Telebrásilia - pode-se encontrar contaminação atmosférica e hídrica, além de erosões e recursos hídricos comprometidos”.

Os dados demonstram um impacto ambiental sério, com desequilíbrio no desempenho bioclimático, hidrotérmico e sonoro. Associado a esse fator ambiental, a problemática da habitação tem sido um problema moral, porque a luta pela moradia foi tomada como caso de polícia, onde as massas urbanas são vistas como sediciosas e de moralidade duvidosa.

Peluso (1999), em sua pesquisa sobre a representação social da moradia para a população de baixa renda, demonstra que no DF a estigmatização foi ainda mais grave, pois a nova capital não previa a construção de moradia para os mais pobres. Revela que:

“No dizer de Lúcio Costa os candangos aqui ficaram e causaram um problema, daí a necessidade de transferi-los para núcleos periféricos. Os habitantes dos canteiros de obras e das favelas se espalharam na cidade em construção. A implantação das cidades-satélites revelaram a apartação do território”. (Peluso, 1999, p.117)

Os estudos de Silva (2007) sintetizam a Brasília de hoje, apontando que a gestão autoritária e clientelista do espaço urbano no DF, em relação à população pobre, tem produzido um movimento de expansão de assentamentos, sem os mínimos recursos de

infra-estrutura e localizados em áreas cada vez mais distantes do centro, com grande impacto ambiental.

Afirma que:

“O crescimento das localidades é determinado pelo poder público que retira e coloca a população, determinando a segregação sócio-espacial dos mais pobres e dificultando o acesso ao trabalho. Estes grupos encontram-se submetidos a precárias condições de moradia, falta de emprego ou de oportunidades de geração de renda”. (Silva, 2007, p. 35)

Este problema no DF é agravado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho, acompanhado de uma política pública que induz as migrações pelo incentivo ao loteamento de terras públicas, ao mesmo tempo em que se apóia em lideranças clientelistas, que detêm o controle social das redes de relações comunitárias. Esse tipo de precariedade socioeconômica e comunitária gera relações de desconfiança e competição, enfraquecendo os laços de solidariedade e promovendo a mentalidade individualista.

A relação assistencialista dos órgãos do governo local com a população carente, que se manifesta através da distribuição de cestas básicas e outras benesses, aumenta a passividade e a dependência dos que as recebem e geram resistência à participação em atividades de cunho emancipatório. Nesse contexto, de desemprego e passividade, crescem a violência e outros males tipicamente urbanos, tais como a droga e a prostituição.

Esse quadro traduz que a boa parte dos trabalhadores está desempregada, na informalidade ou ganhando menos de cinco salários mínimos, o que demonstra a necessidade de políticas de geração de trabalho e renda para o Distrito Federal e uma melhor qualificação para o trabalho. Considerando também que a atividade industrial no DF ainda é precária, o empreendedorismo solidário aparece como uma solução para a redução do desemprego e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores⁴⁰.

⁴⁰ Em 2006, Brasília possuía uma população residente de mais de 2 milhões de habitantes e uma das maiores densidades demográficas do país, com 349 habitantes por Km². A População Economicamente Ativa (PEA) é de 930 mil pessoas. Entretanto, o desemprego tem aumentado no Distrito Federal, o contingente de desempregados cresceu, elevando a taxa de desemprego de 20,4% para 20,7%. Já são 192,6 mil pessoas sem trabalho no DF, também uma das maiores taxas de desemprego do país. Este quadro foi reforçado pela entrada de 6,2 mil pessoas no mercado de trabalho local. Nos últimos dozes meses, a PEA cresceu 3,2% e o universo desempregados aumentou 16%, o que significou um acréscimo de 26,6 mil pessoas nas listas dos que estão procurando emprego no Distrito Federal (Metodologia usada na pesquisa de emprego e desemprego – Fontes: Dieese e Codeplan / 2007).

Para Ferreira Nunes (1999), Brasília significa duas territorialidades emergentes, pois trata-se de uma cidade ilegal, com a presença de condomínios irregulares e uma periferia externa ao quadrilátero do DF, denominada de entorno, com problemas de toda ordem⁴¹.

Esse fato cria a necessidade de reconhecer uma região metropolitana de Brasília⁴², que abrange uma população de 1.645.455 habitantes (IBGE, 2008), com precárias condições de vida, associando pobreza, desemprego, violência, desproteção social e dependência do Plano Piloto no oferecimento de trabalho, saúde e educação, mesmo em condições precárias dos serviços básicos.

A gestão do território tem sido dimensionada pela disputa da terra e nos embates para legalizá-las, com o mercado imobiliário controlado pelo monopólio estatal da terra urbana; pela visão simplificada do território, limitando apenas ao quadrilátero do DF; pela formulação de políticas que acabam por favorecer a acumulação de capital e a exploração do trabalho na valorização do pólo terciário, assegurado por um espaço urbano disperso, fragmentado e segmentado, com ação local voltada para agudizar a periferização.

Pode-se entender que o enfrentamento dessas questões está relacionado:

1) a uma gestão do território que leve em conta o interior do aglomerado urbano e o associe ao todo de Brasília, nas proposições de políticas de integração e desenvolvimento social;

2) acabar com a visão dicotômica de DF/Entorno, Plano Piloto/Cidades-satélites, cidade legal/ilegal e consolidar uma visão espacial, incorporando as diferentes territorialidades em uma política de desenvolvimento que acabe com as chamadas “cidades dormitórios”, e com a precarização do trabalho das populações das cidades-administrativas e concentração econômica no setor terciário; e

3) mudanças na política de ocupação do território, não somente pela distribuição de lotes semi-urbanizados à população de baixa renda, mas na criação de condições satisfatórias para manter a população em sua própria comunidade, com condições de reprodução ampliada da vida. Evitar-se-ia assim a migração em direção ao DF e

⁴¹ Considera-se entorno imediato de Brasília o conjunto de municípios goianos que fazem limite com o DF: Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo, Planaltina de Góias, Formosa e Águas Lindas.

⁴² Parecer Nº 48 de 28/1/98 do Conselho Diretor do Senado Federal autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno-RIDE.

entorno, nas condições precarizadas atuais, promovendo o investimento local como lugar central de circulação de bens e pessoas.

O gerenciamento dessas questões pelo Estado tem surtido efeito pouco eficaz na proposição de melhoria de condições de vida da população de Brasília em geral, porque ainda não recuperou o seu caráter público na gestão urbana, dificultando a consolidação de negociações entre os atores sociais, que fazem parte dessa dinâmica urbana, como os movimentos sociais e o poder público local, representado pelas prefeituras e pelo governador.

Na atualidade, Brasília⁴³ se apresenta como uma cidade com plena intervenção do Estado na concepção, construção e controle do território, por meio do processo imobiliário e regiões administrativas sem autonomia de decisão e de controle do dinheiro público e em processo de metropolização, ainda comandada pelo governo do GDF, com uma tecnocracia centralizada e compartimentalizada (Silveira,1999).

Presencia-se, dessa forma, uma realidade paradoxal na paisagem urbana de Brasília⁴⁴, mediante um contexto de desigualdades territoriais, aumento do desemprego, concentração de poder e alianças, transporte caótico e violência e, concomitantemente, apresenta-se como patrimônio da humanidade, sede do Governo Federal, grande propriedade de terra e parque industrial flexível.

A cidade, entendida como articuladora de homens, coisas e idéias, no dizer de Barthes (1985), está estruturada por relações monetárias e utilitárias, que configuram o anonimato da cidade e a distância das pessoas, às vezes fisicamente próximas, e por

⁴³ Dados atuais de Brasília: **governo** – Governador: José Roberto Arruda (PFL). Senadores: 3. Dep. federais: 8. Dep. estaduais: 24. Eleitores: 1.655.050 (1,3% do eleitorado brasileiro - 2006.). **População** – 2.383.784 - 2006. Densidade: 410,9 hab./km² (2006). Cresc. dem.: 2,8% ao ano (1991-2006). Pop. urb.: 94,8% (2004). Domicílios: 675.709 - 2005; carência habitacional: 111.422 (2006). Acesso à água: 91,0%; acesso à rede de esgoto: 94,3% (2000). IDH: 0,844 (2000). **Saúde** – Mort. infantil: 17,8 por mil nascimentos (2005). Médicos: 30,6 por 10 mil hab. (2005). Leitos hosp.: 2,0 por mil hab. (2005). **Educação** – Educ. infantil: 97.810 matrículas (53,9% na rede pública). Ensino fundamental: 379.982 matrículas (79,2% na rede pública). Ensino médio: 112.177 matrículas (78,3% na rede pública) - todos em 2005. Ensino superior: 111.064 matrículas (17,2% na rede pública - 2005). Analfabetismo: 4,2% (2004); analfabetismo funcional: 11,9% (2004). **Economia** – Participação no PIB nacional: 2,5% (2004). Composição do PIB: agropec.: 0,4%; ind.: 7,1%; serv.: 92,5% (2004). PIB per capita: R\$ 19.070 (2004). Export. (US\$ 59,7 milhões): soja em grão (77,1%), ouro em barras e fios (16,4%). Import. (US\$ 736,8 milhões): medicamentos (46%), instrumentos médicos (15%), bens de informática (9,9%), automação postal (7%) - 2005.

⁴⁴ Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) o desemprego atinge 21% da população economicamente ativa.. Os trabalhadores menos qualificados das cidades-satélites - regiões administrativas ao redor de Brasília - são os mais afetados. Mesmo assim, a desigualdade social no Distrito Federal é mais equilibrada que a média do país. A população com renda mais baixa, equivalente a 45% da população ocupada do Distrito, detém quase um terço da renda da região. No país, as pessoas com renda mais baixa - 50% dos brasileiros ocupados - representam apenas 14% da renda nacional.

relações não monetárias, que estruturam outras formas de interações sociais pautadas por sentimentos de segurança, proteção social e justiça.

No Distrito Federal e Entorno, a configuração do espaço urbano consolida espaços heterogêneos, apresentando o Plano Piloto como o melhor índice de IDH do Brasil e as cidades do Entorno com enorme *déficit* de cidadania. Esse fato, segundo Ferreira Nunes (1999), contribuiu para motivar o trabalho associado pelos moradores das comunidades, em prol de superar as carências materiais de infra-estrutura e serviços básicos, bem como a resistência aos processos de segmentação social.

Pode-se ressaltar que a precariedade social e econômica em que vivem muitos grupos familiares, nos conglomerados urbanos de Brasília, contribui para se pensar a realidade social como um mosaico de alternativas de se reproduzir vínculos sociais em diferentes sentidos e, nesse caso, vislumbra-se a busca por uma economia com solidariedade, possibilitando uma integração plena para a melhoria da existência social.

Algumas medidas, no sentido de melhorar a vida da população no DF e Entorno, estão sendo pensadas e executadas pelo governo local, como programas sociais, com o objetivo de dotar as cidades-satélites de infra-estrutura adequada a uma vida digna, de forma a equipá-las com postos de trabalho, lazer, saneamento básico, saúde e educação.

4.2 A Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno

Na região do Distrito Federal e Entorno o desenvolvimento da Economia Solidária está intimamente ligado aos aspectos socioeconômicos encontrados na capital federal. Brasília é uma cidade tipicamente dominada pelo setor terciário. O amplo domínio da área de serviços, do comércio e do funcionalismo público, em detrimento dos setores primário e secundário, o alto índice de desemprego e o elevado nível de informalidade – atingindo quase 60% da População Economicamente Ativa – torna o DF um lugar bastante peculiar em relação à possibilidade de geração de renda.

Assim, o sentido da Economia Solidária em Brasília está associado à forma de gestão do território, com negociações menos coletivas e mais individualizadas, cuja alternativa pode ser a organização da produção e do trabalho associativo. O desafio tem sido primar por uma demanda social, que reconheça o papel político e econômico do mundo associativo, num contexto de primazia do individualismo e de competição.

Um conjunto de pesquisas vem sendo realizadas no campo da Economia Solidária, refletindo sobre essas novas formas de trabalhar. Destacaremos duas

pesquisas significativas: a pesquisa da Unitrabalho, em 1999, e o mapeamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2005, no Centro-Oeste.

Os resultados da Pesquisa Nacional sobre a Economia Solidária, realizada pela Unitrabalho⁴⁵, em 1999, foram apresentados em 2003, no livro denominado “Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil”, organizado por Luiz Inácio Gaiger. As reflexões apontadas constituem um primeiro mapeamento das iniciativas de Economia Solidária em relação ao associativismo e ao cooperativismo nas regiões brasileiras. As categorias de análise estiveram focadas na viabilidade econômica desses empreendimentos e nas práticas de autogestão e cooperação no trabalho.

A pesquisa no Distrito Federal foi coordenada pela professora Christiane Girard, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, que identificou no artigo “Introdução da Economia Solidária no Distrito Federal” a melhoria das condições de trabalho, em elos comunitários mais estruturados e, no contexto de algumas cooperativas, a presença de renda fixa. Mostra que a auto-organização socioeconômica dos grupos, associada à luta por direitos, vem construindo a trajetória da Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno nesta última década.

Os resultados dessa pesquisa evidenciaram que, no Plano Piloto, há uma desigualdade sócio-cultural em relação às vinte e nove cidades de seu Entorno. E o Plano não mantém uma interlocução com essas cidades, que se tornam demandantes de bens. A consequência tem sido a falta de elos sociais e a não integração, gerando segregação e aumento da pobreza nessas regiões.

Para Christiane Girard, nos estudos sobre o Distrito Federal e Economia Solidária, há uma relação entre o espaço socioeconômico e as características dos EES, pois quanto mais as cidades se distanciam do Plano Piloto mais cresce a precariedade dos serviços públicos coletivos. Isso revela que há uma necessidade premente de uma organização coletiva, para instituir novas formas de sobrevivência social, para além das atividades assalariadas.

⁴⁵ A criação da Rede Inter-universitária de Estudos e Pesquisas do Mundo do Trabalho – UNITRABALHO – surgiu devido a crise do mundo do trabalho e a necessidade de agir e refletir sobre ela. No período de 1990 a 2005, a UNITRABALHO instalou-se em 22 universidades e estimulou estudos sobre os impactos da reestruturação produtiva na vida da classe trabalhadora. Segundo Gaiger (2004), a Unitrabalho contribuiu para “consorciar as Universidades em torno de ações em prol do conhecimento e da emancipação do mundo dos trabalhadores e integrou esforços teóricos e práticos de compreensão e propulsão das iniciativas de Economia Solidária”.

Contudo, a desigualdade existente entre as condições de vida do morador do Plano Piloto é infinitamente melhor que a de um morador das cidades-satélites. Essa desigualdade provoca fraturas e distâncias sociais que podem desencadear diferentes formas de violência, afirma Christiane Girard.

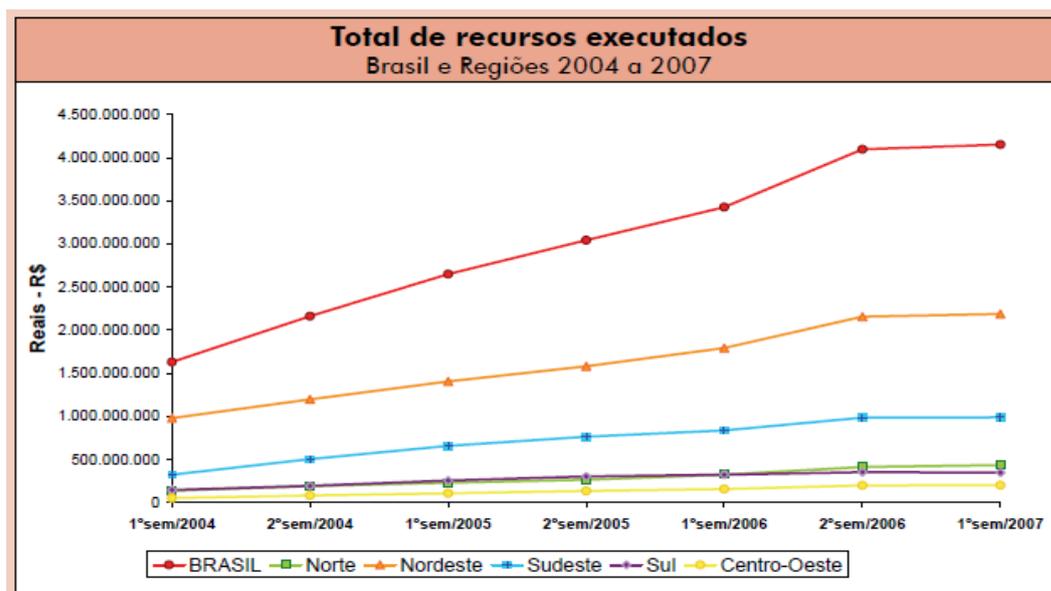
Essa situação permite evidenciar as condições objetivas em que os empreendimentos de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno têm para desenvolver a sua auto-organização e a necessidade da manutenção de elos sociais para permitir a integração social.

Portanto, sendo Brasília a maior cidade do setor terciário do Brasil, mantendo o Plano Piloto como o local atrativo de absorção de mão-de-obra, considerando a falta de interlocução com as cidades administrativas, desembocou-se na necessidade urgente do governo local – GDF – instituir programas de inclusão social (Corrêa, 1996).

O momento histórico brasileiro, com um governo de esquerda, colocou na ordem do dia a questão do crescimento associado ao desenvolvimento social, entendendo que é preciso melhorar a igualdade de oportunidade para todos, o que significa investir em programas sociais que gerem a proteção social associado à perspectiva de mobilidade social.

Os dados apresentados pelas pesquisas do governo apontam que houve um investimento satisfatório do PIB em programas de cunho social, no governo Lula.

Tabela10: Programas de Proteção Social do Governo no período de 1995 a 2003



Fonte: MDS, 2007

As redes de proteção social, assistência social e programas de transferência de renda, fazem parte de uma proposta de uma política de integração dos programas sociais e a perspectiva de mudanças na relação entre Estado e sociedade na condução das políticas públicas.

A política de desenvolvimento social no Brasil tem buscado conciliar uma macroeconomia fundamentada por uma política econômica focada em juros altos, dívida pública e privatizações, com uma reforma tributária, fiscal e agrária que promova a inclusão social, diminua as desigualdades em todas as suas dimensões, permita a mobilidade social e amplie a proteção social.

A Tabela a seguir identifica o percurso do investimento do governo brasileiro no Distrito Federal em 2008.

Tabela 11: Transferência de Renda, Assistência Social e Segurança Alimentar no DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Gabinete do Ministro		BRASIL EM PAÍS DE TODOS	
DISTRITO FEDERAL			
Programas de Transferência de Renda <i>em R\$ por mês</i>			
Bolsa Família:	75,6 mil famílias		5,6 milhões
Auxílio Gás:	1,1 mil famílias		16,5 mil
	76,7 mil famílias		5,6 milhões
Projeção anualizada			
Pessoas beneficiadas:		245 mil pessoas	
Recursos transferidos por ano:		R\$ 67,3 milhões	
IGD repassado (até jul/08):		R\$ 844,6 mil	
		<i>Referência: setembro/08</i>	
Benefício variável adolescente (15 a 17 anos):		9,5 mil de benefícios	
Programas de Assistência Social			
	Beneficiários		R\$ pagos até set/08 BPC até ago/08
PETI:	2,6 mil Crianças		402 mil
Agente Jovem:	975 Jovens		338 mil
Projovem Adolescente:	3,8 mil Jovens		565 mil
BPC – PcD*:	18,8 mil Pessoas com Deficiência		60,1 milhões
BPC – Idosos*:	16,8 mil Idosos		53,6 milhões
Atenção à Família:	10 CRAS (32 mil pessoas)		720 mil
Sentinela:	1 CREAS (80 Crianças e Adolescentes)		64 mil
Atenção ao Idoso:	720 Idosos		
Atenção à P. com Defic.:	854 Pessoas com Deficiência		1,5 milhão
Atenção à Criança 0 a 6:	9,3 mil Crianças		
	85,9 mil Atendimentos		117,3 milhões
	Projeção anualizada (valores pactuados):		R\$ 179,5 milhões
	<i>* Inclui RMV.</i>		
IGE repassado (2007/2008):		R\$ 151,5 mil	
Programas de Segurança Alimentar			
Programa	Beneficiários	Quantitativos	Recursos <i>em R\$</i>
Cestas de Alimentos:	3,7 mil pessoas	3,4 mil cestas (200 Indígena)	181 mil
Restaurante Popular*:	--	1 unidade, na Vila Estrutural	1,8 milhão
Pesquisa em Seg.AL.N.:	--	6 projetos MDS-CNPq	583 mil
Proj. Cozinha Brasil:	5,3 mil alunos	Brasília e 15 cidades satélites atendidas	--
	9 mil pessoas		2,6 milhões
	<i>* N° de beneficiários refere-se às unidades em funcionamento.</i>		<i>Atualização: setembro/08</i>
Resumo			
Programas de Transferência de Renda + Assistência Social + Segurança Alimentar			
Projeção anualizada			
Pessoas beneficiadas (estimativa):		340 mil pessoas	
Recursos investidos por ano:		R\$ 250,4 milhões	
		<i>Atualização: setembro/08</i>	

Fonte: MDS - 2008

O Distrito Federal recebe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por ano, R\$ 250,4 milhões para execução de programas sociais. As ações nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar beneficiam 340 mil pessoas. O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda do País, transfere por mês R\$ 5,6 milhões para 75,6 mil famílias do Distrito Federal. Os Programas (72 programas sociais) são voltados, primordialmente, para a população carente e envolveu oito Secretarias do GDF, sob a coordenação da Secretaria de Ação Social.

A proposta é a unificação dos programas que repassam recursos para que se possa desencadear uma política de transferência de renda mais justa, por exemplo criou-se o Bolsa Social, que reúne os programas Renda Minha, Renda Solidariedade e Cesta Verde. Há proposta de junção com o programa Bolsa-família.

Segundo Arruda (2007), as ações atendem 96.798 famílias.

“Atualmente em Brasília tem gente que recebe ajuda do Governo Federal, outros que recebem cesta básica, outros que recebem no cartão em dinheiro. Nós nos juntamos ao governo federal e estamos fazendo um programa só. Todos receberão num único cartão”.

Os programas que não dependem de transferência de renda serão unificados no programa Vida Melhor: Pão e Leite; Restaurante Comunitário; Estágio para Filhos de Beneficiários; Jovem do Futuro, que prevê atividades no contra-turno escolar para adolescentes entre 15 e 17 anos; Casa Lar; Mestre do Saber, destinado aos idosos; Família Acolhedora, para abrigar crianças em casas de família; Auxílio de Contingências Emergenciais; Superação – DF Alfabetização; Unidades Móveis dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Unidades Móveis dos Centros de Orientação Sócio-Educativa (COSE).

O objetivo é estabelecer políticas sociais mais integradas e de melhor controle social, assim expressa a Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Eliana Pedrosa:

“Reunimos esses programas e tratamos como um corpo só. Todas as ações serão tratadas de maneira única dentro do Fundo de Erradicação da Pobreza. Se aprovado pelos distritais, o fundo será responsável pela gerência dos recursos dos programas da Bolsa Social. O fundo é um guarda-chuva dos recursos financeiros. Junta toda a verba para evitar o paralelismo, enquanto o projeto de transferência define o público alvo e suas condicionalidades”.

Importante lembrar que esses programas sociais estimulam a economia local, porque melhora o poder de compra das famílias empobrecidas, que consomem na própria comunidade, utilizando-se da feira, da padaria, da farmácia etc. Ocorre um fluxo de renda interna na comunidade, que propicia uma melhor circulação do dinheiro.

Do ponto de vista macro social, muitas empresas de alimentos e confecções, como exemplo a Bauducco e a Nestlé, ampliaram suas vendas pelo impacto de alguns desses programas sociais.

Apresentamos na tabela a seguir a síntese dos programas de transferência de renda, que podem ser Distrital, Federal ou integrados.

Tabela 12: Programas de Transferência de Renda

Característica	Histórico	Benefício
1. Programa Bolsa-família	Programa Federal instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Unificou os procedimentos de gestão dos programas federais de transferência de renda existentes. O DF é responsável pelo cadastro das famílias e pelo acompanhamento da frequência escolar das crianças e do comparecimento das gestantes no pré-natal e das mães de crianças nas campanhas de aleitamento e vacinação infantil. Por força do pacto social firmado em junho de 2004 com o Governo Federal, o DF assumiu, também, a responsabilidade pela elaboração da folha de pagamento das famílias aqui residentes. O BRB é responsável pela transferência dos recursos federais para a conta-corrente dos beneficiários e pela prestação de contas à CAIXA. Entidades envolvidas: MDS, Caixa, Secretaria de Educação e Desenvolvimento social e BRB.	85,1 mil lares pobres. repasses mensais de R\$ 4,8 milhões. Benefício pecuniário que varia de R\$ 20,00 a R\$ 182,00, conforme a renda familiar per capita e a quantidade de crianças/adolescentes de 0 a 17 anos inseridas no núcleo familiar.
2. Programa Renda Minha	Programa distrital instituído pela Lei nº 2.759, de 31 de julho de 2001, com alterações introduzidas pela Lei nº 3.385, de 5 de julho de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 28.155, de 24 de julho de 2007, concede auxílio financeiro, uniforme e material escolar, aulas de reforço, tratamento médico, oftalmológico e odontológico a crianças em idade escolar (de 6 a 15 anos) matriculadas no ensino fundamental da rede pública inseridas em famílias com renda per capita de até R\$120,00. Para se candidatar, a família deve se cadastrar no Cadastro Único do Distrito Federal em qualquer ponto de atendimento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (CRAS, CREAS).	O benefício pecuniário é de R\$100,00 para famílias com 01 criança, R\$120,00 para famílias com 02 crianças e R\$180,00 para famílias com 03 ou mais crianças matriculadas.
3. Pró-família	Programa distrital de fortalecimento às famílias de baixa renda, instituído pela Lei nº 2.303, de 21 de janeiro de 1999, e regulamentado pelo Decreto nº 28.478, de 27 de novembro de 2007. Os candidatos devem preencher os seguintes requisitos: se idoso, ser maior de 60 anos e possuir renda per capita de até R\$200,00; para os demais, possuir renda per capita de até R\$ 180,00; além de estarem cadastrados no Cadastro Único do Distrito Federal, o que pode ser feito em qualquer ponto de atendimento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (CRAS, CREAS).	Prevê a implementação de ações emergenciais, sócio-educativas e de apoio financeiro. São elas: Cesta Verde, Café Completo, Isenção de Tarifas Públicas e Bolsa Social.

4. Café completo	Benefício Distrital instituído pelo Decreto nº 28.478, de 27 de novembro de 2007. Este é o único benefício que pode ser acumulado a outros benefícios e programas de transferência de renda.	Distribuição diária de leite e pães vitaminados e mensal de café, açúcar e manteiga às famílias de baixa renda cuja composição inclua: crianças de 6 meses a 7 anos, idosos, mulheres gestantes e nutrízes e portadores de doenças de que trata o §1º do art 186 da Lei nº8.112/90.
5. Pró-família Cesta-Verde	Benefício distrital instituído pelo Decreto nº 28.478, de 27 de novembro de 2007.	Distribuição mensal de uma cesta com produtos perecíveis e não-perecíveis às famílias de baixa renda que não sejam beneficiadas pelo Bolsa Social.
6. Pró-família Isenção de Tarifas Públicas	Benefício distrital instituído pelo Decreto nº 28.478, de 27 de novembro de 2007. O convênio firmado com a Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB, concede isenção das tarifas de água e esgoto àquelas famílias que consomem até 10 mil litros de água por mês.	Benefício a ser concedido às famílias de baixa renda mediante convênio com as concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, água e esgoto.
7. Pró-família Bolsa Social	Benefício distrital instituído pelo Decreto nº 28.478, de 27 de novembro de 2007. Famílias sem crianças em idade escolar (6 a 15 anos) criado para substituir a cesta de alimentos. Renda familiar per capita de até R\$180,00. Inscrição nas APECs e trabalhos comunitários.	Auxílio financeiro de R\$130,00 às famílias de baixa renda que não sejam beneficiárias do Cesta Verde ou do Renda Minha
8. Programa Bolsa Universitária	Programa distrital instituído pela Lei nº 4.084, de 10 de janeiro de 2008, que concede bolsas de estudo. Os universitários não devem possuir diploma de graduação, não estar matriculado em outro curso de Ensino Superior e nem receber qualquer auxílio ou benefício de outra fonte para o custeio do seu curso.	Valor da mensalidade até o limite máximo de R\$400,00 a universitários com renda familiar bruta de até R\$2.000,00 e per capita de até R\$400,00 - matriculados em instituições de ensino do DF.
9. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Programa federal regulamentado pela Portaria MPAS nº 458, de 4 de outubro de 2001. A partir de 2005 foram integradas ao programa Bolsa Família as famílias com renda per capita até de R\$120,00, por meio da Portaria GM/MDS nº 666. Para essas famílias o valor do benefício varia de R\$18,00 a R\$172,00, conforme às regras do Bolsa Família. Já para as famílias com renda per capita superior a R\$120,00 - o valor do benefício varia conforme o local de residência; se for área urbana o benefício é de R\$40,00 por criança, se for área rural o benefício é de R\$25,00 por criança em situação de trabalho.	Auxílio pecuniário para famílias de crianças e adolescentes (até 16 anos) em situação de trabalho, adicionado à oferta de ações sócio-educativas e de convivência, manutenção da criança/adolescente na escola e articulação dos demais serviços da rede de proteção básica e especial
10. Programa Agente Jovem	Programa federal criado pela Portaria MPAS nº 879, de 03 de dezembro de 2001, com bolsa para jovens. O DF é responsável pelo cadastramento dos jovens e monitoramento das atividades sócio-educativas.	O projeto conjuga a Bolsa Agente Jovem, no valor de R\$ 65,00 e a ação sócio-educativa a jovens entre 15 e 17 anos.
11. Lares de Cuidado Diurnos - LCD	Ação Distrital instituída pelo Decreto nº 29.285, de 21 de julho de 2008. Entende-se por Lares de Cuidados Diurnos as unidades domiciliares habilitadas nos CRAS que prestam serviços de caráter pessoal, doméstico e social às crianças. O benefício é de R\$ 100,00 (cem reais) por criança assistida em estado de vulnerabilidade e risco pessoal, que esteja vivenciando situações de violência ou abandono,.	Concede auxílio financeiro à mãe de crianças (de 0 a 6 anos de idade) com renda familiar per capita inferior a R\$ 415,00.

12. Cheque Moradia	Prevê a distribuição de auxílio destinado à reforma e construção para famílias com renda per capita igual ou menor a três salários mínimos. A verba poderá ser aplicada em lojas de material de construção credenciadas pelo governo. De posse do cheque, o comerciante investirá o dinheiro no pagamento do ICMS. O benefício será distribuído primeiro aos moradores das áreas mais carentes do DF, como Estrutural e Itapoã. O governo fará um diagnóstico das casas mais humildes. Para entrar no Cheque Moradia as famílias terão que ter as mesmas condicionantes exigidas nos demais programas sociais, ou seja, renda abaixo da linha da pobreza e não ter emprego.	Inicialmente, os beneficiados receberão R\$ 2,5 mil por serviço de reforma e até R\$ 10 mil para construção.
--------------------	--	--

Fonte: www.mds.gov.br. Adaptado pela autora.

A iniciativa da criação de uma Política de Transferência de Renda, com junções de programas no “Bolsa Social” e “Vida Melhor” e a valorização do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no DF buscam uma forma de inserção social, ainda centradas na sobrevivência e ao acesso aos serviços básicos e primários da reprodução da vida.

A criação do Cadastro Único de Beneficiários dos Programas do governo do Distrito Federal, em 2003, tornou-se um instrumento de gestão das políticas sociais, sob a coordenação e avaliação da SEDEST.

Tabela 13: Quantidade de Famílias e Pessoas Atendidas nos Programas do Governo

		QUANTITATIVO							
Programas		Unidades	1ºsem/2004	2ºsem/2004	1ºsem/2005	2ºsem/2005	1ºsem/2006	2ºsem/2006	1ºsem/2007
Renda de Cidadania	Bolsa Família	Famílias	4.103.013	6.571.839	7.031.669	8.700.445	11.166.924	10.965.810	10.749.655
Ação Social	Serviço de Proteção Social Básica à Família	Famílias	245.100		1.606.010		2.394.777		2.394.100
	Agente Jovem - Concessão de bolsas	Jovens	56.963		112.528		112.478		112.478
	Agente Jovem - Ações socioeducacionais								
	PETI - Concessão de bolsas	Crianças e adolescentes	929.091	930.804	930.904	1.010.057	1.007.962	844.752	877.618
	PETI - Ações socioeducativas								
	PSE a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e às suas Famílias	Crianças, adolescentes e pessoas	17.770	17.770	18.530	51.330	54.160	55.630	55.730
	BPC - Idoso	Idosos	815.244	933.164	1.002.840	1.065.604	1.129.733	1.183.840	1.233.329
BPC - Pessoa com deficiência	Pessoas com deficiência	1.069.612	1.127.849	1.166.682	1.211.751	1.254.116	1.293.645	1.326.157	
Segurança Alimentar e Nutricional	Cisternas ¹	Unidades	43.045		81.974		150.636		164.006
	Distribuição Emergencial de Cestas de Alimentos	Cestas	1.620.402		1.950.914		1.820.792		1.118.737
	PAA - Leite ²	Famílias	616.483		649.059		699.650		699.650
	PAA - CONAB	Agricultores	49.792		34.375		57.417		ND
	PAA - Municipal	Agricultores	2.694		4.750		7.490		ND

Fonte: www.mds.gov.br

Assiste-se a um impacto de ordem quantitativa muito relevante dos programas de proteção social, que têm surtido efeito em regiões como o Nordeste, que possui 28% da população brasileira e 50% da população pobre do país.

Contudo, cada programa possui um sistema de controle de aplicação dos recursos sociais, tem o seu banco de dados próprio e o uso das informações é direcionado apenas para os beneficiários do próprio programa.

Tabela 14: Recursos Executados nos Programas do Governo

RECURSOS EXECUTADOS								
Programas		1ºsem/2004	2ºsem/2004	1ºsem/2005	2ºsem/2005	1ºsem/2006	2ºsem/2006	1ºsem/2007
Bolsa de Cidadania	Bolsa Família	1.630.026.745	2.161.758.293	2.649.791.435	3.041.875.606	3.426.521.615	4.098.139.707	4.152.736.591
Assistência Social	Serviço de Proteção Social Básica à Família	88.236.000		173.538.000		189.643.500		261.625.200 ³
	Agente Jovem - Concessão de bolsas	44.431.140		55.305.315		87.732.840		87.713.340 ³
	Agente Jovem - Ações socioeducacionais	12.516.141		15.741.269		25.079.085		24.833.419 ³
	PETI - Concessão de bolsas ⁴	139.612.420	158.347.105	158.532.260	168.777.385	155.922.265	60.816.565	34.113.010
	PETI - Ações socioeducativas	89.967.070	98.942.130	99.082.840	106.432.810	108.085.920	122.321.260	126.872.260
	PSE à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e às suas Famílias	12.175.986	12.175.986	13.695.600	22.492.400	28.586.400	29.260.200	29.274.600
	BPC - Idoso	1.119.531.207	1.394.724.317	1.601.259.336	1.868.507.379	2.159.704.180	2.446.541.375	2.659.672.213
	BPC - Pessoa com deficiência	1.568.975.359	1.731.052.135	1.897.688.841	2.156.405.888	2.425.746.971	2.686.795.054	2.880.859.972
Segurança Alimentar e Nutricional	PAA - Leite	61.286.630		190.673.900		201.808.432		64.351.441
	PAA - CONAB	107.185.826		74.514.450		137.571.859		ND
	PAA - Estado	40.023.100		21.210.655		35.352.800		ND
	PAA - Municipal	5.609.294		11.273.676		17.779.804		ND
	Distribuição Emergencial de Cestas de Alimentos ⁵	ND		46.000.000		46.000.000		46.000.000

ND - Não Disponível

Notas:
1 - O valor médio para concessão de uma cisterna é de R\$ 1.500,00.
2 - Valor do 1º trimestre de 2007 incluído à meta de atendimento do programa.
3 - Os valores apresentados para este serviço são estimativas do investimento para todo o ano de 2007, em função da forma de repasse dos recursos às municípios.
4 - A queda de valor das receitas recebidas em bolsas é explicado pelo processo de migração dos beneficiários do PETI para o Bolsa Família.
5 - O orçamento do programa não se alterou e a quantidade de cestas varia em função do preço dos alimentos a cada ano.

Fonte: www.mds.gov.br

É fundamental, para o êxito dessas ações, que as informações sejam consolidadas e legítimas, que forneçam indicadores reais da situação da população e que apresente um mapa da realidade expressivo, pela oportunidade de cruzar dados sobre as condições de vida geral da população do país.

Segundo o diretor de Estudos Sociais do IPEA, Jorge Abrahão, o Programa Bolsa Família foi ampliado e chegou ao conjunto da população que pretende atingir. Afirma que “isso foi feito para garantir à população mais pobre uma segurança social digna”.

Apesar dos avanços, Abrahão assegura que ainda há muito o que fazer em termos de políticas sociais no país.

“Temos ainda muito o que fazer, uma série de benefícios sociais precisam ser estruturados e entregues à população brasileira para que ela venha a se sentir segura e tenha igualdade de oportunidades, de resultados no seu caminhar”.

Nesse sentido, o desafio é transformar alguns desses programas, na sua forma qualitativa, em programas emancipatórios e não somente de natureza distributiva. Acredita-se que essa passagem ocorra quando o Estado, enquanto principal agente distributivo do país, criando mecanismos de proteção social que favoreça a mobilidade social e a integração plena na sociedade.

Uma grande parcela da população brasileira, que se constitui de famílias com *déficit* de cidadania, utiliza-se dos programas sociais, mas é preciso avaliar melhor o impacto deles na vida cotidiana, no sentido de vislumbrar uma projeção de inserção social, que possibilite a esses indivíduos cumprir com as suas obrigações cívicas.

Isso somente é possível quando a tríplice obrigação dar-receber-retribuir se configure nas relações sociais. A reciprocidade significa que todos entrem na circulação comunitária em condições de estabelecer trocas e vínculos sociais, todos têm algo a oferecer e algo a emprestar, e podem fazê-lo numa perspectiva democrática.

A avaliação dos programas sociais analisados proporcionam as condições mínimas de reprodução da vida, mas precisam promover as condições objetivas para o desenvolvimento de novas formas de produzir e trabalhar, como possibilitar o acesso à educação, à saúde, à informação, ao crédito e à circulação dos produtos e serviços.

A Economia Solidária, como proposta de projeto de sociedade democrática, representa as necessidades e a possibilidade de melhoria de vida desse grupo social. Torna-se uma resposta positiva às expectativas geradas pelos programas de proteção social. A proposta é trabalhar com as famílias beneficiadas dos programas, numa perspectiva coletiva e autogestionária, destacando a possibilidade de gerar renda do próprio trabalho, contribuindo para que a meta do programa seja efetivamente cumprida, que é sair da condição de vulnerabilidade social.

Esse desafio está nas metas do governo federal, manifestado, por exemplo, com o PLANSEQ, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Trabalho e

Emprego (MTE). O PLANSEQ, na agenda social do governo, se propõe a reduzir as desigualdades sociais e combater a pobreza e a miséria. No entanto, qualquer programa social precisa de um contexto que possa promover a solidariedade dos atores sociais e o compromisso dos três níveis de governo.

O dirigente do MDS destacou que o investimento será de R\$ 145 milhões, suficiente para capacitar 185 mil beneficiários do Bolsa-Família na área da construção civil para que possam trabalhar nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Somente na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), serão capacitados 5.213 beneficiários⁴⁶.

A importância dessa ação é a sua capacidade de capilaridade, por meio do envolvimento de diferentes ministérios e no desenvolvimento de escalas, do nível nacional para o local, possibilitando que as ações sejam mais integradas e apresentem um diagnóstico mais preciso do mapa de exclusão social do país.

Os estudos do IPEA têm apresentado indicadores satisfatórios em relação a vida do brasileiro⁴⁷, e parece-nos que se pode associá-los aos impactos dos programas sociais, pelo favorecimento à recuperação do mercado de trabalho e uma melhor arrecadação previdenciária, como também no aumento real do salário mínimo e seu reflexo no poder de compra.

Milko Matijascic (2008), diretor do IPEA para o Centro Internacional da Pobreza, avalia o impacto dos programas sociais e assegura que:

⁴⁶ Em Brasília, 76 dirigentes locais e da região do Entorno do DF da assistência social e do Bolsa Família e coordenadores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), estão recebendo informações e tirando dúvidas sobre o PLANSEQ para ajudar a implementar e acompanhar os beneficiários do Bolsa Família durante a qualificação, prevista para iniciar em setembro deste ano. Os dirigentes são dos municípios goianos de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa e também de Brasília (DF), Buritis (MG) e Unai (MG).

⁴⁷ Afirmou Milko Matijascic que a oferta de postos de trabalho cresceu 2,1% entre 2006 e 2007, passando de 79,7 milhões para 81,4 milhões e que a renda média dos trabalhadores ocupados subiu 3,2% no mesmo período, o maior nível desde 1996. O crescimento acumulado da renda entre 2006 e 2007 foi de 10,5%, resultando na expansão de 15% na massa salarial a partir de 2005. Cresceram os postos de trabalho formais ou protegidos (carteira assinada). Porém, o grau da informalidade (do emprego) caiu de forma “expressiva”, de 55,1% das pessoas ocupadas para 54,1%, se forem consideradas as ocupações não-remuneradas e as voltadas para o auto-consumo e construção para fins próprios, o nível de ocupação cresceu 1,6%, passando de 89,3 milhões de indivíduos em 2006 para 90,8 milhões em 2007. Os estudos também mostram que a Previdência, que passou dificuldades entre 1987 e 2006, recuperou o nível de contribuintes que tinha em 1987, tirou 20 milhões de pessoas da pobreza e 17 milhões da condição de indigência no ano passado, segundo os dados IBGE. O número de trabalhadores de 16 a 59 anos que não têm proteção da Previdência também é alto - são 35,4% de desprotegidos, índice que, no entanto, é melhor que dos anos anteriores. Um em cada três trabalhadores corre o risco de não ter qualquer aposentadoria.

"Houve efeitos multiplicadores sobre o consumo, com impacto na economia, ao mesmo tempo que os procedimentos de controle e fiscalização levaram muitas empresas a saírem da informalidade".

Esse conjunto de ações para a proteção social mostra a importância do redirecionamento do gasto público por políticas sociais mais integradas e com investimentos focados na área pública.

O quadro citado justifica a busca de alternativas de sobrevivência que grande parte da população brasileira encontrou no trabalho informal, e que compreende novas dinâmicas de organização da vida produtiva, mediante uma sociedade caracterizada pelo trabalho terceirizado, flexível e intensificado.

A Economia Solidária integra os grupos populares assistidos pelos programas sociais do governo, cujo mosaico passou a ser identificado pelo Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária - SIES, por meio do mapeamento⁴⁸, cujos dados permitiram o reconhecimento das iniciativas socioeconômicas para que pudessem balizar as diretrizes para as políticas públicas no campo da Economia Solidária, consolidando as estratégias de integração social.

O mapeamento no Distrito Federal e Entorno foi realizado sendo a continuação de um trabalho iniciado em 2005, através de parceria entre a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO e a Fundação Universidade de Brasília – FUB. Foi desenvolvido em diversas etapas, no período compreendido entre novembro de 2006 a fevereiro de 2008, com o objetivo de ampliar a base de dados constituída no primeiro mapeamento e apresentar uma publicação

⁴⁸ Os dados dessa pesquisa revelaram um conjunto diversificado de práticas, com níveis organizativos, organização política e atividades bastante diferenciados. Mapeou-se 20.000 experiências, que apresentaram características de autogestão, cooperação, solidariedade e viabilidade econômica. O resultado está registrado no Atlas da Economia Solidária, que aponta vinte mil empreendimentos visitados com informações sobre suas atividades econômicas, formas de gestão, demandas e desafios, bem como sua trajetória no mundo do trabalho. Na região Centro-Oeste, em 2005, o mapeamento aponta um número expressivo de associações (54%), e grupos informais (33%), concentrados na área urbana, cuja motivação para se associarem é a renda, com a predominância de participação de mulheres (59%), oferecendo produtos artesanais, confecção, alimentação e agropecuária. As dificuldades apresentadas são no campo da gestão coletiva (pouca participação social e cooperação entre os empreendimentos), e a comercialização de seus produtos. Um dado importante que surgiu foi a pouca presença de Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária – EAFS – em relação ao processo de incubação (6,7%), e as que existem são com atividades voltadas para a formação (39,5%), depois para a articulação e a mobilização (34,7%).

estadual para a divulgação desses resultados, a exemplo do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005⁴⁹.

Inicialmente foi formada uma Comissão Gestora Estadual - CGE, por gestores públicos (administradores das cidades), empreendimentos (representações de empreendimentos que participam do Fórum por natureza de produção), e entidades de apoio (UnB, ONG, Centro de Estudos e Assessoramento – CEA – e os gabinetes dos deputados Rolemberg e Chico Leite).

O processo de escolha dessa coordenação teve como critérios a participação efetiva no movimento da Economia Solidária no DF e Entorno, no campo da pesquisa, extensão, da formação e na construção do próprio movimento na região (participação no Fórum, nas Feiras, no Mapeamento anterior e em Incubação).

O objetivo da CGE foi de acompanhar e apoiar o trabalho da equipe técnica do mapeamento. A equipe contou com professor da UnB, estudante da pós-graduação em Sociologia do Trabalho, quatro estudantes de graduação (Pedagogia, Economia e Assistente Social), e 4 lideranças comunitárias de empreendimentos, indicadas pelo Fórum Distrital, como entrevistadores, além de um técnico-administrativo.

O processo de coleta de dados ocorreu a partir da divisão da equipe em grupos, onde cada dupla (empreendimento e estudante) aplicou os questionários nas regiões próximas onde residiam os entrevistadores comunitários e nas áreas de maior conhecimento. Uma vez por semana a equipe se reunia na Universidade para tirar as dúvidas e orientar o preenchimento correto dos questionários.

A aproximação dos estudantes da universidade com os membros da comunidade e empreendimentos, que fizeram parte da equipe de entrevistadores, foi fundamental para a prática da cooperação e troca de experiências. O mapeamento, como processo de identificação, foi também um propulsor na formação, divulgação e exercício no uso dos princípios da Economia Solidária.

Um aspecto importante para o mapeamento foi a sua contribuição no sentido de divulgar a Economia Solidária, constituir um banco de dados para pesquisa e processo de incubação e subsidiar o apoio de Entidades como a Universidade, melhor aproximação com as administrações das cidades do entorno de Brasília e o reconhecimento da relevância da agricultura familiar.

⁴⁹ Ver site www.fbes.org.br.

As experiências de Economia Solidária demonstram que o enfrentamento das condições de desemprego e pobreza das comunidades periféricas nas grandes cidades brasileiras passa pela possibilidade de cooperação solidária, abertas por novos espaços de convivência e produção da sobrevivência.

Importante também a atuação no sentido da formação de redes solidárias e articulação das experiências em nível local, regional, nacional e global, que representam uma alternativa real à exclusão social, gerando o surgimento de um setor produtivo isento da exploração do trabalho e da concentração de renda. Ajuda mútua, produção ecológica e autogestão fazem parte dessas experiências.

A avaliação desse processo de mapeamento no DF e Entorno mostrou que:

- 1) o banco de dados existente nas entidades oficiais do DF não corresponde ao endereço correto dos empreendimentos. Muitos empreendimentos não foram mapeados, principalmente na zona rural e cidades administrativas mais distantes do Plano Piloto. Há, também, pouca ou nenhuma informação dos grupos sobre Economia Solidária;
- 2) falta de apoio das cidades administrativas (gestores públicos locais), por questões políticas, ao entenderem que o movimento da Economia Solidária se constitui como movimento de esquerda e contraria as perspectivas do governo local, dificultando o fornecimento de dados sobre a existência de entidades nas regiões;
- 3) dificuldades de colher dados relativos à renda auferida no empreendimento, identificação do tipo de empreendimento e se possuía alguns princípios de Economia Solidária; e
- 4) pode ser que ainda exista muitos empreendimentos econômicos solidários a serem identificados e caracterizados no Brasil. Por isso, é necessário outras etapas do mapeamento para que se possa ampliar a base de dados, proporcionando o fortalecimento e a visibilidade dessa outra economia que já acontece no Brasil.

Apresentaremos na tabela 15 o perfil da ES no DF que o mapeamento traduziu. Foram identificados 386 Empreendimentos Econômicos Solidários nas 16 regiões administrativas do Distrito Federal, além de 50 empreendimentos na região do Entorno.

Tabela 15 :Quantidade de EES Mapeados por Municípios do Entorno e DF

Município	Número de EES	% de EES
Formosa	17	34%
Vila Boa	11	22%
Flores de Goiás	7	14%
Padre Bernardo	5	10%
Alto Paraíso	3	6%
Santo Antônio do Descoberto	3	6%
Luziânia	2	4%
Cidade Ocidental	1	2%
Novo Gama	1	2%
Total Entorno	50	100%

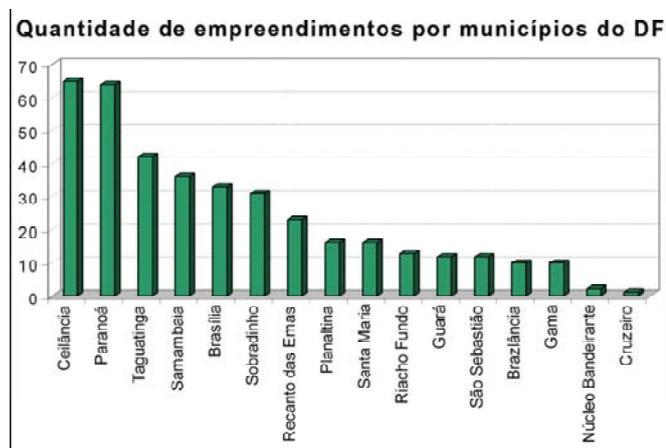
Município	Número de EES	% de EES
Ceilândia	65	17%
Paranoá	64	17%
Taguatinga	42	11%
Samambaia	36	9%
Brasília	33	9%
Sobradinho	31	8%
Recanto das Emas	23	6%
Planaltina	16	4%
Santa Maria	16	4%
Riacho Fundo	13	3%
Guará	12	3%
São Sebasião	12	3%
Brazlândia	10	3%
Gama	10	3%
Núcleo Bandeirante	2	0,5%
Cruzeiro	1	0,3%
Total DF	386	100%

Fonte: mapeamento do DF e Entorno - 2007

O número de empreendimentos encontrados nas regiões administrativas está associado à dinâmica territorial local, onde as condições objetivas de vida dos moradores sofrem interferências: a) das relações do administrador público com os partidos políticos, de coalização ou oposição, denotando maior ou menor apoio, de acordo com a situação partidária da região; b) da força organizativa da comunidade, pelos direitos humanos e sociais; c) dos níveis de infra-estrutura da região, compelindo os moradores a buscar sobrevivência em outras proximidades; e d) da presença ou ausência de atores sociais que podem apoiar ou fomentar atividades locais.

Esses elementos contribuem para destacar a distribuição desses empreendimentos no DF e Entorno, como demonstra os dados da tabela 16 a seguir:

Tabela 16: Quantidade de Empreendimentos por Região

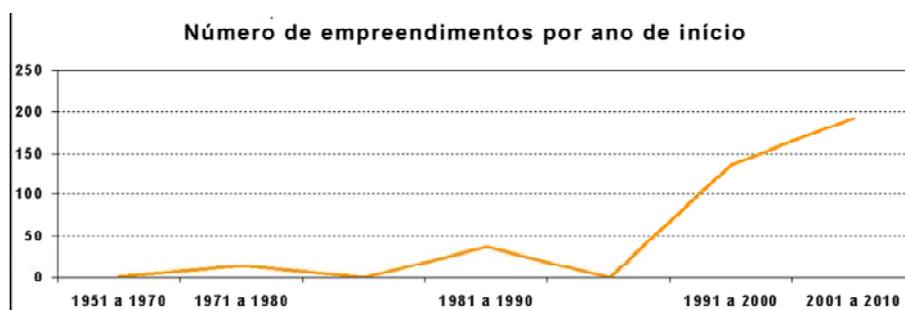


Fonte: Mapeamento do DF e Entorno - 2007

Percebe-se que, nas cidades onde há menores recursos encontra-se o maior número de trabalho associado, numa tentativa de se criar estratégias de sobrevivência, devido a ausência do Estado. Ceilândia e Paranoá são consideradas regiões de maior índice de violência e escassez de infra-estrutura básica.

Considerando o ano de formação dos EES, constata-se que a Economia Solidária no DF não é recente. A tabela 17 mostra que houve ampliação dos EES na década de 90, no contexto do auge da crise econômica no país.

Tabela 17: Crescimento da Economia Solidária



Fonte: Mapeamento do DF e Entorno - 2007

Nos anos 90 houve uma intensa mudança no principal setor de atividades econômicas de Brasília, o terciário, que se caracteriza por atividades que lidam

diretamente com o público, da necessidade de oferecer resultados rápidos e com dados em larga escala, exigindo um perfil de trabalhador condicionado a critérios de qualificação maiores, como o aumento do nível educacional, melhor capacitação técnica e adequação às exigências estéticas previstas pelo setor. Esse fato pode ter dificultado a inclusão dos muitos trabalhadores das cidades administrativas a comporem o quadro de empregados de Brasília, ampliando a exclusão social.

Assim, presenciamos o aumento do desemprego nas cidades-satélites, aumentando as diferenças sócio-espaciais, cujas alternativas têm sido rearranjos locais de sobrevivência, estimulando as novas experiências no mundo do trabalho.

As novas formas de organização da produção e do trabalho foram evidenciadas pela busca coletiva de ajuda-mútua nos espaços de proximidade da comunidade, onde varias atividades foram desenvolvidas por grupos populares para a melhoria da vida.

O mapeamento mostra que a formação de grupos voluntários para pensar e realizar a reprodução da vida cotidiana foi marcado pelo trabalho coletivo, expresso por 57% por grupos informais, seguido pelas associações (31%) e cooperativas (9%), conforme se observa na tabela 18.

Tabela 18: Forma de Organização os EES



Fonte: Mapeamento do DF e Entorno - 2007

O mundo associativo no DF e Entorno nasceu de uma história de luta da comunidade, oriundo de grupos populares e apresenta-se de variadas formas, com níveis organizacionais e graus de institucionalização diferenciados. De grupos informais a cooperativas legalizadas, presenciando um trabalho menos fragmentado, com predominância de laços horizontais.

A Economia Solidária no DF teve como antecedente o cooperativismo rural. Com a vinda da capital federal, e o conseqüente aumento da demanda por produtos alimentícios, começa a se desenvolver cooperativas e associações de produtores rurais, tanto no DF quanto nas regiões próximas de Goiás e Minas Gerais. Até a década de 1980 as cooperativas agrícolas eram maioria no DF.

Com a mudança do mercado de trabalho, o crescimento do setor informal e o surgimento de novos atores, que passaram a apoiar e fomentar novas maneiras de organização do trabalho, inicia-se no DF a fase de desenvolvimento da Economia Solidária. Mesmo o cooperativismo tradicional ganha um novo impulso, desta vez em virtude da multiplicação das cooperativas de trabalho. O número de cooperativas passa de cerca de 20, na década de 1980, para mais de 100, na década seguinte (OCDF).

Percebe-se, nos últimos anos, o florescimento de outras formas de organização de trabalhadores em empreendimentos de Economia Solidária, com as associações, que já respondem por 31% do total de empreendimentos mapeados. Pode-se perceber, também, que a economia solidária no DF sofre influência do aumento do desemprego e da precarização do trabalho: 57% dos empreendimentos pesquisados são de grupos informais e, quando perguntados sobre qual o principal motivo para a criação do empreendimento, 55% responderam que era uma alternativa ao desemprego.

Esses dados demonstram que a Economia Solidária no Brasil, e mais particularmente no DF, está associada às relações que existem entre o setor informal e a criação e o funcionamento dos empreendimentos, além da questão da exclusão ou desfiliação, gerada pelo desemprego em massa.

Os empreendimentos estão em um contexto onde impera a fragilidade, tanto econômica quanto social. Compreende-se que um dos objetivos da Economia Solidária é “evitar que a degradação do tecido social aumente” (Ferreira Nunes, 2004, p. 211) e, nesse sentido, os diversos atores que fazem parte dessa construção devem ser percebidos a partir de suas histórias e trajetórias, a fim de que se tenha um diálogo mais profícuo e que a ES se consolide como uma forma de organização econômica e social menos violenta e mais democrática.

Observa-se que a busca do trabalho associativo responde ao desafio de gerenciar a organização da vida num projeto coletivo, visando o bem-estar da comunidade. Trata-se de uma ação coletiva, com noções de escolha livre/voluntária e com perspectivas de geração de renda.

O compartilhamento das atividades, das escolhas, dos problemas e da renda, faz do mundo associativo um lugar de mediações entre a sociedade e o indivíduo, de modo que permite uma construção identitária, onde as relações de trabalho e as estratégias de gestão são consolidadas pela busca de solidariedade.

A presença maior dos grupos informais está associada ao fato de que, dada a precariedade de suas condições de vida não permitir, em um primeiro momento, investimentos monetários aos processos de legalização do empreendimento, afeito às exigências de um mercado formal assalariado.

Destaca-se que as formas associativas apresentam muitas contradições e nem sempre constituem espaços democráticos, mas o importante é, no dizer de Touraine (1994, p. 271), a significação que possui como um espaço onde o sujeito pode ser autor e ator de seu próprio projeto de vida.

Nesse sentido, o mundo associativo dos EES no DF e entorno apresenta-se como tradutor de interesses de ordem pessoal, política e social. Significa que os direitos individuais por moradia, saúde e educação, são reivindicados na forma de coletividade, com contestação de um processo de exclusão, daí a luta toma uma escala ampliada de luta por cidadania, onde o direito à vida digna ganha projeção.

Juntos, os grupos populares associativos possuem uma ação coletiva que conciliam alternativas ao mal-estar econômico e político, manifestados pela ausência de renda e proteção social, onde apostam nas relações de trabalho solidárias, que possam promover uma identidade pessoal, coletiva e social, capazes de promover o reconhecimento do lugar do grupo na sociedade

Encontra-se nos EES uma mesma natureza de grupo, que se caracteriza por uma identidade pessoal e coletiva, marcadas pela luta por sobrevivência e reconhecimento. Assimila-se em Dubar (1992, p.107), que a construção da identidade é produto de socializações, com tensões e contradições, que se revelam na história pessoal vinculada aos grupos de referência e a sua articulação a campos de relações sociais comunitários mais amplos.

De acordo com Dubar (1991, p.113), a identidade social reflete as tensões entre a identidade para si e a identidade para o outro. Afirma que:

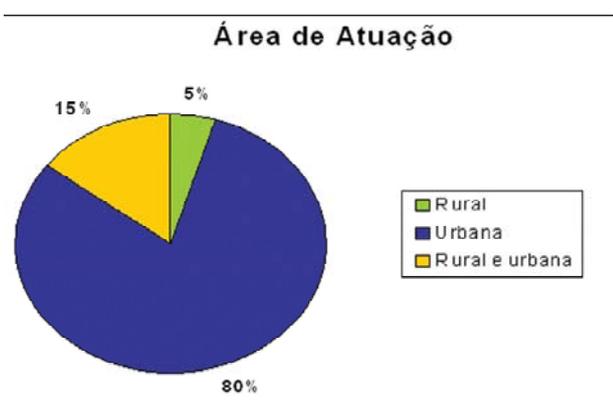
“Identidade não é senão o resultado ao mesmo tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, de vários processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”.

A construção dos princípios da ES está relacionada à relação entre o projeto coletivo e pessoal dos participantes, que buscam as suas identidades pelo trabalho associativo e solidário, na perspectiva de negociação permanente pela produção ampliada da vida. A identidade coletiva do grupo somente acontece pelo reconhecimento do outro que, nesse caso, se faz nas relações de trabalho.

O mapeamento afirmou e reforçou o mundo associativo como um espaço de vida, produtor de vínculos sociais pelo trabalho, onde se defende um projeto de sociedade, com investimento no ser humano

Uma das expressões do número pequeno de trabalho associativo é a na agricultura familiar, que responde por 70% dos alimentos dos consumidores, que corresponde a 10% do Produto Interno Bruto. O mapeamento mostrou que a área de atuação da grande maioria dos EES é urbana (80%), sendo 5% exclusivamente rurais e 15% declarou ter atuação rural e urbana, como se pode observar na tabela 19.

Tabela 19: Área de Atuação dos EES no DF e Entorno



Fonte: mapeamento do DF e Entorno - 2007

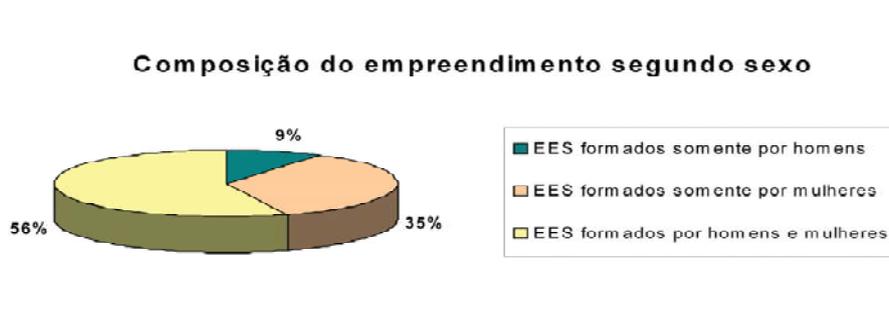
Esse dado nos aponta para uma política de reforma agrária equivocada porque, segundo Gaiger (2003), está muito direcionada na produtividade, tecnologia e assistência técnica, e não mais na questão fundiária. A questão dos conflitos de terra e a grilagem das terras públicas não está na ordem do dia das questões do governo.

Na realidade se trata de distribuir melhor as terras, melhorar o crédito, os serviços públicos básicos (água, saúde, saneamento e educação), e manter uma aproximação com o sindicato rural e as Secretarias Municipais.

Considera-se que a política de governo está mais focada para a agroindústria e menos para a agricultura familiar, o que parece um paradoxo, haja vista que a maior parte da alimentação no Brasil advém desse grupo de trabalhadores rurais.

Outro aspecto importante, apontado pelo mapeamento, foi a relação de gênero nos EES, havendo um equilíbrio entre a participação de homens e de mulheres. A maioria dos EES no DF e Entorno (ver tabela 20) são mistos (56%), sendo compostos por homens e mulheres; 35% dos EES são formados exclusivamente por mulheres e apenas 9% são formados exclusivamente por homens.

Tabela 20: composição do EES, segundo o sexo.



Fonte: Mapeamento do DF e Entorno - 2007

Importante destacar o trabalho conjunto entre homens e mulheres nos empreendimentos, porque as motivações que os fazem estar juntos tem sido a sustentabilidade da família, o sentido que assume uma ocupação na vida cotidiana e o reconhecimento pela comunidade, melhorando a auto-estima. No entanto, as mulheres têm mais problemas de ordem familiar com os seus companheiros do que os homens com as suas companheiras.

Uma das principais motivações das organizações coletivas tem sido a geração de renda, dado o aumento do desemprego e a incapacidade do governo local de apresentar soluções a curto prazo. O mapeamento apontou o setor de confecções como aquele que tem permitido buscar tal intento, porque exige uma cadeia de interlocutores que nela se situam, de acordo com as suas possibilidades de capital, de oferecer serviços e utilizar o tempo de trabalho.

A pesquisa realizada por Christiane Girard, anterior ao mapeamento de 2005, já havia atestado o dinamismo do setor de confecções e esclarece que, para entendê-lo, é necessário conhecer as alianças e concorrências que produz, bem como os modos de socialização dos trabalhadores(as).

Theodoro (1998) e Ferreira Nunes (2001), afirmam que no DF há um conjunto heterogêneo de pessoas que se encontram nesse setor em situação de trabalho e renda diferenciados, desde costureiras de fundo de quintal até organizações de médio porte. No tocante aos fornecedores estão situados fora de Brasília, especialmente em Goiânia.

O Pólo de Moda no Guará é um exemplo concreto da dinâmica desse setor, caracterizado por um projeto associativo de desenvolvimento local, envolvendo o Estado em diferentes escalas, mas apresentando, também, a contradição de existir sem um planejamento prévio de integração econômica e social (Ferreira Nunes, 2001).

O mapeamento afirma esse quadro no setor de confecções, estudado por Christiane Girard, nos primeiros anos do século XXI e amplia as suas observações para mostrar que, mesmo diante de muitos desafios, o setor que mais mobiliza os grupos populares ainda está no ramo das confecções, hoje associado à elaboração de artefatos com o lixo reciclável, tapeçarias e vestuário.

Tabela 21: As Cinco Atividades Econômicas que mais Aparecem nos Empreendimentos

Descrição	Total
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	94
Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	33
Confecção de peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	24
Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	22
Fabricação de artefatos de tapeçaria	21

Fonte: Fonte: Mapeamento do DF e Entorno- 2007

Tabela 22: Os Cinco Produtos ou Serviços mais Produzidos pelos Empreendimentos

Descrição	Total
Confecção	53
Bolsas Diversas	47
Artigos de cama, mesa e banho	31
Crochê	30
Tapetes	30

Fonte: Mapeamento do DF e Entorno- 2007

Pelas informações observadas, junto com as das duas tabelas anteriores, é possível notar que a Economia Solidária no DF compõe-se de grupos de menor porte, em sua maioria informais, que atuam no meio urbano. Desenvolvem atividades artesanais e de prestação de serviços, destacando-se, ainda hoje, o setor de confecção de produtos diversos.

Segundo Silva (2006), os empreendimentos realizam mercado de intercâmbio e de reciprocidade. Há melhor desenvolvimento das relações não-mercantis do que relações mercantis. Por isso, o desafio tem sido equilibrar essas formas de trocas. Particularmente no DF o mercado de intercâmbio tem sido mais dificultado, pois 50,5% dos empreendimentos dizem encontrar dificuldades de comercializar os produtos e serviços no mercado capitalista.

Em relação ao ramo produtivo, o maior número de empreendimentos se dedica ao artesanato e ao setor de confecções, tem como principal atividade econômica a produção e a comercialização de artefatos têxteis e artesanato em geral. Isso explica, em parte, o maior número de mulheres envolvidas com a Economia Solidária local, e a predominância de empreendimentos com até 10 participantes.

Considerando que o artesanato tem sido a principal atividade realizada dentro do campo da Economia Solidária no Distrito Federal, observa-se que se constitui de forma diferenciada dentre as atividades desenvolvidas por pessoas de baixa renda; possui valor agregado, produção em escala reduzida, exclusividade dos produtos, envolve a personalidade do próprio artesão e, fundamentalmente, uma das alternativas de saída da exclusão socioeconômica.

Silva (2007, p. 12) esclarece que:

“O produto artesanal recebe de seu criador as influências de seu estado de espírito, o impacto de sua criatividade, os significados de seus valores e o êxtase da conclusão de um trabalho bem feito. E isso, não há como a indústria copiar. Assim como o artista – o escultor, o pintor, o músico – o artesão torna cada produto seu uma obra-prima. O artesão é o artista da esfera produtiva deste início de século”.

Um dos atributos importante do artesanato é a inserção do trabalhador na cadeia produtiva, que exige criatividade, paciência, minuciosidade, perseverança e respeito pelo conhecimento do artesão.

Destaca Silva (2007, p. 12):

“Ao contrário das exigências tipicamente de mercado, o artesanato está baseado em conhecimentos que existem, principalmente, nas tradições desses grupos marginalizados. Os conhecimentos populares se configuram como a base e as tradições locais e regionais são as raízes desse tipo de produção menos excludente”.

Também, destacamos que o artesanato prescinde de interações com outros ramos de atividade e novos conhecimentos, onde os saberes populares e conhecimentos técnico-científicos precisam ser combinados. Isso significa que:

“Apesar de o artesanato se colocar frente à produção tipicamente capitalista de maneira diferenciada, o mercado se configura como a principal saída para os produtos artesanais. Para isso, torna-se necessária a interação com técnicas de design e de desenvolvimento de produtos, a utilização de espaços adequados de comercialização, bem como a entrada no mercado por meio de feiras, eventos, publicidade e estratégias de marketing” (Silva, 2007, p. 12).

O artesanato do Distrito Federal originou-se do processo migratório onde houve a fusão de diferentes manifestações populares com a construção de Brasília. A diversidade de técnicas trazidas pelos imigrantes, de diferentes regiões do país, ocasionou uma mistura de sabedorias artísticas. Associado à variedade da matéria-prima oferecida pelo cerrado, essas culturas determinaram a criação de um artesanato diversificado, com perfil urbano.

“O artesanato que caracteriza o Distrito Federal são os produtos originados da matéria-prima existente no cerrado, cujo potencial é muito rico. Palhas de buriti, babaçu, taboca, cipó e flores do cerrado são transformados em verdadeiras peças de arte. As demais categorias se fazem representar neste mosaico como tecelagem, cerâmica, tapeçaria, couro, madeira” (Silva, 2007, p. 14).

Contudo, vem-se assistindo que a principal dificuldade do artesão de Brasília é comercializar o seu produto, seja pelo pouco reconhecimento da natureza dos produtos vindos de EES, seja pela ausência do Estado ou por um mercado que não consegue absorver a produção da região, tornando necessária a ação pública para implementar a integração social pelo trabalho associado.

O mapeamento apontou ainda a falta de articulação entre os EES e a administração pública das cidades-satélites, demonstrado pela ausência de gestores públicos no FDES. A base de dados do mapeamento mostra que a maioria desses empreendimentos se articula com as igrejas locais e ONGs, e muitos membros dos empreendimentos fazem parte dos programas sociais do governo.

As alianças com o poder público local precisam ser asseguradas, pois há necessidade de parcerias entre as Secretarias e os setores dos grupos populares, para melhor dinamização da comunidade.

Os estudos sobre o DF e Entorno, mostraram que o percurso da solidariedade encontra-se configurada pela forma específica de organização do espaço socioeconômico, pelas relações do poder público com a base territorial, pelos condicionantes materiais que interferem na composição dos grupos populares em seu movimento social.

As alternativas concretas encontradas, por meio do trabalho associado, podem permitir a compreensão das formas assumidas pelos grupos populares em busca da reprodução da vida ampliada.

4.3 O Fórum Distrital de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno como um Espaço de Relações Sociais

O Fórum Distrital de Economia Solidária foi uma resposta à crise do mundo do trabalho e às crises sociais em que grupos populares, pelo trabalho associado, criaram estratégias de sobrevivência e se organizaram coletivamente, fortalecendo o movimento social de Economia Solidária e impulsionando o reconhecimento de suas demandas como políticas públicas.

Esse fenômeno político e social manifesta-se contra a globalização neoliberal e apresenta a Economia Solidária como um projeto de sociedade, que possui uma forma diferente de produzir, distribuir e consumir, tendo o ser humano como sua prioridade.

A representação social do FDES foi pensada e discutida pelos segmentos participantes do Fórum, cujo resultado foi a elaboração do regimento interno, que traduz o significado do Fórum para o DF e Entorno.

O regimento interno expressa, no seu artigo primeiro:

Art. 1º. O Fórum Distrital de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno, órgão colegiado de deliberação coletiva, vinculado ao FBES, é um espaço permanente de representação, interlocução, articulação, discussão, proposição, troca de saberes e fomento ao desenvolvimento da Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno. Congrega empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos, que atuam em consonância com os princípios e os objetivos da Economia Solidária no Brasil.

A partir dos debates e encontros no FDES pôde-se aferir que esse espaço social se constitui como:

- 1) um espaço concreto de relações sociais, em um contexto microssocial público e não estatal, onde ocorrem a construção e a implementação de diretrizes para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil;
- 2) o lugar de trocas de experiências e sabedorias, vivências democráticas de resolução de conflitos, formas éticas de solucionar problemas, superações de sentimentos individualizados, estratégias em lidar com a competição dos grupos internos, práticas de justiça social, convivência com a diversidade e com as diferenças;
- 3) espaço de interações sociais, cujos limites, potencialidades, processos e mudanças, podem nos permitir compreender as condições sob as quais é possível construir a solidariedade democrática;
- 4) uma forma de organização da sociedade civil, cujo espaço reflete os princípios da ação social, que está referendado por diferentes racionalidades e sociabilidades e que reflete as condições sócio-históricas da construção da cidadania no país;
- 5) mediadores de inserção de práticas democráticas e avaliadores das potencialidades dos princípios da Economia Solidária, como princípios gerenciadores do desenvolvimento social;
- 6) balizador das condições reais de outras experiências de interações sociais;
- 7) revelador das condições concretas de tecer o social sob outro registro; e
- 8) espaço político efetivo para as mediações entre o mercado, o Estado e a sociedade civil.

Esse conjunto de proposições afirma o sentido do Fórum para o Distrito Federal e Entorno, que se torna um dos espaços de construção da ES no país e revela as condições objetivas de implementação da ES como um projeto de sociedade.

Pautado por um conjunto de postulados, o Fórum expressa os seus objetivos: a) fortalecer os empreendimentos solidários; b) difundir o conceito e a prática da Economia Solidária no Estado do DF e Entorno; c) representar o movimento frente à sociedade e aos Poderes Públicos locais, regionais e nacional; d) afirmar a Economia Solidária como a possibilidade de integração social, política e econômica dos grupos populares; e e) promover o desenvolvimento sustentável e solidário.

Quanto às metas do FDES, destacamos:

- a) promoção de estratégias de desenvolvimento através de planos, projetos e ações voltados para a criação e fortalecimento de Empreendimentos de Economia Solidária / EES;
- b) formação pessoal, social, econômica, técnica e política de trabalhadores e trabalhadoras dos EES;
- c) estímulo à criação de Fóruns Regionais e micro-regionais de Economia Solidária e de legislação municipal de Economia Solidária;
- d) apoio à formação de cooperativas, associações, grupos coletivos de trabalho e empresas solidárias com autogestão, com vistas à geração de trabalho e renda e integração social;
- e) estímulo a capacitação de gestores públicos municipais envolvidos com a questão da economia solidária;
- f) incentivo à criação de espaços públicos para comercialização dos produtos e serviços da economia solidária;
- g) realização de feiras municipais, regionais e estaduais de Economia Solidária;
- h) fomento a constituição de redes regionais de produção, distribuição, comercialização, consumo, serviços e compra coletiva por segmento; e
- i) proposição de programas e ações objetivando estimular a democratização e a descentralização das atividades de ES.

Para que o Fórum Distrital pudesse desenvolver as metas planejadas, foi necessário encontrar formas de organização interna, que permitissem lidar com a diversidade e com as diferenças entre os participantes, além de manter os princípios e os valores da ES como norteadores de suas ações.

A sua história é registrada a partir de documentos elaborados através das atas de reuniões, encontros, debates e comissões de trabalho. Sintetizamos assim, no quadro a seguir:

Quadro 10: história do FDES - 2003 a 2008

Ano	Forma Organizativa do Fórum	Ações de Fortalecimento da ES
2003	Conselho Gestor e Grupos de Trabalho-GTs: 1. Comunicação, 2. Educação, 3. Produção , comercialização e consumo 4. Organização Social. Faziam parte de cada GT empreendimentos, gestores públicos e entidades de apoio, com propostas e desafios para implementar a Economia Solidária no DF e Entorno.	<ul style="list-style-type: none"> - Participação na organização e coordenação da III Plenária Nacional, que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária; - Organização e coordenação da I e II reuniões do Conselho Interlocutor do FBES; - Reuniões quinzenais, visando a difusão dos princípios da ES entre os 40 delegados eleitos pela plenária que criou o Fórum Distrital; - Organização e coordenação da III Plenária Nacional, que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária; - Exerceu a Secretaria Executiva do FBES durante o segundo semestre de 2003 e início de 2004; - Organizou a Reunião Preparatória do I Encontro de Empreendimentos Solidários do DF e Entorno.
2004	Conselho Gestor e Grupos de Trabalho-GTs:	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões semanais e posteriormente mensais para afirmação do Fórum Distrital; - Participação nas fases de organização da III Plenária Nacional de ES; - Comissões de trabalho para a divulgação da ES nas cidades-satélites; - Plenária Regional de ES na cidade de São Sebastião; - Dois cursos de capacitação para os delegados do FDES.
2005	Conselho Gestor e Grupos de Trabalho-GTs:	<ul style="list-style-type: none"> - II Feira de Economia Solidária em 2005; - Reuniões de planejamento e reestruturação.
2006	Conselho Gestor e Grupos de Trabalho - GTs:	<ul style="list-style-type: none"> - reestruturação da metodologia de trabalho do Fórum; - Calendário de feiras em Taguatinga, reuniões mensais do Fórum Distrital; - Conferência Distrital, com participação de mais de 300 pessoas; - III Feira de Economia Solidária, com mais empreendimentos e artesões que o previsto.
2007	Processo de regionalização do FDES: formados 6 micro regionais, envolvendo todos as cidades do Distrito Federal e Entorno, cada um com uma coordenação, composta pelos coordenadores regionais e representantes da coordenação nacional.	<p>Eleição dos coordenadores regionais foi para que promovessem ações em suas regiões para o fortalecimento do Fórum.</p> <p>Seminários nas regiões administrativas com o tema: reestruturação do FBES e preparação da IV Plenária Nacional</p>

2008	Coordenadores Regionais e representantes da coordenação regional.	<ul style="list-style-type: none"> - Participação da IV plenária do FBES; - Reelaboração do Regimento Interno; - Participação dos Cursos de Economia Solidária preparados pela UnB; - Conclusão da terceira parte do Mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária; -As feiras na Esplanada dos Ministérios foram organizadas pelos agentes do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES).
------	---	--

Fonte: documentos oficiais do FDES, adaptado pela autora.

Participando ativamente das ações do FDES, como representante de entidade de apoio e fomento, pode-se dizer que o ano de 2003 se afirmou a presença do FDES em Brasília, embora nesse momento o Fórum ainda tinha pouca representação de empreendimentos e era mais assessorado pelas entidades de apoio: as ONGs – CEA, Pátria Amada – e UnB. Havia ausência de gestor público.

Ocorriam reuniões semanais e quinzenais, em lugares diferentes, para divulgar os princípios da Economia Solidária. O Fórum Distrital possuía um Secretario Executivo, sem logística para desempenhar suas atribuições de articulação das demandas do Fórum.

À medida em que os Fóruns no Brasil começam a se fortalecer, o movimento de Economia Solidária começa a ganhar visibilidade nacional e regional. A Feira de Economia Solidária em todo o Brasil foi uma das ações que contribuiu para ampliar a participação dos empreendimentos no Fórum e a divulgar amplamente a Economia Solidária.

Esse momento – 2005 – marca outra trajetória para o Fórum, com a maior presença de empreendimentos, focaliza diretrizes voltadas para as reais necessidades desse grupo social. A UnB aprofunda a sua participação no Fórum, por meio da Incubadora Social e Solidária e cursos de formação. A presença de gestores públicos continua incipiente.

Em 2006, com a ampliação dos empreendimentos, houve a necessidade de reestruturação da metodologia de trabalho do Fórum, com a divisão de responsabilidades, por meio de coordenadores locais e ações articuladas, com base nos territórios de pertencimento dos empreendimentos, de modo que assegurasse o envolvimento com a comunidade local.

Em 2007, no mês de abril, a Plenária do Fórum DF e Entorno discutiu um plano de ação e foi proposto uma comissão para fazê-lo, composta de seis empreendimentos, duas assessorias, dois agentes do PPDLES e quatro militantes.

Essa comissão apresentou à plenária do Fórum a proposta de sua regionalização com organização de seis fóruns regionais, que se reunirão a cada mês. A proposta de regionalização do DF e Entorno leva em consideração a proximidade das cidades-

satélites e cidades do Entorno e a facilidade de locomoção dos integrantes para as reuniões.

Foram assim distribuídos:

- Região A: Planaltina, Sobradinho I, Sobradinho II, Planaltina de Goiás, Água Fria, formosa, Água Boa, Buritis, Cabeceiras, Itapoã, Lago Sul e São Sebastião
- Região B: Brazlândia, Mimoso, Padre Bernardo, Cocalzinho, Pirenópolis, Corumbá, Alexania, Abadiânia, Santo Antonia, Samamambaia e Águas Lindas
- Região C: Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia, Cristalina, Cabeceira Grande e Gama.
- Região D: Paranoá, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I - II e Santa Maria.
- Região E: Ceilândia, Taguatinga (e Vicente Pires) e Águas Claras.
- Região F: Plano Piloto, Lago Norte, Estrutural, Guará, Cruzeiro, Sudoeste, Candangolândia, Núcleo Bandeirante e Park Way.

As representações das regionais foram definidas por indicação de cada região, que escolheu três empreendimentos e uma entidade de assessoria ou gestor público, conforme os seguintes critérios: a) três empreendimentos por região; b) o indicado(a) deve integrar um empreendimento organizado de forma coletiva – associação, cooperativa, grupo informal; c) o empreendimento tem que ter uma trajetória – um tempo de atuação; d) ter participado das atividades do Fórum DF e Entorno; e) na escolha, contemplar o rural e urbano; e f) na escolha, contemplar mulheres e homens.

Para a escolha de entidade de assessoria ou gestor público, os critérios foram: a) um por região; b) realizar projetos voltados para economia solidária; c) a entidade precisa ter uma trajetória - um tempo de atuação; e d) ter participado das atividades do Fórum DF e Entorno.

Essas representações regionais comporão a coordenação do Fórum DF e Entorno, e terão as seguintes obrigações: 1) responsáveis pela mobilização e organização das atividades da sua região, como reuniões regionais, feiras e outras atividades definidas pela região; 2) realização de, pelo menos, uma reunião a cada mês; 3) dar continuidade à elaboração do plano de ação do FDES; 4) organizar e participar das reuniões mensais da coordenação e organizar as atividades do Fórum DF e Entorno – plenárias e feiras, além de outras atribuições que a plenária definir; 5) assessorar os empreendimentos no desenvolvimento de uma cultura autogestionária; 6) promover assistência técnica e política aos empreendimentos, gestores públicos e entidades de

apoio; 7) compor com as assessorias para qualificação política e elaboração de projetos para os integrantes do Fórum Distrital; 8) articular com prefeituras para compor parceria e atividades em comum; 9) oferecer curso de temática na Economia Solidária; e 10) oferecer curso de alfabetização para os membros dos empreendimentos e para comunidades em que se situam.

De acordo com o Regimento Interno, os membros dessa Coordenação regional deverão ser habilitados para assumir as tarefas, com disponibilidade de tempo solidário, conhecimento sobre as suas atribuições e reconhecimento do Fórum de seu envolvimento ético e participativo, no movimento de ES.

A necessidade de se pensar uma reestruturação do Fórum Distrital ocorreu devido aos resultados do mapeamento, que revelou a ausência de informações sobre o movimento de ES no Brasil, havendo, então, a necessidade de sua regionalização.

Essa necessidade foi conjugada por muitos fóruns estaduais, que viam a importância da comunidade para a vivência da ES como estratégia de desenvolvimento local. Fortalecer os vínculos sociais comunitários poderia permitir uma melhor circulação de bens e pessoas e promover ambientes mais democráticos.

O Fórum entendia que o processo de regionalização poderia proporcionar uma melhor divulgação da ES nas cidades administrativas, promover o conhecimento sobre as experiências de grupos populares e a socialização dessas iniciativas socioeconômicas entre as regiões. O conhecimento sobre essa alternativa poderia permitir a busca de mais espaços de comercialização e a formação e articulação dos coordenadores, dentro das suas próprias cidades.

Esperava-se que a organização em coordenadorias regionais (ver anexo 4 e 5), iria possibilitar maior participação das pessoas, devido a questão das distâncias e transporte, para a realização das reuniões e a participação em atividades previstas em plenária.

Ainda, o processo de regionalização trouxe resultados diferenciados nas diversas regiões, no tocante a mobilização e participação nas atividades previstas pelo Fórum Distrital. Como exemplos, a cidade de São Sebastião conseguiu realizar várias reuniões locais e ações como formação de uma Rede, Feira e Seminário. Valparaíso, além das reuniões locais, buscou espaços de comercialização com a formação e seminários locais, bem como apoio do poder público para realizar as reuniões com os grupos de Luziânia e Cidade Ocidental. Em outras cidades, como Taguatinga, houve desmobilização. Em Samambaia não houve participação. Em Ceilândia houve diminuição na participação

dos grupos e em Brazlândia e Planaltina os grupos continuaram os mesmos, sem aumento na participação de empreendimentos.

O processo de regionalização do Fórum promoveu a participação da região da Estrutural e do Paranoá, áreas com maiores *déficit* de cidadania. Planaltina, Águas Lindas, Gama e Recanto das Emas não tiveram grande impacto. Planaltina de Goiás participou pouco das ações do Fórum, mas realizou diversas ações locais. Em Santo Antônio do Descoberto houve diminuição na participação dos grupos, mas realizou seminários e na Cidade Ocidental aconteceu a criação de uma cooperativa.

A inserção da ES nos territórios está conjugada a uma série de fatores de diferentes ordens, como a econômica, sem o aporte financeiro para permitir a mobilidade espacial, a uma desarticulação com o poder público local, ocasionando desproteção social e desencantamento de muitos em relação ao trabalho coletivo: a aproximação do Plano Piloto, com maior acesso à informação; a tradição do local com atividades solidárias, como o mutirão e outros.

A avaliação desse processo, feita pelo Fórum, apontou algumas causas para que a regionalização não surtisse o efeito esperado:

- a) planejamento insuficiente do Fórum de monitoramento das atividades nas cidade satélites e de apoio maior aos coordenadores;
- b) comunicação insipiente para a divulgação das atividades na comunidade;
- c) falta de envolvimento de alguns coordenadores de determinadas regiões; e
- d) pouca inserção da comunidade em trabalhos associativos.

Nessas condições, o Fórum tem encontrado dificuldades de estabelecer laços sociais, porque não consegue garantir uma intensidade de frequência, sistematização e continuidade de ações, comprometendo a possibilidade de ser um espaço primordial de fortalecimento da ES.

Esse fato levou os membros do FDES a rever a sua estrutura organizativa e as formas de produção de relações sociais, a partir de encontros mais permanentes para discutir o processo de construção da ES no DF e Entorno.

A organização do Fórum fundamentou-se, primeiramente, por Grupos de Trabalho – GT's, e depois para Coordenadores Regionais, conforme apresentado no Quadro 11 a seguir.

Quadro 11: Planejamento do FDES - 2003 a 2008

Ano	Metas	Ações	Bandeiras de Lutas
2003/ 2004	Organização do FDES. Divulgação da ES.	Reuniões semanais e mensais e cursos de capacitação para os participantes. Comissões de trabalho e planejamento de ações por GT's.	Formação. Divulgação.
2005	Divulgação da ES em todas as regiões administrativas. Formação em ES. Infra-Estrutura para o FDES. Comercialização dos produtos gerados pelos EES.	Elaboração do selo de ES. Realização de feiras em diferentes regiões com calendário prévio. Manutenção de uma rede regional de informações e divulgação interna. Utilização de correio, <i>e-mail</i> , jornal, telefone, fax, <i>site</i> – entre outros meios de comunicação. Divulgação de cadastro dos empreendimentos – mapeamento – e visibilidade dos mesmos – atrair investidores solidários com a causa. Estruturação do GT de comunicação. Ampliação dos espaços de comercialização. Parceria com a UnB e outras instituições. Encontro para refletir sobre a “Carta de Princípios”. Cursos e oficinas de formação de ES para empreendimentos.	Comunicação. Produção, comercialização e consumo. Formação.
2006	Mapeamento interno do Fórum. Criação do regimento interno. Capacitação/Formação /qualificação em ES. Levantamento de calendários de atividades nas cidades administrativas, para ações solidárias.	Fichas de controle dos participantes e historias de vida. Encontros para elaboração do regimento. Participação nas feiras de ES, com atividades formativas. Participação nos movimentos sociais de caráter popular. Discutir a participação no Conselho Nacional de Economia Solidária. Escolha dos representantes locais para a Coordenação Nacional.	Formação. Comercialização
2007/ 2008	Curso de formação no campo da economia solidária, na área de gestão do trabalho e do produto. Aproximação com as cidades administrativas para projetos de geração de renda e comercialização dos produtos. Formalização dos empreendimentos em associações ou cooperativas. Intensificação das trocas de produtos e experiências entre os participantes do Fórum Distrital. Continuidade do mapeamento.	- Certificação dos produtos e serviços da ES; - Legislação específica da ES nos Estados e Municípios; - Busca de recursos financeiros para os empreendimentos poderem trabalhar e para articulação do Fórum; - Estrutura para os Fóruns: secretaria executiva, espaço físico; - Política de comunicação que inclua a veiculação em diversos meios; - Inclusão digital: Buscar a aquisição de computadores para os empreendimentos solidários e aprovação de projetos de inclusão digital dos mesmos; - Valorização do bioma Cerrado com toda a sua diversidade (na produção de óleos, etc.); e Fortalecer a regionalização do FDES.	Marco jurídico e marco legal em nível estadual e municipal. Comercialização : comércio justo e solidário, espaços de comercialização , fortalecer a troca solidária. Fortalecimento das redes e cadeias produtivas existentes e criação de novas cadeias. Formação. Divulgação.

Fonte: documentos oficiais do FDES, adaptado pela autora.

O quadro revela que o Fórum Distrital foi o porta-voz dos segmentos excluídos da sociedade, cujas necessidades se tornaram demandas a serem perseguidas e metas a serem alcançadas. Evidenciamos que nos primeiros anos (2003 a 2006), a preocupação dos participantes estava relacionada com a comercialização de produtos e serviços, a divulgação e formação no campo da ES. Algumas medidas foram realizadas como a constituição do calendário de feiras nacional e regional, cursos de formação em ES e aplicação do mapeamento.

No período posterior (2006 a 2008), a preocupação maior foi o marco legal, onde havia a necessidade do reconhecimento das novas práticas de trabalho e produção, manifestada nas questões da legislação do cooperativismo, na mudança da Lei de Falências, nos editais das linhas de financiamento ou mesmo na questão da tributação dos produtos gerados pelos EES.

As bandeiras de lutas expressaram as reais necessidades e o *déficit* de cidadania no país, ancoradas por uma política fiscal, tributaria e agrária, que favorecem o capital e o mercado, e menos o trabalho. Isso porque a grande carga tributária recai sobre o consumo e não sobre a renda, fazendo com que a população mais empobrecida pague mais, ou ainda, quando a reforma agrária significa apenas ocupação de terra sem planejamento de infra-estrutura e mais, na excessiva taxação de mercadorias.

A escolha de algumas bandeiras de lutas (Formação, PCC, Marco Legal e Finanças), significaram as principais demandas, que passaram a fazer parte das discussões dos fóruns estaduais e que culmina no debate do FBES, com a possibilidade de se tornarem os desafios da Senaes, para implementação de muitas delas como política pública.

Os elos entre FBES e os Fóruns estaduais revelam aspectos de sinergias e tensões, na medida em que o Fórum brasileiro representa regiões muito diversificadas, com histórias de exclusão e estratégias de organização diferenciadas, o que suscita ao Fórum Nacional uma forma organizativa mais orgânica, com metodologias autogestionárias, que possam ligar os diversos interesses e carências territoriais numa convergência de propostas, que reforce os valores da ES.

Podemos lembrar Marx, afirmando o FBES como a síntese de múltiplas determinações, onde cada Fórum no país tenha o seu engajamento reconhecido como espaço importante para fortalecer a ES como projeto de sociedade.

Em janeiro de 2007, ocorreu o primeiro encontro na região de Centro-Oeste, para discutir a reestruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, na cidade de

Cuiabá-MT. Participaram representantes dos três segmentos que compõem os Fóruns dos Estados de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Clóvis Vailant, um dos integrantes do Fórum Nacional de Economia Solidária, explica qual o objetivo do encontro:

“Essa coordenação nacional que devemos aqui discutir sempre está em conflito, porém a luta e essa coordenação executiva deve ser revista. As varias experiências aqui presentes são possíveis graças ao trabalho de base que viemos fazendo. As diferenças regionais e estaduais, e territoriais que emperram o processo também será foco de discussão neste encontro. Várias são as angustias sobre conquistas, avanços e retrocessos, aqui é o espaço de debate para avaliar as iniciativas do próprio movimento, do governo, sociedade e parceiras”.

Nesse encontro discutimos o desafio do Fórum Brasileiro na sua reestruturação, dadas as diferenças regionais, onde temáticas como ecologia, sustentabilidade e regionalização estão na ordem do dia. Associado às dinâmicas próprias de cada Fórum Regional houve a necessidade de melhorar a comunicação entre os Fóruns e destes com o Fórum Brasileiro.

O encontro apontou a falta de articulação dos FBES com os Fóruns estaduais e destes entre si, o que tem sido o maior desafio desse espaço político. Esse fato compromete as interações entre os sujeitos sociais, que não conseguem constituir laços sociais e, portanto, não estimula a amizade, a confiança e o estabelecimento de trocas incondicionais.

Daniel Taigel, da Secretaria Executiva do FBES, expressa a necessidade da reestruturação do Fórum Brasileiro, que reflete as formas assumidas pelos Fóruns estaduais, que vieram se consolidando com a ampliação de sua base representativa de empreendimentos, oriundos do movimento popular, mas ainda marcado pela ausência de gestores públicos.

Afirma que os Fóruns são de natureza diversificadas, nas formas de linguagem e de pontos de vista, como as questões de gênero, raça, etnia, religião, entre outras. Há uma pluralidade de contribuições importantes, mas é preciso canalizá-las para o fortalecimento real da ES no país.

“Desde a criação do próprio fórum nacional nunca foi feito nenhum trabalho/plenária sistematizado(a) para avaliar as ações, avanços e retrocessos

desta caminhada. Sem contar os Fóruns Estaduais, de lá para cá muito coisa mudou, muitas conquistas e construções aconteceram nas regiões, devido todas estas questões aqui levantadas e que temos a necessidade de sentar para discutir e repensar os desafios e possibilidades que, com certeza surgiram durante este todo período, analisando e propondo mudanças e/ou reformulações adequadas de região para região conforme sua realidade”.

O Instituto Marista Solidariedade, entidade de apoio a ES, com ações sociais de fomento por meio de financiamento de projetos sociais de inclusão social, através de sua representação no encontro, coloca que, no processo de reestruturação do Fórum é preciso conhecer melhor a realidade dos Fóruns estaduais e desenvolver o planejamento estratégico, que é algo importante e que ainda não existe.

“Questiona como fazer para fortalecer as representatividades dos Estados? o Fórum Brasileiro está contemplado pela participação de todos os Estados? A autogestão do Fórum será uma utopia? Há autonomia financeira? Qual o papel de cada segmento dentro de Fórum, será que todos conhecem? Como trabalhamos os princípios nesse espaço? E a questão jurídica? São varias questões lançadas como desafios para este trabalho de reestruturação. É importante ter bem definido qual é o papel do Fórum Nacional e do Estadual, até por uma questão de autonomia”.

No discurso de um membro de empreendimento, este acredita que os empreendimentos não assumem as resoluções do FBES, por falta de estrutura política e de logística e assim a prática capitalista vai se sobressaindo, gerando uma grande rotatividade de pessoas e grupos, gerando uma falta de continuidade na formação da qualidade das representações junto ao Fórum Nacional.

A rotatividade de membros, a desmobilização e a inconstância dos encontros entre os Fóruns, são alguns aspectos que podem comprometer a gestão do social. Um exemplo tem sido a disputa regional por recursos, participações a nível nacional e acesso a parcerias. São ações que não remetem à reciprocidade.

Essa percepção foi destacada por uma representante de empreendimentos nesse encontro, afirmando que a questão da disputa regional está obstaculizando as ações na região Centro-Oeste, impedindo o desenvolvimento da ES. Sua fala expressa:

“É importante refazer um estudo do documento do Encontro dos Empreendimentos, resgatando nossas bandeiras de luta. Conseguimos apoio

para organização, falta agora apoio no recurso financeiro para produção e comercialização, para efetiva geração de renda, e quem deve conduzir o processo somos nós mesmos. O Centro-Oeste precisa se fortalecer, pois não consegue articular a participação em nível nacional pela falta de articulação entre os Estados, é imprescindível nossa autonomia enquanto organização regional perante o cenário Nacional” (Tiana, representante dos empreendimentos, 2007).

Toda a dimensão desse encontro, ocorrido em Cuiabá, destaca a questão da articulação interna entre os Fóruns e apresenta a urgência de criação de vínculos sociais para assegurar a afirmação da ES como uma alternativa real de sociedade.

Os vínculos sociais podem garantir a interlocução necessária da sociedade civil com o Estado e o Mercado, no sentido de se fazer reconhecer em suas demandas e de fortalecer a “Carta de Princípios”, que rege a ES, onde apresenta postulados para o gerenciamento de uma outra economia e organização da vida comunitária (ver Anexo 2).

Nesse contexto, o FDES tem contribuído para destacar a ES no Centro-oeste, no DF e Entorno, promovendo debates sobre a sua própria reestruturação, devido ao processo de mudança ocorrida no país, pela atuação do governo de esquerda, com a criação da Senaes e ampliação dos programas sociais, e pela visibilidade e reconhecimento que a ES vem adquirindo a partir de seu mapeamento.

Importante ressaltar que nos encontros do Fórum primaram pela prática democrática em três sentidos: 1) escuta e direito à palavra; 2) concertação de idéias; e 3) resgate permanente dos princípios da ES.

Essa condução proporciona uma boa estratégia de administrar os conflitos e a promover o compartilhamento do poder, porque o sentido do coletivo está sempre posto, até mesmo quando as disputa de idéias estão muito acirradas, ou quando a desconfiança se instala no grupo de debate.

Nessa perspectiva, a reestruturação do Fórum Distrital do DF e Entorno foi pensada por meio de uma comissão, com representação dos três segmentos, indicada pela plenária do Fórum, para apresentar uma proposta de regimento interno, que contivesse as mudanças necessárias a uma nova composição e diretrizes de melhor funcionamento. A comissão apresenta o primeiro esboço do regimento interno, respeitando as especificidades do território e a trajetória de composição de seus segmentos.

A proposta de organização do Fórum condiz com dois princípios: o primeiro, diz respeito à composição das instâncias representativas – equilíbrio de representação de gênero, segmento e região; o segundo, destaca que as decisões do Fórum sejam sempre referendadas em plenária.

A preocupação está em não repetir as práticas capitalistas de gestão, onde ocorrem relações assimétricas de poder, cujos cargos e funções atribuem empoderamentos e distinções.

A proposta da reestruturação do FDES é manter relações de reciprocidade, por meio da consistência dos encontros, do contato pessoal contínuo, do diálogo, de relações simétricas no interior dos segmentos e entre eles e da valorização da amizade.

Assim, apresentamos a configuração organizativa do Fórum, que deve funcionar de forma interativa e horizontal. Na proposta da comissão houve um debate em torno do número de componentes para a coordenação regional do Fórum. Um grupo apóia a idéia da composição de 10 membros; 1 representante de cada regional (6 no total), dois representantes de segmento (um gestor público e uma entidade de apoio) e dois secretários (um de finanças e um executivo). A segunda proposta acrescenta os três representantes a nível nacional, compondo assim 13 pessoas, e não em número de 10.

A questão é evitar acumulação de cargos e dupla responsabilidade, com a finalidade de manter uma melhor articulação com o FBES.

Quadro 12: Proposta de Estrutura do FDES

Função	Composição	Atribuição	Funcionamento
P L E N Á R I A	Três segmentos - EES, GP e EAF; segmentos em potencial, movimentos sociais e militantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberar sobre as decisões da Plenária - Propor e aprovar e fazer cumprir o Regimento Interno do Fórum Distrital do DF e Entorno. - Acompanhar e monitorar a execução das atividades proposta em plenária. - Propor e Aprovar o plano de despesa e a prestação de conta do Fórum Distrital; - Eleger toda a composição do FDES: Coordenação regional e Secretaria. 	<p>O FDES se reunirá uma vez por mês em caráter ordinário e extraordinariamente, quando convocado pela Coordenação Geral.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As decisões do Fórum serão deliberadas em Plenária, por maioria simples dos/as representantes presentes. - Cada organização/entidade indicará dois titulares para participar nas votações nas Plenárias do Fórum Distrital. - Cada organização/entidade terá direito apenas de um vez. - O não comparecimento do/a titular, por três vezes consecutivas ou cinco alternadas às Plenárias implicará em comunicação à organização/entidade e Gestor Público participante, para que seja providenciada a substituição

			dos/das representantes indicados. - A não indicação do/a representante ou o seu não comparecimento às duas reuniões seguintes implicará no desligamento automático da organização/entidade. Somente o Gestor Público e o Empreendimento que poderá pleitear seu retorno ao Fórum Distrital, mediante nova carta de adesão.
C O R D E N A Ç ÃO	Composta de 13 membros eleita pela Plenária, por um período de dois anos.	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberar sobre as decisões políticas, operacionais e administrativas do FDES; - Fazer mediações políticas nas instâncias municipal e estadual; - Contribuir para o fortalecimento da ES e do FBES; e - Manter o diálogo com outros fóruns de ES, com os movimentos sociais e com a Senaes. 	As pautas devem ser construídas coletivamente e com antecedência de 10 dias, por edital. Divulgação ampliada via internet, telefone, avisos. Resultados amplamente divulgados.
S E C R E T A R I A S		<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a gestão política cotidiana; - Propiciar a interlocução com os movimentos sociais, governo estadual e municipal; - Acatar e implementar as deliberações da plenária e da Coordenação Geral; - Fazer as comunicações das reuniões e eventos aos/às integrantes do Fórum Distrital; - Elaborar as atas, pauta e providenciar sua distribuição aos/às integrantes do Fórum. Arquivar atas, relatórios e correspondências; - Buscar, receber e divulgar informações de órgãos e entidades engajadas no fomento da economia solidária; e - Autorizar o custeio das atividades do Fórum Distrital assim como receber doações de serviços, de entidades participantes ou colaboradoras e prestar contas destas atividades nas Plenárias. 	Um Secretário que cuida da parte de execução e outro da parte financeira

Fonte: documentos oficiais do FDES, adaptado pela autora.

Essa proposta de mudança na reestruturação do Fórum colocou em xeque a nossa possibilidade de lidar com o coletivo, na medida em que, o que está em jogo é o poder da representação, pressupondo o reconhecimento da pessoa como qualificada para falar em nome do Fórum e da ES e mesmo por responder pelo coletivo em decisões de cunho nacional.

Portanto, a busca pelo prestígio e pelo reconhecimento estão presentes nas relações sociais do Fórum, manifestados pelas escolhas da plenária nas representações de delegações, cursos, encontros, feiras e quaisquer atividades em nome da ES.

No entanto, o reconhecimento da representação somente acontece no processo de engajamento das pessoas no movimento e não por pactuações de interesses. A disputa pelo campo das representações tem sido muito freqüente no FDES, levando ao grupo a consolidar táticas de autogestão e ao reconhecimento das nossas fragilidades para exercê-lo.

As delegações escolhidas para participar nos congressos, conselhos e conferências nacionais, promovidos pelo FBES ou pela Senaes, são um bom exemplo do acirramento das disputas e da importância do critério do engajamento real e contínuo na avaliação dos atributos para a representação no Fórum de Economia Solidária.

A democracia é ativada no espaço do Fórum, por meio da participação engajada e responsável das pessoas no processo de construção da ES no território, onde se reúne liberdade e obrigação, no dizer de Marcel Mauss, como elementos complementares. São esses atributos que ganham reconhecimento do grupo nas escolhas para as representações.

Por isso, o item do regimento que mereceu mais ampla discussão foram os critérios para a participação no Fórum do DF e Entorno. Foram discutidos pelos coordenadores regionais, em suas próprias áreas de atuação, e levados em plenária para referendamentação.

Os critérios acordados foram: a) participação efetiva; b) presença contínua nas reuniões do Fórum e demais atividades previstas nas reuniões; c) envolvimento nas atividades propostas; d) cumprimento das atribuições conferidas pela plenária; e) transparência e ética nas ações; f) respeito às diferenças; g) capacidade de diálogo; h) solidariedade e cooperação; i) administrar os conflitos sem desqualificar o outro; j) não se utilizar do Fórum para interesses pessoais, mas para o bem-comum; h) preservar a imagem do Fórum; e i) conviver com as diferenças.

A seleção desses critérios esteve relacionada com a própria história do FDES, no tocante a um movimento inconstante do número de participantes e formas de engajamento pouco afeitas à constituição de vínculos sociais, que pudesse fortalecer a ES. Por isso, a insistência de critérios fundamentados no comprometimento e na presença assídua.

Parece que a preocupação com a construção de uma dinâmica mais interativa e processual no Fórum está associada à idéia de que os vínculos sociais somente ocorrem quando há aproximações, trocas, diálogos, tensões e, ainda assim, permanece a confiança.

A confiança tem sido um atributo valoroso nas relações sociais cotidianas dos membros participantes do Fórum, porque permite relacionar-se com melhor disposição para aceitar as diferenças, de utilizar-se da palavra sem constrangimentos e de estabelecer diálogos com a construção de idéias diversificadas.

Quando ocorrem situações em que as relações de confiança estão estremecidas no grupo, coloca-se a situação em pauta e oportuniza às pessoas colocarem seus argumentos e utilizarem da palavra para que se expressem e assim usar do argumento como um princípio moral, no dizer de Habermas.

As instâncias participativas do FDES do DF e Entorno estão representadas em três segmentos e, segundo o Regimento Interno, compõem-se de:

Art.17º: Empreendimentos Solidários (cooperativas, associações, empresas de autogestão e grupos informais) com direito a voz e voto; desde que a Sede do empreendimento seja no DF ou Entorno (fora isso só tenha direito a voz).

Art. 18º: Entidades de Assessoria e Fomento com direito a voz e voto; desde que a Sede das mesmas seja no DF ou Entorno (fora isso só tenha direito a voz).

Art. 19º: Gestores Públicos municipais, estaduais e federais, com direito a voz.

Art.20º: Pessoas e ou /militantes que tenham interesse em ES, com direito somente a voz.

Art.21º: Poderá participar do Fórum segmentos “potenciais”, mas não poderão exercer cargos de representações e outros movimentos sociais, com direito a voz, mas não voto.

No momento, O FDES possui 26 participantes com as seguintes representações: 4 Entidades de Apoio e Fomento, 2 Gestores Públicos, 10 Associações, 3 Cooperativas, 1 Rede de Artesanato e Costura, 1 Centro popular, 1 Núcleo de Apoio a Deficientes, 1 militante e 1 grupo informal.

No quadro a seguir apresenta-se uma síntese dos segmentos integrantes.

Quadro 13: Perfil dos Participantes do FDES

Entidade / Organização	Vínculo com o Fórum	Tempo de Participação	Formas de Atuação
UnB	EAF	8 anos	Cursos de formação/incubação de empreendimentos
Pátria Amada	EAF	8 anos	Assessoria de organização do Fórum Cursos de formação
Empreendimento Cerrado preservado – Paranoá	EES	8 anos	Comercialização
Cooperativa CoopLine de Prestação de Serviços	EES	1 ano	Prestadora de serviços gerais
Associação do Gama Maria Brejeira	EES	2 anos	Comercialização
Rede de Associações de bordadeiras “Bem me quero” (10 associações)	EES	2 anos	10 associações de bordadeiras e costureiras
Associação Acosol no Recanto das Emas	EES	1 ano	Comercialização e produção
Centro Cultural de Val Paraíso	EES	2 anos	Cursos de formação e produção
Cooperativa Grupo vida e preservação - Padre Bernardo	EES	3 anos	Cursos de formação
CEDEP - Paranoá	EAF	1 ano	Formação em educação popular
Associação cultural CIA Articum - Ceilândia	EES	5 anos	Destaque da cultura local e desenvolvimento local
Associação ARUREMAS - Recanto das Emas	EES	3 anos	Produção e comercialização
Associação ASMAES	EES	2 anos	Produção e comercialização
Núcleo de Apoio a Deficientes – Ceilândia	EES	3 anos	Apoio às pessoas portadores de necessidades especiais
Consad - Consultoria para Empreendimentos e Projeto Ambiental - Águas Lindas	EAF	1 ano	Elaboração de projetos sociais e ambientais
Educador popular – Brazlândia	Militante	2 anos	Educador popular

Cooperativa de Projetos sociais IPOENA - trilha mundos	EES	5 anos	Formação
Grupo de teatro e grupo Canta Brasília	EES	1 ano	Valorização da cultura local
Prefeitura Municipal de Águas Lindas	Gestor Público	3 anos	Apoio logístico e de infra-estrutura, especialmente na comercialização
Associação Arteras	EES	3 anos	Comercialização
Associação Central do Cerrado	EES	5 anos	Divulgação e comercialização dos produtos do cerrado
Associação Ascobel - Águas Lindas	EES	3 anos	Produção e Comercialização
Associação do Ministério do Meio Ambiente AMMA	Gestor Público	7 anos	Formação e apoio logístico
Associação de Produtores Rurais do Assentamento Colônia I - Padre Bernardo	EES	4 anos	Fortalecimento da agricultura familiar

Fonte: organizado pela autora

De um modo geral ocorrem relações de proximidade mais intensas entre os EES e as Entidades de apoio e fomento, devido a forma de organização do Fórum em que sempre há composição coletiva, comissões de trabalho, deliberações em plenárias, enfim, processos de construção de idéias das questões que estão na pauta do dia, que são pensadas e implementadas pelo coletivo.

No entanto, vem se assistindo uma inserção desigual de participantes nas atividades do Fórum, às vezes alguns acumulando atribuições e não se permitindo a uma rotatividade necessária para que todos os representantes possam contribuir no processo de construção coletiva. Assim, comprometemos a proposta de autogestão do próprio grupo.

Os Fóruns estaduais passam por uma avaliação intensa de seu papel e de sua função no âmbito da ES no país, assentindo para a re-visão da real capilaridade que possuem a nível territorial, de sua efetiva contribuição para divulgar a existência da possibilidade de alternativas ao sistema capitalista e de afirmar a ES como um elemento fundamental para uma política de desenvolvimento do Brasil.

Pode-se dizer que a experiência no movimento, a nível local, traduz a necessidade de envolvimento dos gestores públicos na construção da Economia Solidária, que permitirá uma melhor inserção no território além do cuidado pela manutenção de uma democracia interna pautada pela solidariedade.

Portanto, a gestão do Fórum, onde as decisões são tomadas coletivamente ou por delegação de poder, sendo a autoridade maior a assembléia, apresenta a possibilidade de se constituir relações simétricas, onde todos sintam-se incluídos, aceitos e respeitados.

As relações entre os segmentos, muitas vezes, traduzem uma perspectiva de sujeição moral, dada as diferenças de escolarização, níveis de renda, relações com o trabalho e com o mercado diferenciado, mas podem ser evitados se houver o compartilhamento dos saberes e das experiências, elementos que afirmam a confiança e a autonomia, quando os elos horizontais se estabelecem.

Considerando que as relações simétricas de poder são a condição para o reconhecimento do outro e que, uma vez manifestadas nas interações entre os segmentos do Fórum, acarretam sim a real possibilidade de vivermos a solidariedade democrática.

A vivência na história do FDES aponta para o aprofundamento do circuito da dádiva, onde dar-receber-retribuir conjuga com relações de intercâmbio e de reciprocidade, mas busca-se privilegiar os vínculos sociais como operadores das relações sociais.

Destaca-se que há, na concepção de Temple (2001), diferentes formas de reciprocidade no Fórum. Pode-se perceber uma estrutura de reciprocidade binária, simétrica em três situações: 1) quando há inclusão de todos em ações do Fórum, nas comissões e grupos de trabalho; 2) na busca coletiva de problemas que afetam o grupo ou parte dele, ou mesmo aos membros individualmente, gerando o cuidado com o outro; e 3) o reconhecimento do tempo solidário, da ajuda-mútua e do engajamento, como atributos de pertencimento.

Esses elementos constituem dádivas entre os integrantes do Fórum, mas ainda se reconhece práticas que conforma uma estrutura binária, unilateral e assimétrica. Conforme já assinalado, nos processos indicativos das representações, nem sempre há o respeito pelas deliberações da plenária, muitos buscam articulações entre o seu segmento para “compor com simpatias” e, outras vezes, presencia-se acordos para o interesse próprio.

Essa ambigüidade nas relações sociais no interior do Fórum se reflete também nas relações sociais com o ambiente externo, nas parcerias e alianças estabelecidas em nome do Fórum ou para ele. A manifestação concreta ocorre nas disputas entre as entidades de apoio por recursos para o assessoramento, no acesso diferenciado às

informações sobre as políticas de crédito e na perpetuação do poder de representação da ES, a nível nacional.

Essas situações geram relações sociais assimétricas, constrangedoras para os princípios da ES, comprometendo a confiança entre os parceiros, acirrando competições que acabam gerando inimizades, ampliando a dádiva agonística.

Como exemplo, a situação criada na IV Plenária do FBES, em 2008, onde havia uma disputa séria no processo de mudança da composição e estrutura do FBES, no sentido de permitir uma nova reorganização, que permitisse rotatividade, capilaridade e inserção de novos aliados.

Assistiu-se a um processo de enfrentamentos pessoais e institucionais, que não permitiu o término dos trabalhos da assembléia, mostrando assim que se precisa avançar muito, quando se trata do compartilhamento do poder, elemento essencial à autogestão e à solidariedade.

Conforme Caillé (1998, p. 30), mesmo assimétrica e unilateral, essa relação permite iniciar uma aliança, ainda que esteja longe das relações mútuas cada vez mais simétricas que desejamos.

“Na dádiva se permite constituir alianças entre pessoas concretas bem distintas e invariavelmente inimigas em potencial, unindo-as numa mesma cadeia de obrigações, desafios e benefícios”.

Afere-se que, de um modo geral, o Fórum Distrital se aproxima de uma reciprocidade ternária, onde “recebe-se de um doador e doa-se a outro” (TEMPLE, 2003b, p. 189), isto é, não há uma temporalidade na ação retribuída, pois dá-se para que o outro dê.

De certa maneira, a participação na construção da ES, nas atividades do Fórum, é sempre regida por uma situação de incerteza, é uma aposta na possibilidade de construção de um outro projeto de sociedade, onde o nosso tempo solidário, os nossos investimentos materiais e simbólicos estão circunstanciados pelo risco da retribuição, que pode não acontecer.

CAPITULO 5

ESTUDOS DOS VÍNCULOS SOCIAIS NO FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Esta pesquisa social reflete sobre as práticas de relações sociais ocorridas entre os segmentos do FDES, caracterizadas por diferentes racionalidades e sociabilidades, que se manifestam na convivência cotidiana e no esforço coletivo de desenvolver e produzir ações coletivas de afirmação dos princípios e valores propostos pela Economia Solidária.

A investigação do percurso das experiências dos segmentos do Fórum com o mundo do trabalho proporcionou o conhecimento da própria história desse espaço de interlocução com a sociedade civil, pela afirmação de outra sociedade e economia, contribuindo para a produção de um conhecimento crítico sobre as condições objetivas e reais da trajetória da ES no Brasil.

As informações e dados adquiridos para essa investigação foram extraídos do mundo fenomenológico, “a coisa em si”, segundo Kosik (1976). Isto significa estabelecer conexões entre: a) o levantamento e a análise de dados em documentos escritos, muitos deles elaborados conjuntamente no Fórum Distrital; b) a observação da realidade, pela participação intensa e direta nas atividades previstas pelo Fórum Brasileiro nos Estados; e c) pela análise dos discursos dos segmentos do Fórum Distrital, provenientes das reuniões, debates e encontros promovidos pelos FDES, FBES e Senaes.

As análises foram extraídas do “Discurso do Sujeito Coletivo” e dos questionários aplicados aos membros do Fórum (ver anexo 6), que possibilitaram a reconstrução por meio das respostas individuais e dos variados discursos-sínteses, sobre a concepção do grupo investigado a respeito das questões da pesquisa. (Gibertoni; Falcão, 2005).

A coleta dos dados foi ampliada na pesquisa, quando foi associada à observação participante e à pesquisa bibliográfica, com o estudo do pensamento de intelectuais no campo da ES e a análise de informações em documentos escritos de caráter normativo, informativo e deliberativo.

Nas páginas seguintes há reflexões sobre as formas que assumem as relações sociais dos integrantes do FDES, a nível interno entre os segmentos e no mesmo segmento, e a nível externo com o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil em geral.

A proposta foi traduzir como as trocas, na forma de reciprocidade, acontecem no Fórum Distrital e quais os desdobramentos para a Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno.

5.1 Motivações, Significações e Expectativas dos Segmentos do FDES na construção da Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno

Um dos espaços de construção da ES no Brasil tem sido os Fóruns estaduais, onde presenciamos as dinâmicas sociais para o fortalecimento da ES como um projeto de sociedade. O Fórum Distrital revela em que contexto real ocorre as condições para que esse objetivo seja alcançado.

Identificam-se, nas histórias dos EES, três aspectos importantes: o primeiro é o processo migratório para Brasília, dado que a maioria dos membros dos EES veio de outras localidades. O segundo foi a presença em algum momento do trabalho informal na vida dessas pessoas, denotando falta de proteção social, e o terceiro se refere à busca de alternativas pelo trabalho associado.

Destacam-se três histórias de membros de empreendimentos do FDES na relação com o mundo do trabalho:

História 1: 48 anos, gênero feminino, vem de São Luís-MA, viajou sem dinheiro algum. Morou de aluguel num barraco no Gama durante 4 anos e trabalhou ali como empregada, porém, não gostava e não queria mais trabalhar de empregada. Queria ter uma casa própria, trabalhar de carteira assinada e ter os seus direitos respeitados. Casou, conseguiu um lote em São Sebastião e passou a construir a sua casa com a ajuda do marido, tentou ter filhos, mas não conseguia engravidar. Depois de um tratamento cirúrgico teve dois filhos e se sentiu muito realizada. Conheceu o grupo de bordado através de Severa, ícone da cooperativa, por acaso, indo deixar os filhos na escola. Entrou para o grupo e se identificou com ele. Hoje vê o grupo como uma terapia para o dia a dia, espera o seu crescimento, prosperidade, produtividade e que o grupo consiga um galpão para trabalhar melhor.

História 2: gênero feminino, natural do Estado de Goiás, veio para Brasília para trabalhar, mas por um problema de insuficiência renal se aposentou e se mudou para São Sebastião, onde comprou uma casa por um preço bem barato. Tem uma filha de 22 anos. Conheceu o grupo de bordado através de uma amiga e como não podia trabalhar em outra coisa entrou no grupo para poder complementar a sua renda muito baixa. Há 16 anos é evangélica, assim como a filha, e está muito feliz como vive. Espera que o

grupo cresça com muita união e otimismo para que as bordadeiras sejam reconhecidas pela qualidade do seu trabalho, para terem uma “renda bem gorda”.

História 3: (gênero masculino) desde jovem trabalhei como empregado, sendo explorado por patrões capitalistas, sempre me destaquei por ser uma pessoa de respeito e cumpridor de minhas tarefas, mais isso não era o suficiente, mais cedo ou mais tarde era mandado embora, muitas vezes com uma justificativa mais ou menos, e lá estava eu, fazendo parte da estatística do grupo de desempregados. Isso sim era o pior pra mim, tinha que comunicar minha família e amigos, me sentia envergonhado. Hoje sou associado de uma cooperativa de trabalho, na qual eu fiz parte da fundação em 08/05/2003. Fui um dos vinte cooperados fundadores, não fazia parte da diretoria nem do conselho fiscal, era apenas um cooperado, e hoje estou completando um ano como presidente da mesma.

As histórias mostram as experiências com o mundo do trabalho, marcadas pelo trabalho informal e emprego precarizado, mas são grupos populares que apostam no trabalho associado, como sendo capaz de permitir a geração de renda e o reconhecimento.

Essa perspectiva foi afirmada pelos dados do questionário, que apontam a importância do trabalho na vida das pessoas.

DSC
O trabalho significa ação e compromisso em prol de um objetivo. É tudo o que se produz. Dá dignidade e valorização da vida. Dignidade de ser cidadão. Meio de sobrevivência e dignificação. Ajuda na solidariedade. Ainda busco o trabalho formal (CLT), por questão de sobrevivência, mas prefiro estar na autogestão.

Essas palavras mostram a centralidade do trabalho nas vidas das pessoas, executando uma atividade laboral ativa, com o sentido de desenvolver as potencialidades humanas, ora gerando sofrimento, alienação e desencantamento, e ora constitui a liberdade, o equilíbrio e a identidade. Por isso, a sua ausência acarreta perdas na dimensão material (perda de dinheiro, de crédito no mercado, de poder de compra e de acesso aos serviços públicos), e na dimensão simbólica (perda de *status*, de prestígio, de poder, de honra e de reconhecimento).

Porém, a busca pelo trabalho associado aparece como uma das possibilidades de enfrentamento da crise do mundo do trabalho, onde a autogestão tem sido discutida nos empreendimentos como condição necessária à prática de uma outra economia. As experiências de organização do Fórum parecem contribuir para que a autogestão ocorra

na própria organização do empreendimento, como também as experiências dos EES permitem melhorias de organização do Fórum.

Pode-se mostrar que a participação do Fórum na ES está representada pelo incentivo ao trabalho associado, promovendo lideranças autogestionárias. O sentido do trabalho associado está expresso nos DSC nos encontros do Fórum e nas atividades previstas por ele.

DSC
Vontade de crescer, aprender, ensinar, fazer novas amizades e principalmente de se distrair. Necessidade de uma ocupação, geração de renda e Terapia Comunitária, pois grande parte das mulheres tem problemas de depressão. Constituir a geração de renda, o aperfeiçoamento da mão-de-obra, e a possibilidade de fazer Terapia Ocupacional.

Há presença de diferentes racionalidades, que marcam o sentido da ação os integrantes do Fórum, com a racionalidade do “homo economicus”, quando as relações sociais no Fórum assumem a satisfação de interesses próprios, que podem estar associados ao *status*, busca de reconhecimento no grupo e sobrevivência.

A racionalidade do “homo donatus” aparece no tempo solidário disponível às atividades da construção da ES, nas trocas solidárias, nas práticas de dádivas-partilha e nas possibilidades de reciprocidades permitidas às relações solidárias no interior do Fórum.

Contudo, o convívio com essas racionalidades servem de reflexões para a valorização das práticas sociais que se aproximam da dádiva-partilha. A participação no Fórum Distrital leva ao incentivo do trabalho associado, destacando a importância de uma construção coletiva com lideranças autogestionárias.

As formas assumidas pelos EES de trabalhar e produzir estão associadas às atividades que desenvolvem para gerar renda e trabalho.

Nos DSC observam-se como os empreendimentos organizam suas atividades:

DSC
O grupo se reúne duas vezes por semana, as terças e quintas-feiras das 14h00min às 18h00min, na casa da presidente da associação, mas trabalham diariamente em suas próprias casas, onde trabalham com artesanato uma média de quatro horas diárias. Com relação ao processo de divisão do trabalho, a pessoa que

começa é a mesma que termina, ou seja, a pessoa produz tudo sozinha, desenha, corta, costura, borda e dá o acabamento, mas o grupo tem o desejo de que todas as mulheres aprendam fazer tudo e se aperfeiçoem para que o trabalho seja dividido, uma cortando, a outra bordando, etc. O grupo se reúne duas vezes por semana, as quartas e sextas-feiras das 14h00min às 17h00min, na casa da presidente, mas também levam atividades para suas próprias casas. Com relação ao processo de divisão do trabalho, a pessoa que começa é a mesma que termina, ou seja, a pessoa produz tudo sozinha. O grupo se reúne quatro vezes por semana, as segundas, terças, quartas e quintas-feiras, das 14h00min às 17h00min, na casa da presidente, mas trabalham diariamente em suas próprias casas, calculando um total de praticamente oito horas diárias de trabalho. Trabalhamos pela manhã e vamos para a cooperativa pela tarde. O grupo é muito divertido, pois é um lugar onde ficamos muito[a] vontade e descontraída. Esperamos permanecer no grupo, desejamos que ele cresça, produza ainda mais e que o grupo não acabe.

A forma de trabalho desses grupos mostra como acontece a autogestão, manifestada pela divisão social do trabalho, mas não uma divisão do saber. Todas as mulheres aprendem e ensinam e fazem tudo que é necessário à confecção do produto, respeitando as habilidades e dificuldades de cada uma.

As tarefas são definidas coletivamente e respeitam a natureza e as condições de trabalhos comunitários, onde obrigação e liberdade coexistem, na medida em que cada uma define suas atividades no grupo e as cumpre, sabendo que o descumprimento de uma acarreta prejuízo às demais.

Importante destacar o papel da liderança na constituição e organização dos grupos associados. A liderança tem sido exercida por mulheres que possuem habilidades de gerenciamento, iniciativa e poder de articulação e que ainda possuem uma melhor condição material de vida, além de a associação existir no espaço da casa da líder.

Nessa situação ocorrem relações de trocas, que assumem características diversas como a dádiva-doação e a dádiva-partilha, quando há o empréstimo da casa para as reuniões de trabalho e a organização da associação. Parece que as formas de dádivas podem estar associadas às formas de constituição da autogestão do grupo de trabalho.

DSC

Uma das nossas metas principais é possuir um lugar público onde possa funcionar a associação. A liderança tem um papel fundamental no grupo, porque é o termômetro da esperança e da motivação do grupo. Precisamos do apoio da nossa companheira aqui, porque nos anima a ficar juntas e nos ajuda nas necessidades. Ela tem muito jeito para organizar o grupo. A nossa líder é brava e não escuta o grupo, tem que ser do jeito dela.

O tipo de liderança pode interferir na prática da autogestão e vice-versa. Como exemplo, um dos grupos incubados, grupo informal de Ceilândia, com atividade em bordados e aplicativos em bolsas, acabou devido à forma de liderança e a dependência do grupo em relação à líder. O grupo teve curso de *design*, técnicas de venda, aprimorou o produto e já estava obtendo renda, mas a gestão para o trabalho democrático e a solidariedade esteve comprometida no grupo, desde a sua origem, o que o incapacitou para continuar como um Empreendimento de Economia Solidária. Isso significa que as formas de vínculos estabelecidas no grupo marcam sua trajetória na sua constituição como EES.

O papel da liderança dos grupos populares é de mediação e articulação no campo da ES. Faz a interlocução do grupo com a comunidade, com o Fórum e com as com as entidades de apoio. Assume a responsabilidade na condução das formas de construção da ES no espaço territorial.

A dinâmica de trabalho desses grupos está associada às condições reais de vida, principalmente das mulheres, que precisam dividir suas atividades com os afazeres domésticos. A dimensão da casa torna-se o espaço da produção e da reprodução da vida, onde as práticas de trabalho se misturam num mesmo espaço e tempo. As mulheres cozinham e bordam, costuram e organizam a casa, tomam conta das crianças pequenas e vão fazendo as encomendas da semana. As reuniões semanais são realizadas, geralmente, na casa da líder do grupo.

A representação da casa como espaço do trabalho associado nos permite pensar a possibilidade de gerar vínculos interpessoais, inseridos no espaço da comunidade, projetando espaços públicos de proximidade. No interior do espaço da casa, o sentido do trabalho se mistura, sendo de natureza doméstica e não doméstica, produzindo renda, ocupação, obrigação, liberdade e interesse.

A família acaba participando do processo do trabalho, direta ou indiretamente e representa:

DSC
A estrutura necessária para um bom desenvolvimento pessoal e social. Primeiro referencial de coletividade. Apoio e relação amorosa. Primeira estrutura para a afirmação do caráter pessoal do indivíduo. É onde aprendemos a trabalhar e também dividir, primeira experiência coletiva. Espaço de troca e orientação. É a base de tudo.

A representação positiva da família nem sempre condiz com a realidade dos EES participantes do Fórum porque, na maioria deles, as mulheres chefiam a casa, são responsáveis diretas pela reprodução da vida dos filhos e pela sua própria vida. Utilizam de suas habilidades para gerar renda para a subsistência familiar.

A trocas aparecem entre os membros, destacando-se a cooperação, a competição, a afeição, a amizade, a inimizade, a colaboração, porém o importante é o aprendizado de lidar com esses sentimentos antagônicos, sem perder de vista a base do trabalho comunitário que é a solidariedade, atributo essencial ao favorecimento dos vínculos sociais.

Esse fato interfere nas atividades do Fórum, porque os EES, sendo a principal categoria de representação, trazem as suas dificuldades, as suas características e o seu sentido para as dinâmicas sociais do Fórum, promovendo dádivas circunstanciadas pela rede primária (família, casa e espaço doméstico), e pela rede secundária, de socialização (espaço do Fórum, do ambiente do trabalho e da associação).

O perfil dos EES integrantes do Fórum Distrital faz parte da sociedade civil e estão na zona de vulnerabilidade, no dizer de Castel. Embora vivendo na busca da reprodução ampliada da vida, ainda precisam assegurar as condições mínimas de sobrevivência.

Sendo assim, esse perfil foi destacado pelos trinta questionários aplicados aos membros do Fórum Distrital, no Item 1 (Anexo 5) contém os dados biográficos.

Quadro 14: Perfil dos EES e das EAF

	Idade	Composição de gênero	Renda familiar	Religião	Escolarização
EES	27 a 55 anos	50% masculino e 50% feminino	500 a 3.000 Reais	Católica, evangélicos, espiritualista, Seicho-no-ie	Ensino médio incompleto ao ensino superior
EAF	25 a 50 anos	Masculino e feminino	3.000 a 6.000 Reais	Católicos	Ensino superior

Fonte: questionário aplicado ao Fórum Distrital - 2008

Importante considerar que numa relação de dádiva, segundo Godbout (1999), as características pessoais, o nível de renda e as necessidades são fatores que interferem nas relações sociais. No Fórum presenciamos os três segmentos que possuem atributos diferentes, como mostra os dados do questionário, mas que buscam a reciprocidade como elemento estruturante dessas relações sociais, para assegurar os princípios da ES.

Os valores e os princípios da ES aparecem no processo da reciprocidade, cuja retribuição se torna de caráter espontâneo, onde trocamos algo de nós mesmos, o chamado espírito da coisa dada. No Fórum busca-se constituir vínculos sociais que possam assegurar as alianças, a amizade, o respeito e o reconhecimento.

Esses objetivos respondem às necessidades materiais e simbólicas dos integrantes do Fórum, manifestados pela significação que o Fórum possui expressas nos discursos sociais coletivos.

Para os EES, o Fórum apresenta uma significação específica:

DSC
O Fórum é um instrumento de diálogo e meio de comunicação, espaço de discussão política e valorização do indivíduo e do profissional. É espaço de debates para construir um outro mundo possível. Se discute coletivamente os problemas [e os anseios] do coletivo. Organização de grupos solidários empenhados em buscar [melhor] desenvolvimentos para a coletividade. Local diversificado e democrático onde buscamos reconhecimento, qualificação e direcionamento de nossas atividades, produtos, gêneros, [rasas] para uma inclusão que atenda uma economia diferente, porém correta, onde os grupos buscam respostas de um ideal com a cara da [ECOSOL], diferente do que estamos vivendo nesse mundo atual, onde estamos cercados de preconceitos, que vai desde onde se mora até a cor da pele.

No DSC a significação do Fórum está associado ao aprendizado da vida coletiva, ao sentido e à utilidade do trabalho. As relações de trabalho confundem-se com o espaço vivido, cujo aprendizado é de natureza utilitária e não utilitária. Compreende o aprendizado de aprender o que não se sabe ou aperfeiçoar o que já se sabe fazer, com o intuito de gerar renda, ocupação e trocas de experiências.

Os EES participam do Fórum Distrital pelas comissões de trabalho, nas representações a nível regional e nacional, e fortalecem a ES, quando asseguram a proposta da autogestão e da valorização do trabalho associado.

Atestam o espaço do Fórum como um lugar da política da vida, onde o debate assume a condição de se estabelecer comunicações, que geram o exercício da democracia, pelo direito à escuta, à fala, à informação, à produção de conhecimentos. Ensaia-se o respeito ao outro e a sua cosmovisão de mundo e ao processo multicultural das relações sociais.

O Fórum também é percebido como espaço onde se permite praticar a solidariedade, pelo fato de gerar práticas que levam ao reconhecimento do outro, como o formato organizativo estruturado por um eixo horizontal, onde as coordenações, os grupos de trabalho e as representações são escolhidos pelo tempo solidário disponível de cada um, em escolhas livres e de igual participação.

Outro aspecto é a rotatividade de representação e a participação em diferentes atividades, onde se procura alternar os grupos em diferentes comissões de trabalho. As responsabilidades mútuas e as decisões coletivas fazem parte do processo de autogestão. No Fórum refletem-se os problemas de forma coletiva e buscam-se soluções ajustando-as aos princípios da ES.

A proposta do Fórum é promover reflexões e desenvolver ações que permitam o estabelecimento da solidariedade democrática, porque a ajuda-mútua se amplia em escalas maiores, que vai de uma dádiva-doação a uma dádiva-partilha. Revela um projeto para a família, o empreendimento, a comunidade e a sociedade. Ampara o Ser na suas múltiplas dimensões (psicológica, emocional, física, social e política). As preocupações dos EES é gerar renda para os grupos, mas associado às possibilidades de contribuir com a comunidade local.

Para as entidades de apoio - as EAFs, o questionário aplicado mostrou que o Fórum significa um espaço articulador entre os EES e as políticas públicas, porque se torna em um lugar de debate sobre as necessidades dos empreendimentos, interferindo nas formas dos editais públicos e monitorando as ações dos parceiros nas atividades previstas pelas metas dos convênios públicos.

Assim o Estado assume uma relação de troca no formato redistributivo, projetando possibilidades de alianças com o próprio Mercado, que muitas vezes asseguram certa proteção aos produtos advindos da ES, como exemplo, garantindo espaços de comercialização e formação de centros públicos de trocas.

DSC
Possibilidade de [discussão] informação, troca de experiências e conhecimento. Instrumento do movimento da ES e diálogo de atores e movimentos sociais e lugar de reflexão da construção de outro projeto de sociedade.

O Fórum torna-se reconhecido como um dos lugares onde a Economia Solidária se constrói, por meio da proposta do exercício da dádiva-partilha, projetando uma solidariedade que advém de um sentimento de dívida para com a sociedade.

Essa perspectiva aparece nas motivações apontadas pelos EES do Fórum, que justificam ser membros participativos. O questionário apontou duas dimensões: a) material, configurando a busca pela sobrevivência, renda e trabalho; e b) a simbólica, manifestada pela possibilidade de ajuda-mútua, reconhecimento, respeito, convívio e melhoria da comunidade.

As motivações destacadas pelos Empreendimentos foram:

DSC
Buscar esclarecimentos e melhorias para o empreendimento e a comunidade. Foi para atender as necessidades de minha comunidade em busca de alternativas de trabalho e renda. A falta de emprego e renda. Ter moeda própria e o convívio e respeito mútuo. Construir uma economia diferente, resgatando valores ou formando novos valores.

As motivações revelam o sentido da ação dos integrantes do Fórum Distrital, apesar das idealizações de seu significado e dos sentimentos altruístas, que se manifestam com maior ênfase. Foi presenciada a composição de racionalidades utilitária e não utilitária, mesclada por sentimentos de utilidade, otimização, interesse, obrigação e partilha.

O sentido híbrido da ação social acontece nas escolhas dos critérios do Fórum para dividir os recursos públicos, ou mesmo utilizando-se dele para obter vantagens junto às administrações públicas do DF e entorno, o prestígio adquirido de algum membro do grupo, que possa favorecer interesses pessoais ou focado apenas a uma parte do Fórum. Como espaço de aprendizagem, o Fórum tem debatido sobre os critérios mais ajustados aos princípios da ES, para evitar a composição de pequenos grupos que se articulam em prol de interesses restritos.

Esse conjunto de sentimentos propicia dádivas entre os segmentos do Fórum e no interior deles, que podem ser explicadas na teoria maussiana, pela coexistência da dádiva-doação, dádiva agonística e a dádiva-partilha. Porém, somente a dádiva-partilha assegura a reciprocidade, capaz de estabelecer a democracia pelos vínculos sociais.

Nesse discurso observa-se que o interesse pessoal e o coletivo coexistem e precisam ser complementares, pois coexistem as necessidades materiais e subjetivas, sentimentos próprios à sociabilidade primária e secundária. Nota-se a composição dessas sociabilidades em diferentes momentos de atividades no Fórum, manifestadas nas dádivas partilha, doação e agonística.

A configuração dessas trocas sociais foi destacada nas ações cotidianas dos participantes do Fórum, em diferentes momentos de atividades, como reuniões para resolução de problemas, nas relações pessoais entre os membros, em situações de divisão de tarefas, visando o cumprimento das agendas do Fórum Brasileiro, nos critérios adotados na composição de comissões de trabalho e para a elaboração de projetos.

A dádiva-doação aparece no tempo solidário, dedicada às demandas do Fórum Distrital, a nível microssocial e das demandas da ES, a nível macrossocial. Também, na logística dos encontros, onde cada um oferece o que puder (lanche, material didático, local do encontro e passagens), organizando o local adequado para que seja possível acontecer a reunião.

Essas relações sociais ultrapassam os momentos dos encontros e se prolongam para processos de socializações mais amplas, como as relações cotidianas na comunidade em que os empreendimentos exercem suas atividades, como reuniões, trocas de favores e aproximações familiares.

A dádiva-partilha compreende a ajuda-mútua, dedicação e o envolvimento com operações concretas de atividades, como a organização para as feiras de ES, elaboração de cursos de formação, construção de documentos específicos para subsidiar as reuniões nacionais e a implicação de um sentimento de dívida social comunitária. No entanto, são ações cuja reciprocidade não é medida no tempo e no espaço, e a retribuição pode não acontecer.

A dádiva agonística se revela nas condições reais de se trabalhar juntos com os membros que “não se dão bem”, ou nas disputas por representações ou na necessidade de se sentirem integrados ao grupo, colocando em xeque os critérios decididos pelo coletivo do Fórum.

Ao se indagar aos membros dos EES do Fórum o que mudou nas suas vidas, após entrarem para o Fórum, destacam-se no DSC mudanças de comportamento, assim expressas:

DSC
Aumentei a minha rede de amigos, consegui ver horizontes novos e novas perspectivas de vida e ação. Reafirmou os meus princípios e permitiu achar a minha tribo. O grupo que eu acompanho na comunidade aprendeu muito e já sabe o que é a ES. Tive mais entendimento da ES. Visão diferente para as pessoas. Olhar para as pessoas vendo o lado mais humano. Estou vendo uma luz no final do túnel, e estou trabalhando para que esse espaço seja um lugar onde os grupos realmente sejam soberanos, a questão da democracia e da ética e na construção de identificar as dificuldades de forma a somar com a superação das mesmas.

O discurso foi canalizado para o campo do conhecimento e dos vínculos sociais, associando a reciprocidade entre os sujeitos na busca conjunta pelo conhecimento, favorecendo a cooperação que, segundo Piaget, somente acontece quando identificamos o outro com ele mesmo, e não com si próprio. O circuito da dádiva aparece como combinação ternária, na medida em que aprendemos com o outro e para o outro.

Para as Entidades de Apoio, as mudanças foram no sentido de se sentirem participantes de um processo mais amplo do desenvolvimento social, melhor controle sobre as políticas públicas locais e acesso a projetos de inclusão social compartilhados com os EES.

Nas reuniões de avaliação das atividades dos coordenadores regionais aparecem as demandas locais, que estão sintetizadas pelo discurso coletivo.

DSC
Colocar o produto continuamente no mercado e não esporádico. Articulação melhor com o Fórum, as ações locais. Aproximação com os gestores públicos locais, que estão ausentes. Melhorar a comunicação na comunidade. Auxílio na organização do EES com cursos técnicos. Aproximar mais pessoas na comunidade. Condições financeiras [para a gente poder trabalhar] com todos e fazer mais reuniões. Fazer parcerias com as entidades [que possam ajudar a gente].

Esse discurso aponta aspectos importantes como a ausência de vínculos sociais na comunidade, seja pela não implicação dos gestores públicos locais nas ações da ES, seja pela ausência de articulação entre o próprio EES, ou a falta de logística que permita o deslocamento para participar e promover encontros mais contínuos na comunidade.

Essas condições destacam a importância das relações entre a Sociedade Civil, o Estado e o Mercado. Apontam a natureza de um Estado-providência, com políticas públicas ainda insuficientes para garantir as condições do desenvolvimento comunitário.

No discurso dos EES destacam-se as significações que possuem sobre o Estado.

DSC
Cria barreiras, tem uma gerência precária voltada para a população em geral, ou seja, pouco faz, e sabemos disso, com isso temos que cobrar responsabilidade e fiscalizar os governantes constantemente, devemos reivindicar programas de autogestão para sair dessa dependência de ajudas ou cartões disso ou daquilo. Deveria ser a instância de apoio a todos e não a um grupo social. É uma forma do governo de ajudar os grandes. Local de moradia e de viver. Espaço de debate para construir a política pública. Nossa pátria, lugar onde vivemos, que devemos respeitar, apesar das diversidades existentes.

O DSC mostra duas formas diferentes da ação do Estado: a primeira como agente distribuidor dos bens públicos a uma parte da sociedade e a segunda forma como espaço do vivido, das interações comunitárias. Na teoria da dádiva o Estado aparece na troca como redistribuidor, numa condição de não-equivalência, o que favorece as condições preliminares de favorecimento da democracia, quando as pessoas entram na circulação da troca e passam a participar do seu circuito, em diferentes dimensões.

Essas diferentes formas podem favorecer processos emancipatórios dos grupos sociais, ao compreendermos que um Estado solidário somente é possível mediante uma sociedade solidária por que, se os laços sociais não estiverem consolidados, a condição de se trabalhar juntos não acontece e assim, também, a aliança não se mantém, prejudicando a possibilidade de estabelecer o vínculo social e a democracia.

Nesse sentido, o Fórum tem refletido sobre as novas formas de aproximação entre as instâncias do social, na medida em que resgata as fragilidades dos laços sociais e propõe, como solução mais promissora, o fortalecimento dos vínculos sociais internos e externos a ele, o que pode estimular manifestações de dádiva-partilha.

A proposta da ES é promover uma solidariedade democrática, que somente é possível pela reciprocidade, onde haja liberdade e obrigação de retribuir, mas a livre escolha precisa estar condicionada pela obrigação. Por isso, o espaço do Fórum pode permitir o exercício desse princípio, dado que os seus membros dedicam parte de um tempo solidário à construção da ES, e o fazem de forma espontânea. Porém, uma vez que adentram ao processo de construção da ES, contraem a obrigação de fazê-lo, não de qualquer forma, mas pelos valores que lhes foi configurado.

Um dos aspectos importantes observados no Fórum têm sido as relações sociais dos EES com o mercado. Nos DSC o mercado significa:

DSC
Desleal e competitivo. Possibilidade de trocas, valorização do consumo e disputas. Um instrumento de sobrevivência. Lugar de compras e vendas. Espaço onde se define a produção de forma desleal e competitiva. Voltado para o capitalismo e consumismo, longe do que estamos esperando, ações agregadas no valor do produto não no valor humano. Buscamos uma economia justa para os grupos, sem ser explorados por patrões.

Interessante observar nos DSC, e nas respostas do questionário aplicado, que a concepção de mercado está associada ao mercado capitalista. No entanto, o mercado estimula trocas onde coexistem outras formas de economia, que aparecem nas propostas das Feiras de Economia Solidária, que suscita pensar as trocas para além da relação utilitária (equivalente e acumuladora).

O programa de Feiras foi uma das estratégias para fomentar a Economia Solidária em todo o território brasileiro, promovida pela articulação entre a Senaes e o FBES, em virtude de uma das bandeiras de luta do movimento, que apontou a comercialização como um dos desafios da ES. Sua organização exige um conjunto de ações coordenadas e a busca de parcerias locais, que contribuem para a prática do trabalho coletivo e o aprendizado de lidar com os conflitos e interesses divergentes.

A preparação da feira exige comissões de trabalho (infra-estrutura, comunicação, avaliação, trocas, cultura), monitoramento das ações, realização do curso de formação de Feiras de Economia Solidária para os empreendimentos participantes.

O sentido das feiras para a Economia Solidária é que elas se constituem em um espaço educativo e de aprendizagem, com múltiplas atividades, que abrange oficinas,

atividades culturais locais, coleta seletiva de lixo, troca de moeda social, trocas de produtos e serviços e rodada de negócio.

Os resultados das feiras de ES no DF e Entorno têm contribuído para o fortalecimento do Fórum Distrital em diferentes dimensões - material e simbólica:

1) aumento da participação dos empreendimentos no Fórum, venda dos produtos e trocas de experiências entre os empreendimentos, conhecimento da diversidade dos produtos da agricultura familiar na região, envolvimento de um grande número de empreendimentos solidários no planejamento e na execução da feira, fomento e divulgação da organização de cadeias produtivas e de Redes de Economia Solidária; e

2) maior compreensão do papel do Fórum de Economia Solidária do DF e entorno, por parte da sociedade, dos EES e das assessorias reconhecimento da natureza diferenciada das feiras de Economia Solidária, percepção da identidade dos grupos, maior consciência no cuidado com o meio-ambiente, difusão conceitual e filosófica da Economia Solidária.

A principal relevância da feira para a ES é a oportunidade do exercício da economia plural, onde a circulação das coisas e pessoas está organizada pela combinação da esfera mercantil (princípio do intercâmbio, com predominância da equivalência), não mercantil (princípio da retribuição, com coexistência entre a equivalência e a não equivalência), e não monetária (princípio da reciprocidade, orientado pela lógica da dádiva).

Como exemplo, no espaço da feira de ES, ocorre trocas de serviços por produtos, produto por produto, serviços por serviços. As moedas que circulam são também moedas sociais e o dinheiro torna-se um meio de troca e não o fim da troca. Troca-se o trabalho das pessoas e não o produto em si mesmo, porque em cada produto podemos identificar o grupo que o produziu com a sua história. A cultura do lugar é evidenciada e valorizada. Os EES se aproximam e se conhecem, e oportunizam contatos, que posteriormente podem se transformar em vínculos sociais.

No mercado de intercâmbio há um valor de câmbio fixado pela concorrência e que produz acumulação, provocando a busca de vantagens sobre o outro. No mercado recíprocitário considera-se as necessidades mútuas e o preço justo, prevalecendo um sentimento de responsabilidade. O espaço das feiras de ES procura estimular a economia plural, onde as relações de trocas sejam mercantis e não-mercantis.

O DSC sobre o sentido das feiras de Economia Solidária foi traduzido pelos integrantes do Fórum, que são colaboradores nas comissões das Feiras Estaduais e como

participantes, enquanto empreendimentos no Fórum Distrital. Vale destacar um dos discursos que avaliou as Feiras de 2005 e 2006.

DSC
A organização de Feiras de Economia Solidária aqui no Distrito Federal tem sido uma importante estratégia para o desenvolvimento da Economia Solidária. Suas características diferenciadas, como as oficinas, as rodadas de trocas solidárias, as palestras e seminários, além das instâncias de discussão e deliberação, têm se mostrado bastante promissoras para a consolidação do movimento e a integração entre os empreendimentos e o público consumidor. No entanto, um problema enfrentado é justamente a comercialização. Vários relatos de empreendimentos têm demonstrado insatisfação no tocante à comercialização em várias dessas Feiras.

O sentido da feira de Economia Solidária tem sido o de criar e consolidar uma rede de contatos – parceiros, clientes e fornecedores – que propiciará a ampliação dos negócios e o aumento da renda auferida pelos vínculos estabelecidos. A possibilidade de serem fechados bons negócios em feiras deste tipo é evidente, além do fato de, nesses espaços, haver uma grande variedade de produtos e serviços, o que colocará o grupo em contato com a realidade e as tendências de mercado.

Uma das estratégias do Fórum Distrital é aproveitar o calendário das festas religiosas e profanas das comunidades e abrir o espaço para a ES, o que permitirá a autogestão, a articulação e a ampliação da rede de empreendimentos participantes do movimento de Economia Solidária. Desta maneira estará se fortalecendo e ampliando, para além dos grupos incubados, uma rede de comercialização solidária.

Contudo, exterior ao espaço das feiras de ES, os EES lidam com a ambigüidade de estabelecer relações de reciprocidade internas pela autogestão, mas na relação com o mercado se orienta pelo intercâmbio. As alternativas para comercializar e prestar serviços têm sido os mercados cooperativos, onde há valores compartilhados e interconhecimento, mercados protegidos da concorrência, como as relações comerciais dos empreendimentos com o Estado ou instituições com responsabilidade social, que se beneficiam de prestígio ou imagem positiva. Há dádivas-doação, agonística e partilha nessas relações sociais e econômicas.

A principal atuação da ES através de seus atores (SENAES, FBES e o Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário), no processo de comercialização de seus produtos, foi a constituição do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário

(SBCJS), que tem como proposta a criação do sistema de certificação dos empreendimentos, de acordo com critérios regulamentadores dos produtos, processos e serviços do comércio justo e solidário.

Para Laville (2003), as diferentes formas de economia (intercâmbio, redistribuição e reciprocidade), se complementam de maneira híbrida, sendo a Economia Solidária um espaço privilegiado de uma economia plural.

No DF e Entorno se reflete essas condições de circulação de bens e pessoas, onde as trocas estão assentadas pela economia plural, mas prevalece o intercâmbio sobre a reciprocidade. Por isso, a noção de economia para os EES do Fórum Distrital está mais próxima da concepção mercantil.

DSC
Mal dividida, pois favorece a poucos e derruba muitos. Ciência que ajuda a administrar os bens, não gastar. Dar uma diretriz aos menos favorecidos e a classe [empobrecida]. Diferença do mercado. Relaciona-se com o mercado e a produção.

Nesse sentido, ao Fórum Distrital se atribui a responsabilidade de criar estratégias para desenvolver a economia plural, como uma necessidade de afirmar a ES, porque descaracteriza o pólo mercantil como o principal representante da dimensão econômica. Mostra outras motivações do agir econômico para além do interesse utilitário e aproxima liberdade e obrigação, como uma dimensão da democracia.

O reconhecimento da hibridação da economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, estimula a ES a desenvolver um projeto de sociedade, valorizando a reciprocidade como uma possibilidade real de estabelecer a solidariedade democrática.

O Fórum Distrital compreende a reciprocidade como um caminho operante das relações sociais, capaz de gerar o vínculo social e constituir alianças internas entre os seus integrantes, e alianças externas com os atores que participam ou não da construção da ES no Brasil.

Há de se compreender como a reciprocidade é existencial no espaço do Fórum. Duas questões do questionário traduzem o sentido que assumem as relações sociais nesse espaço social. A seguir dois DSC são confrontados:

1º DSC: o que o Fórum pode te oferecer?
A forma de viver melhor através de seus princípios. Conhecer pessoas, grupos e formas de organização. Ampliar meus conhecimentos, [me] estimular a buscar possíveis melhorias para a comunidade. Conhecimento, partilha e formação. Novas experiências e conquistas. Abertura de novos horizontes. Coletivamente amigos que falam e pensam em uma sociedade diferente. Minha consideração, respeito, tempo, solidariedade e confiança.

2º DSC: o que você pode oferecer para o Fórum?
Colaboração e disposição para apaziguar possíveis discórdias, contribuir nas discussões com os participantes. Ofereço o exercício da solidariedade. Troca de experiência. Ajuda-mútua e conhecimentos. Idéias e trabalho. Manter a liberdade de diálogo, reconhecimento ao ramo de cooperativa de trabalho e outros seguimentos e ser referência na questão de ser um espaço orientador dos empreendimentos onde se tem direitos e deveres.

Esses discursos apresentam o Fórum Distrital como um espaço de prestações e contraprestações de pessoas e símbolos permeados por dádivas. A dimensão simbólica prevalece sobre a dimensão material. O importante é a oportunidade de compartilhamento de idéias, trabalho, experiências, mas também de conflito e de sofrimento. Há uma grande expectativa de que o Fórum seja o lugar do aprendizado da construção de novas práticas no modo de viver.

Observa-se que as relações entre os EES e o Fórum atestam os caminhos possíveis de práticas de reciprocidade, por que o Fórum se constitui de forma estruturada e estruturante das condições de se gerar essas práticas. Nesse espaço busca-se a espontaneidade, o heterogêneo, o singular.

Contudo, as experiências emitidas pelos EES têm modificado o Fórum. Observa-se a organização do trabalho dos empreendimentos e as suas formas de reciprocidade.

DSC
As trocas de conhecimentos entre os membros do EES [ajudou] na produtividade crescente do grupo como um todo, até por que muitas chegaram na cooperativa sem saber bordar, mas se esforçaram, aprenderam e estão melhorando a

cada dia com a ajuda de todas. Esse processo tem contribuído para o crescimento de cada uma das bordadeiras e também do grupo como um todo, pois elas buscam ajudar-se sempre que encontram alguma dificuldade. Tem respeito das dificuldades encontradas para estar ali todos os dias dando a contribuição que cada uma quer dar, dos sacrifícios feitos por cada uma em favor do grupo, da importância do trabalho feito por todas, do reconhecimento que buscam através do próprio suor e da vontade e alegria de cada uma delas de estar ali, trabalhando com aquele grupo, apesar de que muitas, quando tiveram o primeiro contato com a cooperativa, se sentiram incapazes de conseguir bordar alguma coisa que contribuísse para o crescimento do empreendimento. Segundo elas: as que diziam “não consigo”, hoje se sentem capazes de aprender, fazer e ensinar qualquer coisa. A história de cada uma dessas mulheres é triste, elas não [tem] dinheiro nem pra alimentar seus filhos, então como eu não tinha dinheiro para ajudar, passei a ensinar o que eu sabia.

Presencia-se a ajuda-mútua, que se torna a condição para estar participando do grupo, de ser aceito por ele. Há um caráter voluntário e aparentemente livre e gratuito, mas interessado dos grupos nas suas trocas de favores. No entanto, aquelas que oferecem o saber entram no jogo da troca, baseadas na incerteza de que haverá o aprendizado, de que haverá prestígio no grupo ou até a aceitação. Mas o interesse aparece quando querem que o grupo cresça, se fortaleça e possa retribuir com renda e sociabilidade.

No espaço do Fórum a sociedade civil ganha projeção de questionar, refletir e agir sobre seu próprio destino, de imergir a solidariedade na economia, de buscar o relacionamento com o poder público em aliança. Enfim, há o questionamento e a intenção da recomposição das relações entre o econômico e o social.

As expectativas, as motivações e as significações do Fórum, para os seus integrantes, asseguram que possa ser um espaço onde as relações sociais sejam operadas por dádivas e, no sistema de prestações totais, reafirma a reciprocidade como o fundamento do vínculo social.

Observa-se na história do Fórum Distrital a tríplice obrigação – dar, receber e retribuir – com maior atenção à retribuição pela reciprocidade e a conjugação das ações paradoxais, como a liberdade com a obrigação e o interesse desinteressado.

5.2 Estratégias e Desafios na Afirmação da Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno

Busca-se compreender, no espaço do Fórum Distrital, quais foram as suas estratégias para fortalecer os princípios da ES. Nesse caso, estímulo à manutenção dos vínculos sociais pela reciprocidade e quais os principais desafios para favorecer a sinergia entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil.

As alianças internas e externas do Fórum são destacadas como indicativos dessas reflexões, e mostram em que condições sócio-históricas são possíveis instituir um processo de alinhamento para a composição de uma nova prática social.

No âmbito das relações internas do Fórum há presença da dádiva agonística, a dádiva-doação e a dádiva-partilha, expressas pela questão: como você se relaciona com os integrantes do Fórum?

No discurso social coletivo dos EES, observa-se a necessidade do reconhecimento e integração ao grupo, no esforço de se dar bem com todos. O desejo do compartilhamento aparece na necessidade de evitar a dádiva agonística, embora se saiba que ela faz parte de uma política de alianças, muitas vezes de manutenção do próprio vínculo social.

DSC
Com alguns muito bem, com outros é quase impossível ter uma relação de amizade pelo seu caráter. Muito bem com todos. Superbem com todos. Na medida do possível tenho uma boa relação com a maioria dos integrantes. Não vou mentir, tenho algumas arestas com alguns integrantes que são minorias, motivos esses [falta] de interação coletiva, decisões individuais e desrespeito com o próximo. Falando de coisas boas, com os demais é só alegria, muita conversa todos nos falamos muito e estamos sempre nos vendo e buscando melhorias para o fórum.

Para as Entidades de Apoio e Fomento também a dádiva agonística aparece por meio das disputas, que se evidenciam nas dificuldades de compor parcerias nos projetos, de convergir ações e de partilhar decisões, principalmente referentes aos editais públicos para as políticas de financiamento de projetos e programas de inclusão social.

Interessante observar que a dádiva agonística está mais presente no interior de cada segmento e menos nas relações entre os segmentos. Há uma sinergia entre os

segmentos do Fórum, embora haja a ausência dos gestores públicos locais. As entidades de apoio e os empreendimentos trabalham juntos, têm as suas percepções diferenciadas, mas são respeitados em suas cosmovisões.

Contudo, as relações entre os empreendimentos no Fórum mostram uma preocupação em superar o utilitarismo e a lógica do intercâmbio nas relações sociais. As demandas emergenciais são valorizadas, mas busca-se identificar as demandas e, ao mesmo tempo, pensar um projeto político com o grupo nos princípios da Economia Solidária.

Os princípios e valores propostos pela ES são desenvolvidos no Fórum Distrital, por meio do esforço coletivo em desenvolver uma metodologia autogestionária, no seu processo organizativo e na prática do exercício da autogestão, como princípio educativo.

A tríplice obrigação dar-receber-retribuir pode ser considerada um fundamento do processo educativo. Educar é dar. Educar é retribuir. É um ato desinteressado, com valor simbólico (Bourdieu, 1994, p. 13; Caillé, 1994).

O Fórum Distrital é um espaço de relações sociais educativas, onde aprendemos a trocar, a retribuir, a exercer a liberdade com obrigação, a resolver conflitos, a lidar com as diferenças, a escutar o outro, a ser percebido a partir do outro.

A aprendizagem ocorre quando há interações no processo educativo entre educandos e educadores, entre sujeitos e entre sujeito e realidade. O processo educativo está, portanto, associado às dinâmicas de reciprocidade, quando se recebe e retribui o conhecimento. As reuniões e encontros no Fórum propiciam relações de dádivas, onde há troca de saber, de argumentações, de convencimentos, de favores e de atividades conjuntas.

Nesse espaço político exercita-se a educação de adultos, cujo ato de ensinar tem uma função instrumental e uma função simbólica. Labelle (1996) propõe a prioridade da função simbólica, onde a pessoa é reconhecida como valor no processo educativo, a qual denomina de reciprocidade educativa. Traduz que:

[...] Educar-se, como alimentar-se, é, ao mesmo tempo recorrer a ação de um outro e contar apenas sobre si mesmo para crescer, se comportar e desenvolver-se. [...] estou construindo a minha singularidade pessoal (ou me referindo a ela), querendo que você seja “você próprio” e, vice versa [...] Podemos chamar de “caminhando” essa educabilidade das pessoas que se desenvolvem e se assumem, percorrendo juntas seus caminhos terrestres e interiores”. (Labelle, 1996, p. 7)

A função simbólica da educação no Fórum abrange aspectos políticos e organizativos, que buscam assegurar o desenvolvimento da autogestão, por meio de atitude cooperativa e coletiva, co-responsabilidade nas ações e respeito às decisões e encaminhamentos da plenária. Há também preocupação com a autonomia, que pressupõe a capacidade de trabalhar juntos, de ter respeito mútuo, de gerenciar conflitos, de ter como prioridade o outro ou o interesse geral.

No Fórum evita-se a reciprocidade centralizada nas relações entre os segmentos ou mesmo no interior de um dos segmentos, quando um deles quer se impor em suas idéias e concepções, acerca de algum assunto ou ação e evita-se a reciprocidade assimétrica, principalmente entre os segmentos, quando as idéias divergentes não são aceitas e recorre-se aos atributos daquele segmento para fazer valer a sujeição moral.

Há um esforço coletivo pela dádiva-partilha, onde todos adquirem o mesmo valor e atenção nas relações sociais. Estimulam-se a troca de saberes e valores como atributos essenciais à formação em Economia Solidária.

Uma das experiências importantes em relação a parceria entre Segmentos no FDES tem sido a atuação da Incubadora Social e Solidária da UnB, no processo de incubação de EES.

As incubadoras universitárias⁵⁰ significam uma nova política social, que responde ao compromisso com a sociedade, como uma dívida social, que é destacada no governo Lula com a abertura de editais para a incubação de grupos, com recursos advindos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), além da Fundação Banco do Brasil.

⁵⁰ Em 1996, um conjunto de universidades brasileiras, que desenvolvem pesquisas sobre o “mundo do trabalho”, organiza a Rede Interuniversitária de Estudos sobre o Trabalho – Unitrabalho - cujo objetivo é de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm para com os trabalhadores. As suas ações se concretizam por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação. A articulação desta rede se dá por meio de núcleos de estudos e pesquisas multidisciplinares, denominados Núcleos Locais. Em 1998, a Unitrabalho convida a Rede de ITCP a filiar-se a ela, consolidando a incubação como um programa permanente. A vinculação entre a Unitrabalho e a Rede ITCPs acontece até 2001, quando há separação destas duas redes, passando a co-existirem. Foram identificadas 59 incubadoras universitárias de empreendimentos da ES. Integram a Rede ITCPs trinta incubadoras, sendo seis vinculadas a instituições privadas de ensino superior. A Rede Unitrabalho conta com 92 universidades, sendo que, destas, 51 realizam incubação e, deste conjunto, 28 participam da rede de incubadoras da Unitrabalho. Há 26 universidades que participam das duas redes, no entanto, entre as incubadoras, apenas três integram as duas articulações. A participação em ambas as redes por parte da universidade está ligada ao fato de grupos diferenciados de acadêmicos da instituição realizar atividades de pesquisa ou incubação e estabelecerem relações com um destes espaços de reconhecimento e discussão da ES. (Kirsch, 2001)

Portanto, são presenciados os princípios da reciprocidade porque as incubadoras fazem parte da Universidade Federal, que é mantida com recursos públicos e identifica-se como um componente do Estado, redistribuindo recursos e saber.

O Estado oferece recursos à incubadora para apoiar e ajudar os EES a se desenvolverem e a gerar renda e trabalho. As trocas se estabelecem, seja por meio do caráter redistributivo do Estado, na perspectiva de Polanyi, ou seja, pela dádiva doação ou caritativa, na concepção de Godbout.

Conforme Guimarães (2000, p. 111), a legitimidade social da Universidade permite uma melhor aproximação junto às populações beneficiárias e garantia de continuidade das atividades. O seu objetivo é “utilizar os recursos humanos e conhecimento da Universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores, para a construção de atividades autogestionárias, visando a sua inclusão no mercado de trabalho”.

Propõe-se afirmar e acrescentar que o objetivo de uma incubadora universitária é promover a autonomia do indivíduo, pelo processo educativo da autogestão e uma integração plena na sociedade, que não se define apenas pela inclusão no mercado de trabalho, mas pelo reconhecimento de outra forma de produzir e trabalhar, ampliando os indicadores de qualidade do mercado, incorporando os princípios e valores da ES (respeito à natureza, não exploração do trabalho, poder compartilhado, responsabilidades coletivas e outros).

As incubadoras universitárias oferecem os espaços acadêmicos, que desenvolvem projetos de assessoria a empreendimentos, a partir de uma prática de reciprocidade e não do intercâmbio mercantil. Entre as ações que evidenciam a reciprocidade nos espaços de incubação estão o compartilhamento de saberes e tecnologias, as metodologias autogestionárias de processos educativos e as relações de confiança entre incubadoras e incubados.

No entanto, diante de expectativas externas como *status*, prestígio ou recursos financeiros, podem ocorrer relações utilitárias, com o objetivo de obter benefícios na lógica do intercâmbio, mesmo que a incubadora privilegie as práticas de cooperação e uma estrutura horizontal nas relações sociais.

O processo de incubação junto aos empreendimentos pode constituir um lugar de práticas capazes de tecer estruturas de reciprocidade, que produzem e reproduzem valores éticos relacionados com a proposta da ES. Como exemplo, o trabalho “voluntário-militante”, com doação de si e de seu tempo (França Filho, 2004, 137).

Rosana Kirsch (2007), ao concluir sua dissertação sobre incubadoras universitárias destaca a ação das universidades públicas, por meio da incubação de empreendimentos, enquanto processo educativo e extensão universitária, em três sentidos: 1) como uma obrigação da dívida do Estado, por meio de uma política pública, podendo ser uma estrutura de redistribuição ou de reciprocidade centralizada, com um caráter descendente e assimétrico; 2) estrutura de compartilhamento, quando a universidade coloca a educação ou a incubação ao alcance da sociedade, por meio do serviço público financiado pelos impostos; e 3) pode haver situações mistas ou intermediárias entre essas duas tendências extremas, dependendo da natureza do Estado e das políticas públicas consideradas.

Esse pensamento é importante na medida em que se vislumbra a reciprocidade entre a universidade pública e a sociedade, destacando atividades voltadas para os trabalhadores(as) precarizados.

Percebe-se que a Universidade de Brasília possui os três sentidos apontados pela pesquisa dessa autora.

Essa proposição foi aferida pela avaliação realizada na Incubadora Social e Solidária, iniciada em 2005, na Universidade de Brasília, em relação a sua metodologia de incubação, já que representa uma das entidades de apoio ao Fórum Distrital e, certamente, interfere na organização interna deste.

A Universidade de Brasília, por meio da Incubadora Social e Solidária, tem sido uma das grandes colaboradoras dos EES no DF e Entorno, com a participação efetiva no FDES⁵¹.

Em 2005 concretizou-se a parceria do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT – com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Foi elaborado um Plano de Trabalho para a Incubadora Social e Solidária. Esse plano foi retomado junto ao Fórum Distrital do Distrito Federal e Entorno, com a presença de empreendimentos solidários, ONGs e Universidades, de modo que, após três meses de encontros e reuniões, foi mais bem adaptado para atender aos grupos populares. A proposta era

⁵¹ A Universidade Federal de Brasília – UnB - é uma instituição que articula ensino, pesquisa e extensão, em diferentes áreas do conhecimento e possui um quadro de professores especializados e equipes multidisciplinares que podem contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos economicamente solidários. A Universidade se compõe de várias unidades, como a Faculdade de Educação, que já tem desenvolvido programas e projetos relativos ao fortalecimento de empreendimentos solidários. Também possui a Incubadora Social e Solidária, que agrega hoje um conjunto de departamentos e empreendimentos de várias regiões administrativas. A incubadora acompanha e orienta atividades de natureza solidária. (ver site da UnB <http://www.unb.br/portal/extensao>)

pensar tecnologias para o processo do trabalho e do produto, de forma que garantisse a construção da autogestão, na perspectiva dos princípios da Economia Solidária⁵².

Os sujeitos do processo de incubação são homens e mulheres de baixa renda com idade entre 18 e 65 anos, residentes nas regiões administrativas do Riacho Fundo, Ceilândia, São Sebastião, Santa Maria, Samambaia, Recanto das Emas, Gama, Guará, Taguatinga, Brazlândia, Estrutural, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Varjão e nas cidades do Entorno da Cidade Ocidental, Novo Gama, Águas Lindas e Valparaíso. O pré-requisito é que essas pessoas já estejam desenvolvendo atividades produtivas e que possuam uma organização cooperativa e/ou associativa, ainda que informal.

A Incubadora Social e Solidária, ao fazer parte das políticas públicas no campo da Economia Solidária, precisa ampliar seus objetivos para além de um processo de incubação, que capacite os empreendimentos para a geração de renda. De acordo com o Plano de Trabalho da Incubadora, o seu objetivo se expressa assim:

“Apoiar as comunidades do Distrito Federal e Entorno na criação de empreendimentos sustentáveis, focado na inclusão social e na Economia Solidária, como forma de geração de trabalho, ocupação e renda, por meio da inovação tecnológica e/ou de processos, produtos e serviços, além da formação gerencial e estratégica” (Plano de Negócios da Incubadora Social e Solidária, 2005).

Nas análises de Rosana Kirsch (2007), identificam-se, no funcionamento da incubadora universitária, os princípios do mercado de intercâmbio e do mercado recíprocitário.

“Uma estrutura de redistribuição, ou de reciprocidade centralizada, redistribuindo recursos e saberes a partir da legitimidade do Poder Público Federal e da Universidade. Pode, ao contrário, se identificar mais com a rede de incubadoras da ES ou até com as redes de movimentos sociais militantes da ES e compartilhar ações ao lado das organizações dos empreendimentos. Pode, também, se situar num posicionamento intermediário ou jogar alternativamente com as duas tendências”. (Kirsch, 2007, p. 85)

⁵² No ano de 2004, o Fórum Social Mundial se constituiu em um incentivo aos movimentos sociais, em busca de qualificar as Políticas Públicas Sociais, voltadas à integração social. Esse momento político contribuiu para direcionar recursos aos projetos sociais. Destacou o apoio às incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária, devido ao movimento social oriundo do Fórum Social Mundial.

O projeto da Incubadora Social e Solidária visa a proporcionar aos empreendimentos apoiados a sustentabilidade, a geração de renda, o engajamento comunitário e a organização do trabalho baseada na superação das desigualdades, na autogestão e na valorização do ser humano. Contudo, as demandas emergenciais de comercialização e geração de renda têm sido prioridade no processo de incubação, primando, num primeiro momento, o mercado do intercâmbio. A expectativa dos grupos incubados em relação ao trabalho da Incubadora tem sido na ajuda imediata com a compra de material e a venda do produto para o capital de giro.

Compreende-se que o mercado de intercâmbio favoreça, em um primeiro momento, a organização do empreendimento, por que permite a geração de renda, mas deve vir associado a outras praticas de economia.

Segundo os dados da ISS, no início de 2008, a incubadora já possuía vinte grupos apoiados, sendo desses quatorze encubados (2007); 450 postos de trabalho (2007); 1.064 horas de consultoria e instrutoria (2005 a 2007); doze projetos apresentados e entidades financeiras.

No período de 2005 a 2007, foi solicitado ao pesquisador e à professora Christiane Girard⁵³ para se avaliar o trabalho da incubadora Social e Solidária, a partir dos princípios da Economia Solidária. A avaliação começa com as reflexões sobre a proposta do processo de incubação como tipo-ideal e o confronto com o mundo real, sobre o qual ela acontece. Conhecer a história dos empreendimentos solidários, de modo que essa compreensão pudesse ajudar no refazer contínuo de seu percurso e possibilitar novas metodologias de incubação, mais pertinentes à busca da solidariedade democrática, da integração social e da qualificação das políticas públicas sociais.

A metodologia da avaliação ocorreu a partir: 1) das reflexões das experiências na incubadora, como pesquisadoras; 2) participação das reuniões semanais de trabalho junto à equipe de trabalho da incubadora; 3) visitas aos grupos incubados em atividades de qualificação; 4) entrevistas aos empreendimentos incubados; 5) entrevista com os facilitadores e o coordenador da incubadora; e 6) observação ativa do processo de incubação.

Os resultados dessa primeira análise apontaram um conjunto de considerações importantes, que intervieram, posteriormente, na própria dinâmica do FDES, a saber:

⁵³ A professora Chirstiane Girard é coordenadora da linha de pesquisa no Doutorado em Sociologia do Trabalho e pesquisadora do Campo da Economia Solidária.

1) Relações internas na Incubadora Social e Solidária;

A primeira reflexão leva a pensar sobre o lugar que a Incubadora Social e Solidária se instituiu no interior da Universidade de Brasília, dentro de um Centro Tecnológico e fazendo parte do programa da Multincubadora de Empresas. Esse fato teve implicações importantes porque toda a experiência do Centro, até 2005, foi com a incubação de empresas, cuja metodologia está focada na qualidade do produto e não no processo de trabalho. Pode-se destacar dois aspectos:

a) a estrutura organizacional da Multincubadora, numa perspectiva vertical, torna-se um desafio para a Incubadora Social e Solidária, porque sua *práxis* é a de garantir decisões compartilhadas e a arquitetura do CDT parece dificultar a perduração dos vínculos estabelecidos entre o Centro e o programa de Multincubadora. Porém, a ampliação das ações da Incubadora Social e Solidária interferiu na organização da espacialidade da Multincubadora, promovendo maior interação do grupo de trabalho interno; e

b) a experiência na elaboração do plano de negócios de uma Incubadora Social e Solidária, atuando com um público diferenciado, trouxe a possibilidade de se pensar mudanças nas relações entre as incubadoras do programa de Multincubadora. Segundo o coordenador da Incubadora Social e Solidária, a criação dessa incubadora dinamizou as relações de trabalho do Centro, de modo que permitiu se pensar atividades complementares entre elas e o respeitar ao tempo próprio de cada uma, relativo aos resultados esperados pelas ações de incubação.

2) Relações entre a Incubadora Social e Solidária e a UnB;

A constituição da Incubadora Social e Solidária evidenciou o tipo de relações entre o Centro de Desenvolvimento Tecnológico, a Universidade e a Comunidade. O Centro precisa manter obrigações para com a Universidade, justificado por sua missão institucional, cujo retorno de resultados precisa ser mais rápido, o que é inviabilizado quando se trata do processo de incubação de grupos populares, dado o *déficit* de cidadania, acumulado historicamente, ocasionando um monitoramento a médio e longo prazo com construção de parcerias que ajam conjuntamente.

Outro aspecto importante tem sido o redimensionamento entre a pesquisa, o ensino e a extensão. O processo de incubação estimula essas dimensões, sem criar dicotomias entre elas. A Incubadora, no primeiro ano de sua trajetória, exercitou mais a extensão em sua concepção restrita (modelo da incubadora de empresa e tecnológica), de modo que as reflexões sobre a própria prática e os Cursos de Formação Social

somente vieram a se fazer necessários mediante as primeiras avaliações de processos e resultados nos grupos incubados.

3) Relações com o Fórum Distrital de Economia Solidária; e

A ISS tem sido uma das integrantes do Fórum Distrital, representando a entidade de apoio pela UnB, oferece a incubação aos EES que desejam ser assessorados na organização de seu empreendimento. O processo de incubação abrange cursos e oficinas técnicas, articulação para garantir espaços de comercialização e planejamento para desenvolver a autogestão, além da proteção do empreendimento no mercado de intercâmbio dado que, no primeiro momento de incubação, a retribuição é o tempo solidário dos membros ao grupo, e não o ônus econômico.

Um dos critérios de seleção para ser incubado tem sido a participação do empreendimento em algum movimento social, ou Fórum e, essencialmente, a participação no Fórum Distrital. Nesse sentido, há a preocupação com as práticas de dádivas no processo das relações sociais do empreendimento.

As demandas e os desafios apresentados no processo de incubação são temas de debates nas plenárias do Fórum, bem como há um propósito de fortalecimento de ambos com a dádiva-partilha.

4) Interferência nas políticas públicas de ES.

Um dos objetivos do processo de incubação é estimular a passagem do trabalho informal para formal, e essa ação pronuncia a necessidade de ancoragem financeira, relativo ao crédito, mas, sobretudo, conciliar o econômico com o social, renda e cidadania. Há que se conciliar os interesses utilitários e os anti-utilitários.

Essa necessidade interfere nas políticas públicas de proteção social, na medida em que é preciso mudar os editais que financiam e apóiam EES, principalmente referente às metas e resultados, dado que há uma dinâmica do social que não é contabilizada pela visão utilitária, por que há que se respeitar a trajetória de cada grupo e de seus condicionantes de ação, em relação à dinâmica do trabalho. Como exemplo, as mudanças de legislação das cooperativas populares, propondo alterações no ato cooperativista, na dimensão quantitativa, como diminuir o número de vinte participantes para se constituir formalmente uma cooperativa e em relação à dimensão qualitativa, com pressupostos da autogestão.

Os desafios da Incubadora Social e Solidária na UnB têm sido: a) garantir o aprofundamento dos laços, de forma mais horizontal, para estabelecer maior confiança nas decisões tomadas pelo coletivo; b) manter uma metodologia de incubação pautada

pelos princípios da educação popular (construção do conhecimento por meio da complementaridade entre o saber científico e popular; crítica social; autonomia na aprendizagem; a prática como ancoragem da realidade-ação-reflexão-ação, onde haja articulação entre as demandas e a realidade dos empreendimentos); e c) evitar o papel assistencialista no processo de incubação, que possa produzir reciprocidades assimétricas, dificultando os processos emancipatórios dos grupos incubados.

A percepção desses condicionantes afirma os princípios e valores da ES e têm interferido nas ações do Fórum Distrital, seja pelas atitudes dos grupos incubados, nesse caso, a rede Bem Me Quero, com as suas sete associações, que levam suas experiências e desafios de autogestão para reflexões no Fórum, seja nas representações das atividades nacionais, onde há um acúmulo maior da compreensão da ES.

Os empreendimentos que participam do Fórum Distrital e que são incubados apresentam formas e entendimento da ES diferenciada. No DSC dos grupos incubados revelam:

DSC
Primeiro nos reuníamos para passar o tempo e ter algum dinheiro complementar, depois da incubação vimos que precisamos levar a sério, porque estamos tendo apoio de dinheiro público, que é nosso mesmo. Até agora não tínhamos noção da importância de se planejar, a incubadora tem nos ajudado em nossa organização. Entendemos que a renda é importante, mas precisa o grupo estar unido. Ajudamos no Fórum com nossos conhecimentos da incubadora. A gente vê que muitos no Fórum não [entendeu] ainda o que é a Economia Solidária.

O processo de incubação tem interferido no Fórum, pela compreensão do comprometimento mútuo e importância da participação nos destinos do empreendimento. Pela percepção das dimensões da necessidade, abrangendo aspectos individuais, coletivos, econômico, político, social e subjetivo. Esses valores se manifestam no cotidiano do Fórum, pela participação ativa dos empreendimentos incubados nas atividades cotidianas previstas pela plenária.

Os desafios da autogestão, que se manifestam no processo de incubação, são também refletidos no Fórum, quando se afasta da pedagogia autogestionária, o que pode ocorrer quando as reciprocidades se apóiam em relações mais assimétricas de poder ou quando se afasta de sua dimensão compartilhada, ou mesmo, na valorização do mercado de intercâmbio em detrimento do mercado recíproco.

Ao atentar sobre esses desafios do processo de incubação, que é uma das preocupações do Fórum Distrital, Gaiger (1997) propõe uma possível junção de racionalidades utilitárias e não utilitárias, pelo solidarismo empreendedor, que compreende os princípios do mercado de intercâmbio e do mercado recíproco, onde a eficiência econômica encontra seu espaço na cooperativa, sem perder de vista a prática do ato cooperativista.

Esse pensamento nos remete a refletir sobre o trabalho associado com os atributos necessários, para o seu reconhecimento no mercado de trabalho, para suscitar mudanças na circulação de bens e pessoas e, para além do mercado assalariado e utilitário. Assim as trocas devem acontecer, mediadas pelo valor do trabalho e pela economia plural.

As estratégias para a afirmação do trabalho associado e solidário requer que os atores sociais (incubadora, parceiros, empreendimentos e Fórum), criem um ambiente favorável à prática da cooperação inter-organizacional e multidisciplinar, que privilegie o desenvolvimento e o compartilhamento de talentos, recursos financeiros, conhecimento e tecnologia, incentivando a inovação para tornar o resultado da produção local mais redistributivo no mercado.

A necessidade de alianças, para promover o compartilhamento de potencialidades e desafios, suscitou a condição do agir cooperativo, que se tornou uma das bandeiras de luta do FBES, aparecendo no eixo denominado “Democratização do conhecimento e Tecnologia”. Na IV Plenária Nacional de Economia Solidária houve a reivindicação de financiamento público a pesquisas e tecnologias para o atendimento das demandas do EES.

“A tecnologia é fundamental para a sustentação da economia solidária, sobretudo porque se percebe que dela depende todo um padrão de avanço tecnológico que garante e dá sustentabilidade aos bens e serviços por ela produzidos. Então, quando se pensa a Economia Solidária como uma nova perspectiva de desenvolvimento, há que pensar, também, novas formas de se fazer pesquisa e gerar tecnologia”. (FBES, 2008, p. 24)

Nessa perspectiva, o conceito de tecnologias sociais para a ES está associado às demandas sociais de uma nova proposta de economia e sociedade. Portanto, se refere à geração e à transferência de conhecimentos, que represente soluções para a comunidade a partir de suas próprias necessidades. As Tecnologias Sociais (TS) na ES significam

práticas de produção cooperada, autogestão no processo de trabalho, solidariedade na partilha dos resultados e valorização dos saberes e da cultura local.

A inserção desses princípios e valores da ES, principalmente o trabalho associado e a autogestão, na política de ciência e tecnologia, pode contribuir para a ampliação e a viabilidade das iniciativas socioeconômicas, que se transformam em saberes adequados para evitar o empobrecimento da classe trabalhadora brasileira.

Um exemplo da aplicação das Tecnologias Sociais tem sido o Proninc⁵⁴, que faz parte da proposta de uma política pública de ciência e tecnologia, alinhado com as novas concepções de desenvolvimento solidário e sustentável da ES. A proposta do Proninc é de fomentar o diálogo entre as instituições de ensino superior e as comunidades nas quais então inseridas as incubadoras.

O processo metodológico das incubadoras é uma tecnologia social, porque permite a valorização do conhecimento gerado pelo saber popular e o complementa com o saber científico, contribuindo para a geração de vínculos e, de acordo com Ferreira Nunes (2007), os vínculos se transformam em capital social, que é mais duradouro que o capital econômico e, ao se legitimar, se transforma em moeda social. Assim, estimula a prática da economia plural, da confiança, do elo social e da dádiva-partilha.

Outro exemplo importante da TS para a ES foi o sistema de Informações em Economia Solidária-SIES, cujo mapeamento dos atores sociais contribuiu para fortalecer os Fóruns de Economia Solidaria e dar visibilidade e reconhecimento das novas práticas de organização do trabalho e da produção.

Uma das ações da Senaes para aprimorar as Tecnologias Sociais de ES foi o programa Brasil Local, que pode ser considerado uma tecnologia social, porque se propõe a articular com agentes comunitários de forma a tornar a comunidade o local de desenvolvimento de ações no campo da ES. A idéia é convergir ações para estimular a geração de renda e trabalho numa conjunção de esforços em prol do interesse coletivo.

O FDES tem sido fortalecido nas suas alianças com as cidades administrativas pela atuação dos agentes comunitários, que trazem para o Fórum as demandas, as

⁵⁴ O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é um programa que representa uma possibilidade concreta de articulação de demandas dos EES por conhecimento e tecnologias apropriadas a soluções por parte das instituições de ensino e pesquisa. É realizado pela parceria de órgãos do Governo Federal: MTE/Senaes, MCT, FINEP, MDS, Ministério do Turismo, Educação, Saúde, Banco do Brasil, Fundação Banco do Banco do Brasil, Comitê das Entidades Públicas (COEP), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, entre outros.

estratégias e os desafios de compor alianças mais duradouras com as administrações públicas do DF e Entorno.

No DSC do Fórum, relativo à avaliação realizada sobre as parcerias, nota-se que há uma política interna visando a ampliação de parcerias com o governo local.

DSC
O Fórum Distrital tem parcerias com as Universidades Públicas, Unitrabalho, Instituto Marista de Solidariedade, DRT, ONGs, SENAES, Sistema S, Parlamentares, Movimentos Sociais, Fóruns, Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Há dificuldades de parcerias continuadas, a maioria são pontuais. A maioria das parcerias são de assessoria, poucas oportunizam acesso a recursos financeiros para os fóruns e empreendimentos. Precisamos de parcerias para cedência de espaço de comercialização. As parcerias são importantes, mas não são unidas para desenvolver os apoios técnicos e financeiros em conjunto. Necessidade de plano estratégico de médio e a longo prazo e a partir do planejamento do Fórum Estadual, criar estratégias de [parceria] que fortaleçam o Fórum a nível local e nacional.

Busca-se uma rede de apoiadores (governos locais, ONGs e universidades), que possam fortalecer as alianças para o fortalecimento da ES a nível Distrital, embora a formação de Redes e Fóruns seja ainda incipiente na Economia Solidária do DF.

Assim, as estratégias gerais pensadas no Fórum para estabelecer alianças estão voltadas para a articulação entre os níveis local, Distrital e Federal e ampliada para o conjunto de necessidades da comunidade, que passa das condições objetivas às subjetivas.

DSC
Mobilizar estratégias, por exemplo, a partir do mercado local da comunidade, privilegiando idéia de um comércio justo. Encontros de aprofundamento sobre as políticas públicas na parceria com FBES, encontros mais específicos para reconhecimentos das demandas. Garantir que no PPA tenha recursos para [Ecosol]. Elaborar um plano estratégico municipal, estadual e federal, com metas claras. Ampliar as interlocuções e parcerias com os outros ministérios. Através de Programas de Qualificação Profissional, Temas Transversais nas Escolas, Formação continuada

(Ensino Médio e Superior). Divulgação, por parte dos FEES e o FBES, da Ecosol através de ciclo de debates, nos bairros, nas escolas, nas rádios comunitárias e atividades culturais. Divulgar o material da Campanha “Economia Solidária: Outra Economia Acontece” na grande mídia e mídias comunitárias, tanto de TV quanto de rádio. Cada FEES deve buscar disponibilizar os DVDs, CDs e materiais impressos para estes meios. Implementar [Ecosol] no programa de primeiro emprego, através das oficinas, consórcio social da juventude.

As parcerias são importantes, mas precisa assegurar que elas estejam concatenadas com os princípios da Economia Solidária e que as relações sociais estabelecidas estejam ancoradas em pedagogias autogestionárias, permitindo a qualificação dessas parcerias, respeitando as diferenças e as competências de cada uma. O importante é que as parcerias se transformem em alianças, no sentido de fortalecer os vínculos sociais, para que possam integrar e complementar as ações pertinentes às políticas públicas de proteção social.

Nesse contexto, as parcerias entre o Fórum Distrital e o Governo, por meio da Senaes, do FBES e das Incubadoras Universitárias são avaliadas como estratégias de afirmação da ES, no sentido de manter alianças para a implementação de demandas do campo dessa nova sociedade, em diferentes níveis da Federação.

DSC

Tem sido feita uma boa parceria da Universidade com o Fórum Estadual, com projetos sociais, desenvolvidos pelas incubadoras. Necessidade de transparência nas ações desenvolvidas por programa de governo. É necessário fortalecer com a própria Senaes, as políticas públicas permanentes e com outros ministérios. Estas ações são muito pontuais dentro de projetos específicos. A partir do planejamento estratégico estadual, que alimente um planejamento nacional, aproximar de outros ministérios e instâncias públicas que sejam estratégicas para o fortalecimento da economia solidária.

Como pressuposto, as alianças podem fortalecer interesses coletivos de grupos, desde que possuam a confiança e o poder de negociação. Uma das estratégias que se torna também um desafio é a de romper com as estruturas fragmentadas e as políticas

desarticuladas para tecer um fio condutor, que permita projetar o desenvolvimento que responda às necessidades da sociedade civil.

Por isso, é notória a preocupação do FBES com as estratégias de alinhamento e fortalecimento de alianças entre os Fóruns Estaduais.

No DSC dos Fóruns Estaduais observamos a fragilidade dos vínculos entre si e com o FBES:

DSC
As demandas não são atendidas e deveria ter uma articulação maior com o Fórum Brasileiro. Atendem em parte, não como pensamos que deveria ser. Tudo o que acontece nos Estados vai para o sistema. Atende em parte, tem que ser ligação direta entre FEES e FBES. Tudo do Fórum chegar com clareza nas bases, alguns tem dificuldade de repassar, só alguns lê o e-mail. Os Fóruns Estaduais deverão ter uma forma de acesso às bases. A base fica responsável por cada Estado em obter essas informações. Obter perfil dos representantes, se consegue trazer as informações para as bases, e maior articulação entre os Estados e FBES. Clareza na escolha dos representantes do Fórum, não há um mecanismo de relação com os Estados, e conciliar uma estrutura com dimensão regional diminuindo a coordenação nacional, onde irá tirar os representantes regionais, discutir quais quadros deverão ser renovados, criar colisão, os representantes deverão apresentar um plano de trabalho/propostas forma de organização dos Fóruns, não há algo formatado, bem amparado em sua legitimidade de fato, ter uma coordenação estadual estruturada. Muita rotatividade e quantidade sem qualidade, pensar em investir na construção do movimento, regionalizar e pensar muito nas pessoas a serem liberadas para serem nossos representantes. Feedback de informações, onde o Fórum irá propor o que se deve atender.

A questão que tem preocupado o FBES tem sido a pouca articulação entre os Fóruns Estaduais, até mesmo dentro da própria região. Esse fato tem sido a pauta de reuniões dos Fóruns Estaduais, demandando planejamento e ações para compor vínculos sociais mais fortalecidos. Nos debates aparecem as condições logísticas de funcionamento dos Fóruns como uma das causas que prejudica a permanência de encontros com certa regularidade, comprometendo a formação de vínculos entre os membros integrantes.

O resultado da avaliação dos Fóruns Estaduais tem apontado para a necessidade de buscar parcerias a nível local, com os gestores públicos ou mesmo com entidades privadas, para melhorar a sua atuação por meio do reconhecimento das atividades dos empreendimentos, no tocante à comercialização e à geração de renda. O engajamento comunitário foi um atributo colocado como necessário para assegurar políticas públicas de proteção social, com resultados eficientes.

Um aspecto que tem contribuído para a desarticulação dos Fóruns nos Estados tem sido a forma de gerenciamento das políticas públicas locais, com a fragmentação de ações entre as secretarias dos municípios e alocação de recursos pulverizados em ações pontuais e muito setORIZADAS.

No Distrito Federal, as relações do Fórum com o poder público local têm sido manifestadas por emendas parlamentares, envolvendo assuntos da Economia Solidária por meio de deputados distritais que, independentes do partido político que representam, têm se mostrado afeitos a essa nova proposta de organização do social. Encontra-se, neste caso, a dádiva-partilha, mas também relações utilitaristas, quando o voto demanda apoio à comunidade de forma condicional.

Uma das estratégias do Fórum Distrital foi, então, a busca de parcerias, presente nos DSC dos empreendimentos.

DSC
Já tivemos apoio do Sebrae-DF e hoje conseguimos manter com o lucro dos produtos que fazemos e vendemos. Participamos da Feira de Artesanato na Praça do DI, da Feira de Artesanato na Praça do Relógio todas em Taguatinga. Com o apoio da Incubadora Social e Solidária do CDT/ UNB o grupo participou da Feira Bsb Mix no Gilberto Salomão/Brasília. Possuímos projetos aprovados pelo governo (Pontos de Cultura) e diversos projetos que envolvem a comunidade. Participam da Feira de Artesanato na Praça do DI, da Feira de Artesanato na Praça do Relógio todas em Taguatinga. Fazemos apresentações no Centro Cultural Funarte em Brasília. Já conseguimos com a Igreja Católica/MEC mesas e cadeiras para a associação. Também ganhamos uma máquina de costura simples e retalhos de tecidos.

O apoio e o incentivo dado pelas políticas públicas locais, por meio de partidos e deputados, têm contribuído para um primeiro exercício de atividade coletiva de geração de renda e trabalho. Esse primeiro incentivo, relacionado ao pagamento de aluguel do lugar onde se realizam os trabalhos e os encontros do grupo de mulheres e a compra de

máquinas de costura, tem motivado muitos grupos no fortalecimento do trabalho coletivo.

As dádivas manifestam-se nas relações sociais entre as parcerias, quando se presencia relações utilitárias, na medida em que o apoio somente acontece na adesão ao partido dos gestores locais, mas também relações incondicionais, porque se aposta na incerteza de que o grupo vai se perpetuar. Muitas vezes a relação de equivalência se pronuncia nas formas de ajuda aos grupos.

Nesse caso o interesse se manifesta no início da relação, deixando explícitas as condições de apoio e as condições de sua retirada. Ocorre a insegurança de que a ajuda possa continuar, porque está condicionada a um jogo de interesses na perspectiva da “condicionalidade condicional”.

No DSC dos empreendimentos do Fórum Distrital observa-se a necessidade de constituir vínculos sociais tendo a dádiva-partilha como elemento de referência, onde seja possível estimular as trocas e favores entre iguais, do ponto de vista político e social. No entanto, nem sempre essa perspectiva se manifesta.

DSC:
Se não fosse o apoio do senhor deputado para a gente se juntar e fazer a costura junto não poderia começar com o grupo, não tinha lugar para a gente reunir e nem dinheiro para pagar aluguel do lugar, e as mulheres não podem pagar passagem para sair de casa e nem ficar muito tempo fora de casa. O Grupo de 40 Mulheres do Gama procurou apoio da sobrinha do Rodrigo Rollemberg, que disseram poder ajudar o grupo, mas se tivesse mais mulheres. Então arregaçamos as mangas e fomos de porta em porta atrás de outras mulheres e de contribuições para fazer esse sonho, que ainda está tomando forma. Hoje temos como parceiros a Incubadora Social e Solidária, e a Paranoarte. Com o apoio da Incubadora, o grupo montou a associação, onde 24 mulheres assumiram o compromisso com o empreendimento.

Embora essas políticas sociais locais, de cunho ainda muito assistencialistas, estejam contribuindo para iniciar uma organização do trabalho de forma coletiva, muitas vezes a ajuda significa uma troca de favores e certo domínio da líder do grupo, pelo *status* e prestígio concedido por maior aproximação com os gabinetes distritais.

No entanto, esse conjunto de parceiros locais tem dificuldades de desenvolver ações em conjunto, cada um trazendo para si o mérito dos resultados das ações junto aos empreendimentos, com o intuito de maior acesso às políticas de financiamento público. Esse fato prejudica as alianças necessárias à integração plena dos grupos sociais e

simplifica soluções, pois retira a condição de compreender a sociedade como um fato social total, com perspectivas de hibridações, pluralidades e sinergias mais integrativas.

Os dados do mapeamento de ES mostram a importância do apoio público aos EES, quando apontam que 30% dos empreendimentos contaram com a doação de recursos para iniciarem as suas atividades. O número de empreendimentos que se utilizaram de doações ultrapassa, inclusive, o número daqueles que contaram com empréstimo ou financiamento. Isso mostra que a construção de laços de solidariedade fora do empreendimento é essencial para o seu sucesso, justamente por ele ter uma dinâmica diferente de uma empresa capitalista. Outro dado corrobora essa reflexão: 69% dos empreendimentos pesquisados dizem realizar algum tipo de ação social ou comunitária. Esses dados refletem também no Distrito Federal e entorno.

Pressupõe-se que há uma dívida positiva constituída, por que os grupos apoiados por algum órgão público contraem a obrigação e a liberdade de contribuir com a comunidade. De um modo geral os grupos apoiados pela Incubadora Social e Solidária, que são participantes do Fórum Distrital, estão envolvidos com a comunidade em ações e atividades de lideranças, participação em Conselhos comunitários ou nas atividades da Igreja local.

Outra estratégia que o Fórum tem colocado em seu plano de ações é o aprofundamento das relações entre os empreendimentos e a comunidade. No DSC observa-se como ocorrem essas relações comunitárias.

DSC:
Atualmente o grupo oferece para o mercado os seguintes produtos: cachecol, bolsas, panos de prato, tapete de barbante, ponto cruz, vagonite. Elas trabalham principalmente com o tear. A comercialização dos produtos é feita para os vizinhos, no chamado “boca a boca”. O grupo decidiu trabalhar com estes produtos por saber fazê-los e por amor ao artesanato. A fonte do material utilizado é comprado pelas próprias artesãs. As artesãs comercializam seus produtos há uns oito meses e a comercialização destes produtos é feita para os vizinhos e amigos, de porta em porta e também através do apoio da PARANOARTE que comercializa seus produtos. Atualmente o grupo oferece para o mercado os seguintes produtos: saias, panos de prato, blusas, toalhas, almofadas e colchas de cama. E oferece serviços de crochê, bordado e corte e costura. O grupo decidiu trabalhar com esses produtos porque quando o grupo parou de trabalhar para a APOENA, percebeu que bordar na saia dava

mais lucro do que bordar nos panos de prato, então o grupo decidiu trabalhar com produtos que dessem mais lucro para as associadas. As artesãs comercializam seus produtos há uns oito meses e a comercialização destes produtos é feita para os vizinhos, de porta em porta, nos ministérios, em eventos, feiras, exposições.

Destaca-se que a maioria da venda dos produtos ocorre na própria comunidade, por causa das condições de produção em pequena escala, falta de logística para transporte e melhoria do produto mediante as exigências do mercado capitalista.

A comunidade torna-se o principal espaço de circulação dos produtos e serviços gerados pela ES no DF e Entorno. A sua significação mostra um espaço relacional e interativo.

DSC

Moro no [guará II], aqui é bom de morar, mais infelizmente as pessoas estão precisando de um banho de água fria, se todos [tirasse] um dia da semana para conhecer melhor seus vizinhos e as dificuldades de infra-estrutura, vandalismo e outros problemas, com certeza as dificuldades seriam menores e com isso teríamos uma vida social melhor. A comunidade é conviver com o diferente e saber respeitá-los. É onde há via de [interassão]. Meio de vivência de todos. Onde nos moramos. Espaço de debate para discutir ou aceitar os desafios. Faz parte da família e da vida.

A comunidade é representada como uma perspectiva de vida associativa, que propicia os vínculos sociais como um resgate do *ethos* comunitário, próprio à economia popular. A valorização do lugar onde as trocas ocorrem de forma mais concreta contribui para o estabelecimento da confiança e configuram os espaços públicos de proximidade, no dizer de Lavielle.

A valorização da comunidade, como espaço de constituição dos laços sociais, verifica-se pelo lugar destacado que muitos membros dos EES possuem em suas moradias. A maioria faz parte dos movimentos sociais de suas localidades e exercem lideranças comunitárias. Contudo, a falta de logística e a fragmentação da região não permitem que se amplie a ES como processo de fortalecimento do Fórum Distrital. Ainda há uma inserção insuficiente da ES nas comunidades pertencentes às cidades administrativas de Brasília.

Na perspectiva de valorização da comunidade a noção de território ganha novo sentido, porque passa a ser pensado por meio de um espaço técnico, político e social,

onde se agrega necessidades de diferentes dimensões, num sentido de compartilhamento de demandas e potencialidades locais. Esse conceito aproxima-se do pensamento do geógrafo Milton Santos, que compreende o território construído historicamente relacionado à produção humana, com sentimentos de cooperação, conflitos, subordinação e solidariedade.

Segundo Humberto Oliveira, Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial do MDA, o território é um só, não pode ter um território para cada ministério e o importante é o sentimento de pertencimento das populações que o habitam.

Nessa perspectiva, foi criado pelo governo o programa denominado “Territórios da Cidadania”⁵⁵, que permite olhar o município de forma integrada, com planejamento compartilhado, fundamentando o controle do dinheiro público pela participação da sociedade civil e políticas públicas interativas.

Esse programa propõe que haja ações, recursos e necessidades integradas em um espaço territorial, que guarda aproximações geográficas, culturais, econômicas, políticas e sociais. O objetivo é uma gestão social com melhor articulação entre o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado; melhor dinamização da economia, valorizando as economias plurais; e a constituição de redes sociais e de comercialização, articulação das políticas públicas em todos os níveis da federação.

A metodologia do programa prevê eixos aglutinadores, dependendo de cada território, que se transforma em programas e subdivide-se em projetos. Essa construção acontece em escala participativa, que parte da unidade familiar para o município, em direção ao território e ao Estado. Considerado um planejamento cíclico e ascendente, ancorado num plano de vida concreto.

Há proposta de conjugação de quatro formas de capitais: o primeiro compreende o capital interno do território, que são os recursos naturais (água, solo, subsolo e extrativismo); o segundo destaca o capital advindo das políticas sociais (dinheiro dos programas sociais); o terceiro se refere à comercialização de bens e serviços; e o quarto à aquisição desses bens e serviços.

A economia no território acontece quando há equilíbrio na balança de pagamentos, circulação interna dos produtos e serviços gerados no próprio território.

⁵⁵ O programa “Territórios da Cidadania” investiu R\$12,9 bilhões em 170 ações previstas, beneficiando dois milhões de família em 60 territórios. Foi constituído o Plano Territorial de Ações Integradas, com amplo debate da sociedade, Estado e municípios, com a participação das comunidades rurais e urbanas. Ocorreram duzentos eventos no país, reunindo quatorze mil pessoas para debater o desenvolvimento do Brasil tendo como aporte da realidade local. (www.territoriosdacidadania.gov.br)

Desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental (manejo e recursos), social (gestão participativa), e econômica (economia plural). A intersecção entre esses fatores avalia as condições e as potencialidades do desenvolvimento do território, aproximando interesses comuns e evitando a guerra fiscal.

No Distrito Federal e Entorno o Território da Cidadania denomina-se “Território das Águas Emendadas”, que reúne ao DF parte dos territórios de Minas Gerais e Goiás. O desafio é como implementar essa dinâmica econômica em um espaço territorial onde há indicadores destacados, como o nível de renda e *status*, que sobressaem em relação às demais regiões, associados a uma gestão de território que segrega e distribui recursos de acordo com interesses políticos locais e nacionais.

Entendemos que, para a Economia Solidária, o território caracteriza-se por relações interpessoais, por um mercado baseado em relações utilitárias e não utilitárias, por princípios do intercâmbio e da reciprocidade. A diferença está no interesse desinteressado, que aparece sempre no final do circuito da dádiva, que é a possibilidade de manter os vínculos sociais e evitar a fratura social.

O Fórum abarca seus integrantes do Território das Águas Emendadas e a proposta é capitalizar suas potencialidades nas diferentes dimensões e promover uma integração de projetos comuns. Há uma aposta de se promover um autoconhecimento do território capaz de estabelecer parcerias e alianças, que ajustem o desenvolvimento social com as necessidades reais da comunidade, onde a sociedade civil está inserida.

O sentimento de pertencimento, de construção coletiva e de controle social são elementos relevantes para estabelecer a confiança na comunidade e criar laços sociais.

A ausência de gestores públicos nas políticas locais de ES sinaliza a preocupação com o fortalecimento da base territorial, pela articulação das políticas sociais nas Secretarias Municipais e inserção de políticas de integração social, e no fortalecimento da Rede de Gestores de políticas públicas de ES.

Uma das fundadoras da Rede de Gestores assinala que:

[...] quando os governos de esquerda assumem a gestão do Estado, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, e pretendem mudar o curso dessa história, emerge a necessidade de reconstruir não só a capacidade reguladora e indutora da distribuição de riqueza, como também a necessidade de reconstruir culturalmente um conjunto de relações entre o Estado e a sociedade, o que envolve uma rediscussão de papéis e responsabilidades, e um reposicionamento dos diferentes sujeitos políticos na esfera pública, com vistas a realmente refundar um Estado e uma sociedade republicanos e democráticos. (Schwengber, 2004, p. 14)

Assim as funções dos gestores públicos deve ser a de um intelectual orgânico, na concepção de Gramsci, tendo como referência os debates sobre uma política pública de ES de luta por direitos e não ações compensatórias.

A Rede de Gestores é integrante do FBES e estimula a construir parcerias com Prefeituras, governos Estadual e Federal, Órgãos Públicos Governamentais e entidades da Sociedade Civil. As experiências atestam a necessidade de compreensão da estrutura do Estado Brasileiro, instrumentos metodológicos de gestão pública, mecanismos de monitoramento e avaliação da coisa pública.

Essa concepção levou a se pensar em estratégias de se constituir uma agenda pública para o desenvolvimento local, tendo o território, e não o município, como referência do local, estimulando espaços articuladores. Dentro do município se propõe a criação de consórcios intermunicipais, com o intuito de articular interesses de agentes econômicos e atores políticos e sociais, em torno dos desafios e potencialidades para se alcançar o desenvolvimento local.

A constituição de redes pode permitir a formação de vínculos sociais, mediante as interações que suscita, provocando projetos comuns e referendando a confiança entre os atores sociais ou os sujeitos coletivos que participam dessa rede. Contudo, de acordo com o mapeamento da ES, apenas 33% dizem participar de alguma Rede ou Fórum de articulação. Essa articulação é muito importante, pois é através dela que os empreendimentos conseguem se fortalecer e mobilizar outros atores, que possam também ser apoiados e assessorados.

Portanto, uma das estratégias da Economia Solidária foi estimular a constituição de redes de produção, comercialização e consumo, que reproduzam princípios éticos, solidários e sustentáveis (FBES, 2003; Mance, 1999). A composição em redes significa a formação de elos horizontais, que ajuda no fortalecimento dos empreendimentos a preservarem a sua autonomia, a sua liberdade e solidariedade.

A Economia Solidária no DF apresenta características próprias, caracterizada pela criação e ampliação de redes, pela formação de elos horizontais que, na verdade são:

(...) novas formas de reordenamento do social como um todo, incluindo a esfera política. (...) Trata-se, necessariamente, na economia solidária, de relações não-hierárquicas, que podem ser entendidas da seguinte maneira: para terem essa configuração, as relações devem refletir a natureza dos elos entre os diferentes atores que participam do movimento. O mesmo ator, nacional e localmente, precisa ou tende a uma unificação necessária para a

eficácia de sua ação. Ele compartilha valores e princípios e deve, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças que provêm das trajetórias e histórias dos diferentes atores (Ferreira Nunes, 2004, p. 199).

Uma das experiências de aliança entre empreendimento e entidade de apoio no Fórum Distrital é a rede de empreendimentos Bem Me Quero (figura 08), composta de sete associações de artesãs, de diversas regiões administrativas do Distrito Federal, que se organizam a partir dos princípios da Economia Solidária. Reúne a "Agma", "Entre Nós", "Sintonia", "Maria Brejeira", "Cia Artcum", "Noart", e "Rurart".

Essa rede expressa as reais condições de construção dos princípios da ES no DF, onde busca desenvolver a democracia interna, a transparência na prestação de contas, o trabalho cooperativo e a busca por uma remuneração justa pelo trabalho desenvolvido.

Figura 08: Expressões da Bem Me Quero



Fonte: a coleção foi desenvolvida por estudantes e professores do curso de Desenho Industrial do Laboratório de Pesquisa em Moda da UnB, sob a supervisão da equipe técnica do CDT.

Geórgia Castro, professora de Design Industrial da Universidade de Brasília (UnB), coordena o Laboratório de Moda da UnB, que trabalha com as artesãs desde 2007 e traduz que:

“A Tropicália serviu de referência para a criação da coleção, porque o trabalho do grupo reunido na Bem Me Quero traduz o que há de mais genuinamente brasileiro. Procuramos realçar em cada detalhe das roupas o traço mais característico do bordado de cada grupo”.

A confecção do produto busca certificar-se nas referências do movimento Tropicália, com enfoque nas condições sociais de produção e respeito ao meio ambiente, comércio justo e escolha de fornecedores, que valorizem matérias-primas ecológicas ou recicladas.

A rede Bem Me Quero é um dos empreendimentos amparados pelo projeto Incubadora Social e Solidária do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB)⁵⁶. O processo de incubação significa para os grupos:

“Iniciativas que apóiam empreendimentos sociais e solidários em sua auto-sustentação, com foco na inclusão social como forma de geração de trabalho e renda, por meio de inovação tecnológica e melhoria de processos e produtos. Antes da orientação do CDT, as artesãs vendiam sua produção em pequenas feiras. Hoje, a Bem me Quero já conta com uma loja localizada no Jardim Botânico Shopping, cedida pela administração do empreendimento”.
(membro da rede).

A monitora de design da UnB, Maíra Fontenelle, diz que:

“As mulheres estão mais animadas e que toda a produção passa por um controle de qualidade, antes de ir para o mercado. A dificuldade era não ter pra quem vender e, com a loja, a expectativa de crescimento aumentou, assim como a auto-estima e o retorno financeiro”.

A Bem Me Quero representa uma experiência bem sucedida em relação a um dos desafios da ES no DF e Entorno, que é a comercialização. Há dificuldades dos empreendimentos no mercado de intercâmbio, ocasionando rendas intermitentes e desestímulo. Por isso é necessário as parcerias, onde se conjugue produção qualificada, comercialização e autogestão.

Em relação às parcerias externas do Fórum Distrital, evidenciamos um conjunto de tensões, e também de sinergias, nas alianças estabelecidas entre: a) Senaes e o MTE; b) Senaes e o FBES; c) entre os Ministérios que possuem políticas de proteção social; e d) entre os Fóruns Estaduais.

⁵⁶ O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT, da Universidade de Brasília, vinculado ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade, possui um programa denominado “Multincubadora de Empresas”, que é responsável pelos projetos sociais, sediada no Campus da Universidade de Brasília. Foi criada em 1989, objetivando apoiar empresas de base tecnológica, de forma a suprimir a lacuna na formação gerencial dos empreendedores e aumentar a competitividade desses negócios. Nestes 18 anos de existência, apoiou mais de 100 empreendimentos, sendo que destes, cerca de 80% (oitenta por cento) continuam no mercado em condições de sucesso após o quinto ano de vida. No ano de 2004, as experiências do CDT na incubação com empresas tradicionais e de base tecnológica, o motivou a ampliar a Multincubadora, com projetos sociais e populares. Esse momento foi possibilitado por políticas públicas no campo social, voltadas para o apoio às incubadoras de Empreendimentos.

Pode-se aferir que a natureza desses vínculos está condicionada pelas relações entre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil, por que a crise da sociedade salarial desencadeou a desproteção social gerenciada pelo Estado, suscitando um movimento social que precisa lidar com uma composição de forças e de racionalidades adversas na gestão do social, num campo de luta e de negociações por recursos, por *status* e por legitimidade de representação.

As coalizões, as dissidências e os favores acabam fazendo parte dessas relações, que se manifestam diretamente na política de desenvolvimento social do país, no jogo de uma política macroeconômica voltada para os interesses do mercado capitalista e de um Estado, que assume a função de providenciar a inserção social para ajustar o capital.

O Ministério do Trabalho e Emprego propõe uma política de pleno emprego, mas num contexto de uma maioria populacional desfilhada e sem condições de empregabilidade, por isso o foco em políticas de qualificação profissional se torna apenas uma das medidas importantes, mas insuficiente para resolver as questões da proteção social.

A presença da Senaes no MTE atesta uma mudança na política de governo, um começo de reconhecimento do perfil da classe trabalhadora brasileira, ainda focada no trabalho informal e precarizado. Assim, o Ministério comporta hoje duas políticas de proteção social, voltadas para o mundo do trabalho. Uma alinhada ao programa neoliberal, com políticas de pleno emprego e de ajuste. E outra alinhada a um novo projeto de sociedade, que reivindica também políticas de trabalho, reconhecimento de novas práticas de produção e integração plena.

A Senaes tem proposto ampliar a sua parceria em todos os ministérios que lidam com políticas de inclusão, integração e proteção social. A forma tem sido pensar em uma metodologia que permita a integração dessas políticas, sinergizadas para públicos comuns. Tem realizado cursos de formação em ES para os gestores públicos, divulgando as ações desse campo em documentos oficiais, mantendo o mapeamento atualizado para mostrar as dinâmicas e os avanços da Economia Solidária no Brasil.

O resultado dessas ações tem sido as importantes aproximações de políticas públicas setorializadas – MDS e MDA – como exemplo as políticas de Segurança Alimentar com os programas do Bolsa-Família e com a Agricultura Familiar.

Nas políticas de alianças vale ressaltar que a Senaes tem o Fórum Brasileiro como o principal sujeito coletivo das demandas da ES. As tensões encontram-se nas

formas de inserção da ES no governo, na atuação do Conselho Nacional e na composição de forças políticas, que falam em nome da Economia Solidária no Brasil.

Destaca-se no DSC as seguintes considerações:

DSC
A partir de planejamento estabelecer uma nova relação entre as instâncias federais e o FBES. É um bom relacionamento, maior autonomia do FBES, mas deve existir uma comunicação antecipada das atividades dos programas de governo. A Senaes precisa ter recursos via PPA e ampliar a interlocução com os outros ministérios. Fortalecer o fórum e seus parceiros em relação [as] políticas públicas no Conselho Nacional. Estabelecer canais de comunicação, agendas, buscar recursos dentro das relações com os outros Ministérios. Ter acesso e voz nas políticas interministeriais referentes à [Ecosol].

Uma das estratégias da ES foi a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidaria, constituindo um órgão colegiado integrante da estrutura do MTE, sendo de natureza consultiva e propositiva, com a finalidade de realizar interlocução e consenso em torno das políticas de fortalecimento da Economia Solidaria. Reúne 56 membros, sendo dezenove membros do governo, vinte empreendimentos e dezessete representantes da sociedade civil.

Na primeira reunião do CNES foi pensado como fortalecer a ES no governo e foi proposto para o Plano Plurianual 2008-2011, a criação de um sistema nacional de ES, e a Lei Orgânica de ES. No entanto, dado ao processo de construção da ES como política pública, o desafio está em transformar as demandas da sociedade civil em política de desenvolvimento, e torná-la o fio condutor nessas estratégias de afirmação do campo da ES. As alianças precisam ser ainda consolidadas para que haja convergências de interesses.

Observamos a necessidade de ampliação de alianças entre o FBES e a Senaes, visando o fortalecimento das demandas advindas do movimento social, para que possam ser incluídas como pautas, pelo menos, das políticas de governo.

Há tensões vividas pela Senaes no interior do MTE, verificadas nos recursos destinados à Secretaria, que diminuiu de R\$ 29 milhões para R\$ 11 milhões, tendo que ser complementados por emenda parlamentar. Associada à baixa orçamentária, ainda há recursos fragmentados de políticas de proteção social espalhados nos ministérios,

promovendo uma dádiva agonística entre eles, por acesso aos recursos de maior montante, associados ao prestígio e ao poder.

Contudo, um aspecto importante, no campo das alianças, tem sido o trabalho da Frente Parlamentar de Economia Solidária, liderada pelo deputado do Ceará, Eudes Xavier, que participam oito deputados federais, cuja proposição é fortalecer as ações de ES nos Estados que representam, apoiando atividades que já existam ou inserindo a ES nas ações do gabinete para serem destacadas nos Estados.

A ausência de gestores públicos, principalmente a nível local, e de políticas públicas fragmentadas, são desafios a serem vencidos para implementar a ES a nível local. Por isso a política da Senaes foi de aproximar as Delegacias Regionais do Trabalho – DRTs, em atividades relacionadas com a Economia Solidária nos Estados. Como exemplo, a próxima fase do mapeamento da ES terá desse órgão uma participação mais efetiva, compondo as Comissões Gestoras Estaduais - CGEs.

Portanto, apesar da dádiva-doação estar presente nas relações comunitárias, não é suficiente para permitir uma real mobilização para construir os elos sociais, mesmo que a motivação seja primordialmente a doação de si, a ausência de condições não permite a realização dessa doação.

A crise econômica e social na modernidade ampliou as demandas da sociedade brasileira em múltiplas necessidades, da ordem do objetivo e do subjetivo, das intervenções a nível material (serviços básicos e de infra-estrutura), e a nível simbólico (reconhecimento, vínculos sociais e identidade).

Essas demandas suscitaram aos Estados da federação vincular a ES as suas políticas sociais, porém, articuladas em diferentes dimensões, envolvendo o campo psicológico, material, político, social e emocional. Isso implica em considerar a sociedade como um fato social total, na concepção maussiana.

Aos gestores de ES se apresenta o desafio de pensar em políticas públicas de integração plena, associadas ao desenvolvimento, que contribua para a coesão social e fortalecimento dos vínculos sociais, pela afirmação da solidariedade democrática.

A constituição dos vínculos sociais com as suas diferentes racionalidades e sociabilidades faz parte das relações cotidianas dos indivíduos, mas a diferença na ES tem sido conviver com as ambigüidades nas relações sociais, sem perder de vista o “interesse desinteressado” nos argumentos de Caillé, ou seja, entra-se na relação sem a certeza do retorno e, ao mesmo tempo, o interesse se manifesta no fim da relação, subordinando os interesses instrumentais aos interesses de amizade e de vínculos.

Nessa perspectiva, a relação social está sempre estimulada pela “incondicionalidade condicional”, único sentido que produz o vínculo e o mantém.

Essa proposta de manutenção dos vínculos sociais, pela constituição de alianças, tem direcionado as ações do FDES, demandando esforços dos integrantes, que aparece no DSC por meio de sugestões para a melhoria do Fórum:

DSC
Mais reuniões, selecionar pessoas comprometidas com o social, menos [individualistas]. Mais democracia e transparência. Definir melhor uma forma concreta de trabalho. Mais cursos de formação nas regionais. Buscar e dar condições ao bom funcionamento de suas atividades. Mais ação. Que o Fórum possa lavar às pessoas [ver] novas possibilidades de viver e que trabalhar em grupo seja considerado o melhor.

Essas sugestões revelam as melhorias que o Fórum propõe, onde o comprometimento, espírito de coletividade e a ética são os elementos selecionados para promover a democracia. O aprendizado de “trabalhar juntos” implica nas condições reais de se fazer as alianças e é fundamental a confiança, que somente é adquirida pelo convívio permanente. Daí a proposta de mais encontros com melhor planejamento das ações.

Os desafios para a afirmação da ES, no contexto brasileiro atual, perpassa pelo fortalecimento das alianças entre os Fóruns estaduais, melhor integração das políticas públicas de proteção social, valorização da Senaes como representante, a nível de governo, da construção de outra economia e sociedade. Essas proposições serão afirmadas se criar estratégias de desenvolver a dádiva-partilha, com possibilidades de reciprocidades entre o Mercado, o Estado e a Sociedade.

Sendo o Fórum de ES um dos espaços político público não estatal e um dos lugares onde se constitui a ES, aferimos que a sua experiência na construção de outra economia e sociedade tem sido interiorizada pelos seus integrantes e segmentos, pela prática da solidariedade democrática, tendo nas trocas sociais a forma de reciprocidade como ancoragem das relações sociais.

CONCLUSÃO

As reflexões da pesquisa sinalizaram que a Economia Solidária não é mais um conceito em construção, mas possui uma proposta clara de projeto político, econômico e social, a partir das necessidades concretas da classe trabalhadora, cujas experiências em alternativas de organização do trabalho e da produção mostraram que o trabalho associado e solidário pode ser um dos elementos contemporâneos de coesão social.

Essa mudança estratégica no modo de viver, mesmo que ainda em uma parte da sociedade brasileira, angariou expectativas reais de uma resposta para as lutas dos trabalhadores(as) pela integração social. Seria, então, um novo momento do capitalismo, resignificado na sua virtude de transformar dinheiro em capital, ou poderíamos supor a construção de um novo modo de configurar o social?

A pesquisa apontou que a Economia Solidária representa uma nova perspectiva de configurar o social, por meio das práticas associadas, comunitárias e solidárias. Destaca-se que esse processo inicia-se na década de 70 e se prolonga até 90, com os novos movimentos sociais, em resposta ao processo crescente de ausência de cidadania no país.

Os novos movimentos sociais expressam uma sociedade civil organizada por segmentos sociais em defesa da cidadania. Há uma diversidade de ações coletivas, desde associações mobilizadoras de causas sociais e políticas, até redes de movimentos sociais em defesa de novos valores e reconhecimento. São reivindicados direitos humanos no campo civil (integridade física e moral); político (liberdade coletiva e individual); econômico (redistribuição eqüitativa de riquezas); social (proteção social necessária); cultural (respeito à diversidade); e ambiental (preservação do meio ambiente).

Esses movimentos sociais, fortalecidos na década de 80, são reflexos dos protestos em relação às formas desiguais de apropriação da produção coletiva e questionamentos acerca da natureza utilitarista das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Identificam a luta em favor da criação de sujeitos autônomos e da reconquista do espaço social.

No período posterior, a reestruturação produtiva causou e aprofundou a recessão aos direitos sociais que os movimentos sociais tinham lutado por manter, até então. Esse

fato tornou os movimentos sociais menos combativos e mais defensivos na luta contra o capitalismo.

Assim a Economia Solidária não pode ser considerada apenas resultado da crise econômica da década de 90, por que correria o risco de ser apenas uma experiência residual e inclusiva para fomentar o processo acumulador do capitalismo, ou fazer parte de uma nova acomodação do sistema capitalista de produção, ou mesmo, estar circunscrita a uma solução pontual contra a pobreza ao ocupar-se dos excluídos do sistema econômico.

O que identifica a ES é a tradição histórica de luta da classe trabalhadora por direitos, com base em uma cultura organizativa e associativa, nas experiências de trabalho coletivo e no reconhecimento da solidariedade como operadora democrática do sentido da ação social.

Essa análise nos remete a compreender o que aconteceu com os desempregados(as) brasileiros(as) da década passada que, dada à condição de degradação social, muitos estiveram impossibilitados(as) de manter os vínculos comunitários, comprometendo os suportes de proximidade para que se pudessem sair da condição de desfiliação, precarizado ou até de continuar a fazer parte da zona de vulnerabilidade. Busca-se, então, alternativas no modo de viver e não apenas para sobreviver.

Compomos com o pensamento de Paul Singer ao identificarmos a ES com uma resposta às lutas dos trabalhadores(as) e, portanto, também uma resposta à crise do mundo do trabalho, com desdobramentos profundos no campo social, que se refletiu nos níveis de proteção social dos indivíduos. Sem proteção social não há possibilidade de integração plena, interferindo na dinâmica de composição do tecido social.

Nesse sentido, aprofundou-se o interesse em conhecer melhor a trajetória da ES no Brasil, a partir do movimento social que está representado nos Fóruns Estaduais e no Fórum Brasileiro, por estar efetivamente contribuindo para a organização desse campo e a identificar qual o diferencial de sua proposta social.

A diferença que a pesquisa apontou foi em mostrar a potencialidade da ES como um projeto de sociedade, que é mais amplo do que cunhar investimentos na inserção de trabalhadores(as) na sociedade capitalista de produção e garantir melhor distribuição da riqueza social. Trata-se do reconhecimento das experiências e iniciativas socioeconômicas dos grupos populares e do direito à cidadania, via uma política de integração social e de desenvolvimento do país alinhados com a democracia.

Para que esse reconhecimento seja possível se faz necessário combinar o desenvolvimento comunitário local com a geração de trabalho e renda e associar as necessidades materiais (geração de renda, compra e venda de bens e serviços e consumo), e as necessidades simbólicas (reconhecimento, direitos, deveres cívicos e *status*).

Esse conjunto de necessidades somente pôde ser apreendido por outra leitura do social, que pudesse destacar o caráter relacional e orgânico em que se encontram as coisas circulantes no cotidiano das interações humanas. Uma das teorias sociais que apreendeu a realidade dessa forma foi a teoria maussiana que, ao compreender a sociedade como fato social total pode perceber o imbricamento das necessidades materiais e simbólicas.

Essa percepção do social manifesta-se contra uma sociedade projetada para estabelecer relações sociais utilitárias, calculadas e equivalentes. Afirma-se que é impossível manter o social por esse viés, uma vez que, em um espaço amplo de circulação de bens, coisas, objetos, pessoas, sujeitos e símbolos, há que se manifestar e respeitar pensamentos, sentidos e significações diferenciados, caracterizados por uma natureza híbrida da ação social.

O pensamento maussiano encontra no movimento antiutilitarista nas Ciências Sociais, o aporte teórico do postulado em que as práticas econômicas ocorrem por motivações diversificadas, permitindo se pensar na economia vinculada à política e ao social, cuja conjugação torna-se o atributo essencial ao entendimento das coisas humanas.

As proposições do pensamento maussiano ajudaram a entender que a sociedade brasileira vive um modo de desenvolvimento misto, mesclando o modo de produção capitalista e o modo de produção solidário em luta ideológica. Há predomínio do programa neoliberal que, na dimensão econômica, valoriza o pólo mercantil na dimensão social, o pólo do interesse no político, e reforça a desconexão entre a liberdade individual e as obrigações coletivas.

Contudo, as iniciativas socioeconômicas dos empreendimentos de Economia Solidária, atestaram a hibridação da economia plural, cujas relações de trocas manifestam-se pelo pólo mercantil (intercâmbio), e não mercantil (reciprocidade). Trocas equivalentes e não equivalentes circulam nas comunidades, mas podemos aferir que a dinâmica social é mantida nesses grupos por meio da troca baseada na dádiva.

Nesse sentido, ocorre também a sociabilidade plural, com sentimentos de interesse e desinteresse, incondicionalidade condicional, sociabilidade primária e secundária, pluralidade de idéias e composição de alianças. Porém, há o cuidado de preservar os sentimentos altruístas que possam garantir os vínculos sociais.

O reconhecimento dessa diversidade do agir econômico e social contribuiu para aprofundarmos a produção do conhecimento sobre a Economia Solidária, quando permitiu uma aproximação entre a instância teórica e a empírica: uma no campo das idéias, pela abordagem teórica maussiana e outra no campo das experiências, com abordagem empírica das iniciativas dos EES.

Essa possibilidade de *práxis*, ao fazer parte desta investigação social, evidenciou as potencialidades do projeto de sociedade da ES como alternativa de transformação no modo de viver, porque valoriza o vínculo social como condição primeira para o estabelecimento da solidariedade democrática.

Esta pesquisa social revelou que as práticas sociais experimentadas pelos grupos populares (empresas recuperadas, trabalho associado, bancos comunitários e outros), evidenciaram outras perspectivas explicativas da ação social, ao mesmo tempo em que os novos conhecimentos permitiram identificar as potencialidades e os desafios de uma nova forma de consolidar o tecido social.

Ressaltam-se, na sociedade em geral, relações sociais em que os sentimentos de competição, cooperação, interesse, desinteresse, guerra, paz, obrigações e liberdades, aparecem de forma complementar e/ou antagônicas. No entanto, na ES prima-se pela valorização do interesse desinteressado, liberdade com obrigação e cooperação, em detrimento da competição.

A nova leitura do social suscitou reflexões teóricas mais aprofundadas dos sociólogos do trabalho, preocupados em compreender as relações sociais nas sociedades modernas de novo tipo, mediante a imposição de uma racionalidade instrumental centrada na adequação dos meios aos fins, sem colocar a questão dos valores como uma questão ética e fundamental para manutenção do elo social.

As teorias holista e individualista explicam o sentido da ação social por situações isoladas, focadas em pólos estanques e polarizados: ora a sociedade e ora o indivíduo, sem nunca prever uma aproximação entre eles, que permita explicar a conexão dos elementos que desenham a sociedade em sua dimensão real.

Certamente, as resistências anticapitalistas se manifestam pelo questionamento das bases em que as sociedades modernas têm construído as suas interações sociais e,

por isso, a questão dos vínculos sociais se constituiu como um dos temas importantes para as Ciências Sociais, particularmente para a Sociologia, que produz conhecimento pela mediação entre os atores, as estruturas e as coletividades.

A crítica social maussiana, ao perceber a produção do conhecimento, na sua forma integrada e sistêmica, permite a compreensão das relações entre o indivíduo e a sociedade e como se traduzem um no outro, porém, mantendo o processo de individualização.

Essa leitura do social é comprovada nas trocas sociais promovidas no campo da ES, pela realização do trabalho associado, onde se permitiu vincular economia com solidariedade, potencializando as experiências socioeconômicas que se identificaram pelo coletivo social em busca de alternativas da integração social.

As formas associativas, ao desenvolverem práticas coletivas e aprendizados interativos, puderam estabelecer um novo contrato social e praticar outra economia, pautada pela solidariedade, autogestão, cooperação e viabilidade econômica. Os princípios e os valores do campo da ES, por meio do trabalho associado, constituíram nessa possibilidade histórica de conectar as diferentes dimensões da vida humana, no propósito de fomentar os vínculos sociais.

O que há de novo é a percepção do real como um caleidoscópio, com múltiplas dimensões, onde existe um campo de circulação de bens, pessoas e símbolos que caracterizam um amplo jogo de articulações, negociações, trocas e retribuições. A ES é uma parte desse emaranhado de coisas, em busca de sentidos diferenciados da ação social, identificados por sentimentos de competição, cooperação, interesses, obrigações e liberdades.

A diferença é estabelecida quando, apesar do reconhecimento das práticas diferenciadas das motivações humanas, persegue-se a superação da solidariedade em detrimento da competição, ou valoriza-se o interesse desinteresse ou uma ação incondicionalmente condicionada.

Ao propor uma economia com solidariedade, apreende-se os fundamentos da teoria da dívida ao apresentar a sociedade como fato social total, mostrando a realidade na sua versão híbrida, onde se conjuga os diferentes sentidos do agir social (utilitário e não utilitário), associado à diversidade do espaço político (espaço do vivido e do trabalhar juntos), e da valorização da economia plural (não monetária e monetária).

Esses pressupostos destacam o pensamento de Caillé (1999), Godbout (1999), França Filho (2001), ao sinalizarem que grande parte das trocas segue uma relação

assimétrica, expressa em regras, rituais, proibições e permissões, que se estende no tempo, gerando um endividamento simbólico dos membros de uma coletividade.

O reconhecimento da existência de trocas assimétricas permite desnaturalizar a ideologia utilitarista, que se propõe constituir a única e legítima lógica de organização da vida moderna. A diversidade e a pluralidade de lógicas de organização, nas práticas concretas dos empreendimentos de ES, ajudaram a perceber o fetiche da predominância de uma troca econômica simétrica por que, para além de consumir e acumular, os discursos coletivos no campo da ES evidenciaram a intenção de compartilhamento da vida.

As formas híbridas das relações sociais encontradas no campo da Economia Solidária podem ser mais bem compreendidas pelos postulados da dádiva, em seus dois princípios fundamentais - a tríplice obrigação e o princípio da ação paradoxal - conduzindo à afirmação de que a crise da modernidade é de fato uma crise dos vínculos sociais.

Na tríplice obrigação referendamos que na reciprocidade a manifestação da dádiva-partilha é considerada mais importante, porque apreende relações de retribuição na comunidade, onde há carências em diferentes dimensões, e o acolhimento se faz pelo compartilhamento de situações comuns, trocas de favores, co-responsabilidades em ações coletivas e outros.

Destaca-se na pesquisa que a reciprocidade se manifesta quando: a) as pessoas se associam numa base voluntária, com o objetivo de satisfazer necessidades pessoais e coletivas; b) a vontade de empreender é coletiva; c) não se busca o retorno sobre o investimento individual; d) as iniciativas combinam financiamento de fundos híbridos e contribuições pessoais e espontâneas; e) promoção de autogestão; e f) a organização das experiências ocorrem em espaços públicos de proximidade, possibilitando a confiança e a criação de alianças.

Quanto ao princípio paradoxal da ação observa-se que a “liberdade com obrigação” está estabelecida nas relações sociais entre os atores do processo, porque é uma condição fundamental para pertencer e ser integrante no campo da ES. O interesse desinteressado sempre aparece no início da relação social, apostando na possibilidade de que todos(as) que participam da construção da ES no DF e Entorno o façam para afirmar outra sociedade e economia. Esses postulados levam à possibilidade de constituir a confiança, que é o aporte principal para a realização de vínculos sociais.

A confiança somente acontece na possibilidade de trocar experiências comuns, onde a vida coletiva e compartilhada favorece a troca de recursos afetivos cognitivos, materiais e simbólicos, que estão em um processo de circulação contínua. Quando acontece a recusa de participar dos serviços gratuitos, de trabalhos conjuntos e participação nas festas comunitárias, os círculos de proximidade podem se desfazer, comprometendo parcerias e alianças.

Os princípios da Economia Solidária se manifestam no processo da construção da aliança e na capacidade de associação dos grupos, de forma mais ética e com maior respeito ao outro, mediante a convivência com sentimentos antagônicos, como a cooperação, competição, solidariedade/egoísmo e confiança/desconfiança. Valorizam-se os vínculos sociais na perspectiva de interesses materiais, mas, prioritariamente, são os interesses de natureza simbólica que predominam.

Uma das singularidades do campo da ES, a partir do estudo da dádiva, foi a resignificação da dimensão local, com atributo primordial à vida social, porque é no plano das relações interpessoais que a dádiva aparece com maior nitidez e onde são edificadas as organizações formais e informais. No espaço local ocorrem as redes sócio-humanas, por meio das trocas diretas entre familiares, vizinhos e amigos; as redes sócio-técnicas, por meio da gestão das organizações formais; e as redes sócio-institucionais, como exigência de governança entre o Estado e a Sociedade Civil.

A Economia Solidária reforça a constituição dessas redes de relações sociais ao propor novas interações entre o Mercado, o Estado e a Sociedade, tendo por suporte os resultados das experiências dos grupos populares em relação ao trabalho e a produção. Essas experiências indicaram as formas possíveis de mudanças, que podem ocorrer no campo da economia política, de modo que o Estado, na sua competência distributiva, e a Sociedade, na sua competência organizativa, possam dialogar e controlar o mercado, destacando o agir econômico pela economia plural.

Esse pensamento reforça a hipótese de que as ações coletivas dos grupos populares, em busca de melhoria de vida, na base primária das necessidades humanas, tendo como ancoragem os círculos de proximidade na comunidade, qualificam a intervenção social no sentido de perceber que o social não se reduz à lógica do mercado ou à lógica do Estado. A possibilidade da auto-expressão da sociedade como geradora de sua própria história reforça o papel fundamental da sociedade civil no desenvolvimento do território.

Uma nova gestão do social com a recriação de estratégias de sobrevivência pessoal e social, novos dispositivos de relações de poder e aproximações entre o controle social e a liberdade de gestão, sobre a produção social e a redistribuição da riqueza humana, anunciam a indissociabilidade entre as instâncias do econômico, do social e do político.

Esse pensamento permitiu a possibilidade de se pensar sobre a solidariedade democrática, quando a sociedade civil pode retomar o seu espaço legítimo de condução do agir econômico, compondo com o Estado e com o mercado a aliança necessária para o desenvolvimento, que agrega a integração plena dos indivíduos à sociedade. As bandeiras de lutas da Economia Solidária reivindicam o direito de gestar o social de forma diferente.

A gestão do social, a partir das necessidades da sociedade civil, critica o pensamento sobre a questão social circunscrita à exclusão econômica e não a um *déficit* de cidadania, direcionando as políticas públicas para o combate à pobreza e não para a integração ao mundo do trabalho. A insuficiência dessas políticas sociais foram medidas pelo crescimento de grupos sociais excluídos, desfiliações ou em risco de desfiliação.

Os grupos populares ao desenvolverem alternativas econômicas e sociais, para obterem a integração social, interferem nos pressupostos das políticas públicas sociais de proteção social.

Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que as políticas públicas de ES, alicerçadas nas necessidades da classe trabalhadora, destacou que, nos governos democráticos a cidadania é o atributo essencial à relação entre a sociedade civil e o Estado, o que significa transformar em direitos os princípios e os valores da ES.

Esses postulados deveriam se tornar nas diretrizes do desenvolvimento social do país, pois se reivindica uma política pública de integração, que possa modificar as relações sociais, uma nova institucionalidade das sociabilidades e racionalidades numa perspectiva democrática, de gerar um desenvolvimento sustentável e solidário.

As políticas públicas de ES são efetivamente políticas de trabalho, na perspectiva emancipatória, ou seja, uma política que garanta a autonomia progressiva aos sujeitos coletivos, com instrumentos operadores eficazes para estruturar o trabalho associativo como um direito social.

O projeto político afirmado pela ES está ancorado pelo socialismo autogestionário, onde pressupõe a prática da autogestão com solidariedade e pode indicar, no campo das idéias, outro pensamento da nova esquerda no Brasil, que almeja

a desconstrução do capitalismo, não mais pela tomada do poder pela classe operária, mas pela ação direta da sociedade civil, que passa a ter o controle social sobre o mercado e o Estado.

A ação da sociedade civil significa a perspectiva de uma condição relacional, organicamente imbricada por uma irredutibilidade do agir social sobre os condicionantes do agir econômico e político. Propõe restabelecer a moral da vida social.

Contudo, enquanto realidade prática, a Economia Solidária e seus pressupostos estão na agenda de governo de forma ainda incipiente, ainda para promover mudanças estruturantes nas relações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade.

Porém, há uma aposta interessante na potencialidade da autogestão e da solidariedade como atributos capazes de intervir na construção de um Estado republicano e democrático, por meio de ações públicas que permitam o reconhecimento da pluralidade do agir social.

O que se pode afirmar no momento, pelos estudos do Fórum Distrital, é que há uma nítida proposta antiutilitarista no campo das idéias e da ação, uma busca incessante de favorecer a dádiva-partilha. Esse propósito significa que muitas estratégias têm sido pensadas para enfrentar esses desafios iminentes.

Assim, as novas experiências no modo de viver foram objeto de socialização e debate nos fóruns de ES, que tornaram os espaços políticos não estatais de reflexões nos caminhos da produção não capitalista e dos novos modos para se viver em sociedades que possuem o modo de produção capitalista.

Nas atividades do Fórum Distrital se destacou as condições, o alcance e os níveis de integração social possíveis, mediante os modos de manifestação da dádiva e identificou-se a afirmação da Economia Solidária como uma política pública de integração social, na perspectiva da solidariedade democrática e das possibilidades reais de engajamento da sociedade civil, na afirmação dos direitos e da justiça social.

Ao analisarmos as aproximações entre a Economia Solidária e a dádiva, por meio das relações sociais constitutivas no Fórum Distrital, percebemos as mudanças e o sentido das mudanças que ocorreram na construção de outra forma de produzir e trabalhar. O Fórum representa uma organização caracterizada por uma rede de interconexões, circulando valores, desafios, expectativas, conflitos, interesses, motivações e, fundamentalmente, os desafios na construção de um projeto político de sociedade.

No estudo do Fórum Distrital as relações humanas são privilegiadas, nas experiências intermediárias entre a vida interior do grupo, na busca de laços de solidariedade e a realidade exterior, caracterizadas por relações muito competitivas. Vive-se a crise da modernidade pela perda do sentido, do enfraquecimento das bases identitárias, gerando insegurança existencial e, principalmente, a fragilização dos laços sociais.

Consideramos o Fórum Distrital o lugar constituído de sujeitos reunidos em torno de uma crise social e na busca de alternativas para rompê-la. O sentido da crise refletiu em seus segmentos, especialmente para os Empreendimentos de Economia Solidária, no aspecto financeiro, com o empobrecimento material, no aspecto social, com pouca ou nenhuma integração social, no aspecto político, com menor poder de decisão e direito à cidadania, no aspecto psicológico, comprometendo a auto-estima, a autonomia e o reconhecimento pelo outro.

O convívio permanente com os integrantes do Fórum Distrital permitiu o acesso às experiências dos grupos, levando à compreensão de suas formas de organização. Essa interação contínua possibilitou o registro ontológico dos sujeitos (suas trajetórias de vida e de percepção de mundo), o registro da racionalidade (formas de apreensão do conhecimento e do real), e o registro emocional e intersubjetivo (formas dos vínculos sociais). O conhecimento gerado por esses registros passou a fazer parte da própria condução do planejamento das ações e a compreensão da natureza dos laços sociais entre os membros do Fórum Distrital.

Esse espaço político representa o sentido que os membros dão a sua própria vida, por que se tornaram sujeitos de demandas para construírem novos caminhos ao se proporem a trabalhar juntos e em cooperação. A busca da proteção, ou até mesmo de rupturas, existe para alcançar as reivindicações materiais (demanda material), as reivindicações simbólicas (reconhecimento pelo outro), e são sempre permanentes. Assim, as demandas às solicitações dos membros integrantes e as expectativas de mudanças desejadas delinearão as formas que os vínculos sociais assumiram, por meio das reciprocidades internas e externas ao FDES.

Os empreendimentos de Economia Solidária desenvolveram uma coexistência entre a sociabilidade primária e a sociabilidade secundária, onde as relações interpessoais são tão importantes quanto as relações funcionais. A personalidade das pessoas e as funções que exercem no grupo são determinantes para a construção dos vínculos sociais, com também para as dificuldades em mantê-los. Simpatias e antipatias,

amizades e inimizades, estranhamento e familiaridade, e a busca pelo poder de representação e de ser aceito no grupo são sentimentos que coexistem nas relações sociais, mas que são expressas de forma a não constranger o social.

O nível de expectativas dos integrantes está relacionado com o sentido de que a ação social é definida pelo coletivo do FDES, intervindo nas motivações para a participação efetiva na construção da ES no DF e Entorno. Por isso, há oscilação no contingente participativo de forma contínua, embora esse atributo esteja condicionado ao reconhecimento coletivo das contribuições de cada um, interferindo nas escolhas para representar e falar em nome da ES.

As práticas das relações sociais no Fórum têm procurado torná-lo um lugar do reconhecimento das dádivas, onde se procura fortalecer o valor do vínculo como prioridade ao valor de uso e de troca. Essa intencionalidade destaca os paradoxos em que o Fórum Distrital convive, mediante as diferentes práticas do agir econômico.

Assim tem sido importante destacar as estratégias realizadas para criar, manter e regenerar o vínculo social e como tem estimulado a confiança entre os seus segmentos. É fato lembrar que o direito à fala, à informação e à participação, são considerados essenciais para gerar a confiança, que pode estimular a manutenção dos vínculos sociais.

As análises das relações sociais no Fórum Distrital mostraram que esse espaço social e político constitui uma reflexividade das condições reais em que ocorre a construção da ES no Brasil. As articulações entre as dimensões macro e micro social foram compreendidas pela teoria relacional, proposta no paradigma da dádiva, que traduziu a superação da dualidade entre a sociedade e o indivíduo, saber comum e saber científico, e objetivo e subjetivo. Enfim, permitiu enxergar a sociedade pelo concreto, na perspectiva marxista.

A aproximação entre a teoria da dádiva e os princípios da ES contribui para se compreender o funcionamento da sociedade e como os postulados da ES tornaram-se uma proposta possível de construção de outra sociedade. Pode-se considerar que a ES reforça o paradigma da dádiva e que esta se constitui em um dos elementos estruturantes da Economia Solidária, como atributo de qualificação de integração social e das políticas de desenvolvimento social no Brasil.

A partir dos estudos dos vínculos sociais e de sua importância para a gestão do social resgatam-se os sentidos do agir coletivo, para o estabelecimento de práticas que possam assegurar a solidariedade democrática como ancoragem da cidadania.

A reciprocidade aberta e flexível favorece resgatar a experiência e o valor da ação intersubjetiva, que valoriza o cotidiano ao combinar as motivações, os interesses, as expectativas que regem a ação social dos grupos sociais em suas experiências socioeconômicas, e que têm valorizado as relações sociais pautadas por princípios de solidariedade e de trabalho emancipado.

A Economia Solidária reforça o pensamento de Godbout (1992; 1998) e Caillé (1998), ao revelar os postulados da dádiva, mostrando o quanto se mantém relevante na contemporaneidade e que se constituiu no aspecto central das relações sociais com precedência no elo social.

Esse pensamento mostra que o desenvolvimento da Economia Solidária somente se torna possível quando há o livre investimento em redes de obrigações, compelidas pela necessidade da aliança enriquecida com a dádiva. A dádiva é o meio para se estabelecer o pacto associativo, um dos princípios fundamentais para a construção da Economia Solidária, na medida em que, nesse campo, o valor das pessoas e da cidadania democrática supera as relações contratuais utilitárias.

Os vínculos sociais permitem assegurar a possibilidade do reconhecimento, da proteção social e da participação da sociedade civil nas políticas de governo. Para que isso aconteça é importante pensarmos na aproximação entre a ciência e a tecnologia por que, no campo da ES, essa aproximação tem sido a preocupação com a gestão do processo de trabalho, através da interação entre a sociedade e a produção do conhecimento.

Nesse sentido, podemos conferir à dádiva uma expressão normativa e uma perspectiva de tecnologia social, na medida em que, como recurso teórico e metodológico da gestão do social, compreende possibilidades de transformação do social: a) pela visão da sociedade como fato social total, o que permite um conteúdo relacional nas ações interativas com a comunidade e soluções rearticuladas em múltiplas dimensões (nível objetivo e subjetivo); b) mostrando na tríplice obrigação o convívio com as diferentes racionalidades e sociabilidades, o que assegura desmitificar o pensamento único; c) as reciprocidades possuem valor político de permitir ou não as alianças; e d) a complementaridade e o antagonismo das lutas econômicas e ideológicas em torno da construção do tecido social, promovendo a diversidade como elemento de desenvolvimento social.

Essa possibilidade de conhecer e produzir conhecimentos contribui para a compreensão de como a sociedade realiza a sua coesão social em novas formas, o que

pode ocasionar uma inovação no ajuste da relação entre a liberdade e a obrigação, o interesse e o desinteresse, e processos de reciprocidades.

As formas de produção do conhecimento para angariar novas tecnologias no modo de viver, a partir das necessidades e do controle da sociedade civil sobre o Mercado e o Estado, pode ser um dos caminhos possíveis para assegurar a solidariedade democrática, haja vista que as mudanças sociais estão condicionadas às formas de controle sobre a ação social e, também, nas bases em que o acordo social é estabelecido pelos envolvidos.

Consolidar vínculos sociais pelo convívio, partilha e confiança, traduz uma tecnologia social, pois exige mudanças na forma de produzir, de se relacionar no trabalho e de gerenciar o controle sobre o coletivo, enfim, de interagir pela solidariedade democrática.

Sendo a Economia Solidária a expressão de um novo modo de produção, traduz em si essa nova tecnologia social, incorporando valores e finalidades da vida humana. Incorpora os objetivos sociais, os valores éticos e as racionalidades não mercantis.

A constituição de Redes e Fóruns é uma das importantes expressões dessa tecnologia social, na medida em que expressa as possibilidades de alteração no modelo de desenvolvimento propostos pelo capitalismo, enriquecendo o conhecimento científico com tecnologias apropriadas às necessidades dos grupos populares, que fazem parte do construto da ES no Brasil: produção associada e cooperada, autogestão no processo de trabalho, solidariedade na partilha dos resultados, valorização da cultura local e dos saberes populares.

Contudo, apesar de experiências exitosas no Brasil (Justa Trama, Brasil Local, Bancos Comunitários, Rede Casa Brasil, Softwares Livres), ainda há pouca articulação entre as tecnologias sociais e as políticas públicas de ES, devido a insuficiência de escalas de ações e espaços de participação da ES na agenda governamental.

É preciso políticas públicas perenes, portanto, políticas de Estado para estruturar e sistematizar ações que promovam o desenvolvimento social, solidário e sustentável. Ampliar os espaços de disputa na estrutura do Estado para assegurar fundos públicos e programas formulados para atuação nas políticas de imersão da democracia nas relações sociais, que possam modificar as relações entre a economia e a sociedade.

A partir do estudo dos vínculos sociais, os sentidos da Economia Solidária revelaram singularidades em outro modo de instituir o agir econômico, ampliando a sua concepção, que não significa uma “nova economia”, como complemento das formas

dominantes, servindo de ajuste às disfunções do sistema capitalista, mas remete a possibilidade de pensar modos de gestão do social mediante diferentes lógicas, em tensão nas dinâmicas organizativas.

A aproximação dos postulados da dádiva e os seus princípios representam a crítica ao utilitarismo econômico dominante, associada ao espírito humanista da ES, assegura uma relevância para o campo teórico e empírico, ao demonstrar que as pessoas valem-se como pessoas, antes de se valerem economicamente como sujeitos produtivos.

A incondicionalidade do valor das pessoas revela a incondicionalidade da cidadania como direito, permitindo reconhecer a dignidade de todos, independente do contrato estabelecido com o mercado assalariado. A ES propõe garantir os meios necessários para o reconhecimento dos valores das pessoas, cuja identidade se efetiva por outros atributos, que não somente àqueles das normas do emprego, da funcionalidade ou da utilidade social.

As perspectivas da Economia Solidária no Brasil estão associadas às concepções de Lavillé, ao representá-la como o lugar de possibilidades de trocas, vínculos e laços sociais, que possibilita a mudança do sentido da organização coletiva, (re)significando a relação entre a sociedade e o indivíduo. As novas formas de organização do trabalho são experiências econômicas onde as pessoas se associam, conjugando o cálculo utilitário, a redistribuição e a dádiva. Porém, os vínculos produzidos na organização do trabalho dos empreendimentos de Economia Solidária parecem afirmar a crença na solidariedade e na aposta da constituição dos laços sociais no fundamento extra-utilitário.

Segurança, liberdade e dignidade são elementos que fazem parte da luta dos trabalhadores(as) na modernidade e, na tradução desses propósitos de vida, encontram-se os princípios da ES. Por isso, a ES parece responder melhor a um modo de produção que requer relações sociais solidárias, como operantes do sistema de vida coletivo.

O interesse pelo outro e pelo reconhecimento do outro são atributos essenciais à democracia, estimulado pelo trabalho associado, fundamento da ES. Mesmo que o espaço social, onde acontecem as relações sociais, esteja tensionado pela lógica de competição/cooperação, confiança/desconfiança e individualismo/individualização, o que se propõe é a superação da competição, da desconfiança e do individualismo nas práticas sociais.

Um outro mundo é possível, desde que ocorra uma eficiência coletiva onde o trabalho associado (economias de redes, fóruns, cooperativas e associações), seja a principal manifestação, promovendo laços horizontais, gestão compartilhada e a coesão

social. Para que sejam possíveis esses atributos é necessário uma política pública que viabilize os ativos, visando a criação das condições objetivas de promoção da gestão social compartilhada.

Afere-se, portanto, que a Economia Solidária, como movimento social e política pública, deve fazer parte da política de desenvolvimento do país, reforçando o rompimento com a reprodução precária da sobrevivência e anunciando um novo modelo societário. Para isso, apresenta-se um duplo desafio: 1) a reconfiguração das políticas de trabalho, pelo reconhecimento do direito ao trabalho coletivo e autogestionário; e 2) a promoção da dignidade humana, atendendo às necessidades materiais e simbólicas, por meio das condições de manutenção da tríplice obrigação - dar-receber- retribuir, favorecendo reciprocidades na perspectiva da dádiva-partilha.

No contexto desta pesquisa social conclui-se que as tecnologias apropriadas à manutenção dos vínculos sociais estão na capacidade coletiva de se caminhar em direção ao outro, para trabalhar juntos e compartilhar os riscos e os benefícios. Não é uma atitude fácil, mediante a racionalidade utilitária que insiste dominar nossas vidas.

A própria condição da existência da humanidade passa pela condição de se viver em comunidade, contraindo e desatando laços, porém, mantendo os vínculos sociais permanentemente.

Portanto, este estudo relacional entre a dádiva e a Economia Solidária não esgota as possibilidades de análises das relações recíprocitárias e suscita, em outro momento, à imersão no campo da subjetividade do trabalhador(a), que se encontra em processo interativo no circuito da dádiva, de refletir sobre as bases em que se delineiam o percurso em relação ao outro, a partir do conhecimento de si próprio.

Compreender a Economia Solidária no Brasil, destacando as possibilidades dos vínculos sociais, que pode se engendrar a partir de seus princípios e valores, tendo o Fórum e o Movimento Social como ancoragens nas reflexões teóricas e empíricas, motiva a apostar na possibilidade de que “um outro mundo é possível”, caracterizado na imersão profunda no diálogo com o outro.

No entanto, também mostrou os desafios que se precisa enfrentar para manter o diálogo num compartilhamento de poder simétrico e de assegurar a cidadania para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. Lima. **Políticas Públicas e Redução da Pobreza**. In: Seminário Internacional: O Estado no Enfrentamento da Pobreza. CLCSO, CROP: Fundaj, Recife, 19-21 de Marc, 2003.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária: a Alavanca para um Desenvolvimento Sustentável e Solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BALSA, Casimiro Marques (org). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma Abordagem Transnacional**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como Política Pública: Uma Tendência de Geração de Renda e Ressignificação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BAUD, Céline. **L'économie Solidaire au Brésil: de L'émergence Du Mouvement à sa Reconnaissance par L'Etat**. Paris: X-Nanterre, septembre, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernity and Ambivalence**. Cambridge/Oxford: Politiy Press, 1995.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: o Terceiro Paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: o Terceiro Paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAILLÉ, Alain. **Nem Holismo nem Individualismo Metodológicos. Marcel Mauss e o Paradigma da Dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Brasília: v. 13, nº 38, p.05-38, 1998.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CHANIAL, Phillipe. **Além do Domínio do Interesse? Dádiva, Proteção Social e Renda da Cidadania**. Caderno CRH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, v. 17, nº 40, p.17-32, 2004.

CONY, Faria Cidade. **Acumulação Flexível e Gestão do Território no Distrito Federal**. In: PAVIANI, Aldo. (org). Brasília - Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

- CORAGGIO, José Luís. **Economia Urbana: La Perspectiva Popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994.
- CORREA, Roberto Lobato. **Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNILL GRAU, Nuria. **Repensando o Público Através da Sociedade: Novas Formas de Gestão Pública e Representação Social**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- DEMO, Pedro. **Solidariedade com Efeito de Poder**. Coleção Perspectiva; v.6. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002.
- DOWBOR, Ladislaw. **Reprodução Social - Tecnologia, Globalização e Governabilidade**. v.1, nº.1. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FERREIRA NUNES, Christiane Girard. **Economia Solidária em Tempos Sombrios**. Ser Social 5 – Revista do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, nº 5, p.221-240, 1999.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis; MAGNEN, Jean-Phillippe (orgs). **Ação Pública e Economia Solidária: Uma Perspectiva Internacional**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- FRANTZ, Walter. **Organizações Solidárias e Cooperativas: Espaços de Educação e Bases da Economia Solidária**. TEIXEIRA, Ana Maria Rotili. **Associativismo: Iniciativas que Reforçam os Laços Sociais**. Cadernos UNIJUÍ. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany (org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- GODBOUT, Jacques; CAILLÉ, Alain. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GODBOUT, T. Jacques. **Introdução à Dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais; v. 13, nº 38, p.39-52. Brasília: Editora UnB, 1998.
- GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOERCK, Caroline (org). **Emergência do Cooperativismo, Reestruturação do Capital e Economia Solidária e o Papel do Serviço Social em Empreendimentos Solidários**. Cadernos UNIJUÍ. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.
- KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (orgs). **Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação**. São Leopoldo: oikos, 2007.

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis: Vozes, CSA, 2000.

LANNA, Marcos. **Nota Sobre Marcel Mauss e o Ensaio Sobre a Dívida**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, nº 14, p.173-194, 2000.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Cadernos UNIJUÍ. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. **As Potencialidades Analíticas da Nova Sociologia Econômica**. Sociedade e Estado – Revista Semestral de Sociologia – UnB. Brasília: Editora UnB, v. XVII, nº 1, p.39-62, 2002.

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária: Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique. **A Dívida Entre os Modernos: Discussão Sobre os Fundamentos e as Regras do Social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique. **As Redes Sociais, o Sistema da Dívida e o Paradoxo Sociológico**. Caderno CRH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, v. 17, nº 40, p.33-48, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs). **A Nova Ordem Social: Perspectivas da Solidariedade Contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. 9ª ed. São Paulo: Difel, v. I. 1984.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: MTE, 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego. **I CONFERÊNCIA DE CATALOGAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: “ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO”**. Brasília: MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego. **I OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**. Brasília: MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: “ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO”**. Brasília: MTE, MDA, MDS, SENAES, 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. **Autogestão e Economia Solidária: Uma Nova Metodologia, 2º vol**. São Paulo: Anteaq, 2005.

Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **IV PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATÓRIO FINAL.** Brasília: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2007.

Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Financiadora de Estudos e Projetos. Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho. **Atlas da Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno – Mapeamento 2005-2007.** Brasília: MTE, SENAES, FINEP, UNITRABALHO, 2007.

MOTHÉ, Daniel. **As sociedades Salariais em Dificuldades.** In: Para Um Novo Contrato Social. São Paulo: Instituto Piaget, 1996.

NEUTZLING, Inácio (org). **Bem Comum e Solidariedade. Por Uma Ética na Economia e na Política do Brasil.** São Leopoldo: Unisinos, 2003.

NUNES, Brasilmar Ferreira (org). **Sociologia de Capitais Brasileiras: Participação e Planejamento Urbano.** Brasília: Liber Livro, 2006.

NUÑEZ, Orlando. **Os Caminhos da Revolução e a Economia Solidária.** In: Proposta, nº 75, 1997, p.48-58. São Paulo: Contexto, 2003.

PAVIANI, Aldo (org). **Brasília – Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania.** Brasília: Editora UnB, 1999.

PELUSO, Marília Luíza. **O papel das Representações Sociais do “Comprar a Casa” na Identificação dos Problemas Habitacionais.** In: PAVIANI, Aldo. (org). Brasília - Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999.

POLANY, Karl. **La Grande Transformation - Aux Origines Politiques et Économiques de Notre Temps.** Paris, Gallimard, 1983.

QUIJANO, Anibal. **La economia popular y sus caminos em América Latina** LIMA: Mosca Azul, 1998

RAZETO, Luís. **Economia de Solidaried y Mercado Democrático.** Santiago: PET, 1984, v.1 e 2.

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Secretaria Nacional de Economia Solidária – TEM. Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro. **Políticas Públicas em Economia Solidária: Reflexões da Rede de Gestores.** Recife: Editora Universitária, 2008.

ROMERO, Maria Adriana Bustos. **Desempenho das Constantes Morfológicas. Índices de Adequação Ambiental da Parceria do Distrito Federal.** In: PAVIANI, Aldo (org). Brasília - Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999.

ROSANVALLON, **La Nouvelle Question Social.** Paris: Seuil, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. **La Crise de L’Etat Providence.** Paris: Seuil, 1981.

ROUILLÉ d'ORFEUIL, Henri. **Economia Cidadã: Alternativas ao Neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROUSTANG, Guy. et al. **Para Um Novo Contrato Social**. Lisboa: Piaget, 1996.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho. Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e os Futuros dos Empreendedores de Pequeno Porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. **Análise das Relações Reciprocitárias em Cooperativas de Catadores de Lixo de Brasília**. 2007. 131p. Tese (Mestrado em Sociologia. Departamento de Sociologia – UnB, Brasília.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUZA, Ricardo André; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DUKUZAKU, Regina Yoneko (orgs). **Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

STEINBERG, Marília. **Formação do Aglomerado Urbano de Brasília no Contexto Nacional e Regional**. In: PAVIANI, Aldo.(org). Brasília- Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

THESING, Nelson José; JULIANI, Luis. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local**. Cadernos UNIJUÍ. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *The Return of the Actor: Social Theory in Post-Industrial Society*. Minneapolis: University of Minneapolis, 1988.

WANDERLEY, Fernanda. **Avanços e Desafios da Nova Sociologia Econômica: Notas Sobre os Estudos Sociológicos do Mercado – Uma Introdução**. Sociedade e Estado – Revista Semestral de Sociologia – UnB. Brasília: Editora UnB, v. XVII, nº 1, p.15-38, 2002.

WAUTIER, Anne Marie. **A Construção Identitária e o Trabalho nas Organizações Associativas**. Ijuí: Unijuí, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1- CARTA DE PRINCÍPIOS DO FSM

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle

social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001

ANEXO 2: CARTA DE PRINCÍPIOS DA ES

02 de maio de 2005

Em junho de 2003, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, após debates em 18 estados brasileiros, aprovou a Carta de Princípios, abaixo. Essa carta pretende ser a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, criado naquela ocasião. Ela tem 3 partes distintas que se complementam: a história e o momento atual; os princípios gerais e específicos; o que a economia solidária não é.

1. Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho

à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. Convergências - O que é a Economia Solidária

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de

todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o

acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais

equitativamente entre grupos e países.

A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.

A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.

A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.

O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

ANEXO 3: SÍNTESE DAS BANDEIRAS PRIORITÁRIAS E AÇÕES DO GOVERNO

Bandeiras	Características	Propostas	Ações de Governo Políticas Públicas
Produção, Comercialização e Consumo Solidários	considerada o principal eixo porque articula as etapas da atividade econômica: produção, distribuição, comercialização e consumo.	<p>1) programas e políticas de infraestrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária: orçamento específico, repassados diretamente ao empreendimento, melhoria do escoamento da produção, assistência técnica adequada, fiscalização, logística geral e novas tecnologias.</p> <p>2) Programas e políticas sociais de apoio à criação e sustentação de espaços de comercialização solidários.</p> <p>4) Por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário-SNCJS;</p> <p>5) Criação das SECAFES estaduais – sistema estadual de comercialização de produtos da agricultura familiar e Economia Solidária.</p> <p>3) Critérios: igualdade de gênero, gestão democrática participativa, práticas ambientais sustentáveis, condições de trabalho dignas, valorização do produtor, pagamento do preço justo.</p>	<p>apoio à elaboração de cadeias produtivas solidárias como a do mel, algodão orgânico, caju, sementes.</p> <p>Criação de redes setoriais ou territoriais-rede abelha, rede cerrado, rede xique-xique.</p> <p>Estabelecimento de lojas e centrais de comercialização.</p> <p>Programa Nacional de Feiras em Rede de Economia Solidária e Agricultura Familiar (transformar as feiras em estratégias de inserção dos empreendimentos na vida econômica do país).</p> <p>Elaboração da instrução normativa do SNCJS</p>
Educação/Formação em Economia Solidária	Processos integrais que envolvam valores para que os indivíduos construam sua	<p>1) Realizar ações de formação junto aos/as trabalhadores/as da Economia Solidária;</p> <p>2) Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária;</p> <p>3) Pelo financiamento público a</p>	<p>Apoio aos centros públicos de formação em ES.</p> <p>Ferramentas para a comunicação e divulgação da Es.</p>

	<p>autonomia como sujeitos da história.</p> <p>Preparação em educação e comunicação popular para a concepção de desenvolvimento sustentável e solidário, por meio do ensino dialógico que faça a prática da democracia.</p> <p>Difusão da cultura autogestionária com metodologias que privilegie a diversidade de linguagens.</p>	<p>pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da Economia Solidária.</p> <p>4) inclusão da ES na educação formal e informal,</p> <p>5) criação e manutenção dos Centros Públicos de apoio à ES</p> <p>6) aproximar trabalho e educação</p>	
Marco legal	<p>Representa o reconhecimento formal da ES .</p>	<p>1) Por uma Lei Geral da Economia Solidária;</p> <p>2) Pela alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária;</p> <p>3) Pela aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Solidária;</p> <p>4) Por uma tributação diferenciada para empreendimentos de Economia Solidária;</p> <p>5) Pela regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da Economia</p>	<p>Regulamentações jurídicas em trâmite no Congresso Nacional sobre a lei do cooperativismo .</p>

		Solidária; 6) Interna: Consolidar articulações do FBES com o poder legislativo.	
Finanças Solidárias	Direito das comunidades à soberania de suas próprias finanças por meio de uma política autogestionária de financiamento, de investimento a nível local e nacional. São os bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito.	1) “Por um Sistema Nacional de Finanças Solidárias” 2) “Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária – PRONADES”.	Apoio a criação de banco comunitários.

ANEXO 4: MEMBROS DO FÓRUM DISTRITAL DE ES

Ademar – Cáritas – Desde o início – atuação nacional, mais do que local

Domingos Olímpio – Empreendimento cerrado preservado – Paranoá –
Coordenação Executiva (um dos fundadores do movimento negro unificado)

Paulo – Projeto Brasil Local – Central do Cerrado - Desde o início do Fórum do DF
2003

André – Cooperativa de prestação de serviços – 3 meses no curso da Sônia –
novembro de 2007

Gláucia – associação no gama – presidente da Bem me quero, cooperativa da UNB
- 1 ano

Geni – Recanto – Associação Acosol (trabalho com jovens, idosos e dependentes) –
Grupo de mulheres

Lúcia – Recanto – Associação – Há um ano – Bem me quero, junto com Gláucia e
Pedro da UNB

José Ferreira – Coordenador da Madre Paulina – A feira distrital Brasil Local e x
nos conselhos locais – No fórum desde 2005

Francisco – Valparaíso – Associação de bairro representativa – Centro Cultural –
Curso com Sônia na UNB – Começou agora

Marinalda Silva – Fundadora do PT em 46 cidades do GO. Associação de artesãos
de Goiânia – Aluna da Sônia na UNB

Francisco da Silva – Águas Lindas – Consad – Consultoria para empreendimentos e
projeto ambiental

Teobaldo – Padre Bernardo - Grupo vida e preservação – cooperativa – 2005 –
comissão nacional do FBES

Abadia – 1 ano e meio

Vanderlina – Estrutural – Faz arte (EES) – Educadora

Alzenira – Artesã e Alfabetizadora – 6 meses

Ferreira – São Sebastião - Associação entre nós – Incubada pela UNB e participante
da Bem me quero

Delsa – CEDEP – Paranoá

Maria Creuza – CEDEP – tem 20 anos com alfabetização de jovens – ES começou em 2003

_____ - Padre Bernardo – Começou agora

Consolação – Articum – desde 2005

Pedro – Coordenador da incubadora – início de 2006 ou 2002 como pesquisador

Paula – Estudante de pedagogia da Sônia – voluntária

Rafaela - Estudante de pedagogia da Sônia – voluntária

Tida – Recanto – Participa de 3 grupos e ajuda a coordenar o grupo de catadores – representando ARUREMA como entidade de apoio

Assis – Cooperativa de catadores

JOÃO Antônio – Paranoá - Fundador do PT – na ES desde 2003

Teresinha – Associação ASMAES – faz o curso da Sônia

Eduardo – Ceilândia – Núcleo de apoio a deficientes – desde 2005 – hoje coordenação do fórum DF

Lourdes – Vice-presidente CEDEP – no fórum desde a criação 2003 (mas há 20 anos) – alfabetização popular é ES

Rosana – RS - Coord. Executiva FBES – 2002 (grupo de pesquisa)

Fernanda – MG - Coord. Executiva FBES – 2002

William – Brazlândia – educador popular – militância mov, negro - desde 2003

Nara – IPOENA – trilha mundos - Contato na graduação há 5 anos – no movimento, no ano passado nos seminários no CEUB

Cláudia – Trilha Mundos – Cooperativa de Projetos sociais – desde 2006 com a feira Escambau. (lançamento do selo sol parceria com apoena)

Patrícia – Agente do projeto Brasil Local – ARTICUM

Iara – Grupo de teatro e grupo canta Brasília de resgate a infância - há cerca de 1 ano

Jorge – SENAES – trabalhador petroquímico e militante do movimento negro da década de 70/80 - estabelecimento da primeira política pública no RS, construção na CUT desse trabalho ajudando a elaborar a ANTEAG

Gilnei – RS – Trabalhou no Governo Olívio anteriormente com Jorge e Lebout – primeira experiência se dá na capacitação em formação de redes e empreendimentos no RS – ajuda a formação do fórum estadual da região – hoje, assessoria no projeto Brasil Local.

Lebout – RS – Começou a trabalhar com ES na direção da CUT no setor de metalurgia com projetos de fábricas recuperadas – hoje FUBRA coordenação do projeto Brasil Local – Coordenação nacional do setorial ES do PT.

Paulo – Prefeitura Municipal de Águas lindas – 2006, na primeira conferência – experiência com moeda social

Jonas – pesquisador/professor – desde 2003

Francisco – ADS CUT – Fetraf Brasil

Christiane Girard – UnB – Departamento de Sociologia

Sônia Carvalho – UnB – Faculdade de Educação

ANEXO 5: QUESTIONÁRIO APLICADO AO FÓRUM DISTRITAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO DF E ENTORNO

Local: Reunião do FDES

DATA: 24/05/2008

1. Dados Biográficos

Nome:-----Idade:-----

Renda familiar:----- Sexo:----- Religião:-----

Nível de escolarização:-----Tempo de participação no FDES:-----

Categoria de pertencimento ao FDES:-----

Denominação da Entidade de Representação:-----

2. Campo das Experiências pessoais e coletivas com o mundo do trabalho

3. Campo das Significações

Trabalho:-----

Família:-----

Comunidade:-----

Fórum:-----

Estado:-----

Mercado:-----

Economia:-----

4. Campo das Demandas

Quais os motivos que levaram você a participar do Fórum?

Como é a sua participação?

O que você pode oferecer aos Integrantes do Fórum?

O que você pensa que o Fórum pode te oferecer?

5. Campo das Expectativas

O que mudou com sua participação no Fórum?

O que espera do Fórum?

Quais as suas sugestões para a melhoria do Fórum?

6. Campo das relações sociais

Como você se relaciona com os integrantes do Fórum?

Que relações mantém com outros movimentos sociais?

Participa de alguma rede social? Como?

ANEXO 6: REPRESENTANTES DO FÓRUM DF E ENTORNO NA COORDENAÇÃO NACIONAL DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIO

Paulo Henrique de Moraes 8124-6572

Teobaldo Rocha 9673-2564

Sônia Marise 9558-7309

Suplentes

Jose Ferreira 3327-7744 e 8425-0812

Maria Consolação 3351-8819 e 9115-7508

Pátria Amada

Coordenação do Fórum DF e Entorno por Regiões

a. Região de Planaltina:

Domingos (empreendimento da área rural) 9945 2674

domingosolimpio@yahoo.com.br

Rosália (do Paranoá):

Maria Severa 3335-7713

b. Região da Brazlândia:

Cleide 3618-4996

Santina 8183-0667

Adir 9687-4020 e 9146-7620

Paulo (gestor) fone 3351-8834 e 9607-2167, correahp@yahoo.com.br

Willian (assessoria) 9664-2633

c. Entorno Sul:

Lindaaura 8116-0285, borbolinda@yahoo.com.br

Gláucia 3384-0321

Carmen 9218-3554

José (assessoria) 3327-7744 e 8425-0812

d. Região Ceilândia-Taguatinga: Patrícia Ferreira de Almeida 8149-4253, Eduardo 9108-3655 - Maria Aparecida Faustino 8167-48 23, 9959-2068 assislinhares@ibest.com.br -

OBS: as coordenações regionais estarão sendo avaliadas e possivelmente, sendo trocadas, a partir da próxima reunião do Fórum. A representação nacional permanece.